

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

CARLA GRIÃO DA SILVA

**Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com
Deficiência
na cidade de São Paulo de 1978 a 1981**

v.1

São Paulo
2022

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

**Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com
Deficiência
na cidade de São Paulo de 1978 a 1981**

CARLA GRIÃO DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

**Área de concentração: Estudos
Brasileiros**

Orientador: Prof^o. Dr^o. Jaime Tadeu Oliva

Versão Corrigida

(A versão original encontra-se disponível no Instituto de Estudos Brasileiros)

v. 1

São Paulo
2022

DADOS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Serviço de Biblioteca do
Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

S586

Silva, Carla Grião da

Lugares de memória do movimento social das pessoas com deficiência na cidade de São Paulo de 1978 a 1981 / Carla Grião da Silva ; Jaime Tadeu Oliva, orientador -- São Paulo, 2022.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras. Área de concentração: Estudos Brasileiros. Linha de pesquisa: Brasil: tensões, rupturas e continuidades entre passado, presente e futuro.

Versão corrigida.

Título em inglês: Places of memory of the social movement of people with disabilities in the city of São Paulo from 1978 to 1981 – São Paulo, SP.

Descritores: 1. Pessoas com deficiência 2. Movimentos sociais 3. Inclusão social 4. Acessibilidade 5. Lugares de memória 6. Movimentos políticos I. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação II. Oliva, Jaime Tadeu, orient. III. Título.

IEB/SBD111/2022

CDD 22.ed. 303.484

Bibliotecária responsável: Daniela Piantola - CRB-8/9171

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Nome: SILVA, Carla Grião da

Título: Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência na cidade de São Paulo de 1978 a 1981

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. Patrícia Isabel de Sousa Roque Martins

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Julgamento: Aprovada

Prof. Dr. Eduardo Cardoso

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Julgamento: Aprovada

Profa. Dra. Soraia Ansara

Instituição: Universidade Presbiteriana Mackenzie

Julgamento: Aprovada

À minha mãe, carinhosamente chamada de Ilzinha.

(In memoriam)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Ilza Angelina Grião, sempre dedicada a mim e aos meus irmãos. De anjo, ela não tinha só o nome composto, seguia sempre nos apoiando em nossas decisões e nos alertando para os obstáculos da vida. Nos dava coragem, amor, atenção e nos empurrava para voar.

Agradeço aos meus irmãos, Janaína e Ricardo, pois eu só sou eu mesma porque com eles aprendi a compartilhar o espaço, a escuta e a compreensão. À minha sobrinha de oito anos, Júlia, que me impressiona com sua grande sabedoria em nossas caminhadas peripatéticas.

Agradeço também aos meus tios Ilma, Lúcio e Edna, que em momentos muito difíceis, nos acolheram como seus filhos.

Durante o processo de pesquisa do mestrado, nós passamos por muitos momentos... Uns alegres, outros difíceis, uns em companhia, outros em solidão. Ter realizado uma pesquisa em dois anos pandêmicos tornou esse sonho mais difícil por conta de lutos, tristezas, grandes cargas de trabalho e privações. Mas foi com muito apoio, conversa e carinho (mesmo que remotamente), que essa pesquisa nasceu! Aos meus amigos: Marina Baffini, Marina Caso, Juliana Rafael, Fernanda Santana, Cláudio Bernardino Júnior, Ricardo Tanoeiro, Ana Beatriz Cascardo e Silvana Nascimento, o meu muito obrigada pelo diálogo!

Ao professor e orientador Jaime Tadeu Oliva, que aceitou o desafio e quem eu respeito muito pelo trabalho que desenvolve de forma séria, amena e profícua, que me auxiliou desde o momento da Banca de Qualificação.

À professora Patrícia Roque Martins pela participação na Banca de Qualificação com sugestões e críticas que muito contribuíram para o resultado final do trabalho.

Agradeço demais à Elza Ambrósio por ter me recebido em sua casa e me ter possibilitado o acesso ao acervo do Centro de Documentação e Informação da Pessoa com Deficiência Rui Bianchi do Nascimento – (Cedipod). À Lia Crespo, pela revisão ortográfica atenta da minha dissertação, pelo suporte e pelos tantos diálogos que tivemos durante a pesquisa. À Crismere Gadelha pelo seu entusiasmo na minha dissertação e pelo intermédio com o Gildas Brégain, a quem agradeço muito também pelo envio de sua tese *Pour une histoire du handicap au XXe siècle: approches transnationales (Europe et Amériques)* que contribuiu com a escrita dos capítulos.

Aos militantes do Movimento Social das Pessoas com Deficiência, sou muito grata por participarem das entrevistas que compuseram o capítulo 2, meu muito obrigada ao Canrobert, Gilberto, Geraldo, Tuca, Romeu, à Geni, Leila, Flavia, Ana Rita em aqui também, a Lia Crespo.

Ao Claudio, Davi e Rodrigo que corroboraram com sugestões de layout para o site dos lugares de memória, criado por meio desta pesquisa.

Sou grata aos convites que recebi para falar sobre esta pesquisa, divulgá-la e pela oportunidade de conversar um pouco mais sobre o que me encanta e me faz militar diariamente. Por fim, e não menos importante, aos alunos do curso de Museologia da Etec Parque da Juventude, que se interessaram pelo tema da inclusão e acessibilidade e cuja participação foi fundamental para minha formação como pessoa, profissional e pesquisadora.

- Tia Carla, você é cheia dos porquês.

- Como assim, Ju?

- Você vive querendo saber o motivo das coisas.

- E o que você acha disso, Ju?

- Aí ó, não disse!

RESUMO

SILVA, C. G. Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência na cidade de São Paulo de 1978 a 1981. 2021. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

O presente estudo buscou identificar os espaços compreendidos por nós como Lugares de Memória e que foram ocupados pelo Movimento Social das Pessoas com Deficiência na cidade de São Paulo no período de 1978 a 1981. Utilizando os referenciais teóricos de urbanidade, espacialidade, lugares de memória, memória, história oral e análises qualitativas e quantitativas da imprensa, propomos uma narrativa a respeito da ocupação da cidade por pessoas com deficiência, bem como analisamos as barreiras sociais enfrentadas cotidianamente pelo grupo. No primeiro capítulo, apresentamos uma análise contextual da cidade, chamando especial atenção para a inserção das pessoas com deficiência na sociedade paulistana. No segundo capítulo, apresentamos os Lugares de Memória identificados na pesquisa, propondo uma análise acerca da ocupação territorial desses espaços. No terceiro capítulo, adentramos os Lugares de Memória e discutimos como se dava a atuação da militância buscando promover efetivas transformações sociais. Como parte da pesquisa e visando a publicização dos dados obtidos, foi disponibilizado um endereço eletrônico (<http://lugaresdememoriampcd.atwebpages.com>) contendo informações a respeito desses locais.

Palavras chaves: Pessoas com Deficiência. Lugares de Memória. Movimento Social. Acessibilidade e inclusão. Movimento Político.

ABSTRACT

SILVA, C. G. Places of Memory of the Social Movement of People with Disabilities in the city of São Paulo from 1978 to 1981. 2021. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

In this research we identify the spaces we understand as Places of Memory that were occupied by the Social Movement of People with Disabilities in the city of São Paulo from 1978 to 1981. Using the theoretical references of urbanity, spatiality, places of memory, memory, oral history and qualitative and quantitative analyzes of the local press, we propose a narrative about the occupation of the city by people with disabilities, as well as the social barriers faced daily by the group. In the first chapter, we present a contextual analysis of the city, highlighting the inclusion of people with disabilities in São Paulo society. In the second chapter, we present the Memory Places identified in the study, proposing an analysis of the territorial occupation of these spaces. In the third chapter, we go into the Memory Places and discuss how militancy acted in order to promote effective social changes. As part of the research and aiming to publicize the data obtained, an electronic address was made available (<http://lugaresdememoriampcd.atwebpages.com>) containing information about these locations.

Keywords: People with Disabilities. Places of Memory. Social Movement. Accessibility and Inclusion. Political Movement.

LISTA DE SIGLAS

AIPD	Ano Internacional das Pessoas Deficientes
Abradef	Associação Brasileira de Deficientes Físicos
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AACD	Associação de Assistência à Criança Deficiente
Adeva	Associação de Deficientes Visuais e Amigos
AIDE	Associação de Integração de Deficientes
Apae	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ASSP	Associação dos Surdos de São Paulo
AI	Ato Institucional
Cacex	Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil
Cedrix	Centro de Desenvolvimento de Recursos para Integração Social
Cedipod	Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência
CPSP	Clube dos Paraplégicos de São Paulo
Ceuso	Comissão de Edificação e Uso do Solo
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CMTC	Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos
Cosipa	Companhia Siderúrgica Paulista
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CDI	Conselho de Desenvolvimento Industrial
Conatran	Conselho Nacional de Trânsito
Detran	Departamento de Trânsito
DAR-2	Divisão de Assistência e Recuperação Geral
DRPV	Divisão de Reabilitação Profissional de Vergueiro
EC	Emenda Constitucional
Geipot	Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte
EBTU	Empresa Brasileira de Transportes Urbanos
FMU	Faculdade Metropolitanas Unidas
FAPSS	Faculdade Paulista de Serviço Social
Fenepaes	Federação Nacional das APAEs
Fenasp	Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi
FCD	Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência
Febem	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
Inamps	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
Morhan	Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase
MDPD	Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes
NID	Núcleo de Integração de Deficientes

ONU	Organização das Nações Unidas
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PL	Projeto de Lei
Promec	Projetos Mecânicos S/C Ltda
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
RFFSA	Rede Ferroviária Federal
Sehab	Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sodevibra	Sociedade dos Deficientes Visuais do Brasil
Unadef	União Nacional dos Deficientes Físicos

SUMÁRIO

Introdução	23
1 Objetivos gerais da pesquisa	24
2 São Paulo: breve retrospecto histórico	31
3 Movimentos Sociais das Pessoas com Deficiência pelo Mundo	50
4 Referencial teórico e metodológico e estrutura da dissertação	55
1 Capítulo 1 – A Cidade de São Paulo e o Movimento Social das Pessoas com Deficiência	68
1.1 As pessoas com deficiência e a luta por direitos	72
1.2 Os conceitos de espaço e cidade	80
1.3 Espacialidade, modelo social da deficiência e eliminação de barreiras	91
1.4 Análise quantitativa das matérias publicadas no Jornal Folha de São Paulo	159
2 Capítulo 2 - Lugares de Memória	172
2.1 Memória e Lugares de Memória	172
2.2 Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência	184
3 Capítulo 3 - No interior dos Lugares de Memória: articulações e lutas do Movimento Social das Pessoas com Deficiência	263
3.1 História oral	265
3.2 Articulações entre as pessoas com deficiência	271
3.3 Dinâmicas entre as entidades do Movimento Social das Pessoas com Deficiência	298
3.4 O Movimento Social e a Iniciativa Privada / Instituições públicas	305
3.5 Aproximações do Movimento Social das Pessoas com Deficiência da Política Institucionalizada no Regime Militar Brasileiro	321
Considerações finais	349
REFERÊNCIAS	358
APÊNDICES	381

Apêndice I: Depoimentos coletados	382
Apêndice II – Listagem com as manchetes das peças do jornal Folha de São Paulo	426
Apêndice III – Projetos de Thales Ramalho	469
Apêndice IV – Conjunto de matérias de jornais e documentos do Cedipod sobre o caso dos Correios.....	474
Apêndice V – Ata da AIDE	479

Introdução

Como muitos projetos de pesquisa, o resultado desta dissertação foi diferente daquele planejado de antemão. Iniciamos buscando identificar/levantar os Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência. Tratava-se de uma proposta semelhante àquela empreendida por Renato Cymbalista em *Guia dos lugares difíceis de São Paulo* (2019), com o diferencial de visitar os Lugares de Memória em companhia de alguns militantes e, a partir dos relatos e fotografias colhidas, produzir uma espécie de guia que reconhecesse os espaços de luta das pessoas com deficiência em São Paulo.

Com a pandemia de SarsCov-2 iniciada em 2020, fomos obrigados a reformular algumas propostas. Primeiramente porque os lugares identificados, em sua maioria, estavam ocupados por outros empreendimentos ou moradores e pedir acesso a esses espaços em um contexto de isolamento e distanciamento social seria inapropriado. Em segundo lugar, os militantes que nos acompanhariam nessas visitas são pessoas idosas. Não por acaso, Ana Maria “Lia” Morales Crespo os chama de “jurássicos” (CRESPO, 2010), reconhecendo seu pioneirismo na conquista dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Sendo o SarsCov-2 um vírus respiratório de fácil transmissão, que se aproveita da baixa imunidade dos indivíduos para atacá-los de maneira violenta, o risco para a saúde de pessoas idosas e com comorbidades é particularmente elevado.

Produzir uma pesquisa de mestrado na pandemia trouxe desafios extras. Além de restringir o acesso aos lugares e às pessoas, a própria consulta de acervos ficou comprometida. Em alguns casos, precisamos utilizar ferramentas online pouco apropriadas, como listas de nomes de documentos com descrições genéricas que dificultam o real entendimento do que ali estava disponível. Tal característica nos obrigou a utilizar com

mais intensidade recursos documentais disponíveis em locais que, inicialmente, não pensamos em consultar. Daí a importância, como poderá ser observado ao longo desse trabalho, das peças dos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, todas consultadas nas plataformas online dos respectivos veículos de imprensa.

Como um todo, a humanidade precisou se readequar a essa nova realidade, assim como nossa pesquisa. Mantivemos a proposta de levantamento e apresentação dos Lugares de Memória e expandimos nosso escopo em um viés histórico fundamentado em documentações primárias, bibliografias especializadas e depoimentos de atores que vivenciaram o período abordado.

Para apresentar nosso trabalho e objeto de pesquisa, dividimos esta introdução em quatro partes. A primeira discorrerá sobre o objeto de pesquisa em si, explicitando nossas intenções e objetivos. A segunda proporá uma contextualização da cidade de São Paulo, palco da atuação do Movimento Social das Pessoas com Deficiência. Seguimos apresentando o panorama mundial com o qual esse movimentou dialogou. Por fim, discorreremos sobre o referencial teórico e metodológico utilizados, bem como sobre a estrutura dos capítulos, apontando as principais propostas de cada um.

1 Objetivos gerais da pesquisa

De maneira geral, podemos sintetizar nosso trabalho como uma proposta de compreensão da atuação das entidades do Movimento Social das Pessoas com Deficiência na cidade de São Paulo entre o período de 1978 e 1981 a partir de seus Lugares de Memória.

A atuação das pessoas com deficiência é ainda muito pouco explorada na academia, constatação que motivou nosso projeto de pesquisa. Há muitos trabalhos sobre outras minorias, como o movimento

negro, feminista, LGBTQIA+, imigrantes, refugiados etc. A difusão desse debate tem sido responsável por mudanças culturais que visam garantir a equidade de direitos para todos os segmentos sociais. Observamos essas mudanças não apenas nas páginas das legislações brasileiras. Cada vez mais minorias estão em peças publicitárias, nas universidades, em cargos de liderança etc. É verdade que os números ainda apontam que temos um caminho longo a ser trilhado. Para nenhuma minoria, a luta acabou, principalmente nos últimos anos com o avanço de políticas populistas à direita, quando observamos escaladas de violências, perseguições e supressão de direitos outrora consolidados. É inegável, contudo, que está em marcha transformações que garantem visibilidade a diversas minorias. Observamos mudanças inclusive no nosso vocabulário através do não uso de expressões enraizadas de origem racista ou preconceituosa, como “lado negro”, “cabelo ruim”, “coisa de mulher” etc.

No entanto, constatamos que esse movimento de inclusão representa e enquadra muito pouco as pessoas com deficiência. Endossamos aqui a fala da ativista pela acessibilidade Ana Clara Moniz: onde está a pessoa com deficiência na sua diversidade¹?

Vemos, ainda, poucas pessoas com deficiência em programas de TV, peças publicitárias, ou mesmo nas universidades, ensinos técnicos ou ensino médio. Wederson Rufino dos Santos (SANTOS, 2008b), utilizando dados do Censo de 2000, afirma que o Brasil possui cerca de 15% de pessoas com deficiência, o que representaria 1,5 pessoas a cada 10. Onde esses indivíduos estão? Como esse grupo conseguiu o (pouco) espaço que possui na sociedade hoje? Por que temos cuidado em usar um vocabulário que não ofenda outras minorias, mas não nos importamos

¹ MUNIZ, 2020.

em diariamente utilizarmos frases capacitistas que ofendem as pessoas com deficiência? Por que, de maneira geral, sabemos tão pouco a respeito delas?

Quando a autora desta dissertação ingressou no então Memorial da Inclusão: Os caminhos da pessoa com deficiência (atual Museu da Inclusão), a pouca difusão do conhecimento a respeito das pessoas com deficiência ficou muito clara para ela. Foi a convivência com histórias diversas e pouco contadas que também motivou esta pesquisa. A partir do contato com uma infinidade de pessoas com deficiência observou-se a necessidade de contribuir para a construção de um conhecimento a respeito do grupo. Nesse sentido, além de uma pesquisa acadêmica conduzida com rigor científico, esta é uma pesquisa militante.

A ideia de saber militante está em Donna Haraway (1995). Em estudo abordando a questão da ciência e do feminismo², a autora versa sobre a produção científica e a produção local de saberes. Para Haraway, o discurso científico tradicional compreende o objeto de estudo como algo desvinculado do pesquisador, que, por sua vez, atua de maneira neutra e objetiva. Dessa forma, o saber produzido apresenta-se através de um discurso fechado e universal e esse saber é o único representante de uma verdade absoluta que existe independente dos seres humanos. Esse truque retórico, chamado pela autora de truque de Deus, permite ao pesquisador mostrar-se como um simples porta voz de uma realidade que lhe é externa e independente. Essa aparente impessoalidade do discurso científico é vista pela autora como irresponsável, na medida em que as consequências da análise não podem ser imputáveis a um autor determinado.

²HARAWAY, Donna, Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial, Cadernos pag, n. 5, p. 7–41, 1995.

Partindo deste pressuposto, Haraway propõe a importância de uma ciência feminista que produza, por sua vez, saberes localizados, ou seja, saberes produzidos localmente a partir da relação direta dos indivíduos com os objetos que os cercam. Um saber localizado é um saber responsável, na medida em que possui uma autoria claramente definida. Também é um saber militante, na medida em que busca, através de sua formulação, criar elementos capazes de transformar a realidade em que está inserido.

Compreendemos, portanto, que o sujeito pesquisador e o objeto pesquisado se coproduzem, uma vez que um interfere diretamente no outro. A pesquisa aqui apresentada é resultado dessa mistura entre uma pesquisadora que se considera ativista e cientificamente rigorosa e um objeto de estudo que lhe é importante.

Quando consideramos o estudo na perspectiva de um “saber localizado”, precisamos situar o pesquisador e suas motivações tanto quanto o objeto de estudo em si. Além da proximidade com o assunto durante as atividades desenvolvidas no Memorial da Inclusão, cuja antiga curadoria era relacionada aos militantes do Movimento Social das Pessoas com Deficiência, o tema acessibilidade e inclusão despertou interesse da autora desde a época em que cursou a graduação em Museologia, na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Durante as pesquisas de campo realizadas durante o curso, que ocorriam sobretudo nos morros ao redor da cidade, chamava a atenção dos alunos em geral a dificuldade para acesso desses espaços por pessoas com deficiência. O Curso de Museologia trouxe, ainda, reflexões essenciais a respeito da musealização do espaço e dos Lugares de Memória.

Uma vez identificada a pouca apropriação pela sociedade brasileira das temáticas relacionadas à deficiência, a autora teve a ideia de

desenvolver uma pesquisa histórica sobre o assunto relacionando-o ao conceito de Lugar de Memória discutido no bacharelado em Museologia. A partir daí surgiu a proposta de levantar-se, conhecer-se e compreender-se como os lugares de luta desse movimento na cidade de São Paulo eram lembrados e ressignificados pelos próprios militantes. A escolha do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP) como instituição para o desenvolvimento da pesquisa se deu de maneira natural, tendo em vista que este departamento possui uma proposta de estudos das identidades brasileiras em uma perspectiva interdisciplinar.

No que concerne à escolha por estudar esse movimento na cidade de São Paulo, isso se deve ao fato de ter sido nessa cidade, quando pensamos em Brasil, que o movimento se revelou mais consolidado e menos isolado, com propostas em defesa dos direitos da pessoa com deficiência que, de certa forma, supomos serem mais vanguardistas se comparadas a outros estados brasileiros no final de 1978 e meados de 1979, quando teve início a representação de pessoas com deficiência por elas mesmas e exigindo a efetivação de seus direitos³.

Essa organização foi uma das consequências do movimento iniciado pela Organização das Nações Unidas (ONU), quando, um ano depois da "Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes", aprovou em 16 de dezembro de 1976, a Resolução nº 31/123, proclamando o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD)⁴, com o lema "Participação plena e igualdade". No Brasil, foi criada, pelo

³ De acordo com o livro 30 Anos do AIPD, disponível no Memorial da Inclusão, o período de 1979 a 1985 é considerado a "fase heroica" do Movimento Social das Pessoas com Deficiência. No caso de São Paulo, conforme veremos ao longo do capítulo 1, o movimento reunia-se desde 1979 em espaços como a Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), contando com a presença de diversas pessoas com e sem deficiência que procuravam influenciar na tomada de decisões públicas visando garantir os seus direitos.

⁴ Discutiremos essa questão com maiores detalhes na seção 3 do capítulo 1

presidente João Figueiredo, a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes⁵, a qual, ironicamente, até 1981 não tinha entre os seus membros nenhuma pessoa com deficiência, nem tampouco algum representante do movimento⁶.

A escolha do recorte cronológico se deu devido ao período de 1978 a 1981 ter sido identificado pela autora como um período de transformação. Em 1978, pouco se discutia sobre acessibilidade na sociedade brasileira. Sinaliza, portanto, uma realidade marcada pela invisibilidade das pessoas com deficiência. No final de 1979, identificamos o aumento das entidades ligadas às pessoas com deficiência conduzidas *por* pessoas com deficiência. É o começo de uma organização maciça. Terminamos em 1981 com o AIPD, momento em que o Movimento Social das Pessoas com Deficiência está mais consolidado e articulado.

Na década de 1980, as pessoas com deficiência não se isentaram de participar da luta por democracia. Além disso, passaram a realizar frequentes reuniões nas quais se discutiam formas de melhorar o acesso à saúde, à educação, ao trabalho, ao transporte, à autonomia, aos cuidados e, principalmente, à acessibilidade. Ciente de que 1981 traria grande oportunidade para que suas questões saíssem da invisibilidade, o movimento realizou diversas ações preparatórias para o AIPD, na medida em que ele se aproximava. Se essas ações serviram de incentivo para o início da luta por reconhecimento de direitos e exercício de cidadania, o

⁵ REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Brasília, DF, 1981. Comissão Nacional – Relatório de Atividades. Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002911.pdf>>. Acesso em 25 de setembro de 2020.

⁶ Posteriormente, foi acrescentado José Gomes Blanco, como representante do movimento. Em 1982, a Assembleia Geral das Nações Unidas, formulou o Programa Mundial de Ação para Pessoas com Deficiência. A partir disso, teve início um período de fortalecimento das lutas das pessoas com deficiência pela concretização dos seus direitos e pela sua participação plena na sociedade em igualdade de condições.

ápice pode ter sido o enorme esforço empreendido por ocasião da Constituinte, em 1987-88, quando o movimento, em encontros municipais, estaduais, regionais e nacionais, discutiu, aprovou e, de fato, fez inserir na Constituição Federal de 1988, os direitos que viriam a mudar a maneira como a sociedade brasileira percebe e trata as pessoas com deficiência.

A mobilização ainda hoje segue na defesa dos Direitos Humanos. O importante legado das ações realizadas durante os anos de 1978 a 1981 pode ser resumido no paradigma da inclusão social, ideal a ser perseguido pela sociedade, com a adoção da acessibilidade e do desenho universal, que beneficiam a todos ao eliminar as barreiras, quer sejam elas físicas, intelectuais, atitudinais ou cognitivas, tanto nos ambientes urbanos, como nos produtos e na comunicação, em benefício de todo⁷.

Por fim, cabe salientar o que compreendemos como Movimento Social das Pessoas com Deficiência. Ao longo desta pesquisa, ficará claro que existiram diferentes entidades que reivindicavam os direitos das pessoas com deficiência. Existia, por exemplo, o Núcleo de Integração dos Deficientes (NID), a Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes de São Paulo (FCD), o Centro de Desenvolvimento de Recursos para Integração Social (Cedris), entre outros. Cada uma dessas entidades, quase sempre liderada por pessoas com deficiência, promovia atividades voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, bem como reivindicavam mudanças na legislação e na sociedade.

Tratava-se de entidades relativamente autônomas que, por vezes, atuavam juntas para atingir suas metas. Algumas delas se vincularam ao Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (MDPD), mas não

⁷ CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008.

todas. Este não é um trabalho a respeito apenas do MDPD e sim desse conglomerado de entidades autônomas que optamos por chamar de Movimento Social das Pessoas com Deficiência. Ao longo da pesquisa, abordaremos em muitas ocasiões as atividades do MDPD, porém frisamos que este é apenas uma das entidades que trabalharemos. Para melhor organicidade da pesquisa, retomaremos essa discussão no capítulo 3.

2 São Paulo: breve retrospecto histórico

A luta do Movimento Social das Pessoas com Deficiência que abordaremos se deu na cidade de São Paulo, sendo essa, o “palco” da nossa pesquisa. Assim, acreditamos ser relevante uma breve contextualização das causas que tornaram o território da cidade aquele encontrado pelas pessoas com deficiência durante nosso recorte cronológico.

Esta seção tem como objetivo abordar brevemente a história da fundação da cidade e seus principais processos de urbanização, responsáveis por darem à capital paulista um caráter de *antiurbanidade*. Esse conceito, que será mais bem desenvolvido no final dessa seção, torna possível a compreensão das condições objetivas que levaram ao surgimento do Movimento Social das Pessoas com Deficiência e à necessidade de transformação do espaço público visando a construção de uma cidade mais inclusiva a todos os seus cidadãos.

Como parte do movimento de dominação efetiva e do controle da maior colônia portuguesa do além-mar, a então vila de São Paulo de Piratininga foi fundada em 1554. Naquele momento, não era possível falar nem de São Paulo enquanto cidade nem de Brasil enquanto país, uma

vez que esses territórios, além de receberem outros nomes, não possuíam o mesmo conceito que possuem hoje.

De acordo com a historiadora Mary Del Priore (2010), desde a colônia o território que hoje chamamos de São Paulo era visto pelos viajantes estrangeiros como uma maior aglomeração urbana quando comparada com as outras vilas do período. A descrição da autora acerca da paisagem, feita de maneira quase literária, nos ajuda a compreender como o centro “mais urbano” da colônia se constituía:

No alto de uma pequena elevação sobressaíam as torres de suas oito igrejas, seus dois conventos e três mosteiros. Casas em taipa branqueada com tabatinga, uma espécie de argila clara, davam-lhe ares de incrível limpeza. As ruas, no entender de vários observadores, eram “largas, claras, calçadas, espaçosas e asseadas”. Aqui e ali, chafarizes reuniam a multidão de escravos e mulheres em busca d’água. [...] Transposto o riacho do Tamanduateí, entrava-se na parte mais animada: o mercado ou rua das casinhas – com lojas de víveres - que esparramavam pela rua do barracão ou ladeira do Carmo (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2010, p. 89).

Embora Del Priori trate a vila de São Paulo como um centro urbano, a ideia de urbanidade para as vilas do território que hoje chamamos de Brasil não é consensual na bibliografia especializada. O geógrafo Ralfo Matos (2011) compreende que os “assentamentos humanos densos”, como a vila de São Paulo, devem ser pensados como “integrantes de um protourbanismo nem sempre provisório” (MATOS, 2011, p. 41). Para o autor, a localização estratégica desses núcleos de ocupação, com a proximidade de grandes bacias fluviais que asseguravam a navegação de capotagem e a função de controle do território, foi responsável pelo surgimento de uma incipiente rede urbana que marcou, posteriormente, o espaço brasileiro. A permanência desses locais foi assegurada justamente pela presença expressiva de moradores, de estabelecimentos comerciais e instalações permanentes de governo, tal qual apresentada por Del Priori.

Sendo considerada como urbana ou não, a vila de São Paulo, no século XVII, era apresentada em alguns mapas e textos como centro de um grande sistema de estradas que se expandia rumo ao sertão e à costa, como afirma Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA, 2005, p. 19). Essas estradas, muito utilizadas pelos bandeirantes, foram inicialmente criadas com técnicas de origem indígenas e serviam como caminhos para expansão da colonização portuguesa, resultando inclusive na descoberta de algumas jazidas de ouro no interior do território e na destruição de inúmeros aldeamentos indígenas.

Caminhos e convivência com a diferença não se desenvolviam de maneira harmoniosa e, em nome da função econômica prática que os colonizadores tentavam imprimir na colônia portuguesa, a destruição dos nativos era aceitável. Para esses colonizadores, o território colonial não era um espaço de vivências e sim uma fonte de recursos destinados sobretudo ao fornecimento de gêneros tropicais ou minerais para a Europa, como por exemplo o açúcar, o algodão, o ouro etc., como aponta Caio Prado Junior (PRADO JR, 2011, n. p.). Como veremos panoramicamente ao longo desta seção, o urbano (ou o protourbano) se desenvolve em São Paulo de maneira não inclusiva e violenta, indo no sentido contrário às concepções contemporâneas de urbanidade.

Falando sobre a urbanização brasileira, em especial da atual cidade de São Paulo, Milton Santos (1993), embasado em Nestor Goulart Reis, afirma que existiram três etapas da organização do território nacional:

A primeira fase, “entre 1530 e 1570 (...) [teve como] ponto de maior intensidade (...) os anos de 1530 e 1540”. Entre a fundação do Rio de Janeiro em 1567 e a de Filipéia da Paraíba em 1585, há um intervalo em que apenas ocorre a instalação de Iguape. O segundo período fica “entre 1580 e 1640, anos de dominação espanhola, com dois pontos de maior intensidade: os anos entre 1610 e 1620, com a fundação de uma vila e três cidades e entre 1630 e 1640, com a fundação de nove vilas, (...) com a existência de uma urbanização sistemática na costa norte, em direção à Amazônia”. Num terceiro momento, entre 1650 e

1720, foram fundadas trinta e cinco vilas, elevando-se duas delas à categoria de cidades: Olinda e São Paulo. Ao fim do período, a rede urbana estava constituída por respeitável conjunto de sessenta e três vilas e oito cidades (SANTOS, 1993, p. 16–17).

De acordo com Santos, foi a partir do século XVIII que a urbanização de fato começou a se desenvolver no Brasil, acelerando-se no século XIX. O autor considera como o início do desenvolvimento desse processo o momento em que a “casa da cidade torna-se a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor de engenho”, uma vez que, até então, a elite brasileira vivia em suas propriedades rurais durante a maior parte do tempo.

No início do período que convencionou-se chamar de “independência do Brasil” (1822) as cidades, entre elas São Paulo, somavam perto de 5,7% da população total do país. Em 1872, o número de cidadãos correspondia a 5,9% da população brasileira. Em 1990 já somavam 9,4% (*ibidem*, p. 18-21).

Para o autor, a urbanização no Brasil conheceu dois grandes regimes, sendo o primeiro no final do século XIX, tal qual explorado acima, e o segundo após os anos 1940 e 1950, quando os nexos econômicos ganharam relevância e se impuseram às dinâmicas urbanas na totalidade do território, com as funções administrativas públicas assumindo, na maior parte dos estados, um papel preponderante. No século XIX, ainda havia oscilação no crescimento do número de habitantes nas cidades, existindo períodos intercensais, nos quais o crescimento era relativamente lento, e podiam ser compreendidos como reflexos de razões diretas ou indiretas dos acontecimentos em áreas não urbanas; após a Segunda Guerra Mundial, o crescimento tornou-se constante e sustentado (*ibidem*, p. 24-25). A partir dos anos 1950, Milton Santos

notou uma tendência à aglomeração da população nas cidades (*ibidem*, p. 69).

O advento da produção econômica em larga escala do café no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, fez do Estado de São Paulo o polo dinâmico das áreas que abrangem os estados do Sul e, de maneira incompleta, do Centro-Oeste brasileiro (*ibidem*, p. 26). Para Matos, a partir de 1830, com os recursos da produção de café injetados nos centros urbanos, as cidades brasileiras, entre elas São Paulo, começaram a se expandir (MATOS, 2011, p. 50). O crescimento de São Paulo, para Milton Santos, está atrelado à implementação de estradas de ferro, à melhoria dos portos e à criação de meios de comunicação (SANTOS, 1993, p. 26). Assim como no período colonial, o processo de expansão da cidade no século XIX estava intimamente atrelado com a criação de caminhos que ligavam a região a outras partes do país e do mundo.

Palmira Petratti Teixeira afirma que os fenômenos de urbanização e de industrialização de São Paulo devem ser compreendidos também como parte do binômio café-ferrovia, que teve grande peso na consolidação do sistema capitalista da cidade. Mesmo produzido em áreas rurais, a partir do momento em que era negociado para exportação, o café se transformava em atividade urbana. A necessidade de criação de uma infraestrutura eficiente de transporte, como aponta Santos, derivava da dificuldade, apontada por Teixeira, em transportar o café em mulas através das estradas precárias que ligavam São Paulo ao porto de Santos. Tal característica dificultava a expansão da economia cafeeira para o oeste paulista. Para a autora, a “modernização” chegou a São Paulo a partir do momento em que os fazendeiros se empenharam para buscar soluções para os problemas do transporte. Dessa forma, por volta

de 1860 e 1880, a expansão cafeeira foi associada ao advento ferroviário (TEIXEIRA, 2002). A autora conclui que

As atividades geradas pelo complexo cafeeiro, isto é, o conjunto das atividades geradas por este produto se constituíram em atividades urbanas diversificadas de modo a estimular o advento industrial e alterar as relações no espaço social, econômico e político [de São Paulo] (*ibidem*, p. 129).

Além das melhorias trazidas às áreas de transporte e comunicação, a riqueza gerada com a produção do café instalou, sob os fluxos do comércio internacional, formas de produção, trabalho, intercâmbio e consumo típicas do capitalismo, integradas ao Brasil de maneira limitada, uma vez que delas participavam apenas uma parcela do território nacional. Para Milton Santos,

A divisão do trabalho que se opera dentro dessa área é um fator de crescimento para todos os seus subespaços envolvidos no processo e constitui um elemento de sua crescente diferenciação em relação ao resto do território brasileiro. E com base nessa nova dinâmica que o processo de industrialização se desenvolve, atribuindo a dianteira a essa região, e sobretudo ao seu pólo dinâmico, o Estado de São Paulo (SANTOS, 1993, p. 27).

O crescimento populacional das cidades e as mudanças provocadas pelo café em São Paulo trouxeram para os centros urbanos em geral transformações significativas. Surgiram transportes, bonde, iluminação, água e energia. Ao mesmo tempo, há o desenvolvimento do comércio local e dos bancos, responsáveis por grandes empréstimos aos fazendeiros. Muitos barões do café, após o advento da República (1889), tornaram-se, em alguns casos, ‘homens de estado’ de fato e, muitas vezes de direito, apoiados que eram em suas fortunas” (TEIXEIRA, 2002, p. 128). Conforme apontou Milton Santos, a cidade tornou-se residência da elite cafeeira paulista, o que levou à aceleração e à expansão das atividades urbanas e de utilidade pública, uma vez que os barões do café possuíam grande influência nas tomadas de decisões políticas. As

empresas capitalistas que se delineavam não eram compatíveis com o modo de vida tradicional, pois, de acordo com Teixeira, exigiam a *convivência urbana*. Assim, no final do século XIX, os fazendeiros começaram a imprimir um aspecto original à função urbana das cidades (TEIXEIRA, 2002, p. 132), São Paulo em especial. Conforme veremos no final desta seção, a ideia de “convivência urbana” apresentou, como principal característica, uma convivência prática, baseada sobretudo no trabalho. Diferentes grupos possuíam diferenças conflituosas e muitas vezes violentas, uma vez que a cidade se desenvolveu no sentido de permitir à classe dominante ampliasse suas riquezas.

O advento do café trouxe, também, mudanças na mão-de-obra da lavoura. A escravidão dava lugar à chegada de imigrantes sobretudo europeus. Embora a discussão acerca dessa transformação não caiba nesta dissertação de mestrado, podemos assinalar que diferentes autores produziram diferentes interpretações para essa mudança, atribuindo pesos variados a duas ideias básicas: a incompatibilidade da escravidão com uma sociedade capitalista baseada no trabalho e no comércio e a política racista de branqueamento da população brasileira. De qualquer forma, passa a haver grande incentivo à imigração para o Brasil, com diversas províncias formulando leis específicas para esse fim a partir de 1887. A uma São Paulo formada por descendentes dos colonizadores europeus, indígenas e negros somaram-se imigrantes de países variados.

Neste contexto, a Hospedaria do Imigrante é fundada na cidade de São Paulo em 1887. No mesmo ano, chegam ao Brasil 33.310 estrangeiros, número maior que a somatória dos cinco anos anteriores. A maioria deles era originária da Itália, seguida por Portugal e Espanha. São Paulo tornou-se “um mercado de trabalho, mais que um mercado de produtos agrícolas e industriais”. Tal característica reforçou o papel comercial da cidade (TEIXEIRA, 2002, p. 132).

De maneira geral, é possível afirmar que as riquezas geradas com a produção do café perduraram até a crise de 1929, apesar das diversas crises econômicas enfrentada em anos anteriores. Celso Furtado afirma que os cafeicultores foram hábeis em agir nesses momentos, muitas vezes segurando parte do estoque do café colhido para alterar artificialmente a oferta e a demanda, mantendo assim os preços de seus insumos relativamente elevados e jogando, para o futuro, qualquer tentativa de resolver o problema econômico que enfrentavam no momento (FURTADO, 2003, p. 224–225). O declínio da economia cafeeira traria para o processo de urbanização da cidade novas características.

Ressaltamos que foi a segunda metade do século XIX o momento de transformação na história política, econômica e social que gerou as características na cidade de São Paulo que mais influenciaram na sua atual composição. Conforme mostramos, foram os recursos oriundos do café que financiaram as ferrovias, possibilitaram a transferência da elite dos campos para a cidade e, no século XX, permitiram o financiamento da nascente indústria paulista. Durante o período chamado de República Velha (1889-1930), o café manteve-se no primeiro lugar nas exportações brasileiras, representando em torno de 60% do valor total. O crescimento econômico e os empregos eram altamente dependentes desse insumo, principalmente nas áreas mais desenvolvidas do país.

Para o historiador Boris Fausto, foi devido ao café que, na República Velha, a cidade de São Paulo deu “o saldo mais espetacular” no crescimento e urbanização (FAUSTO, 1994, p. 284). Muitos dos imigrantes que chegavam ao país começavam a sair de suas atividades agrícolas e a se dirigir à cidade, que oferecia

um campo aberto ao artesanato, ao comércio de rua, às fabriquetas de fundo de quintal, aos construtores autodenominados ‘mestres italianos’, aos profissionais liberais.

Como opção mais precária, era possível empregar-se nas fábricas nascentes ou no serviço doméstico (*ibidem*).

Nesse cenário de transformações, o imigrante surge nas duas pontas da nascente indústria: alguns eram donos de empresas e outros operários. Além disso, muitos eram técnicos especializados. Para se ter uma ideia, em 1893, 70% dos integrantes das empresas manufatureiras de São Paulo era de imigrantes (*ibidem*, p. 287). Esses fatores motivaram a diversificação das atividades econômicas e promoveram o crescimento da classe média. Com a maior liberdade de circulação propiciada pelas cidades, houve também a circulação de ideias variadas, promovendo inclusive o surgimento dos primeiros Movimentos Sociais Urbanos. Em São Paulo, por exemplo, ideias anarquistas circulavam pelos movimentos operários, formando o chamado anarco-sindicalismo (*ibidem*, p. 296-297).

Nesse sentido, cabe salientar dois aspectos da cidade de São Paulo: o primeiro deles diz respeito à importância dos caminhos, das estradas e das ferrovias para o desenvolvimento local. Da Colônia à República Velha, autores como Sergio Buarque e Milton Santos apontam para uma São Paulo que cresce tanto em população quanto em importância à medida em que os caminhos se expandem, seja para se chegar a ela (como os imigrantes) seja para se partir dela (como os bandeirantes). O segundo aspecto diz respeito à desordenada urbanização. O crescimento de uma população variada, de povos originários da terra no século XVI a imigrantes europeus no século XIX, se dá à medida que a cidade passa por mudanças econômicas que geram novas demandas. Não houve a implementação de um planejamento organizado tanto urbano quanto para o acolhimento de pessoas de variadas culturas e necessidades. Seu crescimento se deu sobretudo para atender às demandas de uma elite preocupada com a expansão dos

próprios negócios. De fato, a cidade cresce baseada na exclusão dos indesejados, empurrando-os cada vez mais para as periferias, como pode ser observado em Santos (1993). A convivência urbana apontada por Teixeira parece apresentar-se como uma consequência indesejada da produção de riquezas. A elite “convive” com os mais pobres porque necessita deles para enriquecer. A vivência se esgota, muitas vezes, na produção. Após gerar a riqueza, os mais pobres devem voltar para seus lugares periféricos.

Compreendemos a periferia aqui não apenas em seu sentido geográfico, ou seja, regiões que estão à margem da cidade. Compreendemos periferia também no sentido que Boaventura de Sousa Santos conferiu ao conceito de Sul. Em São Paulo, abertura de caminhos e exclusão social se desenvolvem juntos, uma vez que esses caminhos nunca foram pensados como sendo para todos os cidadãos. Os espaços dedicados aos carros ou aos condomínios fechados, como veremos adiante, exemplificam essa afirmação.

Até o momento, buscamos compreender as transformações de São Paulo por meio de um viés majoritariamente econômico. Contudo, outras forças, igualmente excludentes, influenciaram mudanças significativas, como a ideologia higienista. Conforme citado na primeira seção desta introdução, o discurso científico no século XIX também teve grande influência na reorganização urbana da cidade. Nesse caso, longe de tentar explicá-la e propor soluções visando melhor convívio de todos os cidadãos, a emergente ideia da higiene e do sanitarismo identificava nos mais pobres o risco de transmissão de doenças contagiosas. Dessa forma, os médicos sanitaristas, com grande influência na República⁸,

⁸ Há certo consenso na bibliografia especializada acerca da influência científica na administração pública durante o período republicano. Isso se deu devido à grande

propuseram para a cidade, de acordo com Afonso Soares de Oliveira Sobrinho (2013), intervenções que visavam a ordem e a disciplina das condições de vida e do próprio trabalho por meio da higiene pública. Os indivíduos pobres passam a ser identificados como “homens degenerados” que ameaçam, inclusive, a moralidade cristã da família, suscitando preocupações por parte das elites e autoridades (OLIVEIRA SOBRINHO, 2013, p. 213).

Os cortiços, locais de moradia dos mais pobres, foram identificados como uma “ameaça à noção de civilidade” (*ibidem*, p. 214) e, por essa razão, precisavam ser destruídos. Além disso, a concepção higienista foi revelada nas “grandes construções, avenidas e bairros, que visam à importação de hábitos estrangeiros, como projetos de cidade, como os Campos Elíseos, Higienópolis e Bela Vista”, que utilizavam a estética burguesa predominantemente europeia, em especial da França. Para Oliveira Sobrinho, a compreensão das mudanças de paisagem e urbanização de São Paulo naquele momento precisam ser compreendidas a partir do pensamento exógeno (*ibidem*, p. 216), ou seja, das tentativas, por parte das elites locais, de fazer uma São Paulo parecida com Paris.

Em São Paulo, essa importação da urbanização resultou na valorização das construções e na prática de “deixar os rios longe do alcance de visão, canalizando-os junto com o esgoto; além disso, aterraram-se as áreas de várzea e alteraram-se os contornos dos rios na região central” (*ibidem*). O transporte fluvial que, de acordo com Sergio Buarque de Holanda, era importante durante o período da construção da vila de São Paulo fora definitivamente deixado de lado.

influência da doutrina positivista, bem como da crença, por parte das elites locais, acerca da importância da modernização do país através de práticas científicas. Para mais informações, consultar SILVA, 2004.

Boaventura de Sousa Santos (2007) usa o conceito de pensamento abissal para compreender a divisão entre um Sul metafórico (aqueles que não são desejáveis) e um Norte metafórico (aqueles que estão “standardizados” e, portanto, são tidos como desejáveis). Para o autor, o pensamento europeu traçou uma linha que separa o “nós” (Europa, o Norte), ou seja, aquele que está “do lado de cá da linha”, de todos os outros indivíduos (os colonizados, o Sul), que estariam “do lado de lá da linha” (*ibidem*, 2007). Essas afirmações devem ser compreendidas, obviamente, do ponto de vista de Boaventura de Sousa Santos, um português e, portanto, europeu. Nós, brasileiros, que reproduzimos aqui sua teoria, somos o outro, o indesejado e, portanto, estamos, na verdade, “do lado de lá da linha”.

De qualquer forma, a ideia de pensamento abissal permite compreender como as políticas públicas do Norte preocupam-se com valores como direitos humanos, democracia, igualdade etc., ao mesmo tempo em que permitem, quando não provocam deliberadamente, valores completamente opostos no Sul (*ibidem*). Dessa forma, seria possível entendermos como, por exemplo, em nome da democracia, se legitima uma intervenção armada em outro país para destituir o governo de lá. Santos identifica diferentes linhas abissais traçadas em diferentes situações e em diferentes momentos históricos.

No Ocidente, aqui compreendido como a Europa capitalista e os Estados Unidos da América, o “standardizado”, além de ser um homem, branco, heterossexual e cristão, é aquele que é produtivo, ou seja, que está inserido no sistema capitalista. Com os mais pobres, essa inserção se dá por meio da geração de riquezas e é ali que está a linha abissal. No caso do movimento sanitário, os “homens degenerados”, os pobres habitantes dos cortiços, podiam sofrer toda sorte de pressões e supressões de direitos básicos, uma vez que eram indesejáveis e, de

certa forma, destituídos de humanidade. Daí a possibilidade de o poder público destruir suas moradias, como citamos anteriormente. Do lado privilegiado da linha abissal, estavam bairros como Higienópolis, habitado pelos barões do café e construído de acordo com padrões europeus. Até os dias atuais, o acesso a esse bairro é dificultado aos mais pobres, vistos como “gente diferenciada”⁹. A exclusão do não estandardizado está na base da urbanização da cidade de São Paulo e a ideia de pensamento abissal contribui para a compreensão não apenas da perseguição aos mais pobres como também do acesso da pessoa com deficiência aos recursos da cidade.

Voltando à questão da urbanização da cidade motivada pelos movimentos econômicos, durante a década de 1930, a crise internacional fez com que a economia nacional se voltasse para o mercado interno, de acordo com Celso Furtado. Isso se deu sobretudo devido às políticas de cortes da importação. Dessa forma, a incipiente indústria local sofreu apenas uma pequena queda após 1929 (menos de 10%), recuperando-se em 1933. O mercado interno agrícola também se recupera rapidamente. Por meio da compra de equipamentos de segunda mão, vendidos por fábricas que fecharam as portas no exterior, a indústria brasileira começa a se expandir, apesar das sérias dificuldades em fazê-lo devido à situação de dependência econômica do país (FURTADO, 2003, p. 246–248). De qualquer forma, entre 1929 e 1937, a produção industrial cresceu cerca de cinquenta por cento no país (*ibidem*, p. 250).

Sandra Lencioni (1998) afirma que, a partir da metade do século XX, São Paulo se transformou rapidamente em uma cidade industrial e viu

⁹ Fazemos aqui alusão a uma entrevista, concedida em 2011 por uma psicóloga moradora de Higienópolis, onde há a recusa da construção de uma estação do metrô no bairro por atrair “gente diferenciada”. Houve grande repercussão do caso e o termo virou, popularmente, um jargão para definir os mais pobres. Mais informações em SILVA, 2011.

crescer vertiginosamente a sua população local. De acordo com a autora, apenas no século XX, a cidade cresceu cento e cinquenta vezes (LENCIONI, 1998, p. 30). Nesse período, além do desenvolvimento das estradas e infraestrutura urbana geral citadas anteriormente, São Paulo investiu na criação de escolas e serviços de saúde destinados à (re)produção da força de trabalho. O antigo binômio café-ferrovia, apontado por Teixeira, foi substituído pelo binômio fábrica-cidade industrial. A acumulação de indústrias na região acabou por gerar, para Lencioni, *deseconomias*¹⁰, uma vez que as áreas periféricas da cidade foram se formando e a dualidade entre centro e periferia se agravou (*ibidem*).

Como vimos, a industrialização trouxe grandes transformações para São Paulo. Nos anos 1950 e 1960, com a implementação do automóvel no Brasil e os impulsos modernizadores estimulados pela gestão do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), cujo lema era “cinquenta anos em cinco”, essas mudanças foram mais acentuadas.

A partir dos anos 1970, São Paulo passa a acolher um número cada vez maior de imigrantes e migrantes. Apenas nessa primeira década, foram 3.351.600 imigrantes recebidos e mais de 4.000.000 de migrantes. O crescimento se deu devido ao “milagre econômico”, com grandes contingentes populacionais se deslocando principalmente para a região sudeste e, em especial, para a Região Metropolitana de São Paulo, em busca de melhores condições de vida (SANTOS, 1993, p. 78). Dá-se, então, o fenômeno de macrourbanização, ou seja, a transformação da cidade de São Paulo em MetrÓpole. Nas décadas de 1970 e 1980, para Santos, esse fenômeno ganhou importância fundamental, resultando em

¹⁰ O conceito de *deseconomia* é utilizado em estudos econômicos para designar a falta de competência ou eficiência do uso dos meios produtivos, o que, por sua vez, aumenta o custo de produção.

concentração da população e da pobreza, contemporânea da rarefação rural e da dispersão geográfica das classes médias; concentração das atividades relacionais modernas, contemporânea da dispersão geográfica da produção física; localização privilegiada da crise de ajustamento às mudanças na divisão internacional de trabalho e às suas repercussões internas, o que inclui a crise fiscal; “involução metropolitana”, com a coexistência de atividades com diversos níveis de capital, tecnologia, organização e trabalho; maior centralização da irradiação ideológica, com a concentração dos meios de difusão das ideias, mensagens e ordens; construção de uma materialidade adequada à realização de objetivos econômicos e socioculturais e com impacto causal sobre o conjunto dos demais vetores (*ibidem*, p. 78-79).

O crescimento populacional e aprofundamento da pobreza provocados pela industrialização agravou questões como a da violência urbana. Dessa forma, a população financeiramente privilegiada, apoiada em um raciocínio individualista e simplista acerca da violência, tendeu-se a isolar cada vez mais da cidade, vista como perigosa. Assim, São Paulo observou o fortalecimento do que chamamos hoje de privatização do espaço público. Chamaremos atenção para dois aspectos, dentre muitos, desse fenômeno: a priorização do transporte individual através de carros particulares (onde o indivíduo se isola durante o deslocamento) e o fechamento das classes médias e altas em edifícios ou “ruas particulares” que se constituem como verdadeiras fortificações urbanas (onde o indivíduo se isola no local fixo em que habita). Em ambos os casos, os indivíduos estão apartados da cidade e da vivência coletiva. Escolhemos esses fenômenos por considerá-los essenciais para a compreensão de como as políticas públicas de São Paulo foram encaminhadas no sentido de fechar caminhos ao invés de abri-los, indo no sentido oposto ao que autores como Zygmunt Bauman consideraram adequados para a formação de uma cidade.

Jaime Oliva, em sua tese de doutorado (2004), afirma que não parece existir dúvidas acerca do carro enquanto mercadoria-símbolo mais

desejável do mundo. Para o autor, o veículo representa o “processo de personificação característico da sociedade moderna, onde o culto do desejo pessoal substitui ao da necessidade coletiva”. A oposição entre individual e coletivo se dá em razão do uso do automóvel ser possível apenas com a construção de um sistema técnico que compõe o espaço geográfico (OLIVA, 2004, p. 163–164). Para Oliva,

Desde um século o automóvel é um formidável meio de recomposição e reordenação dos espaços. O conjunto de obras feitas para ordenar sua circulação e dar-lhe função foi (e é) incalculável. O automóvel interferiu na ordenação dos lugares de residência e de trabalho, mudou as escalas da mobilidade atuando no sentido de aumentar os percursos, impôs uma pressão muito grande sobre a contigüidade preexistente (favorecendo os movimentos centrífugos nas cidades que deram origem à suburbanização) e sobre os espaços públicos – destruindo-os com incisões violentas. Os automóveis alargaram o urbano e refizeram as cidades chocando-se com a urbanidade (*ibidem*, p. 167).

Para o autor, a sociedade moderna liberou a mobilidade por meio do automóvel, onde o indivíduo estava instrumentalizado para transpor grandes distâncias. Dessa forma, o sujeito automobilizado não procura mais a proximidade e sim a facilidade no acesso aos espaços, o que, na prática, acaba com a função da cidade de diminuir a distância entre grandes contingentes populacionais, ampliando a interação entre os indivíduos. O autor conclui, baseado em autores como principalmente Jane Jacobs, que o automóvel libera fortes tendências contrárias à urbanidade, afetando a participação dos seres humanos sobre o território. Outra característica da difusão dessa forma de transporte é relegar a uma prática recessiva os hábitos de pedestres. Nem os engenheiros sabem como compatibilizar carros com a cidade, conferindo uma organização irracional para ela. Como resultado imediato dessa política, o autor afirma existir hoje muitos dados quantitativos que permitem afirmar que as cidades foram organizadas em função dos carros.

Um exemplo é Londres, que dedica um quarto de seu espaço total a essa forma de locomoção. Em Los Angeles, nos EUA, esse número sobe para 60 ou mesmo 70% (*ibidem*, p. 167-169). Os espaços dedicados aos automóveis, além de não tributáveis e socialmente pouco utilizáveis do ponto de vista coletivo, diminuem as possibilidades de uso da cidade para outros fins, ou seja, as ruas, estradas, grandes estacionamentos etc., apresentam-se como entraves para a apropriação coletiva da cidade e, conseqüentemente, valorizam o individualismo como um dos atributos principais dos indivíduos das cidades. Dessa forma, “a cultura do automóvel inauguraria uma multidão solitária” (*ibidem*, p. 171).

Além dos espaços socialmente desperdiçados a partir do momento em que são destinados àqueles que utilizam carros, a proliferação de bairros destinados a pessoas de alta renda e, posteriormente, a construção de condomínios fechados apresentam-se também como formas de restrição da circulação. De acordo com Oliva, as classes dominantes buscam constituir seus espaços isolados, cuja contrapartida perversa é o isolamento homogeneizante de classes subalternas em bairros miseráveis (em especial nas cidades dos países em desenvolvimento). Somadas a isso discriminações étnicas contra imigrantes pobres acabam por constituir núcleos homogêneos e guetificados nas cidades, o que também pode retroagir contra a urbanidade (*ibidem*, p. 130).

Cristiane Marini e Mixilini Chemin Pires compreendem os condomínios fechados como privatizações dos espaços públicos, uma vez que, em nome da segurança e do combate à violência urbana, elevam-se muros e instalam-se cancelas para limitar o acesso de indivíduos e isolar segmentos financeiramente mais abastados do restante da cidade (MARINI; PIRES, 2011, p. 27). Bruno Fabri Mancini (2016) afirma que a ideia de que condomínios fechados se constituem

como formas de privatização do espaço público é praticamente consensual na bibliografia (*ibidem*, p. 47).

Além disso, de acordo com o autor, os espaços fechados dos condomínios alteram a experiência do andar nas ruas, pois tornam os encontros nos espaços públicos “cada dia mais tensos, até violentos, porque têm como referência os estereótipos e medos das pessoas” (CALDEIRA, 2000, p. 301 *apud* MANCINI, 2016, p. 47). A própria presença física dos muros, impedindo a circulação, fazendo com que as interações especiais, por parte dos habitantes dessas fortalezas, com o restante da cidade, e a convivência com a diferença sejam negadas, por vezes, tornando o indivíduo estranho, frequentemente, uma ameaça a ser evitada (*ibidem*). Dessa forma, o ideal moderno de democracia, que prevê a abertura, a indeterminação e a acomodação das diferenças, é negado pela existência de condomínios fechados (*ibidem*, p. 49). No lugar da proposta de mixofilia, de felicidade em se conviver com a diferença, cunhado por Bauman, a cidade de São Paulo se constitui como um ambiente onde a mixofobia, ou seja, o medo de misturar-se com o diferente, é um dos principais valores.

Em resumo, esses muitos condomínios fechados, que podemos chamar também de “subúrbios-jardim/guetos de ricos”, apresentam-se como realidades muito homogêneas voltadas para dentro e não para a rua e proporcionando pouca interação com a diversidade. A urbanização tardia das várzeas dos rios, o cinturão fabril muito próximo ao centro (hiato populacional), o esvaziamento do investimento em praças e parques públicos, os shoppings (redes) que colapsam mais ainda o trânsito, prejudica o comércio de bairro e desequilibra a vitalidade das ruas (territórios), a perda da multifuncionalidade do centro histórico pela sua especialização no comércio etc., tudo isso ocasiona áreas de baixa diversidade. A cidade se agigantou muito, se espalhou de maneira

fragmentada territorialmente, foi tomada pelo rodoviarismo e sua reestruturação reforça a segregação.

Para encerrarmos a seção, ressaltamos que, embora São Paulo tenha sido fundada e tenha se desenvolvido sobretudo a partir dos caminhos abertos para outras regiões e contando massivamente com a presença de grande diversidade populacional, uma das características estruturantes de seu processo de urbanização foi a segregação de grupos não estandardizados, ou seja, aqueles que estavam “do lado de lá” da linha abissal. Esses grupos viram seus direitos de livre circulação pela cidade e de coexistência com diferentes pessoas severamente cerceados por políticas urbanas que privilegiavam apenas uma parcela diminuta de indivíduos que, por estarem “do lado de cá” da linha abissal que eles mesmos traçaram, tomavam decisões em benefício próprio. Com uma copresença pouco diversificada, onde cada estrato social ficava normalmente restrito ao seu gueto, e a circulação de pessoas prejudicada pela prioridade dada aos carros ou pelos muros erguidos ao longo do seu espaço, consideramos que uma das principais características de São Paulo é sua antiurbanidade.

Obviamente os grupos “do lado de lá” da linha abissal não aceitaram, historicamente, o papel a eles relegado. Houve resistências e existem diversos trabalhos que retratam a importância do movimento negro, do movimento feminista, da resistência indígena às diversas tentativas de genocídio que sofreram, entre muitas outras minorias estudadas em abundância. Ainda assim, faz-se necessária a seguinte questão: onde estão as pessoas com deficiência: usuárias, moradoras e transeuntes das cidades?

3 Movimentos Sociais das Pessoas com Deficiência pelo Mundo

Uma vez compreendido o caráter estrutural de exclusão que caracterizou a cidade de São Paulo, precisamos compreender o contexto internacional que fez com que as pessoas com deficiência se sublevassem contra a inacessibilidade da cidade. Assim, esta seção tem como objetivo apresentar a ideia de luta pelos direitos da pessoa com deficiência como um fenômeno que transpassou todos os continentes e teve como seu principal marco simbólico o ano de 1981, declarado pela ONU, como Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Trataremos as origens dos movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência enquanto fenômenos regionais e dessa forma, apresentaremos algumas das características de cada país citado. Iniciamos introduzindo o movimento no Brasil como participante de um contexto internacional de luta por esses direitos. Em seguida, abordaremos algumas especificidades da luta das pessoas com deficiência, do início até o ano de 1981, nos EUA, em Taiwan, na Inglaterra, Argentina, Espanha e Austrália, e compararemos alguns aspectos do seu desenvolvimento com o que ocorreu no Brasil.

Depois da Segunda Guerra Mundial, com o advento, em 1948, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o mundo iniciou um amplo e profundo debate sobre a garantia de direitos inalienáveis iguais para todos como um fundamento para a liberdade, a justiça e a paz no mundo.

Hurst (2003) afirma que, antes de 1980, não havia um movimento nacional ou internacional organizado pelos direitos de pessoas com deficiência. Internacionalmente, havia somente profissionais isolados, das áreas de medicina e reabilitação, algumas organizações preocupadas com a provisão de serviços para deficiências específicas e duas ou três organizações de pessoas com deficiência e parentes, cujo maior objetivo era garantir serviços aos seus membros (HURST, 2003, p. 572). Mas,

nem todos concordam com isso. Nos EUA, por exemplo, de acordo com McCarthy (2003) e Sasaki (2007), o movimento remonta a 1962, com o estudante Ed Roberts, o primeiro estudante a usar cadeira de rodas na Universidade de Berkeley, na Califórnia. Devido à poliomielite contraída aos 14 anos de idade, Ed Roberts não movia nenhuma parte do seu corpo exceto a boca e os olhos. Para respirar, à noite, ele dormia dentro de um pulmão de aço. Durante o dia, ele usava um respirador portátil, acoplado à sua cadeira de rodas motorizada, e era assistido por um cuidador em todas as atividades da vida diária. Ed era o líder de um grupo de sete amigos, conhecidos na universidade como “Os Tetras Rolantes”, porque quase todos tinham tetraplegia. Eles moravam num hospital para receber os cuidados de que necessitavam, mas a rotina institucional limitava sua vida pessoal e acadêmica. O objetivo do grupo era poder vivenciar a liberdade de sair sozinho de casa, ir à universidade e viver em um dormitório (MCCARTHY, 2003, p. 210). Os Tetras Rolantes inspiraram outros ativistas com deficiência, dando início ao Movimento de Vida Independente (MVI), com a criação, em 1972, do primeiro Centro de Vida Independente (CVI) dos EUA e do mundo, o Centro de Vida Independente de Berkeley (CVI-Berkeley), com Ed Roberts à frente.

Sasaki relata que, numa entrevista sobre o Centro de Vida Independente de Berkeley, Roberts contou que “a sua luta pelo estilo de vida independente começou depois de vários anos de experiência como ativista no movimento pelos direitos civis dos negros e mexicanos. Nessa ocasião, ele havia pensado: ‘O que estou fazendo aqui? Aprendi todas essas ótimas habilidades organizacionais, mas agora eu deverei juntar-me às pessoas com deficiência’” (SASSAKI, 2007).

A ideia do Centro de Vida Independente tinha como principal objetivo integrar pessoas com deficiência à comunidade. O Centro, comandado por pessoas com deficiência, considerava que a

independência poderia ser medida pelas habilidades dos indivíduos em tomar suas próprias decisões e avaliar se necessitavam ou não de assistência. Além de doações, o Centro recebia verbas da universidade de Berkeley e do governo federal dos EUA (SHAPIRO, 1994).

Em 1975, quando Jerry Brown venceu as eleições para governador da Califórnia, Ed Roberts tornou-se diretor do Departamento de Reabilitação do Estado. Uma das medidas que implementou foi a necessidade de todas as pessoas com deficiência na Califórnia receberem assistência, não importa o quão severa fosse a deficiência, uma política contraditória com a postura defendida pelo Centro (*ibidem*).

Além de Berkeley, outras áreas dos EUA foram abaladas por jovens com deficiência que reivindicavam seus direitos. Em 1970, Judy Heumann teve sua licença negada para lecionar em uma escola pública da cidade de Nova York, mesmo sendo aprovada na prova oral e escrita. No exame físico, contudo, foi questionada sobre como iria ao banheiro sozinha e como ajudaria as crianças a sair do edifício escolar em caso de emergência. Lutando contra a exclusão, Heumann surgiu como outra líder influente no movimento pelos direitos das pessoas com deficiência. Assim como Roberts, Heumann era tetraplégica devido à poliomielite. Estudante na Long Island University, Heumann precisou insistir para ter assegurado o seu direito de viver em um dormitório e para conseguir alguém que pudesse levar sua cadeira de rodas pelas escadas até a sala de aula. Nesse contexto, organizou outros estudantes com deficiência para lutarem por rampas nos edifícios (*ibidem*).

Assim como fez na universidade, quando teve sua licença negada, Heumann rapidamente acusou o Comitê de Educação de discriminação procurando o jornal local para fazer a denúncia. Em uma manchete, o New York Daily News publicou: “Você pode ser presidente, não professor, se tiver pólio”. Com a repercussão do caso, ficou claro que o Comitê

perderia a causa e Heumann ganhou o seu certificado para lecionar. Após receber diversas cartas de outras pessoas com deficiência falando sobre discriminações que recebiam com frequência, Heumann, então com vinte e dois anos, iniciou seu próprio grupo, os Deficientes em Ação (Disabled in Action - DIA). Em 1973, Hermann mudou-se para Berkeley para trabalhar no Centro de Vida Independente.

Assim, inspiradas pelo protagonismo do movimento para os direitos civis das mulheres e dos negros, as pessoas com deficiência também exigiam controle e direito de escolhas individuais para suas próprias vidas e pediam que o Estado assumisse o dever de garantir essa demanda (HURST, 2003, p. 572). Para o caso específico da Austrália, Cooper (1999) afirmou que alguns grupos de pessoas com deficiência se organizam desde, pelo menos, o século XIX. A *Australian Association of the Blind* foi fundada em 1896. Na primeira metade do século XX, foi fundada a *Blind and Professional Guild*, entre outras instituições.

No continente africano, as raízes do movimento social das pessoas com deficiência são identificadas por Miles (1996) no Zimbábue, nos anos 1970, num grupo de pessoas com deficiência, que viviam e trabalhavam numa instituição. Um de seus ativistas, Joshua Malinga, tornou-se a principal ligação entre as ações locais voltadas para a pessoa com deficiência e a organização internacional de direitos humanos chamada Disabled People International, cuja presidência foi ocupada pelo próprio Malinga em 1986. Malinga teve, também, papel chave na fundação do Southern Africa Federation of the Disabled, que exerceu grande influência na região e tem, como principal função, coordenar uma rede de atividades e organizações voltadas para pessoas com deficiência na região sul-africana (MILES, 1996, p. 505).

Contudo, veio da África do Sul uma das experiências mais particulares envolvendo um movimento social de pessoas com deficiência

na África. De acordo com Howell *et al.*, (2006), sob o regime do apartheid, as pessoas com deficiência também vivenciaram a experiência de pertencerem a um povo profundamente dividido em uma sociedade profundamente desigual. Para os autores, a situação das pessoas negras com deficiência era marcada pela luta diária em ambientes marcados pela pobreza, provação e violência próprias do regime de segregação adotado pelo país, porém pessoas brancas e negras com deficiência eram discriminadas e marginalizadas por serem vistos como doentes que precisavam de cuidados. Excluídos, esses grupos possuíam acesso limitado a direitos socioeconômicos fundamentais, como empregos, educação e cuidados apropriados para saúde e bem-estar (HOWELL; CHALKLEN; ALBERTS, 2006, p. 48). Em outras palavras, negros e brancos eram discriminados por conta de sua deficiência, porém negros sofriam a maior opressão devido ao sistema de exclusão do apartheid.

Essa divisão refletiu, nos anos 1980, na formação do Disabled People South Africa (DPSA), um movimento social que reivindicava também a superação do apartheid como forma central de dar liberdade às pessoas com deficiência. Por esta razão, o DPSA se aliou aos princípios do movimento antiapartheid, desenvolvendo relações com outras organizações da sociedade civil e participando ativamente da luta pela democracia (*ibidem.*, p. 48 e 54). De fato, o slogan “*Nothing about us without us*” (“Nada sobre nós sem nós”), difundido internacionalmente como lema dos movimentos sociais das pessoas com deficiência, foi utilizado como slogan do DPSA e do Disabled Children’s Action Group, outra organização de origem sul-africana (*ibidem.*, p. 286).

Ao mesmo tempo, na Inglaterra, intelectuais com deficiência, alguns, de acordo com Hurst, vivendo “em instituições”, definiram a deficiência pelas suas próprias experiências e postularam que o foco tradicional na deficiência, na reabilitação e no fornecimento de serviços

separados era a causa principal da segregação (em instituições) e da falta de acessibilidade em suas casas e/ou comunidades. Eles perceberam que sem a participação completa desses indivíduos em suas próprias vidas (o que o autor chamou de “sua humanidade inata”) seus direitos de pertencimento a humanidade nunca seriam reconhecidos (HURST, 2003, p. 573).

Na Austrália, o Movimento Social das Pessoas com Deficiência é dividido em diferentes núcleos. Existem os mais novos, que partem da ideia de uma sociedade cuja análise busca a inovação de uma forma não voltada para a produção econômica; existem os grupos ligados aos direitos do consumidor, inspirados sobretudo no movimento canadense; e o grupo Mulheres Australianas com Deficiência, que busca desenvolver formas feministas de trabalho, adotando a “filosofia da coletividade e a participação em processos democráticos” (COOPER, 1999).

Não há dúvidas de que a ideia de luta pelos direitos das pessoas com deficiência se propagou mundialmente nos anos 1970 e 1980 e é justamente neste contexto de efervescência que os movimentos sociais se difundiram no Brasil, conforme discutiremos no capítulo 1. Reunidos entorno do AIPD, pessoas com deficiência em todo mundo se organizaram e montaram pautas de reivindicações e é no interior dos Lugares de Memória que essa mobilização acontecia.

4 Referencial teórico e metodológico e estrutura da dissertação

Essa pesquisa foi dividida em três capítulos cujas temáticas são distintas e complementares. Nesta introdução, abordamos brevemente o caráter excludente que a cidade adquiriu ao longo de sua história. No capítulo 1, traçaremos um panorama da cidade de São Paulo pensando principalmente nas questões relacionadas às pessoas com deficiência,

analisaremos as características da cidade e da sociedade em geral que tornavam o espaço inacessível sob diferentes perspectivas.

Utilizaremos, como base documental, peças publicadas pelos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, dando especial atenção ao primeiro veículo de comunicação. Optamos por essa priorização pelo fato de a Folha de São Paulo ser o meio escolhido por entidades como o Núcleo de Integração de Deficientes (NID) para se comunicar com a sociedade. Também foi nesse jornal que encontramos, em 1981, uma edição especial do suplemento Folhetim, inteiramente dedicada à luta das pessoas com deficiência por direitos humanos básicos. A análise do jornal foi realizada de maneira quantitativa e qualitativa.

Na análise quantitativa, procuramos identificar as transformações ocorridas na maneira como as pessoas com deficiência eram tratadas na sociedade. Os dados que embasaram a Tabela 1.1 e os Gráficos 1.1, 1.2 e 1.3 encontram-se no Apêndice II desta dissertação. A análise qualitativa buscará identificar nos textos dos jornais essas transformações, bem como propor uma interpretação para o contexto histórico no qual o Movimento Social das Pessoas com Deficiência surgiu e, posteriormente, alterou. A partir do contexto, pautaremos a atuação do movimento e as transformações por ele alcançadas.

Uma vez contextualizada a cidade e a luta, partiremos, no capítulo 2, para o levantamento dos Lugares de Memória identificados. Ao todo, foram localizados cerca de 40 espaços, identificados a partir das peças de jornais trabalhadas no capítulo anterior e, principalmente, nos depoimentos concedidos pelos militantes à autora desta dissertação.

Esses depoimentos foram colhidos de diferentes formas, respeitando todos os protocolos de isolamento social vigentes durante o período de pesquisa por conta da pandemia de SarsCov-2. Também

buscamos respeitar as exigências e necessidades dos entrevistados, negociando individualmente as maneiras pelas quais os relatos seriam tomados. Alguns optaram por conversar por telefone; outros escolheram enviar suas respostas por e-mail. Todos os depoimentos constam no Apêndice I desta dissertação e, em cada um deles, o suporte de coleta dos dados está indicado.

Vale ressaltar que utiliza a história oral como um de seus fundamentos teóricos, a impossibilidade de diálogos entre entrevistador e entrevistado gera algumas limitações que precisam ser apontadas de antemão. Os militantes que optaram por enviar os questionários escritos, por vezes, não responderam diretamente algumas questões que lhes foram colocadas. Em uma entrevista síncrona, essa situação não aconteceria, pois o entrevistador poderia imediatamente recolocar a questão não respondida adequadamente. Nestes casos, quando possível e necessário, retomamos o contato informalmente com o entrevistado para esclarecer as devidas questões.

Todos os depoimentos foram coletados respeitando as determinações éticas para estudos científicos com seres humanos. Desta forma, nossa pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e todos os entrevistados precisaram assinar um Termo de Conscientemente Livre e Esclarecido, que, além de esclarecer como os depoimentos seriam utilizados, também facultou aos participantes o anonimato, recurso que nenhum deles solicitou. Por esta razão, os nomes utilizados ao longo do trabalho são os nomes reais de todos aqueles que participaram relatando suas vivências e experiências.

Prestamos aqui sinceros agradecimentos a todos os entrevistados: Ana Maria Morales Crespo, Romeu Sasaki, Leila Barnaba, Ana Rita de Paula, Padre Geraldo, Flavia Maria Vital, Gilberto Frachetta, Geni Fávero,

Tuca Munhoz e Canrobert Caires. Mesmo que seus depoimentos não figurem inteiramente nesta dissertação, sem eles os Lugares de Memória que trabalhamos não poderiam ser identificados.

No capítulo 2, apresentaremos uma espécie de Guia de Lugares de Memória, que foi escrito em linguagem menos acadêmica e, portanto, mais acessível ao público em geral. A listagem foi disponibilizada na internet através do site <http://lugaresdememoriampcd.atwebpages.com>. O objetivo principal desse site é dar visibilidade à luta das pessoas com deficiência para um público mais amplo, tendo em vista que o número limitado de leitores que uma dissertação de mestrado pode angariar.

Obviamente o site foi inteiramente pensado levando em conta aspectos de acessibilidade. Normalmente, um site é inicialmente pensado para um público estandardizado, levando em conta critérios estéticos e de disposição de informações na tela. É apenas após a sua concepção que são adicionados recursos de acessibilidade. No nosso caso, o processo foi inverso: levamos em conta a disposição das informações pensando em recursos assistivos como leitores de tela. Todas as cores também foram pensadas no sentido de fornecer melhor contraste para aqueles que possuem baixa visão. Uma vez identificada a melhor estrutura acessível, pensamos nos recursos visuais e estéticos.

Fazemos questão de ressaltar essa inversão para mostrar que a produção de recursos inacessíveis é uma opção do produtor, conforme discutido em Grião e Bernardino Jr (2021).

É no capítulo 2, também, que discutimos teoricamente os conceitos de memória e lugares de memória. No texto desta dissertação também ocorre uma inversão pensando na acessibilidade da produção textual: ao invés de apresentarmos inicialmente todos os conceitos que serão trabalhados na pesquisa, apresentamos e discutimos as questões à medida que elas aparecem. Desta forma, mantemos o rigor acadêmico

ao mesmo tempo em que facilitamos a leitura para aqueles que não dominam os conceitos aqui trabalhados.

No terceiro e último capítulo discutiremos as lutas que aconteceram no interior dos Lugares de Memória. Para isso, utilizamos o acervo documental do Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência – Cedipod Rui Bianchi do Nascimento¹¹. Trata-se de um acervo riquíssimo, no qual encontramos cartas trocadas pelas entidades do Movimento e a sociedade civil em geral, projetos de lei, transcrições de simpósios organizados pelas entidades, entre outros documentos. O acesso ao Cedipod nos foi possibilitado pela Elza Ambrósio, a quem prestamos agradecimentos.

Os projetos de lei que constam nesse acervo foram confrontados com as publicações do Diário do Congresso Nacional, disponíveis no site da Câmara dos Deputados¹², do qual retiramos os debates que foram realizados a respeito dos projetos de lei que tinham a pessoa com deficiência como pauta.

Além dessa documentação, o capítulo 3 é fortemente apoiado em preceitos da História Oral, discutida com mais detalhes na seção 3.1. Utilizamos como fonte as entrevistas concedidas a outras obras que versaram sobre o Movimento Social das Pessoas com Deficiência, bem como os depoimentos dados a autora desta dissertação.

Chamamos especial atenção para o encadeamento dos capítulos: o primeiro é o mais amplo, abordando a cidade e o movimento. O segundo, mais circunscrito, foca nos Lugares de Memória. O terceiro,

¹¹ Em 2021 e 2022, o Cedipod estava em processo de troca de nome para suprimir o conceito de “Portador de Deficiência” que, atualmente, não está mais em uso, conforme veremos adiante. Contudo, até o momento de publicação dessa dissertação, o nome registrado na Receita Federal brasileira não foi alterado, seguindo no texto, portanto, o nome original.

¹² CÂMARA DOS DEPUTADOS, [s.d.].

ainda mais direcionado, adentra esses lugares e discute as dinâmicas internas e as articulações realizadas pelo movimento.

Como metodologia, portanto, utilizamos a análise documental e bibliográfica, relacionando-as com os conceitos teóricos da história oral e os estudos sobre memória e lugares de memória. Por respeito à historicidade das fontes, optamos por utilizar a terminologia empregada na época em que foram produzidas, porém faz-se necessária algumas considerações iniciais a esse respeito.

Encaramos a deficiência e a pessoa com deficiência dentro do referencial teórico chamado “modelo social da deficiência”. Discutimos detalhes desse e de outros modelos, no capítulo 1, no momento em que compararmos diferentes discursos a respeito da deficiência. Por hora, cabe salientar que a terminologia atualmente considerada adequada e politicamente correta é “pessoas com deficiência”. Essa denominação é posterior ao nosso recorte cronológico e carrega implicações importantes a respeito das próprias pessoas com deficiência.

No artigo *Como chamar as pessoas que têm deficiência*, Romeu Sasaki (2003) estabeleceu a cronologia de conceitos empregados para este fim:

Tabela 1: Como chamar as pessoas que tem deficiência

ÉPOCA	TERMOS E SIGNIFICADOS	VALOR DA PESSOA
<p>No começo da história, durante séculos. Romances, nomes de instituições, leis, mídia e outros meios mencionavam “os inválidos”.</p>	<p>“os inválidos”. O termo significava “<u>indivíduos sem valor</u>”. Em pleno século 20, ainda se utilizava este termo, embora já sem nenhum sentido pejorativo.</p> <p>Outro exemplo:</p>	<p>Aquele que tinha deficiência era tido como socialmente inútil, um peso morto para a sociedade, um fardo para a família, alguém</p>

<p>Exemplos: “A reabilitação profissional visa a proporcionar aos beneficiários inválidos ...” (Decreto federal nº 60.501, de 14/3/67, dando nova redação ao Decreto nº 48.959-A, de 19/9/60).</p>	<p>“Inválidos insatisfeitos com lei relativa aos ambulantes” (Diário Popular, 21/4/76).</p>	<p>sem valor profissional. Outros exemplos: “Servidor inválido pode voltar” (Folha de S. Paulo, 20/7/82). “Os cegos e o inválido” (IstoÉ, 7/7/99)</p>
<p>Século 20 até ± 1960. “Derivativo para incapacitados” (Shopping News, Coluna Radioamadorismo, 1973). “Escolas para crianças incapazes” (Shopping News, 13/12/64). Após a I e a II Guerras Mundiais, a mídia usava o termo assim: “A guerra produziu incapacitados”, “Os incapacitados agora exigem reabilitação física”.</p>	<p>“os incapacitados”. O termo significava, de início, “<u>indivíduos sem capacidade</u>” e, mais tarde, evoluiu e passou a significar “<u>indivíduos com capacidade residual</u>”. Durante várias décadas, era comum o uso deste termo para designar pessoas com deficiência de qualquer idade. Uma variação foi o termo “os incapazes”, que significava “<u>indivíduos que não são capazes</u>” de fazer algumas coisas por causa da deficiência que tinham.</p>	<p>Foi um avanço da sociedade reconhecer que a pessoa com deficiência poderia ter capacidade residual, mesmo que reduzida. Mas, ao mesmo tempo, considerava-se que a deficiência, qualquer que fosse o tipo, eliminava ou reduzia a capacidade da pessoa em todos os aspectos: físico, psicológico, social, profissional etc.</p>
<p>De ± 1960 até ± 1980. “Crianças defeituosas na Grã-Bretanha tem educação especial”</p>	<p>“os defeituosos”. O termo significava “<u>indivíduos com deformidade</u>” (principalmente física). “os deficientes”. Este termo significava “<u>indivíduos com</u></p>	<p>A sociedade passou a utilizar estes três termos, que focalizam as deficiências em si sem reforçarem o que as pessoas não conseguiam</p>

<p>(Shopping News, 31/8/65). No final da década de 50, foi fundada a Associação de Assistência à Criança Defeituosa – AACD (hoje denominada Associação de Assistência à Criança Deficiente). Na década de 50 surgiram as primeiras unidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae.</p>	<p><u>deficiência</u>” física, mental, auditiva, visual ou múltipla, que os levava a executar as funções básicas de vida (andar, sentar-se, correr, escrever, tomar banho etc.) de uma forma diferente daquela como as pessoas sem deficiência faziam. E isto começou a ser aceito pela sociedade. “os excepcionais”. O termo significava <u>“indivíduos com deficiência mental”</u>.</p>	<p>fazer como a maioria. Simultaneamente, difundia-se o movimento em defesa dos direitos das pessoas superdotadas (expressão substituída por “pessoas com altas habilidades” ou “pessoas com indícios de altas habilidades”). O movimento mostrou que o termo “os excepcionais” não poderia referir-se exclusivamente aos que tinham deficiência mental, pois as pessoas com superdotação também são excepcionais por estarem na outra ponta da curva da inteligência humana.</p>
<p>De 1981 até ± 1987. Por pressão das organizações de pessoas com deficiência, a ONU deu o nome de “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” ao ano de 1981.</p>	<p>“pessoas deficientes”. Pela primeira vez em todo o mundo, o substantivo “deficientes” (como em “os deficientes”) passou a ser utilizado como adjetivo, sendo-lhe acrescentado o substantivo “pessoas”. A partir de 1981, <u>nunca mais</u> se utilizou a palavra</p>	<p>Foi atribuído o valor “pessoas” àqueles que tinham deficiência, igualando-os em direitos e dignidade à maioria dos membros de qualquer sociedade ou país.</p>

<p>E o mundo achou difícil começar a dizer ou escrever “pessoas deficientes”. O impacto desta terminologia foi profundo e ajudou a melhorar a imagem destas pessoas.</p>	<p>“indivíduos” para se referir às pessoas com deficiência.</p>	<p>A Organização Mundial de Saúde (OMS) lançou em 1980 a <u>Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiências e Incapacidades</u>, mostrando que estas três dimensões existem simultaneamente em cada pessoa com deficiência.</p>
<p>De ± 1988 até ± 1993. Alguns líderes de organizações de pessoas com deficiência contestaram o termo “pessoa deficiente” alegando que ele sinaliza que a pessoa inteira é deficiente, o que era inaceitável para eles.</p>	<p>“pessoas portadoras de deficiência”. Termo que, utilizado somente em países de língua portuguesa, foi proposto para substituir o termo “pessoas deficientes”. Pela lei do menor esforço, logo reduziram este termo para “portadores de deficiência”.</p>	<p>O “portar uma deficiência” passou a ser um valor agregado à pessoa. A deficiência passou a ser um detalhe da pessoa. O termo foi adotado nas Constituições federal e estaduais e em todas as leis e políticas pertinentes ao campo das deficiências. Conselhos, coordenadorias e associações passaram a incluir o termo em seus nomes oficiais.</p>
<p>De ± 1990 até hoje. O art. 5º da Resolução</p>	<p>“pessoas com necessidades especiais”. O termo surgiu primeiramente</p>	<p>De início, “necessidades especiais” representava</p>

<p>CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, explica que as necessidades especiais decorrem de três situações, uma das quais envolvendo dificuldades vinculadas a deficiências e dificuldades não-vinculadas a uma causa orgânica.</p>	<p>para substituir “deficiência” por “necessidades especiais”. daí a expressão “portadores de necessidades especiais”. Depois, esse termo passou a ter significado próprio sem substituir o nome “pessoas com deficiência”.</p>	<p>apenas um novo termo. Depois, com a vigência da Resolução nº 2, “necessidades especiais” passou a ser um valor agregado tanto à pessoa com deficiência quanto a outras pessoas.</p>
<p>Mesma época acima. Surgiram expressões como “crianças especiais”, “alunos especiais”, “pacientes especiais” e assim por diante numa tentativa de amenizar a contundência da palavra “deficientes”.</p>	<p>“pessoas especiais”. O termo apareceu como uma forma reduzida da expressão “pessoas com necessidades especiais”, constituindo um eufemismo dificilmente aceitável para designar um segmento populacional.</p>	<p>O adjetivo “especiais” permanece como uma simples palavra, sem agregar valor diferenciado às pessoas com deficiência. O “especial” não é qualificativo exclusivo das pessoas que têm deficiência, pois ele se aplica a qualquer pessoa.</p>
<p>Em junho de 1994. A Declaração de Salamanca preconiza a educação inclusiva para todos, tenham ou não uma deficiência.</p>	<p>“pessoas com deficiência” e pessoas sem deficiência, quando tiverem necessidades educacionais especiais e se encontrarem segregadas, têm o direito de fazer parte das escolas inclusivas e da sociedade inclusiva.</p>	<p>O valor agregado às pessoas é o de elas fazerem parte do grande segmento dos excluídos que, com o seu poder pessoal, exigem sua inclusão em todos os aspectos da vida da</p>

		sociedade. Trata-se do empoderamento.
<p>Em maio de 2002. O Frei Betto escreveu no jornal O Estado de S.Paulo um artigo em que propõe o termo “portadores de direitos especiais” e a sigla PODE. Alega o proponente que o substantivo “deficientes” e o adjetivo “deficientes” encerram o significado de falha ou imperfeição enquanto que a sigla PODE exprime capacidade. O artigo, ou parte dele, foi reproduzido em revistas especializadas em assuntos de deficiência.</p>	<p>“portadores de direitos especiais”. O termo e a sigla apresentam problemas que inviabilizam a sua adoção em substituição a qualquer outro termo para designar pessoas que têm deficiência. O termo “portadores” já vem sendo questionado por sua alusão a “carregadores”, pessoas que “portam” (levam) uma deficiência. O termo “direitos especiais” é contraditório porque as pessoas com deficiência exigem equiparação de direitos e não direitos especiais. E mesmo que defendessem direitos especiais, o nome “portadores de direitos especiais” não poderia ser exclusivo das pessoas com deficiência, pois qualquer outro grupo vulnerável pode reivindicar direitos especiais.</p>	<p>Não há valor a ser agregado com a adoção deste termo, por motivos expostos na coluna ao lado e nesta.</p> <p>A sigla PODE, apesar de lembrar “capacidade”, apresenta problemas de uso:</p> <p>1) Imaginem a mídia e outros autores escrevendo ou falando assim: “Os Podes de Osasco terão audiência com o Prefeito...”, “A Pode Maria de Souza manifestou-se a favor ...”, “A sugestão de José Maurício, que é um Pode, pode ser aprovada hoje ...”</p> <p>2) Pelas normas brasileiras de ortografia, a sigla PODE precisa ser grafada “Pode”. Norma: Toda sigla com mais de 3 letras, pronunciada como uma palavra, deve ser grafada em caixa baixa com</p>

		exceção da letra inicial.
<p>De ± 1990 até hoje e além. A década de 90 e a primeira década do século 21 e do Terceiro Milênio estão sendo marcadas por eventos mundiais, liderados por organizações de pessoas com deficiência.</p> <p>A relação de documentos produzidos nesses eventos pode ser vista no final deste artigo.</p>	<p>“pessoas com deficiência” passa a ser o termo preferido por um número cada vez maior de adeptos, boa parte dos quais é constituída por pessoas com deficiência que, no maior evento (“Encontrão”) das organizações de pessoas com deficiência, realizado no Recife em 2000, conclamaram o público a adotar este termo. Elas esclareceram que não são “portadoras de deficiência” e que não querem ser chamadas com tal nome.</p>	<p>Os valores agregados às pessoas com deficiência são:</p> <p>1) o do empoderamento [uso do poder pessoal para fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle da situação de cada um] e</p> <p>2) o da responsabilidade de contribuir com seus talentos para mudar a sociedade rumo à inclusão de todas as pessoas, com ou sem deficiência.</p>

Fonte: SASSAKI, 2003, p. 1–5.

Longe de ser uma espécie de preciosismo, a escolha das palavras é importante, pois pode tanto empoderar quanto desprezar alguém. Ao escolhermos para nossas análises a terminologia “pessoas com deficiência”, buscamos primeiro reconhecer que, antes da deficiência existe alguém, uma pessoa. Em seguida, frisamos que se trata de uma pessoa com deficiência por considerarmos que não há razão para eufemismos. A pessoa tem uma deficiência e, muitas vezes, isso possui um caráter constitutivo de sua personalidade.

No entanto, o leitor notará que muitas vezes o termo “pessoa deficiente” aparecerá nas páginas desta dissertação. Sempre que isso

acontecer, trata-se de uma citação direta ou indireta de alguma fala ou de algum documento da época. O AIPD é um bom exemplo: sempre que nos referirmos a esse ano relacionado a uma matéria publicada ou a algum documento encontrado, falaremos em Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Quando formos analisar o contexto ou discorrer sobre consequências das ações do AIPD, falaremos em Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, tal qual o AIPD é tratado hoje. Novamente, trata-se de balancear rigor metodológico com historicidade. Conceitos mudam, mas quando foram produzidos, precisam ser respeitados.

Cabe ressaltar, ainda, nossa opção metodológica para a citação das fontes utilizadas. No corpo do texto, indicamos todas as fontes secundárias, ou seja, livros ou sites que produziram interpretações a respeito de documentos históricos ou relatos de época. No rodapé, além das questões pertinentes ao aprofundamento dos temas abordados, indicamos a documentação primária em que nos embasamos, ou seja, matérias de jornais, cartas, ofícios etc. Indicamos também as entrevistas concedidas à autora desta dissertação.

Por fim, colocamos, no final dos três capítulos da pesquisa, um quadro síntese que apresenta as principais ideias defendidas ao longo do texto. A ideia principal é possibilitar a retomada e apreensão das principais conclusões e conceitos que julgamos importantes ao longo da pesquisa. Esperamos, também, facilitar o entendimento para todos aqueles que não estão habituados com a escrita acadêmica.

A partir dessas considerações de ordem teórica e metodológica, partimos para a discussão da cidade de São Paulo como palco de atuação para o Movimento Social das Pessoas com Deficiência.

1 Capítulo 1 – A Cidade de São Paulo e o Movimento Social das Pessoas com Deficiência

Iniciamos o capítulo apresentando sucintamente um breve histórico das instituições ligadas às pessoas com deficiência no Brasil e que são anteriores ao ano de 1978, momento em que começa nosso recorte cronológico. O objetivo é demonstrar que, apesar de uma atenção periférica recebida pela sociedade em geral, as questões relacionadas às pessoas com deficiência no país precedem o Movimento Social surgido no final dos anos 1970.

As primeiras instituições de assistência a esse público surgiram no século XIX. Em 1854, D. Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos na cidade do Rio de Janeiro, uma escola voltada para a educação exclusiva de meninos com deficiência visual. Um documento do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, publicado por Paulo Felicíssimo Ferreira no periódico do Instituto Benjamin Constant, afirmou que as primeiras ideias para criação desse instituto surgiram em 1835, quando “brasileiros filantrópicos interessados em beneficiar o país com instituições que atestassem os nossos progressos em civilização, colhendo informações sobre os estabelecimentos para a educação e o ensino dos cegos e surdos-mudos, desejavam que fossem também criados no Brasil” (FERREIRA, 2004, p. 2). A ideia de criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos¹³, inspirada no Instituto de Cegos de Paris, estava fortemente amparada em critérios caritativos, uma vez que a escola fora criada para amparar uma pessoa com deficiência visual de uma família pobre que não tinha acesso à educação formal. Em 1857, também no Rio

¹³ Atual Instituto Benjamin Constant.

de Janeiro, foi fundado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos¹⁴ com a mesma proposta: cuidar daqueles que precisam para assim garantir o progresso civilizatório no Brasil. Silvana Perrut dos Santos aponta que a criação desses institutos estava fortemente vinculada à ideia de criação de nação, projeto que começou a ser desenvolvido em 1822 quando o Brasil foi formalmente desvinculado de Portugal (SANTOS, 2008a). Vale ressaltar que uma nação não existe sem a criação de uma sociedade de fato, erigida simbolicamente por instituições que regulam e concretizam a vida coletiva. É justamente neste esforço que o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e todas as outras instituições aqui citadas se enquadram.

No caso de São Paulo, temos alguns institutos relacionados à educação de pessoas com deficiência fundados no começo do século XX, como o Instituto Padre Chico (1928), voltado para a educação de pessoas com deficiência visual; o Instituto Santa Teresinha (fundado, em 1929, na cidade de Campinas e transferido para São Paulo em 1933¹⁵), especializado na educação de pessoas com deficiência auditiva; a Fundação para o Livro do Cego (1946), responsável inicialmente pela impressão de livros para pessoas com deficiência visual; a Sociedade Pestalozzi de São Paulo (1952)¹⁶, que inicialmente abrigava e educava crianças com deficiência, entre outras. Todas as instituições acima citadas caracterizavam-se pelo seu caráter filantrópico de prestação de serviços, sem ligações formais com o Estado, sendo vinculadas a uma moral orientada por ideais caritativos.

¹⁴ Atual Instituto Nacional de Educação de Surdos.

¹⁵ INSTITUTO SANTA TERESINHA, [s.d.].

¹⁶ Atual Associação Brasileira de Assistência e Desenvolvimento Social – ABADS.

Ana Maria “Lia” Morales Crespo (2010)¹⁷ aponta, ainda, a existência de grupos geridos por pessoas com deficiência que podemos enquadrar como participantes do Movimento Social das Pessoas com Deficiência. São elas: o Clube dos Paraplégicos de São Paulo (CPSP), a Associação Brasileira de Deficientes Físicos (Abradef) e a Fraternidade Cristã Deficientes (FCD). O CPSP reunia aletas que jogavam basquete em cadeiras de rodas. Fundado em 28 de julho de 1958, por Sérgio Del Grande, paraplégico em virtude de um acidente na adolescência, travou contato com o esporte adaptado, principalmente, o basquete em cadeiras de rodas, quando foi fazer reabilitação nos Estados Unidos. A Abradef, fundada em 1961, atuava, sobretudo, na defesa dos interesses dos vendedores ambulantes com deficiência que exerciam legalmente essa atividade, na cidade de São Paulo, desde a publicação da Lei nº 5.440 de 20 de dezembro de 1957, quando o prefeito era Adhemar de Barros. A FCD chegou ao Brasil em 1972 e, em 1977, em São Paulo, por iniciativa de Maria de Lourdes Guarda. Ela é considerada um ícone da causa das pessoas com deficiência no Brasil, sobretudo em São Paulo (CRESPO, 2010, p. 76–77).

Igualmente importante para o crescimento do atendimento público às pessoas com deficiência está a atuação de pessoas como Dorina Nowill e Geraldo Sandoval.

Dorina Nowill foi a primeira mulher com deficiência visual a formar-se professora pela Escola Normal Caetano de Campos em 1945, onde desenvolveu, junto com alguns colegas, um método para promoção de educação de crianças cegas (SILVA; OLIVEIRA VIEIRA, 2019, p. 3). Em

¹⁷ Jornalista, mestre em Ciências da Comunicação e doutora em História Social. Foi representante do Núcleo de Integração de Deficientes e uma das fundadoras do Centro de Vida Independente Araci Nallin. Agradeço a autora pela entrevista e pelo rico material fornecido para essa pesquisa.

1947, aproximou-se de Carlos Pasquale, então Secretário de Educação do Estado de São Paulo, convencendo-o a criar o Departamento de Educação Especial para Cegos e influenciando na criação do Decreto-Lei nº 2.287 de 1953, que garantia aos alunos do estado de São Paulo o direito à educação inclusiva. Em 1951, Dorina foi eleita presidente da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, instituição rebatizada em 1991 para Fundação Dorina Nowill, em sua homenagem. Em 1979, ela foi eleita Presidente do Conselho Mundial para o Bem-estar dos Cegos (hoje Fundação Mundial dos Cegos) (*ibidem*). Além disso, Dorina Nowill dirigiu de 1953 a 1970 o primeiro órgão nacional para a educação de cegos, criado pelo Ministério da Educação, Cultura e Desporto, onde desenvolveu programas e projetos para implementação de serviços para cegos em diversos estados, fomentando a expansão de cursos de capacitação, orientação e mobilidade, centros de reabilitação, programas de prevenção da cegueira, entre outras atividades (FARIAS, 2011).

Já Geraldo Sandoval de Andrade, ingressou em 1953 no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de São Paulo (Senai-SP) como “membro de uma comissão destinada a estudar e planejar o aproveitamento racional de pessoas cegas nas atividades industriais” (GIL, 2012, p. 23). Essa comissão, chamada de Serviço de Adaptação Profissional de Cegos, foi criada a partir de uma parceria entre o Senai e a Fundação para o Livro do Cego no Brasil. Sandoval de Andrade, reconhecido por seus trabalhos de colocação profissional das pessoas com deficiência visual, trabalhou na Fundação para o Livro de 1951 a 1953, inicialmente como professor domiciliar e depois na área de colocação profissional, onde orientou as primeiras iniciativas para a realização de pesquisas profissionais destinadas a identificar trabalhos tidos como compatíveis para pessoas com deficiência visual (GIL, 2012).

Essas iniciativas, a despeito de seu valor, não foram, contudo, capazes de oferecer soluções amplas para a situação das pessoas com deficiência no Brasil. Ao longo desse capítulo, discutiremos aspectos do contexto político, econômico e social que possibilitaram o surgimento do Movimento Social das Pessoas com Deficiência entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, relacionando sua atuação política como parte de uma conquista pelo espaço público e pela cidadania.

1.1 As pessoas com deficiência e a luta por direitos

No período compreendido entre a criação desses primeiros institutos e a Constituinte de 1988, as pessoas com deficiência foram assistidas sobretudo por instituições privadas sem fins lucrativos, conforme detalharemos adiante. As mudanças que geraram a nova Constituição Brasileira, contudo, são reflexos sobretudo dos acontecimentos a partir do final dos anos 1970 e começo dos anos 1980. Neste período de redemocratização, as pessoas com deficiência, historicamente tratadas com desprezo e sem direitos assegurados por leis específicas, se organizaram em grupos para promover mudanças em uma sociedade preconceituosa e não inclusiva. Esse espaço foi sendo construído com muita luta e embates políticos que geraram conquistas importantes, como, por exemplo, o sucesso obtido pelo protagonismo das pessoas com deficiência, durante a Assembleia Nacional Constituinte, instaurada em 1987-1988, quando o movimento conseguiu incluir nos capítulos correspondentes da assim chamada Constituição Cidadã a garantia de seus direitos à educação, à saúde, ao transporte, aos espaços arquitetônicos etc.

De acordo com Gildas Brégain¹⁸, mesmo em países com um contexto político desfavorável, como eram os casos do Brasil, da Argentina e da Espanha, a partir de 1967, assembleias parlamentares de vários países ocidentais aprovaram leis para proteção integral dos então denominados deficientes mentais, leis essas que abarcavam, sobretudo, aspectos educativos, profissionais e institucionais. O primeiro país a aprovar legislação específica foi a Suécia, em 15 de dezembro de 1967. No Brasil, o processo de abertura democrática lenta, gradual e controlada, iniciado a partir de 1974, permitiu aos movimentos sociais e associativos se expressarem com mais liberdade, especialmente em 1978 e 1979 (BREGAIN, 2014, p. 235).

Paralelamente a este processo de abertura lenta da democracia no Brasil, houve o que alguns autores chamaram de “democracia relativa”. De acordo com Ivan da Costa Marques, a

ditadura militar fez circular o conceito de “democracia relativa”, com a ideia de tentar domesticar as formas democráticas ao invés de procurar simplesmente eliminá-las. A “democracia relativa” significava a ampliação dos espaços onde se podia falar, escrever e agir, em termos de pessoas e temas permitidos, sem contudo admitir todos ou qualquer tema (DA COSTA MARQUES, 2000, p. 96).

Além da maior abertura política, alguns atores possuíam, através de capital social acumulado, uma espécie de imunidade que permitia invocar a luta pelos direitos da pessoa com deficiência durante os períodos mais repressivos. É o caso dos profissionais da reabilitação e da educação especial e, no Brasil, de algumas esferas da Igreja Católica. Tanto no

¹⁸ Utilizaremos ao longo do texto o manuscrito prévio da tradução para o espanhol de sua tese de doutorado publicada originalmente em francês com o título *L'internationalisation imparfaite d'une modernité nord-atlantique: essai d'histoire croisée des politiques publiques du handicap em Argentine, au Brésil et em Espagne (1956-1982)*. Utilizaremos como referência das páginas a numeração do arquivo PDF utilizado na pesquisa. Agradecemos ao autor que prontamente nos forneceu esta cópia para que esse trabalho pudesse ser escrito.

Brasil quanto na Argentina, também existiram associações de pais das então denominadas “crianças deficientes mentais”, que, nos anos 1970, organizaram conferências nacionais para debater os direitos dessas crianças (BREGAIN, 2014, p. 238).

A Igreja Católica, no caso da Argentina e da Espanha, possuía uma alta hierarquia conivente com os regimes autoritários. Dessa forma, a Igreja não se manifestou a respeito da luta pelos direitos das pessoas com deficiência. No Brasil, contudo, o Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) adotou uma postura mais progressista e se opôs à ditadura. Dessa forma, em 1981, a tradicional Campanha da Fraternidade, da CNBB, com o tema “Saúde para Todos”, apoiou oficialmente a causa dos direitos das pessoas com deficiência. O cardeal Paulo Evaristo Arns, de São Paulo já havia chamado a atenção da Igreja para a causa, quando apoiou a Emenda Constitucional nº 12, de 17/10/1978¹⁹, da qual falaremos adiante. De acordo com Bregain, diferentemente da Espanha, e, em menor grau, da Argentina, o apoio de setores da Igreja à causa da pessoa com deficiência no Brasil não era apenas associada com uma questão de caridade (*ibidem*, p. 241).

A Igreja influenciou, na Espanha, a formação de grupos da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência (FCD) (SILVA, 2017), um movimento ecumênico internacional, criado por Monsenhor Henri François, na década de 40, na França, formado por pessoas com deficiência, com o apoio de padres. Na sua origem, a FCD centrava suas discussões no sofrimento e na mensagem de Deus. Mas, alguns grupos, durante os anos 1970, possuíam uma linha de atuação mais progressista, aderindo à doutrina social do Concílio Vaticano II e, por esta razão,

¹⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1978.

debatiam questões referentes aos direitos das pessoas com deficiência (BREGAIN, 2014, p. 242).

Na Argentina, o movimento da Fraternidade começou a funcionar no início de 1973, quando o sacerdote Marcos Pizzariello entregou a alguns enfermos um livro chamado “La radio junto a tu cama”, escrito pelo primeiro assessor da Fraternidade do Peru, Manuel Duato. O livro falava sobre mensagens de esperança transmitidas pela rádio de Valencia, na Espanha, e inspirou a criação da primeira Fraternidade em Buenos Aires. Rapidamente, quatro grupos foram fundados, os quais, durante o intervalo democrático do primeiro governo peronista (1973-1975), tiveram liberdade para debater amplamente os problemas das pessoas com deficiência. Com o golpe militar argentino de 1976, as discussões voltaram-se para questões de espiritualidade (*ibidem*, p. 242).

O fenômeno das Fraternidades também se deu no Brasil. A primeira a ser fundada foi em 1972, no Rio Grande do Sul pelo jesuíta espanhol Vicent Masip, que havia visitado a Fraternidade do Peru. Em 7 de dezembro de 1977 é considerado o dia de fundação da FCD em São Paulo (SILVA, 2017), a partir de um primeiro encontro de pessoas com deficiência organizado com o espírito da Fraternidade. Em 1980, Maria de Lourdes Guarda²⁰ foi eleita coordenadora nacional da FCD e começou a viajar por todo o território nacional, formando grupos da Fraternidade. Para tanto, Lourdes Guarda, que se locomovia numa maca, usava uma Kombi que ganhou numa rifa ou conseguia doações simultâneas de passagens aéreas suficientes para que pudesse ir deitada na maca e ainda levar a assistente pessoal e um ou outro companheiro de luta. Em 1981, já existia uma centena de grupos espalhados por todos os estados,

²⁰ Depois de ter semeado o movimento por todo o Brasil, Maria de Lourdes Guarda terminou seu mandato como coordenadora em 1992. Faleceu em 5 de maio de 1996.

a maioria dos quais pensando as questões das pessoas com deficiência a partir da teologia da libertação. “Ao associar o grupo de pessoas com deficiência a uma minoria marginalizada por um sistema político e econômico injusto, os líderes da Fraternidade proclamaram sua solidariedade com todos os demais grupos marginalizados (índios, negros, trabalhadores, mulheres, homossexuais, prostitutas, favelados)” (*tradução nossa, ibidem*, p. 243).

A atuação da Igreja Católica na luta pela assistência à pessoa com deficiência *não* esteve restrita aos três países abordados por Bregain. A título de exemplo, podemos citar o caso de Taiwan. De acordo com Chang (2007), o envolvimento da Igreja Católica com a causa da pessoa com deficiência nesse país foi importante não apenas pela assistência prestada, mas sobretudo pela introdução de ideias progressistas em toda esfera social (*ibidem*, p. 4).

Liu Hsia (1942-2003) é considerada pioneira ao militar pelas pessoas com deficiência em Taiwan. Depois de desenvolver artrite reumatoide quando estava no sexto ano da escola elementar, ela foi estudar em casa. Em 1977, publicou o livro “O som da vida” (Sheng-zhi-gel). Em 1982, ela e um grupo de cristãos fundaram o Eden Social Welfare Foundation para ajudar a melhorar a condição das pessoas com deficiência. O objetivo era providenciar serviço social e espalhar o evangelho. A prioridade da fundação era providenciar treinamento de trabalho para várias pessoas com deficiência. O argumento de Hsia era que pessoas com deficiência podiam trabalhar. Elas não trabalhavam porque a sociedade taiwanesa não as educava para tal (CHANG, 2007). Posteriormente, uma série de associações de pais, amigos e pessoas com deficiência começaram a militar em Taiwan por melhores condições de cuidados e reabilitação, eliminação das barreiras e acesso à educação

e ao trabalho. A partir dos anos 1990, as demandas das ruas começaram a tornar-se legislação (*ibidem*).

É possível afirmar, portanto, que no início da luta pelos direitos da pessoa com deficiência, a Igreja Católica teve um papel importante em diversos lugares do mundo, mesmo em países cuja causa era ignorada pela maioria da população. No caso de Taiwan, Chang afirma que pessoas com deficiência eram uma minoria oculta, pois não eram consideradas nem ao menos minorias aos olhos do público, pois a sociedade negava a elas direitos básicos. Pessoas com deficiência eram excluídas da vida social e muitas vezes trancadas em instituições (*ibidem*, p. 1). A deficiência era, de fato, muito malvista. Em mandarim²¹, até os anos 1980, os ideogramas utilizados para designar pessoas com deficiência era “can”, que significa “deficiência” e “fei”, que significa “inútil ou imprestável”. Posteriormente, “fei” foi substituído por “Ji”, que significa “doença” (*ibidem*, p. 2). O cuidado que os poderes públicos forneciam para pessoas com deficiência era limitado. A obrigação de cuidar era da família e o estado só intervinha quando a família era considerada incapaz. Educação pública apropriada e programas de reabilitação não existiam (*ibidem*, p. 3). A situação só se alterou a partir dos anos 1980 e é justamente nesse período que, no caso do Brasil e da Argentina, cria-se uma legislação específica para a pessoa com deficiência. Os anos 1980 são, portanto, um marco na luta pelos direitos em várias regiões do mundo.

Brégain afirma que foi a abertura democrática, nos regimes autoritários da Espanha, Argentina e Brasil, o que levou à dinâmica de difusão das ideias de que pessoas com deficiência tinham direitos,

²¹ Fazemos a ressalva de que, de acordo com a Política de uma Única China, Taiwan é vista como uma província chinesa rebelde, daí nos referirmos à grafia como estando em “mandarim”.

fazendo com que surgisse um número crescente de atores dedicados à sua propagação. Na Argentina, a difusão dessas ideias foi intensa no começo do governo peronista (1973-1975), porém, muito limitada pela ditadura, a partir de 1976. No Brasil, foi a partir de 1978, devido à “democracia relativa” e à aprovação, naquele ano, pelo Congresso Federal, da Emenda Constitucional (EC) nº 12, que assegurava direitos às pessoas com deficiência (BREGAIN, 2014, p. 239).

O texto da Emenda Thales Ramalho, como também é conhecida, em alusão ao deputado em cadeira de rodas que fez a proposta ao Congresso, dizia apenas:

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do artigo 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:
Artigo único - É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante:
I - educação especial e gratuita;
II - assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país;
III - proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;
IV - possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.”²²

No caso do Brasil, a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes), contando com a participação de especialistas, tentou, em diversas ocasiões, desde o final dos anos 1960, a aprovação de legislação para proteção do chamado menor excepcional. Embora a Câmara dos Deputados tenha aprovado um anteprojeto completo sobre o assunto, com o Ato Institucional nº 5, publicado em 13 de dezembro de 1968, que endureceu o regime ditatorial brasileiro, a matéria foi abandonada, uma vez que o congresso nacional foi fechado até 21 de outubro de 1969 (BREGAIN, 2014, p. 243–244).

²² CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1978.

Apenas em julho de 1981, durante o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), foi criada no país uma comissão parlamentar especializada para sintetizar, em um só projeto, as diversas propostas de leis em favor das pessoas com deficiência. Após uma ampla consulta aos ministérios, às associações profissionais e pessoas com deficiência, o projeto foi elaborado. Através de inúmeras pressões, grupos como a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), a Fenapaes e a Sociedade Pestalozzi conseguiram financiamento público para desenvolver seus serviços. Essas associações centraram suas demandas na acessibilidade, na integração profissional e na proteção social. O projeto, aprovado na Câmara dos Deputados em dezembro de 1981, foi rejeitado em 1989 pelo Senado (*ibidem*, p 244).

Dessa forma, observamos que a luta pelos direitos da pessoa com deficiência coincidia, muitas vezes, na luta pelos direitos de liberdades políticas, como nos casos do Brasil, Taiwan, Espanha, Argentina e, em especial, no caso da África do Sul abordado na introdução dessa dissertação. A ampliação dos direitos humanos básicos para pessoas com deficiência passava por garantias que ampliavam direitos a todos os cidadãos, garantias estas que só poderiam ser asseguradas por um Estado democrático de direito, tal qual tornou-se o Brasil após a Constituição de 1988.

Porém, a situação de exclusão vivenciada pelas pessoas com deficiência era potencializada, pois refletia uma sociedade que não pensava em políticas ou em espaços que levassem em conta as especificidades desse grupo. Por exemplo, no recorte cronológico da nossa análise, não existia um sistema de saúde universal no Brasil. O mais próximo desse conceito que existia era o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), uma política pública de saúde que vigorou até 1993, quando foi extinto pela lei federal nº 8.689

(ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO, [s.d.]). Contudo, só possuía atendimento garantido pelo Inamps os cidadãos que contribuía com a Previdência Social, ou seja, aqueles que possuíam vínculos empregatícios formais. Os demais, em especial os mais pobres, dependiam dos hospitais universitários ou instituições filantrópicas para ter algum acesso a acompanhamentos médicos.

Salientamos que os espaços profissionais que eram ocupados por pessoas com deficiência eram limitados. Sem empregos formais e, muitas vezes, em situação de pobreza, como esse grupo garantia o acesso à saúde? O espaço também era um fator excludente. Sem rampas, elevadores ou sistemas de transporte público adequados, como pessoas com deficiência vivenciavam a cidade? Procuraremos discutir essas e outras questões na próxima seção.

1.2 Os conceitos de espaço e cidade

Até o começo dos anos 1980, o espaço público de São Paulo estava plenamente disponível apenas para aqueles que possuíam corpos estandardizados. Em um artigo, a socióloga Susan Star apresenta as dificuldades que enfrenta em sua vida cotidiana por ser alérgica a cebolas (STAR, 1990). A autora usa essa aparente anedota para mostrar ao leitor como alguém que sai minimamente de um padrão socialmente estabelecido precisa planejar com mais atenção cada ação cotidiana para evitar algum efeito desagradável. Star não pode, por exemplo, desfrutar de comidas rápidas oferecidas por grandes redes de *fast food* simplesmente porque seu tipo de alergia não é levado em conta no preparo dos alimentos. A partir dessa questão aparentemente pontual, Star estabelece o conceito de estandardização. Aqueles que possuem corpos estandardizados conseguem desfrutar de redes de serviço que pessoas não estandardizadas não conseguem.

Com essa ideia em mente, podemos estabelecer o tipo de estandardização que, historicamente, se desenvolveu no ocidente. Trata-se, sobretudo, de corpos masculinos brancos, cis e, em parte, produtivos²³. Aqueles que fogem dessa padronização, tem seu acesso à cidadania comprometido de diferentes maneiras: seus salários são menores, são vistos com desconfiança em espaço público, são perseguidos, agredidos, impedidos de circular etc. Em agrupamentos sociais que não inclusivos, pessoas não estandardizadas precisam se adaptar à cidade e ao espaço e não a cidade ou espaço se adaptar às pessoas.

A afirmação fica particularmente clara em uma peça do jornal Folha de São Paulo, publicada em 1978, na qual se anunciou que o Metrô, em conjunto com o Hospital das Clínicas, Lar Escola São Francisco e Fundação para o Livro do Cego no Brasil²⁴, forneceu um curso, que contava com aulas práticas e teóricas para habilitar pessoas com deficiência a utilizarem as dependências das estações²⁵. A compreensão de cidade (e sociedade) por trás desse anúncio está na percepção de que são pessoas com deficiência que precisam aprender a se portar adequadamente no Metrô, pois o problema não estava no espaço (e na sociedade) e sim na deficiência que algumas pessoas “portavam”. Hoje, com o avanço dos direitos humanos, é provável que alguns indivíduos fiquem incomodados com essa constatação. Contudo, no começo de 1978, quando nossa pesquisa começa, essa visão era corrente. Ao longo do recorte temporal de nossa análise, observamos que progressivamente

²³ É importante ressaltar que esta estandardização é histórica e, portanto, se transforma periodicamente. A parte da produtividade é um bom exemplo, tendo em vista que a riqueza, hoje, é obtida sobretudo através do capital financeiro e especulativo, o que desobriga, por exemplo, os homens brancos detentores do poder político de precisarem, de fato, serem produtivos.

²⁴ Hoje Fundação Dorina Nowill para Cegos.

²⁵ DEFICIENTES FÍSICOS, 1978.

essa ideia vai se invertendo e essa inversão se deve ao avanço das lutas dos movimentos sociais pelos direitos das pessoas com deficiência em todo o mundo. No último ano da nossa pesquisa, 1981, a visão já não era a mesma. Havia uma forte pressão para que as barreiras arquitetônicas fossem eliminadas. A própria ideia de “portar uma deficiência” deixava de fazer sentido.

Ao longo destas páginas, compreenderemos o espaço como uma interação entre sua dimensão natural e social. Mais do que isso: humanos e espaço se produzem mutuamente. Um exemplo a respeito desta coprodução está no conceito de ser-no-mundo de Heidegger. O mundo, nessa expressão, é compreendido como uma estrutura ontológica, onde o lugar é visto como a manifestação do ser, ou seja, o lugar é onde o ser é e acontece (LEITE, 2013, p. 186). Embora o ser-no-mundo seja também compreendido em uma questão corporal, ou seja, esse ser-no-mundo ocupa uma posição geométrica, ele também compreende um “ser-em” e compõe um *habitar*. De acordo com Leite, “habitar, como modo de ser-junto ao que lhe é familiar é ‘uma maneira de ser/estar no espaço’” (*ibidem*, p. 190). Habitar é, também, o “modo pelo qual o homem existe na terra, pela experiência cotidiana” (CESAR, 2015, p. 252-253).

Para Heidegger, ser-no-mundo é um modo cotidiano de ocupação. O ser, enquanto existente, está no mundo “no sentido de lidar familiarmente na ocupação com os entes que vêm ao encontro dentro do mundo”. Qualquer ação é compreendida como um modo de se comportar “no mundo”, um modo de ser-no-mundo. Para o autor, o caráter espacial dos entes só surge com a “proximidade”, sendo a proximidade determinada pelo uso que fazemos da coisa próxima ou não (LEITE, 2013, p. 191-192).

Gaston Bachelard é outro autor que trabalha a relação intrínseca do espaço com sua dimensão social através de seu conceito e espaço-

tempo. Assim, o autor ressaltar a “relação total” entre as duas ideias, uma vez que vivenciar apenas o tempo seria esquecer o espaço e entender apenas o espaço significaria suspender o curso do tempo (BARBOSA, 1995, p. 114).

Um bom exemplo de coprodução entre humano e ambiente encontra-se no estudo publicado por Eduardo Goes Neves, que demonstra como a Amazônia, símbolo de natureza intocada, foi profundamente modificada pelos povos originários que ali habitavam. Neste trabalho, não só a floresta promovia a subsistência dos indígenas como os próprios indígenas forneceram algumas das bases que transformaram a floresta naquilo que ela era quando a dominação europeia começou a acontecer na região (CLEMENT *et al.*, 2015).

Autores como Jacques Lévy²⁶, consideram as interações ocorridas no espaço como centrais para a coprodução da qual estamos nos referindo. Não se trata, para o autor, apenas de interações entre humanos, mas também de interações entre objetos, ideias, experiências e estilos de uso do espaço ocupado. Conforme explica o autor,

Essas interações exigem comunicação direta entre os indivíduos, indireta através dos objetos (materiais e ideais) ou de instituições que organizam em função de uma lógica específica, vastos dispositivos relacionais. Tudo isso exige contato. Não necessariamente um contato físico direto, quer dizer, tátil, mas sim uma interface sensorial (vocal, visual) permitindo uma troca de mensagens, igualitária ou hierarquizada. Esse contato supõe uma proximidade, uma anulação da distância. Isso pode aparecer, entretanto, como a antítese de toda a vida social. Ora, ao menos como ponto de partida, pode-se ver que a supressão da distância para a constituição de grupos estreitamente ligados é um aspecto concernente somente a experiência humana (LÉVY, [s.d.], p. 2).

²⁶ Professor de Geografia e urbanismo na Escola de Arquitetura, Engenharia Civil e Ambiental da École Polytechnique Fédérale de Lausanne (EPFL) e diretor do Laboratório Chôros e do Programa de Doutorado em Arquitetura e Ciência da Cidade.

No momento atual, compreendemos que o espaço é complexo em suas relações, operando em um todo sistêmico. O espaço se configura, de acordo com o proposto por Bachelard, Heidegger e Jacques Lévy como um espaço multidimensional da sociedade, ou seja, nele há relações espaciais e uma realidade societária permeada por tramas, problemáticas, estratégias, ideologias e lutas. Em outras palavras, não é possível considerar o espaço como algo unidimensional, estático e natural, que existe independente da ação humana.

Parte considerável da bibliografia consultada trabalha o conceito de espaço em conjunto com o conceito de cidade, uma vez que é neste espaço onde, hoje, está a principal organização que os seres humanos encontraram para viver em sociedade. Todavia, a cidade não é a única forma na qual a coletividade humana pode se expressar. Existem organizações tribais ou feudais, por exemplo, cada qual com especificidades cujas nuances não cabem na análise desta dissertação. Por ser a cidade de São Paulo um dos nossos objetos de estudo, daremos especial importância para a compreensão do conceito de cidade.

É impossível pensar na cidade sem levar em conta sua dimensão espacial, pois sendo o ser humano espacial e as sociedades tramas complexas dessas espacialidades, o ato de relacionar-se e coexistir é a condição universal e fundamental do ser social. Intensificar essas relações com um grau elevado de diversidade torna a cidade um espaço produtivo, um ator social.

No tempo das comunidades, dos impérios e das massas, a geografia parecia fácil. No tempo dos atores, o espaço apresenta uma complexidade de um gênero novo. É um espelho da complexidade do social, mas é também a sua própria complexidade: “construção europeia”, “mundialização”, “deslocalizações”, “imigração”, “turismo de massa”, “pandemia”, “ajuda aos países em desenvolvimento”, “cosmopolitismo”, “medo do estrangeiro”, “descentralização”, “democracia local”, “metropolização”, “política da cidade”: os grandes problemas de

hoje em dia são sempre também, e doravante, talvez, em primeiro lugar, problemas geográficos. (LÉVY, [s.d.], p. 11-12).

Na citação de Lévy, observamos a complexidade das interações que compõe o espaço e observamos, também, que o espaço que o autor se refere é, sobretudo, o espaço da cidade. Pensando a questão da urbanização, Jaime Oliva²⁷ considera que falta um entendimento da cidade de maneira epistemológica, pois não estudamos profundamente sua concepção e nos detemos mais nos problemas que estão acarretados a ela, como por exemplo o trânsito, a poluição do ar, a visual, a sonora, os perigos etc.

Todavia, há alguns estudos que buscam compreender as questões da cidade para além de seus problemas cotidianos. Através de uma análise bibliográfica, Sérgio Luís Boeira, Adriana Clara Bogo dos Santos e Alini Giseli dos Santos (2009) apresentam alguns paradigmas epistemológicos da modernidade que contribuem para a compreensão do conceito de cidade. Para os autores, existem duas abordagens principais que moldam a compreensão da cidade: o paradigma disjuntor-redutor e o paradigma da complexidade. Nesse sentido, o

paradigma disjuntor-redutor as ciências naturais e exatas, desde os séculos XVI e XVII, assumem a condição de conhecimento confiável, pretensamente objetivo, quantificável e racional, distinguindo-se e crescentemente separando-se do conhecimento filosófico, considerado menos confiável, subjetivo, metafísico (*ibidem*, p. 697).

Esse paradigma é, para Boaventura Sousa Santos, um “modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SANTOS, 2000, p.

²⁷ Professor de Geografia do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. O parágrafo apresentado é uma nota de uma fala do professor em sala de aula, no segundo semestre de 2019, na disciplina A Urbanidade e a imagem da metrópole de São Paulo como fatores de sua produção e interpretação.

61 *apud* BOEIRA; SANTOS; SANTOS, 2009, p. 698). Autores como Jaime Oliva chamam este modelo de “cientificismo” (OLIVA, 2021). Por outro lado, o paradigma da complexidade, consolidado a partir da década de 1970, busca compreender a cidade de maneira multidisciplinar.

De fato, abordagens multidisciplinares são cada vez mais comuns para a compreensão da realidade. Charles Monteiro (2012) afirma que a cidade se constitui como um espaço multifacetado, cujos discursos científicos se apresentam ora como discursos de poder e ora como discursos analíticos. Para o autor, de forma bastante generalista, no passado, os médicos, sanitaristas, engenheiros, urbanistas, políticos e homens de letras tentaram normatizar e controlar a cidade e seus habitantes. Hoje, historiadores, geógrafos, sociólogos e antropólogos tentam compreendê-la (*ibidem*, p. 101-102). Em ambos os casos, questões da ordem epistemológica permeiam os discursos e entendimento acerca das cidades. A epistemologia é, portanto, fundamental para a compreensão do que é a cidade e o que é o espaço.

Além da compreensão pura e simples, a epistemologia pode ser empregada para a ação política, de acordo com Henri Lefebvre. Para o autor, “as questões relativas à Cidade e à realidade urbana não são plenamente conhecidas e reconhecidas; ainda não assumiram politicamente a importância e o significado que têm no pensamento (na ideologia) e na prática” (LEFEBVRE, 2001, p. 10).

Neste sentido, assim como afirmado por Jaime Oliva, estamos acostumados a pensar na cidade através de um viés de sua funcionalidade e não no seu “ser”, ou seja, a partir do conjunto de realidades diferentes que coabitam em seu espaço público, condição intrínseca à cidade. Quanto mais se aproximam as pessoas e encurtam-se as distâncias, mais se aceleram e se intensificam as relações, a dinâmica social.

Em resumo, até o momento discutimos como o entendimento acerca da cidade e do espaço possui um caráter multidisciplinar que busca dar conta de diferentes aspectos de sua funcionalidade. Por ser a cidade um espaço feito por indivíduos para os indivíduos e que, por sua vez, também forma estes mesmos indivíduos, pensar a cidade epistemologicamente em um sentido que vise a ação política de transformação, tal qual proposto por Lefebvre, requer pensar as relações concretas estabelecidas no seu interior.

Para Oliva, o conceito de copresença é fundamental para compreender as cidades. Maciel (2018) afirma que os estudos que levam em conta esse conceito “procuram entender como o espaço que permeia as pessoas interfere na maneira como elas se movem, param, encontram outras pessoas e têm seu comportamento regulado pela presença de outros” e complementa: “a copresença corresponde, portanto, ao conjunto de pessoas que compartilham e utilizam um espaço, mesmo sem interagir entre si” (*ibidem*, p. 15). É possível relacionar a ideia de copresença com a monadologia de G. W. Leibniz, ideia que pode trazer reflexões importantes para o entendimento das cidades. Para Leibniz, o todo, que compreenderemos aqui como a cidade, não pode ser entendido como uma simples soma das partes que o compõem (no caso de Leibniz, as mônadas; no nosso caso, os indivíduos que habitam a cidade), uma vez que a interação, ou seja, a relação entre as partes, afeta e transforma todos os atores envolvidos, modificando o todo e tornando-o imprevisível. Em outras palavras, a ideia de copresença, se fundamentada em Leibniz, compreende a cidade como um conjunto de interações onde os indivíduos frequentemente modificam-se uns aos outros.

Mesmo com os valores liberais defendendo a primazia do indivíduo frente ao coletivo, é impossível pensar uma cidade levando em conta pessoas isoladas, uma vez que o isolamento total é virtualmente

impossível de acontecer, mesmo em condomínios fechados (cuja principal função é, inclusive, deixar de fora os indesejáveis).

Aceitando a ideia de copresença no espaço como um conceito fundamental para a compreensão da cidade, entendemos que seu potencial interativo resulta no que Jeff Speck²⁸ poderia chamar de “aventura do viver juntos”, que certamente seria uma aventura desafiadora. Um importante conceito do autor é o de caminhabilidade, que tem como premissa a mobilidade sustentável na cidade, o deslocar-se diariamente por locais e percursos que permitam ao pedestre, sendo eles idosos, pessoas com deficiência, crianças, pessoas com mobilidade reduzida e a todos de uma maneira geral. De acordo com o autor,

Apesar de nunca ter sido declarada uma guerra, muitas cidades americanas parecem ter sido feitas e refeitas com a incumbência de derrotar os pedestres. Vias alargadas, calçadas diminuídas, árvores suprimidas, guias rebaixadas para dar acesso a lanchonetes *drive-thru* e imensas áreas de estacionamento de quarenta mil metros quadrados reduziram muitas das nossas paisagens urbanas a zonas de automóveis, nas quais a vida dos pedestres é apenas uma possibilidade teórica (SPECK, 2016, p. 25).

O direito à cidade – e não somente aos diferentes elementos que lhe dão forma – torna-se então uma aposta da partilha social e é impossível pensar as sociedades sem levar em conta sua dimensão espacial, sua contiguidade.

A cidade, portanto, é um conjunto de máxima concentração e de máxima diversidade que favorece e acomoda grandes populações e atua como estimuladora de relações sociais. Se você tirar da cidade sua densidade, você a impede de ser plenamente urbana, porque você renúncia, ao menos parcialmente, à copresença.

²⁸ Jeff Speck é urbanista, planejador, escritor e palestrante norte-americano.

Para Zygmunt Bauman (2009), “seja qual o rumo que a história urbana tomar, a arte do conviver pacífica e alegremente com as diferenças e de extrair benefícios dessa variedade de estímulos e oportunidades está se transformando na mais importante das aptidões que um cidadão precisa aprender a exercitar” (*ibidem*, p.24). Para o autor, o prazer de estar em um ambiente diferente, com pessoas diversas, sensação denominada pela palavra mixofilia, proporciona a tolerância à diferença e o combate à mixofobia, que é exatamente o contrário, o medo a estrangeiros, ao que está externo.

Henri Lefebvre, por exemplo, entende que “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos padrões que coexistem na Cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 25).

Desta maneira, sendo a cidade o local do encontro, onde as relações humanas se estabelecem cheias de teias de conexões, do choque entre as diferenças, do ir e vir, é também palco de movimentações, de dinamismo, de vida. Ela está repleta de lugares que podem nos contar essas histórias.

Com base no exposto, é possível compreender que tanto o conceito de espaço aqui adotado quanto a cidade constituem-se como territórios construídos e significados por humanos e que atuam diretamente como palco e como agente das ações ali estabelecidas. Além disso, vimos que o conceito de espaço e cidade foram abordados epistemologicamente de diferentes maneiras. No passado, em especial no século XIX, o entendimento científico acerca da cidade era voltado principalmente para transformá-la atendendo às demandas dos médicos sanitaristas, que buscavam higienizar a cidade e erradicar doenças como a febre amarela. Era, contudo, um modelo de ação excludente, responsável por, no Rio de Janeiro, destruir os cortiços habitados pelos mais pobres, que sem ter

para onde ir, acabaram formando as favelas da cidade (CHALHOUB, 2018). Conforme afirmou Monteiro, hoje a tendência maior do conhecimento científico está sobretudo em compreender a cidade. Cabe a nós, porém, resgatar ações políticas possíveis através de um entendimento profundo do que é a cidade e do seu funcionamento, como sugeriu Lefebvre.

Pensando na cidade como espaço de relações e transformações, o conceito de copresença ajuda a refletir de maneira responsável as possibilidades de construção de uma cidade mais inclusiva, acessível e capaz de respeitar as diferenças de todos os cidadãos. Antes de encerrar a seção, gostaríamos de destacar a ideia que podemos chamar de “reflexão responsável”, proporcionada pelo conceito de copresença. As relações estabelecidas na cidade influenciam diretamente na vida de todos os seus cidadãos. Mais do que isso, essas relações são capazes de transformar vidas e exatamente por esta razão precisam ser pensadas de maneira responsável e que leve em conta possibilidades mais plenas de vida para todos os indivíduos. Tendo a cidade como mediadora e agente da ação, a ideia de mixofilia de Bauman só se torna possível através da construção de espaços físicos sem barreiras sociais.

No começo da seção trouxemos o exemplo do curso oferecido ao metrô para mostrar uma determinada ideia acerca das pessoas que predominava no período: é o indivíduo que precisa se adaptar ao espaço. A partir das reflexões aqui propostas, procuramos demonstrar como, hoje, espaço e cidade produzem (e são produzidos) pelas pessoas. Dento dessa concepção, um grupo ter que se adaptar ao espaço de maneira unilateral é impensável, uma vez que é mudando o espaço que se modifica os seres humanos. Para os estudos da deficiência, o valor dessa ideia está em justamente demonstrar a importância de se construir espaços acessíveis, não apenas para auxiliar pessoas com deficiência,

mas também para construir uma nova sociedade baseada em valores inclusivos.

1.3 Espacialidade, modelo social da deficiência e eliminação de barreiras

Do exposto na seção anterior, observamos que o ser humano produz o espaço e, ao utilizá-lo cotidianamente o reproduz e o modifica. Este movimento pode ser chamado de práticas espaciais e pode ser condensado na palavra *espacialidade*. Neste sentido, espaço não é sinônimo de espacialidade, tendo em vista que o último é uma prática possibilitada por aqueles que vivenciam o primeiro.

A especialidade não é amplamente praticada por todos os habitantes da cidade. Por exemplo, um indivíduo pode viver em uma área onde possui melhor acesso aos recursos da cidade. Neste caso, ele é capaz de praticar uma espacialidade ampla. No caso das pessoas com deficiência, na maior parte das cidades, suas espacialidades são limitadas, tendo em vista a existência de barreiras arquitetônicas, comunicacionais ou atitudinais. Barreiras podem ser consideradas, portanto, formas de restrição de espacialidade.

Debora Diniz (2012), partindo de uma concepção social da deficiência, retrata a barreira como “fatores ambientais cuja presença ou ausência limitam o funcionamento de um indivíduo e criam a deficiência” (*Idem*, posição 510). Quando a autora se refere à barreira como uma questão “ambiental”, ela está se referindo a qualquer obstáculo, físico ou social, capaz de limitar a ação de um indivíduo. Nessa concepção, barreiras estão presentes tanto no espaço urbano quanto nos transportes não adaptados, criados inicialmente para o atendimento de pessoas dentro de um padrão normativo que, como discutido anteriormente, é essencialmente excludente. Barreiras estão, ainda, em atitudes sociais

que discriminam, como o uso inadequado da linguagem, a falta de atenção para com a pessoa com deficiência em um espaço público como um museu, por exemplo, onde muitas vezes faltam recursos como audioguia com audiodescrição, maquetes táteis e demais recursos que permitem aos visitantes com deficiência fruïrem do espaço e, portanto, praticarem espacialidades mais amplas.

As formas de copresença de pessoas com deficiência na cidade receberam diferentes ênfases ao longo do recorte cronológico de nossa análise. Apesar de pouco se falar a respeito da deficiência entre 1978 e 1980, a maioria das peças jornalísticas retratava esse grupo de indivíduos relacionando-o com a questão dos vendedores ambulantes no centro da cidade.

Existia uma série de regulamentação que dava as diretrizes de como pessoas com deficiência poderiam ocupar o espaço para a prática do comércio ambulante. Por exemplo, a Lei nº 5.440 de 20 de dezembro de 1957 dava isenção fiscal de impostos municipais aos vendedores ambulantes “portadores de defeitos físicos permanentes, de natureza grave”²⁹ e garantia a possibilidade de autorização, “em caráter excepcional”, de exercício de atividades em vias públicas do Município em locais previamente delimitados pela Prefeitura³⁰. Houve várias regulamentações para essa lei³¹, mas aquela que mais influenciou as notícias aqui analisadas é o decreto nº 14.369, emitido em 25 de fevereiro de 1977 pelo então prefeito Olavo Setúbal. Esse decreto dispunha sobre a concessão de áreas no centro de São Paulo para “ambulantes portadores de defeitos físicos graves” que não possuíam

²⁹ “Deficiência grave” era compreendida, de acordo com essa mesma lei, como “cegueira, a paralisia e a falta de membros superiores ou inferiores” (CÂMARA MUNICIPAL, 1957).

³⁰ *Idem*.

³¹ Como exemplo, podemos citar os Decretos 4.575 de 1960 e 5.112 de 1961.

comprovadamente outros meios para obtenção de recursos. A fundamentação era garantir “uma racional programação de fixação de ‘Áreas de Ação’” para uso de ambulantes, garantindo assim uma “fiscalização rigorosa e eficiente, de modo a impedir a ingerência de atravessadores, ‘marreteiros’ e sublocados dos permissionários”³², todos termos e conceitos pejorativos relacionados à ambulantes em situação irregular. Inicialmente, foram destinadas 749 vagas para pessoas com deficiência, principalmente nas áreas centrais da cidade de São Paulo, que incluíam, entre outros, a Praça da Sé, a Praça João Mendes, o Vale do Anhangabaú etc. A listagem completa dos locais que poderiam ser ocupados encontra-se no Anexo I do Decreto (SETUBAL, 1977).

Não significa que as pessoas com deficiência eram as únicas que poderiam exercer a atividade de ambulantes. O Decreto nº 11.214 de 8 de agosto de 1974 autoriza a exercer a função qualquer indivíduo que conseguisse, entre outros documentos, um atestado de pobreza emitido pela delegacia competente³³. A legislação sucintamente apresentada buscava apenas garantir que pessoas com deficiência em situação de pobreza praticassem, com isenção fiscal, o comércio ambulante nas áreas centrais da cidade. Visava também impedir que os “marreteiros” e indivíduos que “sublocam” pontos destinados às pessoas com deficiência praticassem o comércio de maneira irregular. De acordo com o depoimento de Ana Maria “Lia” Morales Crespo para o livro *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*, algumas entidades ligadas à luta pelos direitos das pessoas com deficiência atuavam essencialmente defendendo os interesses de seus associados ambulantes. Era o caso da Associação Brasileira dos Deficientes Físicos

³² SETUBAL, 1977.

³³ COLASUONNO, 1974

(Abradef) e da Sociedade dos Deficientes Visuais do Brasil (Sodevibra) (LANNA JR, 2010, p. 130–131).

Através da leitura das peças veiculadas no período estudado, nota-se que os ambulantes eram vistos como um problema, principalmente pelos comerciantes locais com os quais compartilhavam o espaço. Em matéria publicada em 09/05/1980, a Folha de São Paulo afirmou que os ambulantes retornaram à Av. Duque de Caxias “trazendo a costumeira sujeira, atrapalhando os transeuntes e produzindo intranquilidade geral, pois muitas das bancas converteram-se em ponto de encontro de desocupados e vigaristas”³⁴. Além disso, os comerciantes protestavam contra os chamados marreteiros “que desvirtuaram completamente o comércio ambulante, que tem regulamentação municipal e deveria ser exercido somente pelos deficientes físicos”. A Folha dá, ainda, voz a um comerciante que não quis se identificar. Ele afirmou que

qualquer um pode constatar que é raro encontrar-se de fato um deficiente físico ao qual é destinado o comércio ambulante (...). O comércio é exercido por pessoas sãs, muitas das quais serviram-se de um aleijado apenas para a obtenção do ponto na calçada. Alguns deficientes recebem aluguel pelo ponto, outros uma gorjeta para ficar por perto, atentos à aproximação dos fiscais, quando, então, burlam a legislação, fingindo ser os verdadeiros barraqueiros³⁵.

A notícia citada acima dá a tônica da maneira como a questão da deficiência e dos ambulantes era retratada pelo jornal. A pessoa com deficiência em si tem pouca voz no jornal, figurando principalmente como “vítimas”, “oportunistas” ou em matérias pejorativas, como quando denunciam David Pinto Bastos, presidente da Abradef desde 1968, de supostos crimes de corrupção por conta da concessão ou renovação das licenças necessárias para o exercício das atividades dos ambulantes³⁶.

³⁴ AVENIDA VOLTA A SER OCUPADA POR AMBULANTES, 1980

³⁵ *Idem*.

³⁶ OS AMBULANTES ESTÃO CONTRA NOVAS BANCAS, 1979

São poucas as informações disponíveis na bibliografia acerca da David Pinto Bastos. De acordo com Lia Crespo, Bastos perdeu parte do braço direito na oficina de Litografia Bonsucesso, que funcionava na rua General Osório, em São Paulo, e depois começou a trabalhar como ambulante em uma banca de doces no Viaduto do Chá, em frente ao prédio da antiga Companhia Light (CRESPO, 2010, p. 76). Não sabemos, de fato, como ele passou de ambulante à presidente da Abradef e se ele tinha influência e poder na Prefeitura para definir quais pessoas com deficiência conseguiriam licenças e quais não conseguiriam. Contudo, identificamos, em uma reportagem de 13/10/1976, como a Abradef intermediava a comunicação entre Prefeitura e ambulantes. De acordo com Bastos, a venda de rua era uma das poucas atividades profissionais disponíveis para as pessoas com deficiência. Por essa razão, a Abradef atuava no sentido de “encaminhar toda a documentação necessária para que o inválido obtenha a licença de vendedor ambulante (...) [pois] existem leis beneficiando o inválido e permitindo o seu trabalho, comercializando miudezas (art. 28 do decreto-lei 11.214/74)”³⁷.

O que sabemos, efetivamente, a respeito da concessão de licenças para pessoas com deficiência era que 40% dos pedidos de renovação eram simplesmente negados porque, de acordo com os decretos e leis citados anteriormente, era necessário que o requerente fosse “portador de defeitos físicos de natureza grave”³⁸ e, muitas vezes, na avaliação técnica dos funcionários da Prefeitura, nem sempre o requerente se enquadrava nessa situação.

Não convêm aqui entrarmos nos meandros das disputas envolvendo a Administração Regional ou David Pinto Bastos.

³⁷ ASSOCIAÇÃO DEFENDE A ATIVIDADE REGULAR DE DEFICIENTES FÍSICOS, 1976

³⁸ HAHNE TENTARÁ RESOLVER CASO DOS AMBULANTES, 1979

Ressaltamos, contudo, que havia uma clara primazia do jornal Folha de São Paulo ao retratar à questão dos ambulantes levando em conta principalmente o discurso de que eles sujavam a cidade, atraíam “desocupados e vigaristas” ou ainda facilitavam que pequenos assaltos ocorressem na região. Quando as pessoas com deficiência eram ouvidas, era sempre no sentido de deslegitimar a atuação, principalmente da Abradef, através de denúncias de corrupção ou tráfico de influências. Como as pessoas com deficiência figuravam, entre 1978 e 1980, principalmente em matérias que falavam sobre a questão dos ambulantes, podemos supor que, nesse período, essas pessoas eram vistas como certo incômodo social e, como veremos, “coitados” que precisavam de caridade.

Aqui chamamos a atenção para a nomenclatura adotada tanto pela legislação quanto pela própria Abradef em seu nome por extenso: Associação Brasileira de Deficientes Físicos. Destacamos aqui a insistência com a qual a deficiência vem acompanhada do adjetivo *física* em diversas situações. Conforme buscaremos salientar ao longo deste capítulo, no Brasil, tanto para a imprensa, quanto para as leis e para diversas entidades que militavam a favor dos direitos das pessoas com deficiência, o principal “deficiente” que estava em pauta era a pessoa com deficiência física. Na imprensa, “deficiente”, “deficiente físico” e “paraplégico” eram basicamente sinônimos. Pessoas com deficiência intelectual, além de receberem outra nomenclatura, também estavam fora do discurso que envolvia principalmente questões de acesso ao mercado de trabalho e circulação pela cidade, embora existissem peças pontuais do jornal que trouxessem informações desse tipo. A pessoa com deficiência intelectual era tratada como “excepcional”, “deficiente mental” ou até “retardado”. Hoje compreendemos o conceito de “pessoa com deficiência” como algo que engloba pessoas com qualquer deficiência.

Naquele momento, porém, os discursos retratavam dois tipos de deficiência claramente demarcadas. A divisão era tão gritante e excludente que, no Brasil, o Ano Internacional da Pessoa Deficiente foi apropriado pelo Governo Federal como Ano Internacional do Deficiente Físico³⁹. O discurso majoritário também era diferente: para as pessoas com deficiência física, predominantemente defendia-se mais autonomia e possibilidades de trabalho; para a pessoa com deficiência intelectual, o discurso predominante era o médico ou o pedagógico. Dividia-se, inclusive, o “doente mental” entre “não educável” e “educável” e/ou “treinável”, gerando ações diferentes para cada um dos casos. Exploraremos as particularidades de cada discurso adiante.

Com essa divisão em mente, observamos que a maioria dos programas para inserção da pessoa com deficiência no mercado era voltada para pessoas com deficiência física. As poucas informações salariais dos programas desenvolvidos por entidades com esta finalidade mostram que o salário destinado à pessoa com deficiência era inferior até mesmo ao salário-mínimo do período. Em nota publicada em 13/02/1979⁴⁰, observamos que o centro de reabilitação Lar Escola São Francisco convocou “seus reabilitados, portadores de deficiência física” para um emprego na indústria. A carga de trabalho era de oito horas diárias na “linha de montagem e controle visual”, com um salário de Cr\$

³⁹ A exclusão dos “deficientes sensoriais” e “deficientes mentais” do Ano Internacional do Deficiente Físico foi uma das razões pelas quais o Movimento pelos Direitos da Pessoa Deficiente (MDPD) renegou a Comissão Nacional instituída pela então presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985) com o objetivo de conduzir, no Brasil, as discussões propostas pela ONU para o Ano Internacional da Pessoa Deficiente (DEFICIENTES DIVULGARÃO PROGRAMA PARA ESTE ANO, 1981).

⁴⁰ DEFICIENTES FÍSICOS, 1979

2.200,00, cerca de R\$ 432,52 em valores atualizados⁴¹. Na época, o Decreto nº 84.135⁴² estipulava um salário-mínimo de Cr\$ 2.932,80 (R\$ 576,59), ou seja, para a contratação de pessoas com deficiência, o salário oferecido pela indústria era cerca de 75% do salário-mínimo. Vale ressaltar que, em reportagem do dia 28 de abril do mesmo ano⁴³, o valor estipulado para que um trabalhador brasileiro tivesse uma vida minimamente digna era de Cr\$ 6.400,00 (R\$ 1.163,13, curiosamente cerca de R\$ 60 reais a mais do valor do salário-mínimo estipulado para 2021).

O chamado publicado no Estado de São Paulo possui mais informações sobre esse projeto: os reabilitados precisavam ser maiores de 14 anos e "portadores de defeitos físicos ortopédicos ou neurológicos" para emprego em indústria, escritório e comércio⁴⁴.

No período analisado, existiam alguns programas que envolviam a colocação da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Existia convênio entre, por exemplo, a Prefeitura de São Paulo e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) para dar formação profissional para as pessoas com deficiência auditiva que frequentavam

⁴¹ Durante os anos 1970 e 1980, o Brasil enfrentou uma forte crise econômica motivada pela dependência externa, pela crescente dívida pública e, a partir de 1973, pela crise do petróleo. Os detalhes da situação econômica do país encontram-se, entre outras publicações, em HERMANN (2011). Por esta razão, durante os anos 1980, houve um grande descontrole inflacionário no país, refletindo em mudanças radicais nos valores monetários praticados na época, tanto para os salários quanto para o consumo. Assim, optamos por atualizar todos os valores publicados originalmente em cruzeiros para o real de novembro de 2020, o que nos permitiu compreender melhor o impacto dos preços praticados no período. Sempre que um valor em cruzeiros for informado nesta dissertação, ele virá acompanhado entre parênteses por seu valor atualizado. Para o cálculo, utilizamos a Calculadora do Cidadão, disponível no site do Banco Central. Todos os valores convertidos utilizaram como referência a data da publicação da matéria e a tabela IPC-SP FIPE (BANCO CENTRAL DO BRASIL, [s.d.]).

⁴² CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1979

⁴³ UM LULA PARA O SALÁRIO-MÍNIMO, 1979

⁴⁴ TREINAMENTO PROFISSIONAL PARA DEFICIENTE FÍSICO, 1979.

a Escola Municipal Helen Keller⁴⁵. Em agosto de 1981, a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), em parceria com o Senai, passou a admitir pessoas com deficiência visual em seus quadros de funcionários, tendo em vista que, de acordo com as estimativas realizadas pela companhia, uma em cada cinco funções realizadas poderiam ser exercidas por cegos. Nessa ocasião, anunciou-se também que, naquele momento, cerca de 300 empresas admitiam pessoas cegas⁴⁶, obviamente um número muito baixo para atender toda a demanda populacional (no período, estimava-se que cerca de 10% da população possuía algum tipo de deficiência em geral).

Vale ressaltar que, conforme citado anteriormente, desde o final dos anos 1940, a Fundação para o Livro do Cego no Brasil possuía programas de colocação profissional em parceria, por exemplo, com o Senai-SP (GIL, 2012).

Na imprensa, encontramos apenas um caso que narrava especificamente a inserção da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho. Trata-se de uma matéria publicada em março de 1981⁴⁷, onde Jô Clemente, fundadora da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), afirmou que

atualmente, há noventa e dois rapazes excepcionais, *treinados* pela APAE, trabalhando em indústrias; todos desempenhando funções normais e produzindo como qualquer funcionário não-deficiente (...) Eles não elevam (sic) problemas afetivos para o serviço, não fazem “fofoca”, não têm mau humor⁴⁸.

Chamamos atenção aqui para a divisão que estabelecemos anteriormente entre “deficientes” e “excepcionais”. O “excepcional”, desde

⁴⁵ ESCOLAS ESPECIAIS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS DE AUDIÇÃO E FALA, 1979

⁴⁶ DEFICIENTES VISUAIS SERÃO ADMITIDOS POR SIDERÚRGICA, 1981

⁴⁷ FEIRA DA BONDADE ARRECADA FUNDOS PARA EXCEPCIONAIS, 1981

⁴⁸ *Idem*. *Grifos nossos*.

que “treinado” (sem sombra de dúvidas uma escolha de palavra bastante pejorativa), era visto como capaz de exercer determinadas atividades principalmente porque não levaria para o trabalho problemas afetivos, mau humor ou não praticava fofocas. Era, portanto, mais dócil. Tal visão exemplifica não apenas a maneira como a pessoa com deficiência intelectual era retratada na sociedade, mas também, vale ressaltar, qual os atributos que um trabalhador da indústria deveria possuir.

Em suma, até o momento, observamos que o emprego formal para as pessoas com deficiência ficava restrito a algumas poucas empresas e, em alguns casos, a remuneração era abaixo da mínima. Dados levados à Assembleia Legislativa pelo deputado federal Caio Pompeu de Toledo (do Partido Popular por São Paulo), afirmavam que havia 600 mil pessoas com deficiência visual no Brasil e cerca de 2 mil delas, ou seja, 0,3%, exerciam algum tipo de atividade remunerada⁴⁹. Na análise da imprensa do período, encontramos casos também de demissões arbitrárias, como por exemplo a observada no caso do 1º Salão do Automóvel Antigo⁵⁰. Em abril de 1981, a organização desse evento demitiu trinta e seis funcionários com deficiência que haviam sido contratados como recepcionistas, telefonistas e intérpretes. A contratação, inicialmente por três semanas, foi suspensa após uma semana. De acordo com a organização, esses funcionários “não estavam cumprindo os horários de serviço; alguns não desempenhavam bem suas funções, muitos

⁴⁹ PROPOSTA CONTRATAÇÃO DE CEGOS PELO ESTADO, 1981

⁵⁰ Aparentemente, a contratação de pessoas com deficiência pelo evento fez parte de um projeto maior que envolvia pessoas com deficiência, em especial a Associação de Integração de Deficientes. Na ocasião da abertura do evento, Rui Bianchi do Nascimento inaugurou uma placa comemorativa que informava que o prédio da Bienal no Ibirapuera, local do evento, seria o primeiro edifício público da América Latina com acessibilidade. Os organizadores, visando o "despertar da consciência" da sociedade, adaptaram alguns banheiros, elevadores e diminuíram as rampas de acesso aos pavimentos (EXPOSIÇÃO DE CARROS ADAPTA-SE A DEFICIENTE, 1981).

reclamavam e faziam exigências, como por exemplo em relação à alimentação”⁵¹. A Associação de Integração de Deficientes (Aide) foi a responsável, nessa ocasião, por fazer o intermédio entre a organização do Salão e as pessoas com deficiência contratadas. Em 24/05/1981, Rui Bianchi do Nascimento, diretor de Promoção e Comunicação da entidade, afirmou que “Como a Aide não aceitou assumir os cortes impostos e como havia apenas um entendimento verbal e uma proposta salarial, que foi aceita pelo organizador do Salão, mas não assinada, houve a necessidade de reivindicarmos nossos direitos, tanto do ponto de vista financeiro como moral”⁵². Essa questão em específico rendeu uma série de reportagens no jornal Folha de São Paulo e foi concluída com uma visita da Aide ao gabinete do prefeito, em 05/05/1981, quando a entidade “solicitou providências contra o empresário responsável pelo 1º Salão do Automóvel Antigo”. Nessa ocasião, o prefeito se mostrou solidário e se comprometeu a entrar em contato com o empresário em questão para verificar o ocorrido⁵³. Não localizamos mais informações na imprensa sobre esse acontecimento.

O caso relatado demonstra que, para além do descaso para com a contratação de pessoas com deficiência, algumas entidades atuavam diretamente como intermediárias entre empresas e funcionários. Ou, ainda, atuavam no sentido de possibilitar que pessoas com deficiência conseguissem exercer atividades de ambulantes, tendo em vista que a burocracia para a obtenção das licenças era extensa e exigia uma grande quantidade de documentos. Além da atuação direta, existiam palestras, mesas-redondas e discussões voltadas para a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, principalmente em 1981, ou seja, no

⁵¹ SALÃO DO AUTOMÓVEL DEMITE DEFICIENTES, 1981

⁵² ESCLARECIMENTO DA AIDE, 1981

⁵³ DEFICIENTES FÍSICOS RECLAMAM DE DEMISSÃO, 1981

Ano Internacional das Pessoas com Deficiência⁵⁴. Além disso, o discurso de produtividade figurava com frequência tanto em reportagens quanto em cartas enviadas pelos leitores aos jornais⁵⁵. A pauta pelo trabalho era sem sombra de dúvidas uma das principais reivindicações das pessoas com deficiência no Brasil.

Nesse sentido, a atuação direta das entidades no sentido de lidar com as questões empregatícias fazia uma espécie de contraponto à inépcia do poder público em relação ao assunto. Existem denúncias de repartições públicas que discriminavam possíveis funcionários por serem pessoas com deficiência, como por exemplo o caso de Fernando Ferreira da Silva, de 20 anos, que apresentava um “defeito físico nas pernas” em decorrência de uma paralisia infantil e, apesar de aprovado em um exame para trabalhar em uma agência dos Correios, foi reprovado nos exames médicos⁵⁶. Outro exemplo é o de Orivaldo Vieira, um advogado cego que foi aprovado em um concurso público para juízes federais. Sua nomeação estava, contudo, ameaçada por estar “incapacitado para o exercício da magistratura” em virtude de ser cego⁵⁷.

O poder público também se mostrava moroso na apresentação de projetos que visassem diminuir o desemprego entre as pessoas com deficiência. Existiam projetos de lei que previam desde benefícios fiscais

⁵⁴ Entre os diversos exemplos que podemos citar, estão o Simpósio Educação, Profissionalização e Emprego das Pessoas Deficientes no SESC Consolação e promovido pelo SENAC no dia 07/05/1981 (SIMPÓSIO EDUCAÇÃO, PROFISSIONALIZAÇÃO E EMPREGO DAS PESSOAS DEFICIENTES, 1981) e, no dia 23/05/1981, quando o Movimento pelo Direito das Pessoas com Deficiência promoveu, no Colégio Anchieta, discussões sobre a colocação profissional da pessoa com deficiência (DEFICIENTES DIVULGARÃO PROGRAMA PARA ESTE ANO, 1981).

⁵⁵ De maneira geral, era frequentemente reiterado que pessoas com deficiência podem ser produtivas, como pode ser observado em CRESPO (1980) ASSOCIAÇÃO PRETENDE TIRAR OS PARAPLÉGICOS DAS RUAS (1980), CLAUSELL (1981), entre muitos outros.

⁵⁶ ECT NÃO CONTRATA DEFICIENTE FÍSICO, 1981

⁵⁷ JUSTIÇA E PRECONCEITO, 1981

para os empregadores (PL 4.629/1981⁵⁸) até apelos de deputados como Emílio Justo (PMDB) para que o governo assegurasse contratação de pessoas com deficiência visual⁵⁹. Existia, ainda o projeto relatado pelo deputado Thales Ramalho, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, posteriormente, do Partido Popular (PP), que estabelecia, inclusive, que as empresas “com mais empregos” deveriam reservar de 2 a 5 por cento de suas vagas para “deficientes ou readaptados”, concedendo ainda descontos previdenciários de 50% para os empregadores⁶⁰. Vale ressaltar que a existência de uma lei que tornava obrigatória a contratação de uma determinada parcela de deficientes para cada empresa era um dos caminhos defendidos pelo Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência⁶¹.

O projeto de Thales Ramalho era amplo e visava sanar as “principais dificuldades dos deficientes”⁶². Sua formulação remete a abril de 1980, quando o deputado levantou “todos os projetos em tramitação no Congresso Nacional sobre os deficientes físicos” para, então, se reunir com “os autores dos projetos para que exerçam uma ação coordenada”⁶³. Existiam, na ocasião, 68 projetos diferentes, de acordo com o então presidente da Câmara Federal Nelson Marchezan (PDS-RS). Dessa forma, o projeto de Thales Ramalho apresentar-se-ia como uma compilação de todos eles. No entanto, no final de 1981, o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, nem ao menos esse projeto foi aprovado, fazendo com que as entidades lamentassem que, no Brasil, o

⁵⁸ RAMALHO, 1981

⁵⁹ PROPOSTA CONTRATAÇÃO DE CEGOS PELO ESTADO, 1981

⁶⁰ PROJETO CRIA PROTEÇÃO PARA OS DEFICIENTES, 1981

⁶¹ PIRES, 1981a

⁶² PROJETO CRIA PROTEÇÃO PARA OS DEFICIENTES, 1981

⁶³ PP ESTUDA A CRIAÇÃO DE 3 DEPARTAMENTOS, 1980

Ano Internacional trouxe, por parte do Estado, poucas conquistas efetivas para as pessoas com deficiência⁶⁴.

As dificuldades em se conseguir empregos formais certamente levavam algumas pessoas com deficiência para a informalidade ou para o trabalho ambulante. Na matéria “Olha o rapa!”, publicada na edição especial do Folhetim da Folha de São Paulo em 25/01/1981, encontra-se a história do ambulante Jacinto, uma pessoa em cadeira de rodas. Pelas regras da prefeitura em vigor, ele não poderia mais ficar fixo em um único ponto da cidade e precisaria circular pelo centro em sua cadeira de rodas. A situação por si já mostra um descompasso entre a realidade objetiva das pessoas com deficiência e a legislação vigente. Contudo, é a justificativa que Jacinto deu para seu trabalho informal que mais nos interessa aqui: ele afirmou que foi “empurrado” para a condição de ambulante depois de ter sua contratação sucessivamente negada por diversas empresas⁶⁵.

Igualmente relevante para compreendermos a questão da inserção no mercado de trabalho da pessoa com deficiência é a história de Claudio Augusto, que utilizava muletas e era casado com uma mulher que também era uma pessoa com deficiência física. Ambos tinham uma filha pequena em 1981. Claudio trabalhava em uma fábrica por um salário-mínimo, mas se dizia explorado por trabalhar muito, inclusive aos domingos. Optou por vender balas na rua, onde não ganhava muito, mas o suficiente para sustentar sua família. Dizia saber que as pessoas compravam suas balas por pena, mas aceitava que essa era a principal forma como a sociedade via a pessoa com deficiência e afirmava usar isso a seu favor⁶⁶.

⁶⁴ TOWNES, 1981

⁶⁵ BARROS, 1981

⁶⁶ PIRES, 1981

Cândido Pinto de Melo, diretor da área de Informática Médica do Instituto do Coração e uma pessoa em cadeira de rodas que coordenava o Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência, dizia que a situação mais comum da pessoa com deficiência no Brasil era justamente a de Claudio Augusto, ou seja, indivíduos que moravam na periferia e não tinham acesso sequer a uma cadeira de rodas. Nesses casos, mesmo que a pessoa pudesse comprar uma, jamais conseguiria locomover-se pelas ruas esburacadas e sem asfalto dos bairros populares. São Paulo era, portanto, “uma cidade proibida para o deficiente físico”, de acordo com as conclusões de Cecília Pires tiradas a partir de encontros, debates, conferências e cerimônias para a comemoração ao Ano Internacional das Pessoas com Deficiência. Pires foi autora da matéria que apresentou a história de Claudio Augusto e o depoimento de Cândido Pinto de Melo⁶⁷.

A ideia de “cidade proibida” para as pessoas com deficiência remete ao conceito de urbanidade. Jaime Oliva sintetiza a urbanidade como “um instrumento de medida qualitativa da cidade e do urbano” (OLIVA, 2004, p. 98). A urbanidade, para Dupuy, corresponde à acessibilidade da cidade efetivamente garantida pelo poder público (DUPUY, 1995, p. 17 apud OLIVA, 2004, p. 99). Para Oliva, a cidade deve integrar diferentes grupos sociais e minimizar as distâncias (*ibidem.*, p. 98), tornando o conceito de acessibilidade intimamente relacionado às ideias de copresença, mixofilia e caminhabilidade expostas anteriormente. Com baixa urbanidade, reconhecidamente a cidade de São Paulo era um espaço que excluía uma parcela considerável de pessoas com deficiência.

Não existem dados consistentes, referente a esse período, que nos permita quantificar a quantidade de pessoas excluídas do espaço público, devido a sua baixa urbanidade, e da sociedade em geral devido à

⁶⁷ PIRES, 1981

ausência de políticas públicas que levassem em conta as especificidades das pessoas, ou seja, dados que permitam aferir as práticas espaciais realizadas. Recordemos, apenas, os dados apresentados pelo deputado Caio Pompeu de Toledo que afirmou que apenas 0,3% das pessoas com deficiência visual no Brasil exercia alguma atividade remunerada. Na prática, isso significa que a maioria das pessoas com deficiência no Brasil era pobre. Daí a predominância em 1978 e 1980 das matérias que relacionavam “deficientes” com “ambulantes” apontadas no início dessa seção. Em entrevista, Antônio Carlos “Tuca” Munhoz⁶⁸ indagou: “onde estavam as pessoas com deficiência pobres” do Movimento Social das Pessoas com Deficiência?

Uma possível resposta para essa pergunta está na questão dos ambulantes abordada anteriormente. Outra possível resposta encontra-se na matéria *Deficiente auditivo não tem assistência*, publicada em 30/04/1979⁶⁹. Apresentaremos, a seguir, algumas das discussões apresentadas pela publicação, pois consideramos um exemplo das dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência pobres no Brasil dos anos 1970 e 1980.

De acordo com a reportagem, os cuidados prestados às pessoas com deficiência auditiva só eram possíveis em duas situações: se a pessoa possuísse muito dinheiro, ela poderia buscar o serviço das clínicas particulares; caso contrário, precisaria contar com a própria sorte e paciência para enfrentar as filas das instituições governamentais que normalmente levavam dois anos para realizar algum tipo de atendimento para aqueles que mais necessitavam. Em depoimento dado ao jornal

⁶⁸ MUNHOZ, 2020

⁶⁹ DEFICIENTE AUDITIVO NÃO TEM ASSISTÊNCIA, 1974

Folha de São Paulo, Lina Gonçalves de Almeida, mãe de uma criança com deficiência afirmou que

A minha maior dificuldade foi encontrar escola para meu filho⁷⁰. Durante quatro anos percorri todos os lugares que me indicavam sem conseguir nada. Primeiro fui na Santa Casa, mas como eu tinha direito ao Inamps se recusaram a me atender. Depois me mandaram para o Hospital das Clínicas, onde disseram que para o problema do meu filho eles não tinham tratamento adequado e me encaminharam para a AACD - Associação de Assistência à Criança Defeituosa. Ali foi feita uma triagem que durou três meses, até constatarem que o único defeito físico dele era a falta de audição e que não era caso para eles. Então me mandaram para a Apae [Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais], fizeram nova triagem que levou mais três meses até me explicarem que ali ele não podia ficar e que não sabiam para onde me encaminhar⁷¹.

Depois de um ano, Lina Gonçalves procurou o Hospital São Paulo e, ao afirmar ser previdenciária, não foi atendida. Sem saber para onde ir, Lina Gonçalves resolveu mentir. Ela afirmou: “voltei lá algum tempo depois e disse que não tinha direito à Previdência Social. Só assim consegui que meu menino fosse atendido. Foi feita a audiometria e me indicaram que procurasse a Derdic^{72”73}.

⁷⁰ No recorte cronológico da nossa análise, a educação formal era fornecida por salas de aula especiais, deixando as crianças com deficiência segregadas. No caso específico das pessoas com deficiência intelectual, a reportagem do Estado de São Paulo trouxe a seguinte informação para 1979: estimava-se que existiam 1 milhão de pessoas com deficiência intelectual em todo o Estado. Dessas, apenas 17 mil recebiam atendimento da Secretaria e Educação, matriculadas em 900 classes especiais. A reportagem conclui que 983 mil pessoas não eram assistidas pelo Estado. Apenas na grande São Paulo, a estimativa de pessoas com deficiência intelectual era de 500 mil e, na região, existiam apenas 390 classes especiais que atendiam seis mil alunos. Daí a dificuldade de Lina Gonçalves de conseguir uma escola para o filho (FALTA ASSISTÊNCIA AOS EXCEPCIONAIS, 1979).

⁷¹ DEFICIENTE AUDITIVO NÃO TEM ASSISTÊNCIA, 1974

⁷² De acordo com o site institucional da Derdic, a instituição não possui fins lucrativos e é “mantida pela Fundação São Paulo e vinculada academicamente à PUC-SP, que atua na educação, acessibilidade e empregabilidade de surdos e no atendimento clínico a pessoas com alterações de audição, voz e linguagem. O trabalho institucional prioriza famílias economicamente desfavorecidas e beneficia pessoas de todas as faixas etárias”. (PUC-SP, [s.d.]

⁷³ DEFICIENTE AUDITIVO NÃO TEM ASSISTÊNCIA, 1974

Caso o estudante fosse encaminhado de uma escola para o tratamento na Derdic, essa ação por si só não seria o suficiente para que os problemas de uma pessoa com deficiência auditiva começassem a ser solucionados, pois era preciso ficar na fila à espera de uma vaga. Uma vez transposto este obstáculo restava adquirir o aparelho auditivo – cujo preço variava de Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 10.000,00 (R\$ 879,16 – R\$ 1.758,32) – sem o qual a frequência escolar chegava a ser quase inútil, tendo em vista que a maioria das escolas não possuía turmas especiais, as quais, na época, eram a única forma reconhecida de se fornecer educação para surdos. Na verdade, o aparelho auditivo era um requisito básico para que se efetuassem a matrícula na rede regular de ensino.

Tendo em vista o custo desses aparelhos, apenas uma faixa reduzidíssima de pessoas com deficiência teria condições de adquiri-los. Na tentativa de auxiliar as famílias carentes, o Inamps distribuía esses aparelhos. Em maio de 1976 essa distribuição foi suspensa, sem nenhuma explicação lógica, de acordo com a reportagem da Folha. Passados mais de dois anos, em setembro de 1978, a entrega foi liberada para voltar a ser suspensa em maio do mesmo ano. Durante o período de funcionamento em 1978, o serviço entregou apenas 311 aparelhos⁷⁴.

A partir do exposto, temos algumas situações importantes que precisam ser elucidadas. Primeiramente, a desorganização, no período, do sistema público de saúde poderia atuar mais como um fator de complicação do que de solução para as questões das pessoas com deficiência, tal qual exposto no relato de Lina Gonçalves. O Inamps atendia apenas os trabalhadores que contribuía com a previdência social (ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO, [s.d.]), ou seja, os trabalhadores formais que possuíam, na maior parte

⁷⁴ *Idem.*

dos casos, carteira assinada. Aos demais cidadãos, caberia buscar os sistemas de saúde filantrópicos, como as Santas Casas, e algumas unidades públicas que atendiam a todos, como os hospitais universitários (MATHIAS, 2018). Ademais, como José Evaldo de Mello Doin, do Movimento pelos Direitos da Pessoa com Deficiência, afirmou em janeiro de 1981, inexistia no país uma política nacional de saúde que pensasse nas especificidades das pessoas com deficiência. Não por acaso, uma das pautas do Movimento era justamente a criação de uma política de reabilitação e integração social, com as responsabilidades assumidas pelo Estado, que forneceria assistência médica digna para as pessoas com deficiência⁷⁵.

Por essas razões, Lina Gonçalves, precisou mentir para ser atendida pelo Hospital São Paulo, um hospital universitário da então Escola Paulista de Medicina⁷⁶. Uma vez constatado que o filho de Lina Gonçalves era uma criança com deficiência auditiva, a ação do Hospital foi encaminhá-lo para uma instituição sem fins lucrativos, no caso a Derdic, pois não possuía uma política específica para lidar com situações envolvendo pessoas com deficiência auditiva.

Na cidade de São Paulo, a pessoa com deficiência pobre tinha acesso a algumas instalações públicas de recuperação e tratamento, como a Divisão de Recuperação Profissional de Vergueiro⁷⁷, ligada ao Hospital das Clínicas e próximo à estação Vergueiro do Metrô. Contudo,

⁷⁵ PIRES, 1981a

⁷⁶ Em 1994, pela Lei nº 8.957/94, a Escola Paulista de Medicina transformou-se em universidade federal, passando a denominar-se Universidade Federal de São Paulo. O Hospital São Paulo foi parcialmente inaugurado em 1940 e é considerado o primeiro hospital-escola do país (UNIFESP, [s.d.]).

⁷⁷ Após a extinção da Divisão de Recuperação Profissional de Vergueiro, surgiu o Instituto de Medicina e Reabilitação - INREA - hoje Instituto de Reabilitação Lucy Montoro, instituição que tem um papel importantíssimo na Reabilitação física, principalmente para lesões neurológicas (CAIRES, 2021).

seu atendimento era limitado a questões ortopédicas, como denunciou Canrobert de Freitas Caires, Julius Marten Alcalal e Mário Sérgio de Oliveira ao Hospital das Clínicas. Tal restrição descaracterizava a “unidade como centro de reabilitação profissional”. Além disso, os três indivíduos apontaram ainda a falta de materiais, de equipamentos e o número insuficiente de profissionais para atender às demandas das pessoas atendidas pela Divisão⁷⁸.

De acordo com informações trazidas pelo jornal O Estado de São Paulo, no Brasil existiam cerca de 50 centros de reabilitação, sendo que, na ocasião, nenhum voltado para uma reabilitação integral, ou seja, centros empenhados em uma reabilitação física, social e profissional⁷⁹. De acordo com informações de Romeu Sasaki reproduzidas pela notícia, “os poucos centros que (...) [existiam] no Brasil estão abandonados, com pessoal despreparado, e as suas diretorias (...) [estavam] totalmente desligadas da filosofia do tratamento do deficiente físico”⁸⁰.

Com um sistema de saúde público precário, desorganizado e incapaz de fornecer atendimento adequado às pessoas com deficiência, as instituições privadas sem fins lucrativos assumiram a responsabilidade de fornecer cuidados mínimos a essa parcela da população. É importante observar que, durante todo o recorte cronológico desta pesquisa, grupos como a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), o Lar Escola São Francisco e muitos outros lutaram para continuar funcionando, uma vez que os recursos públicos neles investidos eram muito baixos ou simplesmente inexistentes.

⁷⁸ DEFICIENTES DENUNCIAM ERROS EM ATENDIMENTO NAS CLÍNICAS, 1981.

⁷⁹ PIRES, 1981a.

⁸⁰ FALTAM CENTROS PARA DEFICIENTES, 1980.

O financiamento das atividades desenvolvidas se dava sobretudo através de doações ou feiras de caridade. Por exemplo, em agosto de 1981, o presidente da Apae conseguiu patrocínio dos Laboratórios Curt, que atuava no ramo de revelação fotográfica⁸¹. Em relação às feiras, a “Feira da Bondade”, também da Apae, foi aquela que recebeu mais destaque no jornal Folha de São Paulo. A Feira da Bondade foi criada em 1966 por um grupo de voluntários da Apae. A ideia do grupo era arrecadar fundos para construção do Centro de Reabilitação da entidade, o primeiro da América Latina e que, na época, atendia a mais de 1.200 pessoas com deficiência intelectual em suas 12 unidades. Atendia também 15 mil pessoas por ano em ambulatórios e em serviços de orientação. De acordo com dados na notícia *Feira da Bondade, maior este ano*⁸², em 1980, o Centro de Reabilitação possuía uma lista de espera que chegava a 600 mil pessoas com deficiência, um número expressivo que demonstra a falta de políticas públicas para lidar com esta questão. O objetivo principal da Feira em 1980 era arrecadar uma quantia entre Cr\$ 85 e 90 milhões (entre R\$ 6.743.614,95 e R\$ 7.140.298,18) para ser aplicada na Unidade Dia, que atendia e dava orientações aos pais de crianças com deficiência nos primeiros meses de vida.

Esses valores eram arrecadados através da venda de ingressos, que custava Cr\$ 50,00 (R\$ 3,97), de atrações e com o oferecimento de brinquedos para crianças (como o aluguel de uma pista de patinação). Além disso, a Feira possuía barracas com artigos típicos de diversas regiões do país. Em 1980, por exemplo, foi possível encontrar artesanatos regionais, licores, cerâmica, tapetes, porcelanas e peças em vime de locais como Amazonas, Bahia, Mato Grosso do Norte (sic) e do Sul, Minas

⁸¹ FALTA DE VERBAS AMEAÇA AUXÍLIO A EXCEPCIONAIS, 1981.

⁸² FEIRA DA BONDADE, MAIOR ESTE ANO, 1980.

Gerais, Paraná, Pernambuco, Ceará, Pará, Maranhão, Rio Grande do Sul, São Paulo. Outra atração em 1980 eram as barracas com artigos estrangeiros, com artigos raros ou de difícil acesso, butiques, lojas de brinquedos etc. Em uma barraca denominada Fortuna, estava em exposição a bola do milésimo gol do Pelé, além da camiseta autografada do jogador⁸³. Nesse ano, a Feira recebeu 230 mil visitantes e os recursos arrecadados contribuíram para 70% do orçamento total da Apae de São Paulo⁸⁴. Em 1981, a Feira comercializou produtos nacionais e importados cujos valores praticados eram cerca de 20% menores do que no mercado convencional. Nessa ocasião, a Apae enfrentava uma grave crise financeira e os organizadores do evento pediram ao público que não fosse para ao local com “espírito de barganha”. Naquele ano, o valor arrecadado foi de Cr\$ 200 milhões (R\$ 8.307.457,79)⁸⁵.

Além da Feira da Bondade, podemos citar a “Feira da Fraternidade”, organizada pela Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes (FCD)⁸⁶ e a “Feira da Solidariedade” no Parque do Ibirapuera, promovida por 43 entidades assistenciais particulares da Vila Mariana⁸⁷, além de festas beneficentes como as oferecidas nos salões do Jôquei Clube, em benefício da Sociedade Pestalozzi⁸⁸. Chamamos atenção para o fato de que os nomes de todas as feiras aqui citadas fazerem alusões diretas a ideias caritativas, ou seja, contribuía para uma visão de que a pessoa com deficiência merecia caridade dos demais cidadãos. Indiretamente, a construção desta ideia está relacionada a um conceito de Estado que pode ser substituído pela bondade, sendo, desta forma,

⁸³ *Idem.*

⁸⁴ FEIRA DA BONDADE ARRECADA FUNDOS PARA EXCEPCIONAIS, 1981.

⁸⁵ FEIRA DA BONDADE É ENCERRADA E APAE ARRECADA 200 MILHÕES, 1981.

⁸⁶ FCD PROMOVE FEIRA BENEFICENTE NO PARI, 1979.

⁸⁷ ENTIDADES ABREM HOJE A FEIRA DA SOLIDARIEDADE, 1981.

⁸⁸ SOCIEDADE PESTALOZZI, 1981.

desresponsabilizado em relação a proporcionar políticas públicas capazes de incluir com autonomia a pessoa com deficiência.

A falta de financiamento transparece em diversas reportagens que tratam das instituições voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência. Em *Os excepcionais*⁸⁹, publicada na Folha de São Paulo, afirmou-se que, caso os pedidos de ajuda feitos pela Apae recebessem melhor acolhida por parte das instâncias de poder, ou mesmo da comunidade que atendia, os trabalhos desenvolvidos pela instituição seriam de melhor qualidade. De acordo com a notícia, eram poucas as unidades que possuíam material pedagógico, equipamentos, instalações e mesmo recursos financeiros. O tom assistencialista está fortemente presente nessa matéria. É comum a referência à “ação meritória” desenvolvida pela instituição em seu trabalho para “reeducar” e “reorientar” as pessoas atendidas com o intuito de “integrá-las” a “vida comunitária”. É interessante observar que, embora reconheça a necessidade de ajuda dos poderes públicos para a associação, matéria retrata como muito mais importante para o funcionamento das Apaes a necessidade de conscientização das comunidades atendidas, como se ônus da assistência social coubesse à comunidade e não ao Estado, ou seja, um pensamento liberal à brasileira, que é constantemente endossado pela Folha de São Paulo. Nesse sentido, a matéria afirmou que

O esforço técnico-científico de reintegração é feito por pessoal médico e paramédico, mas os recursos para sustentar esse trabalho têm que provir daqueles que, sensíveis às solicitações da vida em comum, se engajam nessa tarefa humanitária, que produz resultados de ordem econômico-social, ao impedir que cidadãos excepcionais sejam marginalizados na convivência normal e do processo produtivo⁹⁰.

⁸⁹ OS EXCEPCIONAIS, 1979.

⁹⁰ *Idem*.

Quando alguma instância do poder público participava do financiamento de instituições voltadas para as pessoas com deficiência, essa ajuda era insuficiente. Encontramos um exemplo dessa afirmação na matéria *A reabilitação de deficientes feita por escola do ABC*, na qual foram apresentadas as atividades desenvolvidas pela Escola de Educação Especial Anne Sullivan, fundada em 1968 e localizada no bairro de Santa Maria, em São Caetano do Sul. A escola atendia surdocegos e era praticamente a única do Brasil a oferecer atendimento a pessoas com essa deficiência. Seu orçamento provinha de uma subvenção da Prefeitura, porém todo o valor era direcionado quase exclusivamente para o pagamento dos funcionários. O déficit financeiro era coberto por voluntários que faziam promoções e bazares. Alguns voluntários chegavam a fazer visitas a empresas em busca de doações e convênios⁹¹.

No caso específico de São Paulo, observamos que, a partir de julho de 1981, através de uma lei sancionada pelo prefeito Reynaldo de Barros foi destinado o valor de Cr \$1,2 milhão (R\$ 56.870,97) da Prefeitura para a Apae⁹², ou seja, aproximadamente 0,6% do valor arrecadado pela Feira da Bondade em 1981. A verba, claramente irrisória, seria destinada à assistência e a educação de crianças com deficiência intelectual.

No ano de 1981, diversas instituições enfrentam uma severa crise financeira. De acordo com Jennifer Hermann (2011), o período entre 1974 e 1984 da história econômica brasileira foi caracterizado por mudanças profundas. Para nossos propósitos, cabe salientar que, desde 1979, houve, no Brasil, grande aumento nos índices de inflação, bem como um descontrole das contas públicas e externas. O país era fortemente

⁹¹ A REABILITAÇÃO DE DEFICIENTES FEITA POR ESCOLA DO ABC, 1981.

⁹² APAE TERÁ 1,2 MILHÃO DA PREFEITURA, 1981.

dependente da importação de petróleo e de bens de capital. O grande crescimento do PIB brasileiro durante o chamado “milagre econômico” (1969 – 1973) havia sido financiado com capital estrangeiro, ou seja, a partir de 1973 o país encontrava-se profundamente endividado. A primeira crise do petróleo (1973), quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo aumentou consideravelmente os valores dos barris de petróleo, provocou grande impacto na economia brasileira, tendo em vista que, desde 1968, o país dependia cada vez mais da energia produzida por este combustível fóssil. Essa conjuntura levou o governo a adotar diversas medidas de ajustamento fiscal. Entre elas, estava a tentativa de diminuir a quantidade de importações do país (regulando assim a chamada balança de pagamentos) e o controle dos efeitos danosos da inflação (HERMANN, 2011, p. 73–75). No primeiro caso, o governo emitiu uma série de decretos entre 1975 e 1976 que restringiam significativamente a quantidade de insumos que poderiam ser importados pelo país. O controle seria feito pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) e por instituições voltadas para a promoção de políticas econômicas setoriais (VIANNA, 2016). O controle impactou diretamente na vida de todos os brasileiros. Entre as pessoas com deficiência em específico, observamos que a Cacex limitava até a quantidade de pilhas disponíveis para aparelhos de surdez, fazendo com que pessoas com deficiência auditiva formassem grandes filas em frente às lojas especializadas na tentativa de fazer com que seus aparelhos continuassem funcionando⁹³. A importação de próteses e outros equipamentos também estava prejudicada, levando o Cacex, em 1981, a

⁹³ ESTÃO EM FALTA PILHAS PARA APARELHO DE SURDEZ, 1981.

flexibilizar sua política visando atender às demandas das pessoas com deficiência⁹⁴.

Já para o controle da inflação, uma das medidas adotadas foi a alteração na política de reajuste salarial do trabalhador. No Jornal Folha de São Paulo, os problemas financeiros enfrentados pelas instituições de assistência às pessoas com deficiência no Brasil eram explicados justamente por essa política. Para compreendermos o contexto, a título de comparação, citamos que a média anual da inflação durante o governo Geisel (1974-1979) era de 38%. No biênio de 1979-1980, essa média subiu para 93%. Podemos exemplificar o impacto da inflação nos valores corrigidos das arrecadações da Feira da Bondade que citamos anteriormente. Em 1980, objetivava-se arrecadar até Cr\$ 90 milhões (R\$ 7.140.298,18). Em 1981, a APAE arrecadou Cr\$ 200 milhões (R\$ 8.307.457,79). Nota-se que a quantia mais que dobrou de um ano para outro. Porém, com os valores corrigidos, notamos um aumento de cerca de 16%. Essa grande variação nos preços levou a uma mudança no regime de reajuste salarial, medida essa implementada em meados de 1979. De acordo com Hermann, “reconhecendo que o rápido aumento da inflação impunha perdas reais significativas aos salários, o governo mudou a periodicidade de reajuste dos salários nos setores público e privado, de anual para semestral” (HERMANN, 2011, p. 89).

Salientamos que faltam estudos para relacionar o real impacto dos reajustes salariais nas contas das instituições prestadoras de serviços a pessoas com deficiência. Conforme afirmamos anteriormente, o financiamento de suas atividades se dava sobretudo através de doações e feiras beneficentes, tendo em vista que a verba pública destinada a esses grupos era normalmente muito baixa ou inexistente. É muito

⁹⁴ IMPORTAÇÃO FACILITADA PARA DEFICIENTE FÍSICO, 1981.

possível que a crise econômica nacional tenha impactado diretamente nessas arrecadações, em virtude da diminuição significativa do poder de compra de todos os brasileiros. Nesse sentido, acreditamos que colocar a crise financeira das instituições como sendo provocada pelos reajustes salariais nos parece uma tentativa de responsabilizar os trabalhadores e os direitos trabalhistas pela situação financeira das empresas. Esse mesmo discurso, presente até os dias atuais na chamada “grande mídia” (que inclui os jornais aqui analisados), motivou reformas como a Reforma Trabalhista de 2017 e a Reforma da Previdência de 2019 que, até o momento da escrita desta dissertação (2021) não mudaram a situação financeira das atuais empresas instaladas no país. Portanto, é importante compreender que a justificativa para a crise dada pelas instituições e reproduzida pelo jornal Folha de São Paulo pode fazer parte do mesmo discurso de viés liberal que defende a diminuição de direitos e garantias do trabalhador em prol do crescimento financeiro das empresas.

De qualquer forma, a situação econômica do país, refletida nas instituições de atendimento às pessoas com deficiência, levou a uma série de reportagens, na qual essas instituições ameaçavam a fechar suas portas por falta de recursos. Em julho de 1981, a Casa André Luís solicitou Cr\$ 25 milhões (R\$ 1.184.811,84) à Secretaria de Promoção Social para cobrir despesas, pois, caso contrário, precisaria encerrar suas atividades. O anúncio da solicitação de verbas foi acompanhado pela notícia de que, naquele mês, tinham sido desativados por falta de recursos, os ambulatórios de Guarulhos e Santana, e suspenso a distribuição de alimentos e medicamentos a 28 famílias de funcionários que prestavam serviços à instituição⁹⁵. Os problemas financeiros da Apae, a busca por

⁹⁵ CASA ANDRÉ LUÍS PEDIRÁ VERBA DE 25 MILHÕES PARA EVITAR O SEU FECHAMENTO, 1981.

doações e a tentativa de arrecadação de verbas públicas devem ser compreendidas nesse mesmo contexto. Em fevereiro de 1981, a Federação Nacional das Apaes anunciou que 500 entidades do país enfrentavam uma grave crise financeira e muitas poderiam fechar⁹⁶. O anúncio da já referida Feira da Solidariedade informava também que aquelas entidades da Vila Mariana estavam ameaçadas de fechar por falta de verbas⁹⁷. Como último exemplo, podemos citar a Sociedade Pestalozzi que, em novembro de 1981, fez um anúncio semelhante após um Congresso realizado pela Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi (Fenasp) em Brasília⁹⁸.

Já as instituições públicas que faziam o atendimento às pessoas com deficiência figuravam no jornal, em muitos casos, um “depósito de doentes”. Existem dois casos emblemáticos sobre essa prática. O primeiro foi denunciado pelo Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência e diz respeito à Divisão de Assistência e Recuperação Geral (DAR-2), uma divisão da Secretaria de Promoção Social. Ali, eram internadas pessoas carentes com doenças ou deficiências graves. Essas pessoas eram recolhidas das ruas pela Central de Triagem e Encaminhamento. A ideia do complexo era fornecer recuperação integral aos doentes e a pessoas com deficiência, prestando atendimento médico, fisioterápico e assistência social completa, porém, as instalações da DAR-2 não tinham uma quantidade suficiente de médicos, remédios, enfermeiras, atendentes ou fisioterapeutas. Em sua maioria imigrantes e desempregados, pessoas que não tinham mais ninguém e que tinham sofrido algum acidente ou contraído alguma moléstia grave, as pessoas lá internadas afirmavam que estavam piorando e não recebiam

⁹⁶ FALTA DE VERBAS AMEAÇA AUXÍLIO A EXCEPCIONAIS, 1981.

⁹⁷ ENTIDADES ABREM HOJE A FEIRA DA SOLIDARIEDADE, 1981.

⁹⁸ SOCIEDADE PESTALOZZI QUER JOGO LEGALIZADO, 1981.

atendimento. Uma funcionária afirmou que os internos eram mantidos a base de calmantes para não se rebelarem. Depois de curados, muitos eram enviados para asilos, como o de Franco da Rocha. Na DAR-2, a violação de direitos humanos básicos era corriqueira⁹⁹.

O outro exemplo estava na Fundação Estadual para o Bem-estar do Menor (Febem)¹⁰⁰. Em fevereiro de 1980, encontramos uma reportagem que denunciava as condições sanitárias das instalações da Vila Maria. Na notícia, há o relato de uma criança com “deficiência mental profunda, com paralisia cerebral” que, na ausência de uma cama apropriada, dormia no chão, pois “atirava-se para fora da cama constantemente, pondo em risco sua vida”. Além disso, não havia transporte adequado para levar as crianças com “deficiência física para consulta médica em hospital da comunidade”¹⁰¹. De fato, algumas unidades da Febem chegavam a possuir Centros de Atendimento Especializado para pessoas com deficiência física e intelectual¹⁰², porém não localizamos nos jornais a forma como esses centros operavam. Por fim, sobre a Febem, encontramos a notícia de que a Unidade de Jacareí foi desativada por conta, entre outras razões, da “existência de grande promiscuidade entre os internos, teoricamente deficientes mentais, mas de muitos matizes¹⁰³”. Não é possível confirmar se, de fato, a “promiscuidade” adivinha de pessoas com deficiência intelectual, ou se essa era uma visão preconceituosa a respeito do jovem que cometera algum delito. É muito provável que muitos dos “deficientes mentais” fossem jovens cujas necessidades o Estado não estivesse preparado para atender

⁹⁹ UM DEPÓSITO DE DOENTES, 1981.

¹⁰⁰ A partir de 2006, a FEBEM passou a se chamar Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA).

¹⁰¹ LUPPI, 1980.

¹⁰² CEI DO MENOR VISITA A FEBEM E DIVULGA RELATÓRIO, 1980.

¹⁰³ O PRESIDENTE DA FEBEM CONFIRMA QUE UE-8 PAROU, 1980.

adequadamente (no sentido social, econômico, educacional etc.) e, por essa razão, eram rotulados como “deficientes mentais”, responsabilizados pela própria situação e considerados como irrecuperáveis. De qualquer forma fica nítido que a Febem, assim como o DAR-2, funcionava como “depósito” de jovens, que lá eram internados e entregues à própria sorte.

Além do recolhimento de pessoas com deficiência por parte do Estado, há menção à Associação dos Paraplégicos e Deficientes Físicos do Brasil, fundada em março de 1980 e liderada por Valdemar Teófilo da Silva. No dia 23 de março de 1980, anunciou-se que essa Associação começou a recolher outras pessoas com deficiência que viviam em situação de rua. A matéria afirmou que o objetivo era fazer deles um “exército produtivo e respeitável” que pudesse influenciar na preparação de leis. Teófilo Silva, contudo, afirmava que seu objetivo era “tirar o paraplégico e o aleijado das ruas, onde ele era visto como um estorvo ou como um mendigo (...) e proporcionar-lhe uma formação educacional e profissional, para colocá-lo no mercado de trabalho e estimular a sua integração na sociedade”. Nas palavras de Teófilo da Silva, ainda existiam casas de assistência e lares de reabilitação que “não reabilitam e só servem para as madames fazerem caridade¹⁰⁴”.

Diante do exposto, retomamos o questionamento de Tuca Munhoz: “onde estão os pobres?”. A partir das informações retiradas da imprensa, podemos supor que as pessoas com deficiência pobres estavam invisibilizadas¹⁰⁵ nas periferias, sem acesso a políticas públicas de qualidade que pensassem suas especificidades, em enormes listas de espera para conseguirem uma vaga em instituições filantrópicas, sem

¹⁰⁴ ASSOCIAÇÃO PRETENDE TIRAR OS PARAPLÉGICOS DAS RUAS, 1980.

¹⁰⁵ A invisibilidade provinha não apenas do fato de muitas delas ficarem trancadas em casa, escondidas pela família, mas também pelo fato de sequer existir um censo ou um levantamento estatístico de quantas pessoas com deficiência efetivamente existiam no Brasil.

acesso à educação formal adequada ou mesmo um transporte público acessível e capaz de levá-las às poucas empresas dispostas a contratá-las e que, em alguns casos, as contratavam pagando salários abaixo do mínimo. Do Estado, o que algumas dessas pessoas recebiam era o recolhimento para alguma instituição onde ficavam “depositadas” sem tratamento ou sem condições dignas. Uma reportagem do Estado de São Paulo informou que, dos 12 a 15 milhões de brasileiros estimados como pessoas com deficiência, menos de 1% recebia algum tipo de assistência especializada por parte do Estado¹⁰⁶. Mesmo uma das poucas políticas exploradas até aqui, a flexibilização da importação por parte da Cacex, não chegava perto de atender às demandas das pessoas com deficiência pobres. Para se ter uma ideia, em 1980, uma cadeira de rodas argentina poderia ser importada por Cr\$ 5.000,00 (R\$ 566,93). Uma perna mecânica, com material importado da Alemanha, era vendida por Cr\$ 80.000,00 (R\$ 9.070,84)¹⁰⁷. José Evaldo de Mello Doin, em janeiro de 1981, afirmou que existiam próteses cujo valor chegava a Cr\$ 140.000,00 (R\$ 9.276,71)¹⁰⁸. Chamamos atenção para os valores das próteses: basicamente não houve alteração no preço real delas entre 1980 e 1981. Em valores atualizados, o custo era de um pouco mais do que R\$ 9.000,00, um valor alto levando em conta o salário-mínimo praticado na época (e agora!), porém tratava-se de um valor estável. Contudo, em valores da época, o preço salta de Cr\$ 80.000,00 para Cr\$ 140.000,00 em pouco mais de um ano. Mesmo que a pessoa com deficiência possuísse acesso a um trabalho formal, será que seus reajustes salariais semestrais compensariam tais variações?

¹⁰⁶ DEFICIENTES SEM AMPARO OFICIAL, 1981.

¹⁰⁷ ASSOCIAÇÃO PRETENDE TIRAR OS PARAPLÉGICOS DAS RUAS, 1980.

¹⁰⁸ PIRES, 1981a.

Com o referencial bibliográfico e documental que dispomos nessa dissertação, conseguimos lidar com a questão da pessoa com deficiência pobre apenas de maneira indireta, através de suposições ou dos relatos de alguns poucos que foram entrevistados pelos jornais que consultamos. Contudo, em pesquisas futuras, consideramos que urge encontrar formas de compreender e dar voz a esse considerável segmento da população com deficiência. Alguns militantes do movimento, como o próprio Tuca Munhoz, criticam o fato do Movimento Social das Pessoas com Deficiência ser integrado majoritariamente por pessoas financeiramente mais privilegiadas. Certamente os benefícios alcançados pelo Movimento se estenderam para todas as pessoas com deficiência, ricas e pobres, porém, dada a realidade material das pessoas com deficiência, o fato de o Movimento ser majoritariamente conduzido por pessoas em situação mais privilegiada é relevante, principalmente quando se compara a atuação do Movimento Social das Pessoas com Deficiência com os demais movimentos sociais brasileiros.

Conforme discutiremos adiante, é possível compreender a deficiência como uma questão social e uma opressão que determinadas pessoas sofrem por terem uma lesão em seus corpos. Queremos, contudo, adiantar algumas contribuições do feminismo para essa visão da deficiência para avançar em algumas sugestões sobre como lidar com a questão da pobreza e deficiência.

Debora Diniz aponta duas questões principais que justificam pensar a deficiência à luz do feminismo:

1. porque os estudos sobre deficiência partem do mesmo pressuposto político e teórico do feminismo - o de que a desigualdade e a opressão contra grupos vulneráveis devem ser combatidos - e 2. porque o início da estruturação dos estudos sobre deficiência pautou-se largamente no modelo analítico dos estudos de gênero que supunham a diferenciação entre sexo (natureza) e gênero (social), o que, no campo da deficiência,

passou a ser compreendido como a diferença entre lesão (natureza) e deficiência (social) (DINIZ, 2003, p. 1).

Para a autora, os teóricos que primeiro separaram a lesão da deficiência eram todos homens, muito com lesões medulares, para os quais a remoção das barreiras sociais que dificultavam suas atividades cotidianas resolveria boa parte de seus problemas. A crítica feminista trouxe outras questões para o debate, como, por exemplo, a experiência do corpo doente, a dor, aqueles que eram gravemente “deficientes” e que jamais seriam independentes, questões sobre as crianças “deficientes” e, principalmente, o papel das cuidadoras das pessoas com deficiência. Para nossos propósitos, cabe ressaltar que as duas críticas feministas que mais ajudariam a compreender a questão da pobreza entre as pessoas com deficiência: a da subjetividade na experiência do corpo lesado e a convergência da deficiência com outras variáveis de desigualdade como raça, gênero, orientação sexual e idade (*ibidem*, p. 3-4). Acrescentaríamos a essa lista de variáveis a questão da renda.

A tese de doutorado de Tiago Henrique de Pinho Marques França (2015) indicou, a partir de análise dos dados do Censo Demográfico 2010, que a pobreza tem maior incidência nas famílias com pessoas com deficiência. Tal informação ajuda a demonstrar a importância dos estudos históricos das pessoas com deficiência pobres, tendo em vista que suas experiências subjetivas, somadas à desigualdade provocada pela pobreza, indicam a existência de uma área promissora para novos estudos. Acima esboçamos alguns caminhos para se localizar a pessoa com deficiência pobre em São Paulo, porém esse estudo está muito além da proposta desta dissertação. Indicamos, contudo, que a utilização dos acervos das instituições de assistência que prestavam atendimentos às pessoas com deficiência, os registros hospitalares, as cartas enviadas para as entidades do Movimento Social das Pessoas com Deficiência e a

documentação enviada para a Prefeitura de São Paulo para solicitação das autorizações para se exercer as atividades de ambulantes podem apresentar-se como documentos que contribuiriam para lançar luz a esta problemática em pesquisas futuras.

Uma questão de suma importância tanto para o Movimento Social quanto para as pessoas pobres, e que pode ser discutida adequadamente com a documentação que dispomos é a questão dos transportes. Assim como a luta por empregos, o transporte era uma das pautas principais dos movimentos sociais. Nosso recorte cronológico engloba o momento em que os ônibus e o Metrô de São Paulo foram forçados pelo Movimento Social a pensar em questões de acessibilidade, condição essencial para que as pessoas com deficiência possam realizar espacialidades mais plenas e, desta forma, integrarem-se na vida social. Contudo, isso só acontece em 1981, quando o então prefeito Reynaldo de Barros assina um decreto exigindo que cada ônibus dispusesse de um banco em local de fácil acesso para ser ocupado por pessoas com deficiência¹⁰⁹. Nota-se que o decreto fala em um banco especial. A forma como a pessoa com deficiência chegará a esse banco não é normatizada. Desde, pelo menos, 1980, a Folha de São Paulo tornava público os discursos de entidades do Movimento Social das Pessoas com Deficiências que chamavam a atenção para o acesso ao ônibus. A carta do Núcleo de Integração de Deficientes (NID), publicada em julho de 1980 falava:

Não reivindicamos privilégios, apenas os meios para que possamos exercer os direitos comuns a todos os seres humanos. Como pode uma pessoa deficiente exercer seu direito de voto, se ela é impedida de fazê-lo porque sua seção possui escadas? Como pode uma pessoa deficiente exercer o seu direito de utilizar o transporte coletivo se os degraus dos ônibus são altos demais?¹¹⁰

¹⁰⁹ ÔNIBUS VÃO TER BANCOS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES, 1981.

¹¹⁰ PROBLEMAS DOS DEFICIENTES FÍSICOS DEBATIDOS EM SP, 1980.

Chamamos a atenção para a falta de planejamento adequado para as poucas políticas que surgiam pensando nas questões pautadas pelas pessoas com deficiência. O exemplo a seguir torna ainda mais pujante essa falta de planejamento. No dia primeiro de maio de 1981, foi anunciado que a “primeira linha de ônibus para deficientes” tinha começado a circular na cidade. Tratava-se de uma linha exclusiva que ligava a Vila Mariana ao Jardim Lusitânia, um percurso de onze quilômetros que integrava “quase todos os centros de reabilitação de deficientes físicos da cidade”. A linha era composta por dois carros comuns que circulavam em intervalos de 15 minutos e contavam com motoristas e cobradores treinados para o atendimento de pessoas com deficiência. Na ocasião, foi informado que a adaptação dos veículos se daria em três meses, com o rebaixamento dos degraus e facilidades de acesso e saída dos passageiros¹¹¹. No dia seguinte, o mesmo jornal anunciava: “ônibus especial não atende deficientes”. Existiam vários problemas com os carros: as portas não eram largas o suficiente, as escadas deveriam ser substituídas por rampas, os bancos deveriam ser redimensionados e as catracas retiradas¹¹². Apenas em junho de 1981, a Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC) anunciou que colocaria ônibus com elevadores na porta para atender ao público com deficiência. O valor da adaptação seria de Cr\$ 266 mil (R\$ 13.137,13) e os carros adaptados circulariam inicialmente na linha Vila Mariana – Jardim Lusitânia¹¹³. Um mês depois, o ônibus adaptado começou a circular¹¹⁴.

¹¹¹ PRIMEIRA LINHA DE ÔNIBUS PARA OS DEFICIENTES, 1981.

¹¹² ÔNIBUS ESPECIAL NÃO ATENDE DEFICIENTES, 1981.

¹¹³ CMTC ANUNCIA ÔNIBUS PARA DEFICIENTE COM ELEVADOR NA PORTA, 1981.

¹¹⁴ PRONTO ÔNIBUS PARA DEFICIENTES, 1981.

Destacamos algumas questões importantes a respeito das formas como as (poucas) políticas para as pessoas com deficiência eram desenvolvidas no período. Primeiramente, assumia-se com naturalidade que os locais que pessoas com deficiência deveriam circular eram os locais próximos a hospitais ou centros de reabilitação. Retomaremos a questão quando debatermos as medidas de acessibilidade promovidas na cidade. Por ora, indicamos apenas que essas políticas públicas se constituíam como políticas pouco inclusivas, uma vez que direcionava pessoas com deficiência apenas para determinadas regiões da cidade.

O segundo ponto para o qual gostaríamos de chamar a atenção era a ausência de pessoas com deficiência nas instâncias de tomadas de decisões. Uma das reclamações do Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência (MDPD) era a falta inicial de uma pessoa com deficiência na Comissão Federal responsável pelas implementações das medidas propostas pela ONU a respeito do Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (AIPD)¹¹⁵. Mais do que isso: para Luís Celso Marcondes de Moura, Coordenador Geral do MDPD, a Comissão Federal sequer escutava o que as pessoas com deficiência diziam¹¹⁶. Caso pessoas com deficiência participassem das discussões sobre a acessibilidade dos ônibus, por exemplo, é muito provável que questões como o tamanho das portas fossem resolvidas antes mesmo dos ônibus começarem a circular.

O terceiro ponto diz respeito às “*comemorações*” do Ano Internacional das Pessoas com Deficiência. Destacamos a ideia de *comemoração* porque esse era o discurso majoritário no jornal Folha de São Paulo. Vários seminários, campanhas de doações, festas e políticas

¹¹⁵ DEFICIENTES DIVULGARÃO PROGRAMA PARA ESTE ANO, 1981.

¹¹⁶ DEFICIENTES INTENSIFICAM A LUTA POR SEUS DIREITOS, 1981.

eram criadas para comemorar o ano internacional. A ideia, quase anedótica, é sem dúvida deslocada, uma vez que, como estamos retratando até o momento, existia muito pouco o que se comemorar no AIPD. De qualquer forma, festas foram dadas, seminários assistidos e comissões para avaliação de políticas foram criadas.

A Comissão Federal foi criada pelo presidente João Baptista Figueiredo já em 1980, pelos Decretos nº 84.919 e nº 85.123. A Comissão, cuja presidência foi entregue para a professora Helena Bandeira de Figueiredo, seria composta por dois representantes do Ministério da Educação e Cultura, dois do Ministério da Previdência e Assistência Social, um do Ministério da Saúde, um do Ministério do Trabalho, um do Ministério das Relações Exteriores, um da Secretaria de Planejamento, um da Secretaria de Comunicação Social, um de entidade não governamental de reabilitação e educação de pessoas com deficiência e um representante de entidades não governamentais interessadas na prevenção de acidentes no trabalho, no trânsito e domésticos¹¹⁷. Posteriormente, foi incluído um representante do Ministério da Justiça neste quadro¹¹⁸. Outra modificação, ocorrida muito provavelmente por pressão do MDPD e pelos movimentos nacionais como um todo, foi a inclusão, por parte de Figueiredo, de uma pessoa com deficiência na composição da Comissão. Porém, até o final de 1981, essa mudança não aconteceu efetivamente¹¹⁹.

Além da Comissão Federal, existia também a Comissão Estadual, intitulada oficialmente Comissão de Apoio e Estímulo ao Ano Internacional das Pessoas Deficientes, formada pelo então governador Paulo Maluf, pelo Decreto nº 16.742 de 5 de março de 1981. A Comissão Estadual era

¹¹⁷ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1980.

¹¹⁸ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1980b.

¹¹⁹ TOWNES, 1981.

mais diversa e contava com representantes de várias entidades e instituições que apoiam as causas das pessoas com deficiência. Destacamos a participação de José Evaldo de Mello Doin, do MDPD. Tal presença mostra a influência direta do Movimento nas políticas estabelecidas para São Paulo. De acordo com o decreto que a instituía, sua composição era formada por:

- I - Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil, que será o seu Presidente;
- II - Sr. Otto Marques da Silva, Consultor em Reabilitação do Hospital das Clínicas (sic) da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo como Secretário Executivo;
- III - Sr. Alvaro Scola, Diretor do Serviço de Fisioterapia, do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, como representante da Secretaria da Administração;
- IV - Sra. Maria Beatriz Junqueira de Oliveira, Assistente Técnico de Gabinete, como representante da Secretaria de Informação e Comunicações;
- V - Sr. Francisco Covello, Assistente Técnico de Gabinete, como representante da Secretaria da Educação;
- VI - Sr. Ugo Beochi Junior, Assistente Técnico de Gabinete, como representante da Secretaria da Promoção Social;
- VII - Sr. Oswaldo Monteiro de Barros, Diretor do Serviço de Oftalmologia Sanitária, como representante da Secretaria da Saúde;
- VIII - Sr. Oswaldo Paulmo, Diretor do Departamento de Recursos Humanos, como representante da Secretaria de Relações do Trabalho;
- IX - Sr. Benito Salvador Frega Gagliardi, Assistente de Direção de Operações do Departamento de Estradas de Rodagem, como representante da Secretaria dos Transportes;
- X - Sr. José Rodrigues Louzã, Médico do Serviço de Radiologia, como representante do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo;
- XI - Sr. Edmundo Pinto da Fonseca, Diretor do Departamento de Reabilitação, como representante da Fundação «Centro de Pesquisa de Oncologia»;
- XII - Sr. Luiz Celso Marcondes de Moura, Assessor, como representante do Centro de Desenvolvimento de Recursos para Integração Social CEDRIS;
- XIII - Sra. Dorina de Gouvêa Nowill, Presidente e representante da Fundação para o Livro do Cego no Brasil;
- XIV - Sr. Ivan Ferraretto, Diretor Clínico e representante da Associação de Assistência a Criança Defeituosa - AACD;

XV - Sr. José Geraldo Silveira Bueno, Diretor e representante da Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação - DERDIC;

XVI - Sr. Stanislaw Krynski, Diretor Técnico do Centro de Habilitação, como representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE;

XVII - Sr. José Evaldo de Mello Doin, Coordenador e representante do Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes¹²⁰.

Por fim, existem menções a comissões municipais, como as formadas em São José dos Campos¹²¹ e Bauru¹²². É muito provável que muitos municípios contassem com suas próprias comissões, mas o levantamento desses dados sairia do escopo proposto para esta pesquisa. Salientamos apenas que a pluralidade de comissões, somada à ideia de comemoração do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, pode ter contribuído para que políticas fossem lançadas de maneiras pouco estruturadas para mostrar, assim, que o poder público estava pensando a respeito das questões das pessoas com deficiência e atendendo as orientações da ONU. Essa hipótese pode explicar o porquê, na cidade de São Paulo, uma linha de ônibus exclusiva para pessoas com deficiência começou a circular antes mesmo de possuir qualquer adaptação estrutural necessária para receber esse público.

Em suma, neste período, as (poucas) políticas públicas desenvolvidas no Brasil eram efetivadas sem planejamento adequado, por pressa das autoridades em mostrar resultados ou pela falta de participação de pessoas que efetivamente conhecessem o assunto e, sobretudo, de pessoas com deficiência. Isso deve ter contribuído para que houvesse “soluções” segundo as quais as pessoas com deficiência deveriam ter direito de circular apenas em determinados espaços da

¹²⁰ GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1981.

¹²¹ SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1980.

¹²² ESTUDANTES FAZEM EM BAURU O CENSO DOS DEFICIENTES, 1981.

cidade, principalmente em espaços que possibilitavam tratamento médico, mostrando certa visão funcional do poder público. Essa descoordenação e discriminação levou os Movimentos Sociais a atuarem diretamente na promoção de reuniões, encontros, simpósios, palestras e mesas-redondas para tentar “educar” o poder público e a sociedade para assim construir políticas efetivas visando a acessibilidade e equidade no acesso aos direitos humanos básicos.

Como qualquer outra associação humana, o Movimento Social das Pessoas com Deficiência era marcado pela heterogeneidade e por embates internos entre diferentes organizações e representantes. Um exemplo foi a reunião de 2 de agosto de 1980, quando Zé Maria, membro da Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes¹²³, mandou David Pinto Bastos, presidente da Abradef, “calar a boca”¹²⁴. Tal incidente gerou o que a Crespo chamou de “discussão filosófica”, com diversas lideranças defendendo o direito de todos terem voz no movimento, independentemente das ideias que defendiam (CRESPO, 2010, p. 78). E esse direito a ter uma voz era levado muito a sério, por organizações diferentes entre si, mas sempre juntas por um objetivo comum, tais como a Associação de Assistência ao Deficiente Físico (AADF, de Ourinhos/SP), o já citado Núcleo de Integração de Deficientes (NID), o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), a Associação de Deficientes Visuais e Amigos (Adeva), entre outras (*ibidem*, p. 79-95).

Assim, partir do final de 1979 e início de 1980, essas diversas entidades passaram a se juntar em reuniões, cada vez maiores e mais

¹²³ Em São Paulo, a Fraternidade Cristã foi fundada em 1977 por intermédio de Maria de Lourdes Guarda(CRESPO, 2010).

¹²⁴ De acordo com Crespo, David era conhecido por sua personalidade estridente e envolvia-se com frequência em discussões acaloradas, principalmente porque defendia propostas que as lideranças “modernas” rejeitavam (CRESPO, 2010, p. 77).

frequentes, que aconteciam em diversas cidades do Brasil, e serviam para a troca de ideias e tomadas de decisão, levando adiante seu trabalho de “organização e mobilização de pessoas com deficiência”. Muitos dos participantes dessas reuniões, como Romeu Kazumi Sassaki (assistente social, que participava do NID) e Robinson José de Carvalho (médico ortopedista, que participava da AACD, de Ourinhos) atuavam no campo da reabilitação (*ibidem*, p. 96). Sem dúvida, a convivência desses indivíduos com as pessoas com deficiência, participando juntos em reuniões, eventos e protestos do movimento, só fortaleceu a convicção que esses profissionais já tinham de que era justa e urgente uma das principais reivindicações do movimento: a alteração do modelo de reabilitação, que, de acordo com Crespo, não atendia qualitativa, nem quantitativamente bem as pessoas com deficiência. Nesse sentido, a proposta era justamente que as pessoas com deficiência tivessem voz ativa no processo de sua própria reabilitação. (*ibidem*, p. 97-98). Para Sassaki (*apud* CRESPO, 2010, p. 97) em 1980 as pessoas com deficiência já possuíam, no Brasil, uma voz coesa. E o mais importante: o movimento dava voz à própria pessoa com deficiência, desautorizando seus antigos porta-vozes, ou seja, religiosos e profissionais da reabilitação, e cuja causa, até então, era abordada como questão caritativa ou científica, sem considerar a vivência e experiências dos próprios indivíduos com deficiência (*ibidem*, p. 101).

É importante notar que alguns desses encontros, em especial os promovidos pelo Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência, contaram com a participação de representantes do poder público. Em março de 1981, o MDPD anunciou que faria mesas-redondas mensais e abertas ao público. A proposta era abordar “questões de interesse das pessoas deficientes” para assim “conscientizar, discutir e indicar soluções, comprometer o Estado e a sociedade para as necessidades das

pessoas deficientes e, sobretudo, levá-las [as pessoas com deficiência] a lutar por seus legítimos direitos”. As mesas aconteceram sempre no Colégio Anchieta, em Sumaré. O cronograma das discussões também foi apresentado durante o anúncio: abril: espaço urbano; maio: trabalho; junho: transportes; julho: assistência médica, reabilitação e equipamentos auxiliares; agosto: legislação; setembro: lazer e esportes; outubro: educação; e novembro: relações humanas e sociais¹²⁵.

A reunião de junho, sobre transportes, é noticiada no jornal Folha de São Paulo através da matéria *Deficientes só têm promessas de melhorias no transporte*¹²⁶, de autoria de Catarina Arimatéia. A mesa-redonda contou com a presença de representantes da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte (Geipot), Secretaria de Transportes Municipal, Departamento de Trânsito (Detran), Conselho Nacional de Trânsito (Conatran), Rede Ferroviária Federal (RFFSA), Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC), Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), Metrô, Volkswagen e Projetos Mecânicos S/C Ltda (Promec), empresa ligada no período à construção de trólebus. De maneira geral, alguns dos presentes, cujos depoimentos foram publicados pela matéria, declararam que suas empresas levavam em conta questões de acessibilidade em seus projetos pelo menos desde 1980. Contudo, efetivamente, essas mesmas empresas implementaram poucas medidas acessíveis. Luiz Henrique Fragomani, representante da EBTU, afirmou ser contrário à implementação de uma linha exclusiva de ônibus para pessoas com deficiência, medida essa que narramos anteriormente. Para ele, tal política discriminava as pessoas com deficiência, uma vez que toda a frota

¹²⁵ DEFICIENTES DIVULGARÃO PROGRAMA PARA ESTE ANO, 1981.

¹²⁶ ARIMATÉIA, 1981.

de ônibus precisaria ser adaptada. Afirmou também que em outubro a EBTU *planejava* um seminário em Brasília para “avaliar o que foi feito e estabelecer novas diretrizes”¹²⁷. São necessárias pesquisas específicas para determinar se o seminário para avaliação do transporte foi efetivamente realizado em outubro, bem como quais assuntos foram discutidos e quais metas foram estabelecidas. Chamamos atenção, contudo, para a data prevista do seminário. Realizando uma reunião de avaliação para o estabelecimento de metas apenas em outubro, dificilmente seria possível apresentar uma política concreta para o transporte das pessoas com deficiência ainda no Ano Internacional.

A questão dos transportes foi discutida também no encontro de abril do MDPD, cujo tema foi “Espaço Urbano Interno e Externo”. O repórter José Ortiz publicou uma matéria intitulada *Deficientes discutem arquitetura urbana*¹²⁸ na qual narrou algumas questões que foram apresentadas e trouxe comentários de alguns dos participantes. Os apresentadores da mesa utilizavam slides para mostrar às pessoas sem deficiência o que significavam as barreiras arquitetônicas. Presentes estavam indivíduos como Hervin Hochenberg, presidente da Comissão de Edificação e Uso do Solo (Ceuso) da Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura (Sehab) e Cleide Riva Rumel, que representava o diretor de Planejamento da Empresa Municipal de Transportes Urbanos (EMTU). Hochenberg afirmou, na ocasião, que “nós nunca discutimos a questão dos deficientes” e admitiu que leis específicas para acessibilidade poderiam fazer com que novas construções surjam pensando nesta questão. Já Rumel declarou que “os currículos das escolas de Arquitetura deveriam ser reformulados” para incluir questões

¹²⁷ *Idem.*

¹²⁸ ORTIZ, 1981.

de acessibilidade. Outras autoridades presentes emitiram opiniões parecidas, fazendo com que o encontro, nas palavras de alguns representantes do MDPD, apresentasse um saldo positivo¹²⁹.

A partir de 1978 e, sobretudo, em 1981, os jornais consultados compreendiam barreiras apenas em sua dimensão arquitetônica e reformas visando acessibilidade na cidade de São Paulo começavam a ser discutidas. Antes de entrarmos nesse assunto, porém, precisamos compreender os discursos que circulavam no jornal Folha de São Paulo sobre a deficiência e as barreiras. O primeiro posicionamento contundente que localizamos a respeito da inacessibilidade da cidade apareceu em uma carta de Lia Crespo publicada na autoexplicativa seção “A Palavra do Leitor” do jornal Folha de São Paulo:

Ninguém liga de colocar corrimão nas escadas. Ninguém se lembra de colocar rampas e rebaixamento de calçada para cadeiras de rodas. Na linha Norte-Sul do Metrô de São Paulo – veículo do futuro próprio dos países desenvolvidos – não existem elevadores, rampas, nem banheiros com capacidade para cadeiras de rodas. E, muito provavelmente, o Metrô incorrerá na mesma falta ao construir a linha Leste-Oeste. Mas ninguém vai dizer nada porque ninguém tem respeito pelos problemas do defeituoso físico¹³⁰.

Cabe salientar aqui que essa publicação fez parte da estratégia do Núcleo de Integração de Deficientes (NID) para chamar a atenção do público para as pautas do que viria a se constituir como o Movimento Social das Pessoas com Deficiência. De acordo com reportagem publicada em janeiro de 1981, o NID foi criado por “três deficientes jovens que, casualmente, se encontraram no começo do ano passado [1980] prestando vestibular: Maria Cristina Correia, Ana Rita de Paula e Ana Maria Morales Crespo e seu irmão, José Francisco Moraes Crespo”. Em relação às pautas defendidas, o NID buscava: conscientizar a sociedade

¹²⁹ *Idem.*

¹³⁰ CRESPO, 1980a.

e a pessoa com deficiência sobre seus direitos civis e humanos; promover a divulgação desses direitos; fazer o levantamento da legislação atual referente aos direitos dessas pessoas e lutar pelos seus direitos; denunciar e lutar contra a discriminação; derrubar os estereótipos existentes em relação à pessoa “deficiente” construindo uma imagem mais real, na qual ela não apareça como super-herói ou coitadinho; e tornar evidente a existência dessas pessoas incentivando-as a saírem às ruas e terem vida social¹³¹. Em outras palavras, o que o NID procurava era possibilitar o reconhecimento das pessoas com deficiência para que, assim, elas fossem cidadãs.

Basicamente, existem duas famílias distintas de associação de grupos humanos: a comunitária e a societal. A forma comunitária existiu nos argumentos tradicionais, o que se chama também de sociedades tradicionais. Nestes grupos, as associações se dão através de identificação, isto é, pelos que os indivíduos têm em comum (etnia, língua, cultura etc). Na vida comunitária, há pouco espaço para a diversidade. Já os agrupamentos societais, o elemento de aproximação entre os indivíduos é o *reconhecimento* da diversidade humana e é justamente esta (que deveria ser) a base da sociedade moderna. Em outras palavras, nos grupos societais, as pessoas se associam através do reconhecimento básico de que o outro é simplesmente humano e o que o NID buscava fazer é justamente mostrar para toda a sociedade que a pessoa com deficiência também precisava ser reconhecida.

Em entrevista concedida à autora desta dissertação, Ana Rita de Paula¹³² afirmou que o NID usou a seção “A Palavra do Leitor” para conversar publicamente com a população. A ideia era Ana Rita de Paula,

¹³¹ SANCHES, 1981.

¹³² PAULA, 2021.

Lia Crespo e Maria Cristina Correia responderem as cartas umas das outras publicamente, alimentando assim o debate. Localizamos essa troca de mensagens nos dias 14/03/1980¹³³, 21/03/1980¹³⁴ e 27/03/1980¹³⁵. Em todas as cartas, observamos uma questão básica: o discurso adotado é um discurso que exige do Estado políticas de igualdade. As fundadoras do NID negam posições paternalistas, ou seja, aquelas que olham para a pessoa com deficiência ou como um “super-herói” ou como um “coitado”¹³⁶. Através das cartas, o NID assume publicamente já em 1980 um discurso que busca a mobilização das pessoas com deficiência e a luta organizada por direitos humanos básicos. Não por acaso, as três cartas aqui citadas terminam com as autoras conclamando pessoas com e sem deficiência para uma luta organizada, deixando inclusive seus telefones publicados para que qualquer pessoa interessada pudesse entrar em contato com elas.

A estratégia deu certo, atraindo a atenção de algumas pessoas que se identificaram com o tema. Por exemplo, em 21/03/1980, encontramos a resposta de Joanina Guaitoli, mãe de uma jovem com deficiência que, para chegar à universidade, precisou lutar contra várias barreiras arquitetônicas e sociais. Joanina afirmou que “mais cedo ou mais tarde” iria morrer e não conseguiria mais enfrentar as barreiras com a filha. Sem políticas públicas, se preocupava com o futuro que a filha poderia ter¹³⁷. Outro exemplo está em 08/04/1980, quando a Sra. M. T., leitora do jornal Folha de São Paulo e denominada pelo editorial de “Mãe Triste”, escreveu dizendo que Maria Cristina, Ana Maria e Ana Rita eram “maravilhosas

¹³³ CRESPO, 1980a.

¹³⁴ PAULA, 1980.

¹³⁵ CORREIA, 1980.

¹³⁶ MUCCI, 1981.

¹³⁷ GUAITOLI, 1980.

meninas” que se dispuseram a lutar por um “lugarzinho ao sol para os deficientes”. M. T. afirmou:

Meninas, sei da sua luta e vou lutar com vocês. Estarei ao lado de vocês para o que der e vier, pois, sendo mãe de uma deficiente, sinto na carne os efeitos do preconceito. (...) [Peço aos] pais de outros deficientes que se enfileirem conosco, e juntos poderemos ajudar nossos filhos, não escondendo-os em nossas casas para que o mundo não os veja¹³⁸.

Em 19/03/1980, é a vez do jornal Folha de São Paulo se posicionar¹³⁹. É notável o tom extremamente condescendente que a resposta do jornal adotou. Em várias passagens, a coluna afirmava saber que Lia Crespo estava “presa a uma cadeira de rodas” referindo-se a ela como “mocinha numa cadeira de rodas” ou simplesmente “garota”. No final, a coluna afirmou “entender o drama de vocês”¹⁴⁰, deixando no ar uma espécie de “benevolência” do Jornal por apoiar a causa das fundadoras do NID. Cabe ressaltar aqui que o “drama” era exclusivo da pessoa com deficiência e não de uma sociedade que discrimina, não socializa, não reconhece e não integra.

Durante os quatro anos do nosso recorte cronológico, notamos a concomitância de pelo menos três discursos sobre a deficiência no jornal. As reportagens que publicizam as reuniões das entidades do Movimento Social das Pessoas com Deficiência, adotam um discurso majoritariamente contrário ao paternalismo ou à caridade. Um exemplo é a matéria de Cecilia Peres, *Deficientes lutam para acabar com paternalismo*¹⁴¹. Os repórteres que mais adotaram essa tonalidade de discurso foram José Ortiz e Cecilia Peres.

¹³⁸ M. T., 1980.

¹³⁹ CADEIRA DE RODAS, 1980.

¹⁴⁰ *Idem*.

¹⁴¹ PIRES, 1981a.

Diversos autores que pensam teoricamente a questão da deficiência discutem como esses discursos se transformaram historicamente, como a já referida Debora Diniz (2012). O discurso adotado pelo movimento e por esses repórteres está muito próximo da concepção social da deficiência defendida pela autora. Nesse modelo, a deficiência é retratada como uma questão eminentemente social. A deficiência é vista como um conceito complexo, que reconhece o corpo com lesão, porém denuncia a estrutura social que oprime a pessoa com deficiência. A lesão é, em si, um dado corporal isento de valores, ou seja, ela se apresenta como uma “falta” apenas em uma sociedade que não consegue lidar adequadamente com a diversidade. Nota-se que esse modelo separa radicalmente o conceito de “deficiência” e “lesão”, o primeiro como uma experiência social e o segundo como um dado do corpo. Assim, o desafio do modelo social está em afirmar a deficiência como um estilo de vida, ao mesmo tempo que se reconhece a legitimidade de ações políticas distributivas e de reparação da desigualdade, além, obviamente, de defender cuidados biomédicos para a lesão. A desigualdade sofrida pela pessoa com deficiência é vista neste modelo como uma opressão exercida sobre o corpo deficiente (DINIZ, 2012).

Contudo, muitas matérias publicadas sem a especificação do nome do repórter e que falavam sobre políticas públicas, traziam em seus títulos frases como: “Paraplégicos vão ter facilidades nos aeroportos¹⁴²”, “Ajuda para os deficientes físicos¹⁴³” ou “Deficientes reivindicam questões diferenciadas¹⁴⁴”. Essas reportagens retratam a luta das pessoas com deficiência basicamente como a tentativa de se conseguir “regalias”, tendo em vista que esses indivíduos não conseguem realizar

¹⁴² PARAPLÉGICOS VÃO TER FACILIDADES NOS AEROPORTOS, 1980.

¹⁴³ AJUDA PARA OS DEFICIENTES FÍSICOS, 1980.

¹⁴⁴ DEFICIENTES REIVINDICAM QUESTÕES DIFERENCIADAS, 1980.

determinadas atividades sem *ajuda*. O paternalismo e a pena pela condição da pessoa com deficiência estavam presentes nessas reportagens, embora o jornal cite algumas vezes a necessidade de lutar contra o paternalismo em si. No caso do jornal O Estado de São Paulo, existem diversas peças que ocupavam uma página inteira e que chegavam a disponibilizar o endereço e as funções de algumas instituições filantrópicas. O tom da peça, extremamente paternalista, afirmava que as instituições prestavam apoio por serem "altruístas (...) [e, assim] dedicam suas vidas a melhorar as condições destes desprotegidos"¹⁴⁵. Vale ressaltar que os "desprotegidos" eram desprotegidos pelo próprio Estado.

Para Martins *et. al*, essa visão advém da afirmação de uma lógica assistencialista, na qual a deficiência é enquadrada como uma questão de caridade, estabelecendo assim uma lógica paternalista que se sobrepõe "ao reconhecimento da autonomia política e econômica enquanto direito que enriquece o espaço democrático" (MARTINS *et al.*, 2012). Essa maneira de enxergar a deficiência, baseada na pena, na ajuda e na ideia subjacente de que a deficiência é uma desvantagem que precisa ser compensada através da mobilização dos setores abastados da sociedade está na base das matérias aqui apontadas.

A confusão entre o discurso social e o paternalista/caritativo parece indicar que o Jornal Folha de São Paulo não compreendia exatamente o que estava defendendo, se limitando a publicar matérias de interesse social sem, contudo, saber como lidar criticamente com a informação. O melhor exemplo que encontramos dessa confusão encontra-se no anúncio do Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, publicado em novembro de 1980. Nele, lemos: "Chega de piedade, de sentimento de

¹⁴⁵ UM POUCO DE CADA UM PARA AJUDAR OS QUE NECESSITAM, 1979.

dó, vamos encarar a existência destas criaturinhas frágeis e no entanto, muito carinhosas e vamos ajudá-las serem gente, a se integrarem nesta nossa sociedade que, como elas, também possui limitações e muitas carências”¹⁴⁶.

Por fim, observamos diversas reportagens com referências ao discurso médico, relacionando a deficiência intelectual majoritariamente com a desnutrição e falta de cuidados da mãe para com a criança, como pode ser observado, por exemplo, em Geração de nanicos¹⁴⁷. Outra que adota uma tonalidade bastante preconceituosa em relação à deficiência como um fator médico foi publicada em abril de 1979 no jornal Folha de São Paulo¹⁴⁸, questionando o valor do salário-mínimo. Uma das conclusões tiradas pela reportagem foi que o baixo salário impossibilitava que as famílias brasileiras comessem adequadamente, gerando uma “raça de débeis mentais, de imbecis, com o cérebro subdesenvolvido pela falta de proteína na idade do crescimento”¹⁴⁹. Algumas notícias adotam uma tonalidade muito próxima àquela da higiene social ou a da eugenia, como observado em uma entrevista com o Dr. Willy Beçak, que defendia a “institucionalização” de um aconselhamento genético, pois “se não houver um incentivo nesse sentido, indivíduos portadores de anomalias irão ampliar o número de deficientes mentais e físicos”¹⁵⁰. Isso sem contar a quantidade de matérias que defendiam a cura das deficiências, principalmente a surdez que, de acordo com o que se veiculava, se “descoberta cedo” poderia ser evitada. Debora Diniz enquadra esse discurso no “modelo médico de compreensão da deficiência”. No caso da pessoa cega, esse modelo enquadraria o corpo da pessoa como o corpo

¹⁴⁶ ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE, 1980.

¹⁴⁷ GERAÇÃO DE NANICOS, 1981.

¹⁴⁸ UM LULA PARA O SALÁRIO MÍNIMO, 1979.

¹⁴⁹ *Idem*.

¹⁵⁰ ACONSELHAMENTO, 1981.

de “alguém que não enxerga ou alguém a quem falta a visão – esse é um fato biológico”. Neste modelo, a deficiência é compreendida como uma consequência natural de uma lesão em um corpo e que torna a pessoa um objeto de cuidados biomédicos (DINIZ, 2012). Enquanto o modelo social busca a emancipação, o modelo médico busca os cuidados ou mesmo a recuperação da deficiência através de cuidados biomédicos, o que pode ser considerado como um funcionalismo científico.

Em suma, observamos três discursos distintos e, em alguns casos, contraditórios: o discurso pela mobilização social e equidade de direitos, o discurso paternalista e o discurso médico. Os três disputavam espaços no jornal e respondiam a questões diferentes, como por exemplo o discurso médico, associado majoritariamente às pessoas com deficiência intelectual que poderiam ser “normais” caso não sofressem negligência das mães ou caso a família conseguisse alimentá-las adequadamente. Como se observa, o discurso acerca da deficiência não escapava dos machismos velados da sociedade brasileira.

Há, portanto, uma espécie de desorientação geral a respeito de como lidar com questões relacionadas às pessoas com deficiência. Além dos vários discursos diferentes que são reproduzidos na imprensa, a já referida pouca participação do público com deficiência gerava medidas de acessibilidade ineficientes e até mesmo anedóticas, como o já referido caso da linha de ônibus Vila Mariana – Jardim Lusitânia.

As propostas de acessibilidade urbana, visando a transformação de São Paulo em uma cidade mais inclusiva e, portanto, com maior urbanidade, não escapam desse modelo de ineficiência. Primeiramente vamos esboçar, a partir das reportagens analisadas, um quadro geral dos espaços de circulação de pedestres na cidade de São Paulo durante os anos 1970 e 1980. Até 1978 a quantidade de guias rebaixadas para pessoas com deficiência era muito baixa. As calçadas eram tomadas por

raízes de árvores que geravam desníveis ou mesmo obstáculos. No caminho, era comum que o pedestre se deparasse com telefones públicos (chamados de “orelhões”), caixas de coleta de cartas para os Correios e latas de lixo¹⁵¹. Não existia nada parecido com pisos táteis para orientar pessoas com deficiência visual. Outro obstáculo aparentemente frequente era uma grande quantidade de carros que ficavam parados em cima das poucas rampas de acesso existentes¹⁵². A maioria dos prédios públicos não possuía rampas ou qualquer tipo de sinalização que ajudasse pessoas com deficiência a se locomover com autonomia. Na Assembleia Legislativa de São Paulo, por exemplo, existia uma rampa que ligava o pátio do estacionamento e a entrada principal do prédio. Essa rampa passava por cima de um lago artificial. Não existia, contudo, nenhum corrimão ou mesmo um piso tátil que indicasse o caminho a ser percorrido por uma pessoa cega. Nessas condições, em março de 1981, encontramos o relato de uma pessoa cega que caiu no lago artificial enquanto atravessava a rampa¹⁵³. Mesmo no Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, encontramos comentários como o do então Governador Paulo Maluf, que afirmou que efetivamente os edifícios públicos não foram projetados para circulação de pessoas com deficiência. O Governador deu essa declaração quando, após um acidente, precisou usar temporariamente uma cadeira de rodas¹⁵⁴.

Em meio a esse cenário, em 1979, a prefeitura começou a estudar maneiras de se criar rotas acessíveis na cidade de São Paulo. Uma parte desses estudos consistiu em um grupo de engenheiros e arquitetos da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) que percorreu em cadeira

¹⁵¹ AJUDA PARA OS DEFICIENTES FÍSICOS, 1980.

¹⁵² DEFICIENTES FÍSICOS NÃO TÊM VEZ NO P. IBIRAPUERA, 1981.

¹⁵³ ORTIZ, 1981.

¹⁵⁴ SÓ TEM ESCADAS, 1981.

de rodas diversas vezes os caminhos analisados para assim verificar quais barreiras existiam. O grupo, composto por Valter Casseb, Seiju Kato e José Almeida Lopes Filho, todos sem deficiência, tentava vivenciar situações de falta de acessibilidade nos percursos¹⁵⁵. Ou seja, o estudo de como implementar as rotas para pessoas com deficiência não contou nem ao menos com a sugestão de pessoas com deficiência a respeito do que era necessário fazer!

A partir da vivência desses engenheiros sem deficiência que experimentavam as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência, foi constatado que o desnível das calçadas “torna impossível o trânsito de pessoas em cadeiras de rodas e dificulta a locomoção daqueles que se utilizam de muletas”. A solução encontrada pelos técnicos da CET foi o rebaixamento das calçadas nos pontos de travessia. A inclinação máxima desses rebaixamentos foi estipulada em torno de 30 graus e suas bordas laterais foram também adaptadas, para evitar desníveis acentuados e desequilíbrio dos usuários¹⁵⁶. Vale ressaltar que a NBR 9050, documento publicado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e que estabelece as especificidades de como implementar medidas de acessibilidade, foi publicada apenas em 1985 (GUIADERODAS, 2020). Sem regulamentação e sem consulta a pessoas com deficiência, as medidas de acessibilidade desenvolvidas na cidade eram criadas a partir de ideias e observações de pessoas que nunca vivenciaram a sério o que é se locomover por uma cidade com baixa urbanidade. Tal falta de conhecimento levava a situações perigosas, como por exemplo o relato de um cego que, andando pelas vias ao redor da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, não percebeu que saiu da

¹⁵⁵ AJUDA PARA OS DEFICIENTES FÍSICOS, 1980.

¹⁵⁶ *Idem*.

calçada, uma vez que a guia estava rebaixada, porém não sinalizada, e continuou o seu percurso no meio da rua¹⁵⁷.

Chamamos especial atenção para as rotas que foram planejadas: uma ao redor do Parque do Ibirapuera, ligando-o ao Lar Escola São Francisco, no Jardim Lusitânia; uma nas proximidades da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, ligando a instituição à Estação Santa Cruz do Metrô; uma nas imediações da Associação dos Deficientes Físicos (Abradef), ligando-a à Estação Ana Rosa do Metrô; uma para “eliminar as barreiras do interior do Centro Educacional e Esportivo do Ibirapuera”; e, finalmente, uma que ligaria a Estação Vergueiro do Metrô à Divisão de Recuperação Profissional do Vergueiro, vinculada ao Hospital das Clínicas¹⁵⁸.

Anteriormente citamos que as (poucas) políticas públicas voltadas para o público com deficiência contribuía para a concentração de pessoas com deficiência apenas em algumas regiões da cidade. O planejamento das rotas acessíveis são ótimos exemplos dessa tendência. A cidade não era pensada em termos de acessibilidade. Era “uma cidade proibida para o deficiente físico”, como bem definiu a repórter Cecilia Pires. Contudo, provavelmente por pressão das entidades que prestavam algum tipo de assistência para as pessoas com deficiência, determinados espaços da cidade começaram a receber medidas para atender a esse público. Naqueles espaços, essas pessoas poderiam se sentir mais à vontade para circular com autonomia. Até as adaptações eram realizadas para atender a um público específico. Por exemplo, ao redor do Parque do Ibirapuera, as medidas adotadas eram exclusivas para pessoas com deficiência física. Já ao redor da Fundação para o Livro do Cego no Brasil,

¹⁵⁷ *Idem.*

¹⁵⁸ *Idem.*

as adaptações foram feitas levando em conta a circulação de pessoas com deficiência visual. No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a pessoa com deficiência poderia circular em espaços restritos que se limitavam a conduzi-la do Metrô a algum espaço de tratamento médico ou centro de reabilitação. A existência da linha de ônibus Vila Mariana – Jardim Lusitânia coroa essa política de segregação com um caráter funcional, uma vez que percorre o caminho da Estação de Metrô Vila Mariana até o bairro onde está localizado o Lar Escola São Francisco, passando, no percurso, por diversos hospitais. Todo o restante da cidade que contava com aparelhos culturais, parques, espaços de lazer etc., era simplesmente negado a pessoas com deficiência. Aquelas que, por sorte, conseguiam vagas nas instituições de assistência, tinham a autonomia para se tratar e, depois, ficar o restante de seu tempo em casa.

A predominância de hospitais e centros de assistência às pessoas com deficiência aparentemente fez da região da Vila Mariana uma das regiões da cidade mais acessíveis. Desde outubro de 1978 encontramos notícias sobre medidas adotadas na área. Por exemplo, no dia 22 daquele mês, encontramos a informação de que o Departamento de Operação do Sistema Viário (DSV) implementou medidas de acessibilidade para “paraplégicos” visando “integrá-los à comunidade”. As medidas foram feitas no Ibirapuera, na Vila Mariana e na Vila Clementino e trataram-se do “rebaixamento de guias para facilitar o deslizamento das cadeiras de rodas, [da] readaptação do sistema de semáforos, faixas especiais de calçadas e [de] placas orientando a população, mostrando as dificuldades para quem precisa se valer de uma cadeira ortopédica ou de uma muleta para poder caminhar”. Essas adaptações foram realizadas por conta de

ações da AACD, Apae, Lar Escola São Francisco e Associação dos Deficientes Físicos do Estado de São Paulo¹⁵⁹.

A situação de exclusão experimentada pelas pessoas com deficiência provocou, ainda, manifestações de rua encabeçadas pelas entidades ligadas ao Movimento Social das Pessoas com Deficiência. Um bom exemplo é a história narrada pelo padre jesuíta Geraldo Marcos Labarrère Nascimento¹⁶⁰, membro da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência, (FCD) entre 1977 e 1988, em entrevista concedida, em 2010, ao Projeto Memórias¹⁶¹, do Memorial da Inclusão: os Caminhos da Pessoa com Deficiência¹⁶², ação da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD). As mesmas informações foram narradas no depoimento fornecido pelo padre à autora desta dissertação¹⁶³. Geraldo narra uma manifestação organizada por um grupo de pessoas com deficiência, em 1978¹⁶⁴, na Estação Sé, do Metrô, e nos apresenta a importância da ocupação dos espaços por esse segmento da sociedade. Ele diz que um rapaz em cadeira de rodas foi barrado por um segurança ao tentar passar a catraca da estação. O funcionário do metrô enfatizou que aquele lugar não era para uso de pessoas com deficiência e que, por essa razão, não seria possível permitir o acesso do rapaz. Em uma reunião da FCD ocorrida posteriormente, essa história chegou para

¹⁵⁹ DSV MONTARÁ ESQUEMA PARA OS DEFICIENTES, 1978.

¹⁶⁰ NASCIMENTO, 2014.

¹⁶¹ GADELHA et al., 2019.

¹⁶² Disponível em: <<http://www.memorialdainclusao.org.br>>. Acesso em 15/11/2019.

¹⁶³ NASCIMENTO, 2020.

¹⁶⁴ Durante a checagem dos dados para esta pesquisa, encontramos algumas incongruências em relação a ocorrência deste evento no ano de 1978. Em depoimento para a autora dessa dissertação, Padre Geraldo afirmou que, após a manifestação, o grupo de pessoas com deficiência embarcou no Metrô e desceu três estações depois, na Vergueiro, para visitar o Centro Cultural São Paulo. Pela datação, o evento ocorreu quando se iniciavam as construções do Centro, o que obviamente impossibilitaria a visita. É muito comum que em relatos orais ocorram imprecisões em relação às datas. Isso não significa que o evento não tenha ocorrido, significa apenas que não conseguimos confirmar sua datação através de outras fontes.

discussão. Alguns dias depois, em protesto contra as barreiras existentes naquele espaço, cerca de 150 pessoas com diversos tipos de deficiências foram à mesma estação do Metrô e tentaram embarcar. Algum tempo depois, algumas organizações participantes daquilo que estamos chamando de Movimento Social das Pessoas com Deficiência abriram um processo judicial contra a Metrô e anos depois, em 1988, a causa foi ganha nas instâncias superiores da justiça. O Metrô foi obrigado a estabelecer acesso e colocar elevadores em todas as estações que fossem construídas depois dessa data.

No livro *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil* (LANNA JÚNIOR, 2010), Romeu Sasaki relembra de uma manifestação do movimento ocorrida em 17 de julho de 1981, em frente ao Teatro Municipal por conta da falta de rampas de acesso para pessoas em cadeira de rodas usufruírem da programação.

Como tema dos cartazes durante a manifestação, há frases como: “Não somos coitadinhos, queremos ser úteis”, “Quem nos defende?”, “Podemos não ser perfeitos, mas há partes de nós que são maravilhosas.”, “Queremos rampas nos lugares públicos.”, “Nos dê oportunidade de trabalho”, entre outras.

Imagem 1.1: Cartazes da Manifestação de 17 de julho de 1981



Fonte: Recorte do vídeo Paineis - Movimento Social, publicado pelo Memorial da Inclusão¹⁶⁵.

Breve descrição da imagem: Print de película de filme original em tons de sepsia enquadrando um público com diversidade corporal segurando cartazes com frases relacionadas à luta política pelos direitos das pessoas com deficiência.

Imagem 1.2: Cartazes da Manifestação de 17 de julho de 1981



Fonte: Recorte do vídeo Paineis - Movimento Social, publicado pelo Memorial da Inclusão¹⁶⁶.

Breve descrição da imagem: Print de película de filme original em tons de sepsia com diversas pessoas em uma manifestação. Ao centro, uma pessoa negra em cadeira de rodas segura um cartaz com os dizeres: “Queremos rampa nos lugares públicos. Teatros, cinema...” Na última linha do cartaz, há uma palavra ilegível.

Imagem 1.3: Leila Bernaba Jorge¹⁶⁷



¹⁶⁵ MEMORIAL DA INCLUSÃO, 2016. YouTube - Paineis - Movimento Social. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=LWAOVEgL0p8&list=PLCDAM1uBtMaA3UMLdM6pq0nUy14nNERFJ>>. Acesso em 9 de setembro de 2020.

¹⁶⁶ MEMORIAL DA INCLUSÃO, 2016. YouTube - Paineis - Movimento Social. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=LWAOVEgL0p8&list=PLCDAM1uBtMaA3UMLdM6pq0nUy14nNERFJ>>. Acesso em 9 de setembro de 2020.

¹⁶⁷ Leila Bernaba Jorge Klas é advogada e milita pelos direitos da pessoa com deficiência visual no Brasil.

Fonte: Recorte do vídeo Painel - Movimento Social, publicado pelo Memorial da Inclusão

Breve descrição da imagem: Print de película de filme original em tons de sepsia de uma multidão em manifestação. Ao centro, Leila Barnaba Jorge é entrevistada por um repórter que segura um microfone a sua frente. Ela é uma pessoa com pele clara, cabelos volumosos na altura do pescoço e com óculos.

Fonte: Recorte do vídeo Painel - Movimento Social, publicado pelo Memorial da Inclusão.

Imagem 1.4: Maria de Lourdes Guarda¹⁶⁸



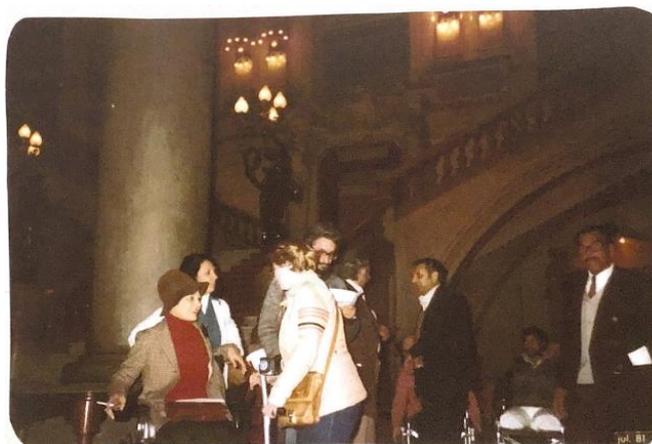
Fonte: Recorte do vídeo Painel - Movimento Social, publicado pelo Memorial da Inclusão¹⁶⁹.

Breve descrição da imagem: Print de película de filme original em tons de sepsia com Maria de Lourdes Guarda ao centro. Ela está em uma manifestação de rua e está deitada em uma maca. Ela é uma mulher de pele clara e cabelos curtos. Seus dedos estão entrelaçados acima de sua barriga. Ela olha para um repórter à esquerda e ele segura um microfone na altura da boca de Maria de Lourdes.

Imagem 1.5: Rampa de Madeira no Theatro Municipal

¹⁶⁸ Maria de Lourdes Guarda, líder da Fraternidade Cristã de Cristã de Pessoas com Deficiência (FCD), residiu no Hospital Francisco Matarazzo e militou pela América Latina em sua maca de rodinhas em uma van adaptada. É considerada uma das pioneiras do Movimento Social das Pessoas com Deficiência no Brasil.

¹⁶⁹ MEMORIAL DA INCLUSÃO, 2016. YouTube - Painel - Movimento Social. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=LWAOVEgL0p8&list=PLCDAM1uBtMaA3UMLdM6pq0nUy14nNERFJ>>. Acesso em 9 de setembro de 2020.



Fonte: Acervo do Cedipod

Breve descrição da imagem: Fotografia retangular colorida. Em primeiro plano, há 8 pessoas próximas umas das outras. Três utilizam cadeiras rodas e uma está com muletas. Em segundo plano, à esquerda, há um grande pilar de concreto em frente a uma escadaria com um tapete vermelho que bifurca para a direita e para a esquerda. Há lâmpadas acesas ao longo da parte superior da fotografia.

Outro evento marcante, narrado também por Sasaki (SILVA, 2017), foi a realização de um estande de demonstração de barreiras e acessibilidades, na Praça Roosevelt, durante um evento chamado A Feira das Feiras. Ele proporcionou ao público em geral vivenciar as barreiras e o que era um espaço acessível. De acordo com Silva,

Foram construídos caminhos com degraus e desníveis, havia várias cadeiras de rodas para as pessoas experimentarem a dificuldade de estar em uma cadeira de rodas diante de degraus. Assim como outras dificuldades que as pessoas com deficiência encontram no seu dia a dia, como: altura de orelhão, a altura da pia, do espelho: “tudo tinha amostra do errado e do certo” (*ibidem*, p. 100-101).

Dessa forma, a questão pungente dessa história está na afirmação do protagonismo das pessoas com deficiência que reivindicavam, sobretudo, o poder para conduzir a própria vida, tomar suas próprias decisões, se responsabilizar por suas escolhas e conquistar seu lugar como cidadãos plenos de direitos. Ao invés de se conformarem com a ocupação dos espaços a eles designados pelas políticas públicas, o

Movimento Social ocupou espaços que inicialmente o excluía e passou a reivindicar que seus integrantes possuem direitos de cidadãos.

Nota-se que a luta da pessoa com deficiência é, sobretudo, por igualdade de condições para usufruto de seus direitos e essa luta passa por um espaço acessível. Compreendido dessa forma, a luta empreendida pelo Movimento Social das Pessoas com Deficiência pode ser vista como uma disputa pelo espaço tal qual compreendido por Heidegger e Bachelard e um levante contra a dominação do espaço (que se dá pelo espaço que constrange) e exclusão social empreendida por grupos formados por pessoas estandardizadas. Mais do que uma simples luta pelo direito ao espaço, a luta do Movimento Social das Pessoas com Deficiência era uma luta pelo direito de participação do viver junto em sociedade.

1981 foi, sem sombra de dúvidas, o ano em que mais medidas de acessibilidade foram tomadas. No interior de São Paulo, cidades como São José dos Campos¹⁷⁰ e Campinas¹⁷¹ anunciaram o rebaixamento das calçadas. Foi o ano também que a Telecomunicações de São Paulo (Telesp), desenvolveu três modelos de telefone para pessoas com deficiência. Eles eram destinados para “o uso do paraplégico, cego e deficiente auditivo¹⁷²”. Inicialmente, a instalação de dezessete aparelhos desse tipo foi programada. Em abril, nove já estavam funcionando, sendo o primeiro deles instalado na sede da AACD no dia 03. Tratava-se de um aparelho com teclas no lugar do disco para discagem¹⁷³. No dia 14, a Telesp inaugurou com pompa a instalação de um desses orelhões em sua própria sede. Nele, uma criança com deficiência ligou para o cantor

¹⁷⁰ DEFICIENTES TERÃO PROJETO, 1981.

¹⁷¹ CAMPINAS REBAIXA AS GUIAS PARA AJUDAR DEFICIENTE, 1981.

¹⁷² TELESP LANÇARÁ ORELHÕES PARA USO DE DEFICIENTES, 1981.

¹⁷³ INSTALADO 1º TELEFONE PARA OS DEFICIENTES, 1981.

Roberto Carlos¹⁷⁴. Ao longo do ano, diversas cidades do interior passam a contar com esses orelhões, como por exemplo São José dos Campos¹⁷⁵, Itu¹⁷⁶ e Rio Claro¹⁷⁷.

Ao longo desta seção procuramos demonstrar como o contexto social e a falta de políticas públicas contundentes que tivessem como prerrogativa produzir condições para a equidade das pessoas com deficiência na sociedade motivaram a atuação de entidades que compunham o que chamamos de Movimento Social das Pessoas com Deficiência. Sem as reuniões promovidas pelo MDPD, sem a intermediação da Abradef junto aos ambulantes ou sem a atuação de instituições como o Lar Escola São Francisco, a Apae ou a AACD, entre outros exemplos apresentados, a situação da pessoa com deficiência no Brasil seria muito mais precária. Em outras palavras, se o cuidado para com esse público fosse delegado exclusivamente para as instituições governamentais, muitos estariam trancados em suas casas sem atendimento médico, sem possibilidade de reabilitação, sem acesso à educação etc. É emblemático, e um símbolo de descaso público, que as principais pautas do movimento que encontramos na pesquisa tenham sido o transporte e o emprego, “lutas” que o movimento e as entidades não poderiam resolver por conta própria (se é que é possível afirmar que alguma “luta” poderia ser resolvida no âmbito individual). Retomemos a notícia de 20 de dezembro de 1981, do repórter Nelson Townes: *Poucas conquistas marcam o Ano das Pessoas Deficientes*. Nela, as entidades ligadas ao Movimento Social afirmam de maneira contundente que nem ao menos uma legislação de proteção da pessoa com deficiência foi

¹⁷⁴ MINIORELHÃO, 1981.

¹⁷⁵ S. J. DOS CAMPOS REBAIXA GUIAS PARA DEFICIENTES, 1981.

¹⁷⁶ ITU, 1981.

¹⁷⁷ RIO CLARO, 1981.

aprovada¹⁷⁸. Cândido Melo, do Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência, declarou à Folha: “De concreto, em 1981, o que se conseguiu foi a conscientização do deficiente dos seus direitos, de sua capacidade de organização, e também a conscientização de uma parcela da sociedade”¹⁷⁹.

De fato, a partir das leituras e da análise de parte da imprensa do período, podemos afirmar que, a partir de 1981, a pessoa com deficiência passa a ser retratada de maneira diferente, como mostraremos na próxima seção. Durante nosso recorte cronológico, observamos que as entidades do movimento e as instituições sem fins lucrativos tiveram um papel muito mais ativo que o do próprio Estado. Até mesmo reuniões e debates que foram promovidos pelo Estado e suas Comissões figuraram em um número muito reduzido. Enquanto o MDPD fazia encontros mensais, localizamos apenas duas ações promovidas “com apoio” da Comissão Nacional: uma palestra com o professor alemão Jakob Muth sobre o tema “Teoria e Prática do Método Montessoriano para a Estimulação de Deficientes”, ocorrida em outubro de 1981¹⁸⁰; e o 1º Congresso das Pessoas Deficientes, ocorrido em Recife no mês de outubro de 1981 e com o tema central a “Realidade das Pessoas Deficientes no Brasil”¹⁸¹. Frisamos o termo “com apoio”, uma vez que a Comissão mesmo não organizou nenhum evento público que tenha sido localizado em nossa pesquisa.

¹⁷⁸ TOWNES, 1981.

¹⁷⁹ *Idem*.

¹⁸⁰ Vale ressaltar que essa palestra foi oferecida através de uma parceria entre a Comissão, o Instituto Cultural Brasil-Alemanha e o Centro Nacional de Educação Especial (Conesp-MEC) (DEFICIENTES, 1981b).

¹⁸¹ O congresso foi promovido pela Coalizão Nacional de Entidades e Pessoas Deficientes, que contava com o MDPD como uma das entidades vinculadas. Mesmo nesse caso, a Comissão Nacional tem um papel quase figurativo (DEFICIENTES TERÃO SEU 1º CONGRESSO, 1981).

Para encerrarmos esta seção, propomos uma discussão mais direta acerca da atuação do Movimento Social das Pessoas com Deficiência em São Paulo. Durante todo o texto, procuramos retratar como as condições objetivas da vida em sociedade motivavam as ações promovidas pelas entidades ligadas às pessoas com deficiência. Porém, sanar algumas situações e propor debates com a esfera pública não eram as únicas formas de atuar desse grupo de indivíduos. Em março de 1980, uma carta de Lia Crespo publicada deu o tom de como o Movimento Social atuaria:

A única forma de nos fazer ouvir é nos tornarmos notícia. Talvez assim possamos mostrar que nossa briga pela sobrevivência não é tão difícil quanto parece. Na verdade, é muito mais difícil do que parece. Só que não estamos inteiramente perdidos porque conseguimos manter viva nossa capacidade de rir de nós mesmos. (...) Ainda é uma ideia em embrião, mas temos fé em que nosso pequeno grupo se torne uma verdadeira associação para trocas de experiência e ajuda mútua; além de, naturalmente, lutar para que sejam tomadas as providências e medidas que julgamos ser do nosso direito conquistar¹⁸².

Virar notícia para, assim, chamar atenção para a causa visando estimular providências e medidas que são direitos das pessoas com deficiência. Por essa razão, uma das “armas” usadas pelo Movimento Social era justamente as manifestações de rua. Um bom exemplo é a manifestação ocorrida em 21 de julho de 1980 na Praça da Sé. Nesse momento, foram reunidas duzentas pessoas com deficiência portando faixas e cartazes e protestando contra a “perseguição dos fiscais da Prefeitura aos vendedores ambulantes”. Como a situação da pessoa com deficiência era precária, a pauta estava muito além da questão dos ambulantes: exigia-se o cumprimento da legislação que garantia os direitos humanos básicos a esse grupo, como a lei que exigia a contratação de 5% de pessoas com deficiência do total de trabalhadores de uma empresa; o cumprimento da lei que regulamentava o trabalho de

¹⁸² CADEIRA DE RODAS, 1980.

vendedor de bilhetes de loteria (como as lotéricas monopolizavam as vendas, as pessoas com deficiência precisavam comprar os bilhetes no “câmbio negro”); exigia-se degraus mais baixos nos ônibus, bem como a instalação de rampas automáticas nos mesmos para acesso de cadeira de rodas; até a situação dos táxis entrou nas reivindicações: pedia-se a abolição dos bancos dianteiros para facilitar o transporte da cadeira de rodas. Por fim, chamavam atenção para o estado de conservação das calçadas e a o tempo muito curto que os semáforos de pedestres davam aos indivíduos para atravessarem as ruas¹⁸³.

A luta, muitas vezes na rua, pela conquista de direitos básicos exigia maior coordenação das ações, tendo em vista a pluralidade de entidades com atuações distintas em prol das pessoas com deficiência. Nesse contexto, o Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência (MDPD) surgiu no final de 1979

depois que um grupo de deficientes iniciou contatos com indivíduos e entidades interessadas no assunto. Através de reuniões mensais e regulares, os primeiros oito formadores do movimento chegaram à conclusão ressaltada em sua carta-programa, “de que não se tratava da necessidade de formar mais uma entidade, mas um movimento flexível, ágil e atuante, no sentido de levar as pessoas deficientes a se organizarem na luta pelos seus direitos¹⁸⁴.

De acordo com José Evaldo de Mello Doin, o MDPD pretendia

criar um movimento informal, sem a preocupação de formular estatutos, para congregar pessoas interessadas nessa problemática, no sentido de fortalecer as reivindicações e o poder de pressão dos deficientes. Nosso objetivo é modificar as instituições que cerceiam a participação dessa parcela da população e o próprio comportamento da comunidade em relação a esse segmento social. Por isso, procuramos inserir o problema do deficiente na problemática maior da realidade brasileira¹⁸⁵.

¹⁸³ PROBLEMAS DOS DEFICIENTES FÍSICOS DEBATIDOS EM SP, 1980.

¹⁸⁴ ORTIZ, 1981a.

¹⁸⁵ PIRES, 1981a.

A característica de agregar diferentes entidades levou o MDPD a integrar a “Coalizão pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes”, que, em 1980 e 1981, preparava para o já referido 1º Congresso das Pessoas Deficientes, realizado em outubro de 1981. Para participar desse encontro nacional, o MDPD promoveu em setembro de 1981 no Novotel, na região do Morumbi, em São Paulo, o Encontro Paulista de Pessoas Deficientes¹⁸⁶. O objetivo era traçar um plano de luta e a continuação do movimento¹⁸⁷. Foram discutidos espaço urbano, transporte, assistência médica, barreiras arquitetônicas e lazer. Romeu Sasaki afirmou que, a partir do encontro, foi elaborada uma pauta para as reivindicações das pessoas com deficiência do Estado para ser apresentada no Congresso Nacional das Pessoas Deficientes¹⁸⁸.

A proposta democrática para organização da luta proposta pelo MDPD estava presente também em ações que eles pretendiam elaborar junto à comunidade. Em 1981, o MDPD congregava 500 indivíduos e buscava criar núcleos por bairro para indicação de pessoas para o seu Conselho de Representantes, bem como encaminhar reivindicações para o grupo. Não conseguimos confirmar se os núcleos por bairro foram efetivamente criados, mas é notória a semelhança da organização do grupo com alguns partidos políticos atuais¹⁸⁹.

Aparentemente, o MDPD também possuía certa influência política. Como citamos anteriormente, ele foi, em conjunto com outras entidades nacionais, capaz de pressionar a presidência da República para colocar na Comissão Federal uma pessoa com deficiência. O movimento chegou, de fato, a renegar essa comissão por diversas questões: além de não

¹⁸⁶ DEFICIENTES, 1981b.

¹⁸⁷ DEFICIENTES, 1981c.

¹⁸⁸ DEFICIENTES FAZEM EXAME DE TEMAS PARA 1º CONGRESSO, 1981.

¹⁸⁹ DEFICIENTE QUER SISTEMA DE SAÚDE DEMOCRATIZADO, 1981.

possuir um representante do público com deficiência, a Comissão discutia muito pouco questões da deficiência intelectual e não escutavam pessoas com deficiência durante suas reuniões e elaborações de propostas¹⁹⁰. Outro sinal de influência política do grupo foi colocar um de seus membros da Comissão Estadual formada pelo então governador Paulo Maluf.

Talvez seja a força política do MDPD que explique a presença de autoridades da administração pública em suas reuniões, as quais, algumas vezes, contavam com a participação de figuras políticas notórias. Por exemplo, em agosto de 1981 na ocasião de uma mesa-redonda aberta sobre legislação voltada para as pessoas com deficiência, realizada no Colégio Anchieta, estavam presentes lideranças do Congresso, Assembleia Legislativa e Câmara Municipal, dos vários partidos políticos, da Comissão de Justiça e Paz da Cúria Metropolitana, além de conhecidos juristas como Dalmo de Abreu Dalari, Valter Moraes, Luis Augusto de Paulo dos Santos Adro, Cleuza Guimarães, Guido Fernando da Silva Soares, entre outros. Também deveria estar presente o deputado federal Mario Hato, presidente da Comissão Especial Destinada a Examinar o Projeto de Lei Sobre Pessoas Deficientes e que apresentaria aspectos de 60 projetos que tramitavam no Congresso a respeito dos direitos das pessoas com deficiência. O objetivo da mesa foi motivar juristas para que, junto com pessoas com deficiência, elaborassem bases legais que permitissem uma participação plena na sociedade¹⁹¹.

O lema do modelo social da deficiência que claramente era endossado pelas entidades que compuseram o Movimento Social das Pessoas com Deficiência é internacionalmente tido como “Nada sobre nós

¹⁹⁰ DEFICIENTES DIVULGARÃO PROGRAMA PARA ESTE ANO, 1981.

¹⁹¹ LEIS PARA DEFICIENTES EM ANÁLISE, 1981.

sem nós!”, conforme citado anteriormente¹⁹². No caso brasileiro durante o período que estudamos, tal qual expusemos, “sem nós” resultaria em um Estado desresponsabilizado para as questões das pessoas com deficiência, uma vez que o poder público demonstrou pouca capacidade até mesmo na adaptação do tamanho das portas de um ônibus. Sem a militância constante e as ações promovidas pelas pessoas com deficiência, é difícil imaginar qualquer modificação na sociedade brasileiro durante o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência.

Nesta seção, propomos uma leitura das condições da cidade de São Paulo para as pessoas com deficiência a partir das matérias que circulavam na imprensa no período. Ressaltamos com frequência e inépcia do serviço público e a importância das entidades do Movimento Social das Pessoas com Deficiência, bem como da atuação das instituições sem fins-lucrativos que prestavam assistência a esses indivíduos. O recorte de 1978 a 1981 mostrou-se como um período de transformação da imagem que a pessoa com deficiência possuía na sociedade. Foi um período durante o qual se começou a chamar a atenção para esse segmento social, bem como para a importância de se desenvolver medidas que garantissem equidade de direitos. Embora a própria Folha de São Paulo não compreendesse exatamente o que o Movimento Social queria dizer com o discurso de “fim do paternalismo” e da abordagem da deficiência enquanto um fenômeno social, aos poucos passou a retratar a pessoa com deficiência como um indivíduo de direitos que precisava de certas medidas para exercer plenamente a sua condição

¹⁹² O lema foi utilizado como slogan pelo Disabled People South Africa (DPSA) e, de acordo com o pesquisador James Charlton, foi ouvido pelos ativistas do DPSA Michael Masutha e William Rowland em alguma conferência sobre direitos das pessoas com deficiência realizada na Europa Ocidental. Para mais informações sobre a origem e difusão do slogan pelos movimentos de pessoas com deficiência pelo mundo, consultar CHARLTON, 2004.

de cidadão. As transformações na forma como a pessoa com deficiência eram vistas pelo Jornal Folha de São Paulo será objeto de estudo da próxima seção.

1.4 Análise quantitativa das matérias publicadas no Jornal Folha de São Paulo

Através de uma análise quantitativa, procuraremos compreender em que medida o contexto elucidado na seção anterior contribuiu para a forma como o Jornal Folha de São Paulo retratava a pessoa com deficiência. A Tabela 1.1 demonstra a quantidade de matérias publicadas ao longo do nosso recorte cronológico. Vale ressaltar que a quantidade total de matérias colhidas é ínfima quando comparada a qualquer outra questão cotidiana da cidade, o que por si só já demonstra um apagamento social. Antes de adentrarmos na análise, faremos uma breve apresentação das categorias que criamos. Consideramos em “acessibilidade” qualquer matéria que fazia alusão a adaptações arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais. A “agenda do prefeito” era publicada pelo jornal diariamente e, nessa categoria, quantificamos as vezes em que os prefeitos de São Paulo receberam representantes do Movimento Social das Pessoas com Deficiência. Em “ambulantes” estão agrupadas todas as entradas do jornal que discutiram o “problema” dos ambulantes, principalmente no Centro da cidade. A categoria “capa” quantificou as matérias que receberam destaque no jornal, figurando como matéria de capa. “Caridades e festas” agruparam feiras beneficentes e festas para arrecadação de recursos ou para chamar a atenção para a causa das pessoas com deficiência. “Citações” dizem respeito a frases, espalhadas pelo jornal, contendo citações de outras reportagens que falavam sobre deficiência. Eram frases avulsas e espalhadas aleatoriamente que continuam frases de efeito que em outro

momento circularam no jornal em outros contextos. Em “comunicados e chamamentos públicos” encontramos notas que foram publicadas pelas entidades do movimento convocando os interessados para reuniões ou eventos organizados. “Cotidiano” aparece como uma categoria genérica que agrupou notícias variadas sobre o dia a dia de pessoas com deficiência, como por exemplo o uso de transportes públicos. “Cursos e seminários”, bem como “debates”, são categorias autoexplicativas e dizem respeito a divulgação ou análise de eventos que pretendiam compreender melhor a situação das pessoas com deficiência no país. “Educação” agrupou tanto a educação básica quanto superior. “Esportes” englobou notícias que tinham práticas esportivas como principal elemento. “Movimento político” reuniu matérias publicadas especificamente sobre as entidades do Movimento Social das Pessoas com Deficiência. “Palavra do leitor” agrupou as correspondências enviadas pelos leitores ao jornal. “Política” levou em conta produções que versaram sobre discussões políticas a respeito das pessoas com deficiência. “Políticas públicas” agrupou as leis ou propostas de leis anunciadas visando atender às demandas da população com deficiência. “Propaganda envolvendo o AIPD” foram medidas em que empresas ou governos exploravam a imagem do AIPD para se promoverem. “Publicidade” centraliza as propagandas que tinham a pessoa com deficiência ou seus familiares como públicos-alvo. “Religião” agrupou matérias que tinham igrejas como protagonistas. “Situação das pessoas com deficiência” mostra reportagens que denunciavam a situação em que o público com deficiência vivia no Brasil. “Tecnologias assistivas” apresenta objetos tecnológicos que visavam, de alguma forma, auxiliar as pessoas com deficiência na realização de atividades cotidianas. Por fim, em “Violência”, agrupamos as matérias que falavam do sistema prisional ou de atos de violência provocado por ou com pessoas com deficiência.

Muitos anúncios e notas, principalmente das categorias “Comunicados e Chamamentos Públicos” e “Cursos e Seminários” apareciam em mais de uma edição do jornal com basicamente o mesmo conteúdo. Para evitar distorções, sempre que isso acontecia, contabilizamos apenas uma entrada e desconsideramos todas as outras.

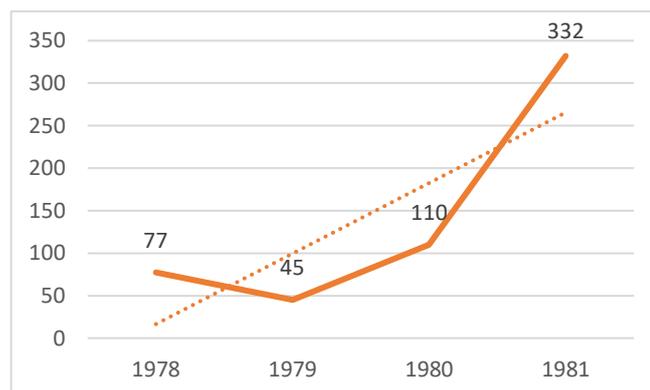
Tabela 1.1 – Quantidade de matérias publicadas pelo Jornal Folha de São Paulo

	Absolutos					Percentuais					Média
	1978	1979	1980	1981	Total	1978	1979	1980	1981	Total	
Acessibilidade	2	1	2	33	38	3%	2%	2%	10%	7%	4%
Agenda do prefeito	0	0	1	2	3	0%	0%	1%	1%	1%	0%
Ambulantes	11	4	10	4	29	14%	9%	9%	1%	5%	8%
Capa	0	0	1	2	3	0%	0%	1%	1%	1%	0%
Caridades e festas	3	2	5	23	33	4%	4%	5%	7%	6%	5%
Citações	0	0	0	3	3	0%	0%	0%	1%	1%	0%
Comunicados e chamamentos públicos	0	0	3	24	27	0%	0%	3%	7%	5%	2%
Cotidiano	8	6	14	25	53	10%	13%	13%	8%	9%	11%
Cursos e seminários	12	12	3	36	63	16%	27%	3%	11%	11%	14%
Debates	1	3	6	9	19	1%	7%	5%	3%	3%	4%
Educação	12	6	16	19	53	16%	13%	15%	6%	9%	12%
Esportes	0	0	2	4	6	0%	0%	2%	1%	1%	1%
Movimento Político	0	0	5	18	23	0%	0%	5%	5%	4%	2%
Palavras do leitor	0	0	10	12	22	0%	0%	9%	4%	4%	3%
Política	3	0	7	15	25	4%	0%	6%	5%	4%	4%
Políticas públicas	9	4	9	15	37	12%	9%	8%	5%	7%	8%
Propaganda envolvendo o AIPD	0	0	0	10	10	0%	0%	0%	3%	2%	1%
Publicidade	4	0	0	2	6	5%	0%	0%	1%	1%	1%
Religião	0	0	4	7	11	0%	0%	4%	2%	2%	1%
Saúde	7	2	3	13	25	9%	4%	3%	4%	4%	5%
Situação da pessoa com deficiência	2	4	7	53	66	3%	9%	6%	16%	12%	8%
Tecnologias assistivas	1	1	0	2	4	1%	2%	0%	1%	1%	1%
Violência	2	0	2	1	5	3%	0%	2%	0%	1%	1%
TOTAIS	77	45	110	332	564	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Tabela retangular na horizontal com 26 linhas e 12 colunas nas cores azul claro e azul escuro.

Gráfico 1.1 – Quantidade de Matérias Publicadas entre 1978 e 1981



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Gráfico de linhas composto por duas linhas na cor laranja e por uma escala numérica de 0 a 350 no eixo da vertical e pelas datas de 1978 a 1981 no eixo da horizontal. A primeira das linhas indica o número 77 para ano de 1978, 45 para o ano de 1979, 110 para o ano de 1980 e 332 para o ano de 1981. A segunda linha é uma linha de tendência pontilhada posicionada próxima ao número 0 em 1978 e próxima ao número 250 em 1981.

Ao todo, o Jornal Folha de São Paulo publicou 564 matérias que citavam pessoas com deficiência. É possível que algumas matérias publicadas não tenham sido resgatadas pela nossa análise, principalmente por conta da maneira como o mecanismo de busca no acervo online da Folha de São Paulo funciona¹⁹³, porém acreditamos que temos em mão uma massa documental que, mesmo não sendo 100% precisa, apresenta-se como uma amostragem suficientemente sólida para a compreensão do período no tocante às pessoas com deficiência.

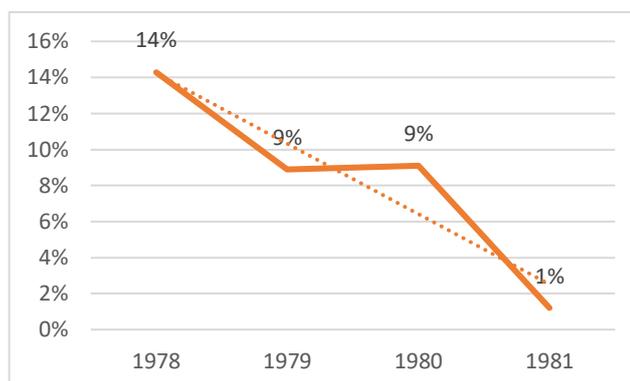
¹⁹³ Os jornais disponíveis online estão digitalizados e, portanto, são imagens. Depois que o processo de digitalização é realizado, um software converte a imagem em texto. É muito comum que, no momento dessa conversão, letras sejam identificadas de maneira incorreta. Por exemplo, as letras R e N juntas (rn) podem se transformar em M (m), pois nem sempre o software é capaz de diferenciar detalhes pequenos. A quantidade de erros é proporcional à qualidade da digitalização e, embora não tenhamos encontrado folhas de jornal digitalizada com baixa resolução, é muito provável que elas existam. Nesse sentido, existe chance do sistema de busca não ter identificado todas as matérias relacionadas à deficiência quando realizamos o levantamento do acervo.

Feita essa ressalva, observamos uma clara tendência de crescimento na quantidade absoluta de matérias publicadas, saltando de 77 em 1978 e chegando em 332 em 1981, o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência. O crescimento ocorrido entre 1980 e 1981, como pode ser observado, é bastante acentuado.

De fato, no Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, deu grande destaque das pessoas com deficiência no jornal. O assunto, até então pouco explorado, chegou a receber uma edição especial do caderno Folhetim em 25 de janeiro de 1981. Ao todo foram quinze páginas dedicadas a discutir a situação desse segmento na sociedade, a contar casos de pessoas com deficiência que se destacaram nos trabalhos que realizavam, entre outros assuntos. Nota-se que, ainda assim, a tonalidade das reportagens está muito próxima a do paternalismo, mostrando como, apesar das dificuldades, pessoas com deficiência também conseguem prosperar. Ainda assim é, sem dúvidas, um ganho para as pessoas com deficiência que, pela primeira vez, obtiveram certo destaque. Em entrevista, Ana Rita de Paula relembrou do Folhetim como uma conquista do movimento¹⁹⁴.

Além do crescimento na quantidade absoluta de publicações, nota-se também uma mudança na temática das reportagens. Não pretendemos discutir aqui ponto a ponto todas as categorias levantadas. Como estão todas indicadas na Tabela 2.1, trabalharemos pontualmente com os dados que consideramos mais relevantes para a análise. Nessa parte lidaremos majoritariamente com os valores percentuais, tendo em vista que, como a quantidade de matérias aumentou muito principalmente no ano de 1981, se trabalhássemos com números absolutos não conseguiríamos observar nenhuma transformação concreta.

¹⁹⁴ PAULA, 2021.

Gráfico 1.2 – Quantidade de Matérias sobre Ambulantes

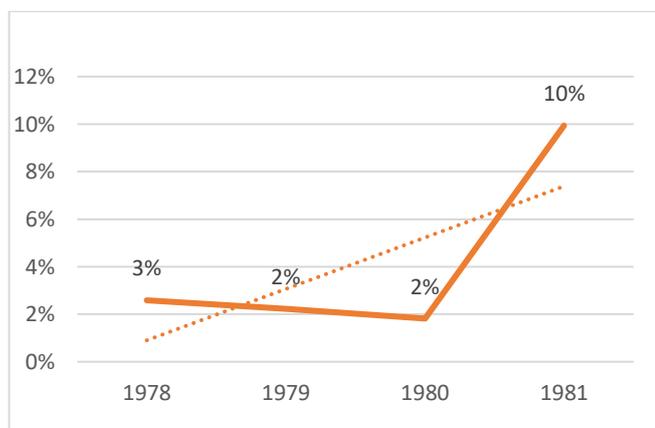
Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Gráfico de linhas composto por duas linhas na cor laranja e por uma escala numérica de 0 por cento a 16 por cento no eixo da vertical e pelas datas de 1978 a 1981 no eixo da horizontal. A primeira das linhas indica o número 14 por cento para ano de 1978, 9 por cento para o ano de 1979, 9 por cento para o ano de 1980 e 1 por cento para o ano de 1981. A segunda linha é uma linha de tendência pontilhada posicionada próxima ao número 14 por cento em 1978 e próxima ao número 2 por cento em 1981.

Em 1978, a questão dos ambulantes era bastante discutida pelo jornal, representando 14% das matérias publicadas. A categoria só ficava atrás de “Cursos e Seminários” e “Educação”, cada uma com 16% do total. Contudo, quando comparamos com 1981, o número cai para 1% do total. Isso não significa que, de alguma forma, a questão dos ambulantes tenha sido resolvida em 1981, mesmo porque esse ano repete a quantidade de matérias publicadas em 1979. Significa, apenas, que a ênfase dada ao jornal estava em outros assuntos, contribuindo para uma possível modificação da imagem da pessoa com deficiência vinculada à questão dos ambulantes. Em 1981, a maioria das reportagens (16%) apresentava a situação das pessoas com deficiência na sociedade. Retratavam suas vidas, sua busca por assistência, sua dificuldade de colocação profissional etc. A maioria dessas matérias figura na análise da seção anterior. Dessa forma, a pessoa com deficiência deixa de ser

apenas o “ambulante” e transforma-se em uma pessoa de direito tentando sobreviver em uma sociedade que a exclui e renega.

Gráfico 1.3 – Quantidade de Matérias sobre Acessibilidade



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Gráfico de linhas composto com duas linhas na cor laranja e por uma escala numérica de 0 por cento a 12 por cento no eixo da vertical e pelas datas de 1978 a 1981 no eixo da horizontal. A primeira das linhas indica o número 3 por cento para ano de 1978, 2 por cento para o ano de 1979, 2 por cento para o ano de 1980 e 10 por cento para o ano de 1981. A segunda linha é uma linha de tendência pontilhada posicionada entre os números 0 por cento e 2 por cento em 1978 e próxima ao número 8 por cento em 1981.

O Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, embora não tenha trazido grandes transformações nas garantias dadas legalmente às pessoas com deficiência, sem sombra de dúvidas chamou atenção para a necessidade de criação de medidas de acessibilidade. A quantidade de matérias a esse respeito ficou estável entre 1978 e 1980 (uma média de 2,5%), praticamente quadruplicou em 1981. A maioria dessas matérias dizia respeito a adaptações nos transportes públicos e nas vias urbanas, como exploramos na seção anterior, mas existem casos como o da emissora TV Gazeta que, em 1978, começou a transmitir um dos seus jornais com um intérprete de Libras ocupando metade da tela¹⁹⁵.

¹⁹⁵ SOLON, 1978.

Questionava-se, contudo, o nível técnico do programa e o conteúdo das notícias, mas a possibilidade de uma pessoa surda assistir a um jornal de forma acessível representou um avanço, principalmente em um momento em que pouco ou nada se falava em relação às pessoas com deficiência, conforme vimos anteriormente.

Categorias ligadas ao Movimento Social, como “Movimento Político” e “Comunicados e Chamamentos Públicos” começam a crescer em 1980, tendo em vista que as principais entidades que aparecem no jornal (Núcleo de Integração de Deficientes e Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência) surgiram em 1979. É nesse momento também que começam a aparecer na “Agenda do Prefeito” compromissos para com grupos ligados às pessoas com deficiência. Indicadores como “Cotidiano”, “Esportes”, “Política”, “Tecnologias Assistivas”, “Religião¹⁹⁶” e “Violência” apresentaram estabilidade ao longo da série consultada. “Cursos e Seminários”, em números absolutos, permaneceu estável em 1978 e 1979, sendo que sua variação percentual se deu devido a quantidade total de matérias publicadas. Em 1981, em números absolutos, a quantidade de cursos subiu consideravelmente, triplicando de 1978 a 1981. “Políticas Públicas” apresenta-se, aparentemente, como um contrassenso, tendo em vista que a quantidade de matérias enquadradas nessa categoria diminuiu ao longo do período estudado. Contudo, chamamos atenção para o fato da Emenda Constitucional nº 12, de autoria do então Deputado Thales Ramalho, ter sido aprovada em 1978. A emenda, de apenas um artigo, garantia à pessoa com deficiência educação especial e gratuita, assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país, proibição de discriminação e

¹⁹⁶ Religião cresce em 1980, porém essa mudança se deu por conta da visita do Papa João Paulo II ao Brasil, o que aumentou a quantidade de matérias sobre o assunto.

possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos¹⁹⁷. Por essa razão, diversas reportagens, principalmente em 1978, foram publicadas sobre o assunto, elevando a quantidade de publicações na categoria.

Por fim, em “Caridades e Festas”, embora apresentem números percentuais que pouco oscilaram, temos um salto de três eventos desse tipo em 1978 para 23 em 1981. O que melhor explica essa oscilação foram as festas em “comemoração” ao Ano Internacional das Pessoas com Deficiência. Foram várias festas dadas, algumas em espaços como o Jóquei Clube¹⁹⁸, outras por grupos de moradores como ocorreu no bairro do Bixiga¹⁹⁹. Muitos eventos de caridade foram realizados também em 1981. Um exemplo é a campanha de arrecadação de cadeiras de rodas promovida pelo Rotary Clube²⁰⁰. Conforme exploramos na seção anterior, doações foram essenciais para o andamento das atividades de diversas instituições e entidades ligadas às pessoas com deficiência. O descaso público era tão flagrante que existiram até desfiles de moda para a arrecadação de recursos para a criação de uma turma especial na Escola Estadual Marechal Bitencourt²⁰¹.

A partir do exposto, observamos que, entre o período de 1978 e 1981, a forma como a pessoa com deficiência era retratada pelo Jornal Folha de São Paulo se transforma. Esses indivíduos deixam de figurar majoritariamente em matérias sobre os ambulantes do Centro da cidade de São Paulo e passam a ser tratados como indivíduos de direito que buscam melhores condições para suas vidas em uma sociedade que os exclui e renega. Debates sobre seus cotidianos, suas situações, seus direitos e as necessidades de obras de acessibilidade passam a figurar

¹⁹⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1978.

¹⁹⁸ SOCIEDADE PESTALOZZI, 1981.

¹⁹⁹ BEXIGA FAZ FESTA PARA DEFICIENTES, 1981.

²⁰⁰ BANCO DE CADEIRAS DE RODAS, 1981.

²⁰¹ DESFILE BENEFICENTE, 1979.

no jornal com muito mais frequência, o que certamente contribuiu para que a sociedade começasse a encarar as pessoas com deficiência de maneira diferente.

Nesse contexto, novos espaços começam a ser ocupados pelas pessoas com deficiência. A discussão sobre os Lugares de Memória é o tema do nosso próximo capítulo.

Quadro síntese do Capítulo 1

Entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, começam a surgir em maior quantidade grupos ligados aos direitos das pessoas com deficiência. Diferente dos outros grupos que já existiam, esses eram organizados por pessoas com deficiência.

O ano de 1981 foi considerado pela Organização das Nações Unidas o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência. Nesse ano, a luta pelos direitos das pessoas com deficiência aconteceu em vários países do mundo. Em nossa dissertação, falamos da Argentina, Espanha, Taiwan, África do Sul e Austrália. A Igreja Católica teve um papel importante nessa luta em Taiwan, Espanha e Brasil.

No Brasil, até 1981, existiam poucas políticas que buscavam dar condições dignas de vida para as pessoas com deficiência. Até o final do desse ano, nenhuma nova lei foi aprovada.

Para as pessoas com deficiência, até 1980, a cidade de São Paulo:

- Via as pessoas com deficiência como ambulantes incômodos que sujavam a cidade e atraíam vigaristas para seus locais de vendas;
- Era inacessível espacialmente, ou seja, não existiam caminhos seguros para uma pessoa com deficiência percorrer. As calçadas eram esburacadas e com muitos obstáculos (postes, árvores, caixas de correios, orelhões etc.). Não existiam transportes públicos adaptados e a responsabilidade pela segurança das pessoas com deficiência que precisavam se locomover pela cidade era da própria pessoa com deficiência.
- Separava os estudantes com deficiência dos estudantes sem deficiência, ou seja, possuía uma educação não inclusiva;

- Não possuía serviços públicos ligados à saúde que atendessem às necessidades das pessoas com deficiência.

São Paulo era, portanto, uma cidade excludente, com baixa urbanidade, grande mixofobia, sem caminhabilidade e que não permitia às pessoas com deficiência exercerem espacialidades mais amplas.

A partir de 1981, a cidade de São Paulo começa:

- A produzir rotas acessíveis às pessoas com deficiência, permitindo que elas fossem com autonomia apenas para centros de tratamento e recuperação. Porém, em um primeiro momento, o restante da cidade continua lhes sendo negado;

- Oferecer recursos de acessibilidade em transportes públicos. Primeiro, uma cadeira preferencial foi disponibilizada nos ônibus. Depois, uma linha de ônibus acessível surgiu ligando o Metrô Vila Mariana ao Jardim Lusitânia.

Não houve mudanças na saúde e na educação.

A luta do Movimento Social das Pessoas com Deficiência buscou conquistas outros espaços além dos acessibilizados pelo poder público na cidade. Também criou espaços para discussão dos direitos das pessoas com deficiência, ajudando a mudar a forma como a sociedade entendia e encarava esse grupo.

2 Capítulo 2 – Lugares de Memória

No capítulo anterior, propomos uma narrativa acerca da atuação do Movimento Social das Pessoas com Deficiências na cidade de São Paulo, ressaltando algumas das características da cidade que se apresentavam como barreiras para o usufruto pleno dos direitos das pessoas com deficiência. Tal características conferia a São Paulo uma baixa urbanidade, em especial para esse grupo. Nesse contexto, surgiu uma série de instituições e grupo que reivindicavam e lutavam para a diminuição das barreiras sociais vivenciadas. Além disso, praças e locais públicos foram ocupados e tornaram-se palcos para manifestações e reivindicações de direitos. Neste capítulo, propomos uma leitura desses espaços como lugares de memória. Na primeira seção, discutiremos teoricamente os conceitos de memória e lugares de memória. Em seguida, apresentaremos os lugares identificados ao longo desta pesquisa, fazendo uma breve contextualização histórica. Por fim, propomos uma análise espacial acerca da distribuição desses espaços pela cidade.

2.1 Memória e Lugares de Memória

O conceito de memória é antigo, remetendo aos gregos e romanos com seus ideais de rememoração e memorização. Contudo, a ideia de uma memória social, de uma memória de sociedade relacionada com os processos sociais e coletivos, é relativamente nova. Surgiu no contexto das grandes transformações na sociedade europeia entre o final do século XIX e começo do século XX, principalmente quando acadêmicos, lideranças de diversas práticas culturais, juristas etc., perceberam a crise provocada pelas grandes guerras mundiais. Essa crise, decorrente não apenas da destruição de parte do patrimônio histórico por conta das guerras, se deu pelo surgimento de grande quantidade de lugares que

continham memórias reprimidas das minorias sociais perseguidas, sobretudo, pelo regime nazista.

Hannah Arendt (2016) aponta que, há muitos séculos, nossa sociedade perdeu a firmeza da tradição, compreendida pela autora como a seleção, nomeação, transmissão e preservação dos “tesouros” e dos “valores” da cultura. Sem a tradição, não haveria continuidade consciente do tempo. Em termos humanos, não existiria passado e nem futuro, apenas as mudanças do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem. Com essa perda, há o risco de esquecer nosso passado, o que, por sua vez, tiraria a dimensão mais importante da profundidade humana. É importante ressaltar que, para a autora, profundidade só pode ser alcançada através do ato de recordar e que equivaleria, portanto, memória e profundidade.

Por sua vez, para a autora, a memória, um dos modos de pensamento mais importantes, dá uma espécie de “acabamento” que todo acontecimento vivido tem nas mentes daqueles que o presenciaram. São esses indivíduos que, depois, contarão essas histórias e transmitirão os seus significados. Sem esse “acabamento”, que há sentido e compreensão ao acontecimento, não há história a ser contada. Para Hegel, a compreensão é o modo de reconciliação do homem com a realidade (ARENDR, 2016).

Maurice Halbwachs (2006) contribuiu para a delimitação do significado da noção de memória social, dando ênfase à lembrança como parte de uma construção social. No período em que Halbwachs propôs o seu debate, o fenômeno da memória era pensado meramente em função do subjetivo e do individual. Para Halbwachs, contudo, a memória dependeria, preferencialmente, dos quadros sociais nos quais um indivíduo se insere ao longo da vida, pressupondo, portanto, a tese das memórias individuais intimamente ligadas ao grupo do qual faz parte cada

sujeito dentro de um contexto social. Assim, para o autor, “o funcionamento da memória individual não é possível sem estes instrumentos que são as palavras e as ideias, as quais não são inventadas pelos indivíduos, mas que eles as empregam no seu meio” (HALBWACHS, 2006, p. 31).

Alexandro Baer e Aleida Assmann consideram que a memória coletiva de Halbwachs é, na realidade, um intermediário entre a memória comunicativa e a cultural. A primeira é aquela que é gerada num contexto cotidiano com importante carga emocional e baseada na interação dos indivíduos. Já a segunda se dá quando essas memórias se caracterizam como importantes de serem lembradas e são institucionalizadas em museus, bibliotecas, arquivos, lugares de memória, memória etc. À medida que desaparece a memória tradicional, memória essa que é cultivada de maneira difusa pelos meios sociais e transmitidas a outras gerações, nós nos obrigamos a acumular vestígios para torná-las provas para a história. É o que o autor chama de “memória registradora”, “memória de papel” ou ainda “memória arquivística” (BAER, 2010, p. 133).

A dimensão coletiva da memória também é salientada por Ernst Van Alphen. O autor afirma que as memórias são, ao mesmo tempo, individuais e sociais, uma vez que as palavras e as comunidades são coletivas. A experiência e a memória individual existem apenas subjetivamente. Coletivamente, elas se manifestam culturalmente através do ato de compartilhar. Nesse sentido, a memória se produz apenas quando há sujeitos que compartilham de uma mesma cultura, entendida pelo autor como “discursos em um sentido amplo”, e enquanto há agentes sociais que buscam “materializar” os sentidos do passado em diversos produtos culturais concebidos como “veículos que convertem a memória”, como por exemplo livros, museus, monumentos, filmes etc. Tratam-se de

expressões que, antes de representar o passado, o incorporam de maneira performativa (VAN ALPHEN, 1997 apud JELIN, 2002).

Pierre Nora em sua obra *Les lieux de mémoire*, escrita em três volumes entre 1984 e 1993, argumenta que vivemos em um processo de apagamento da memória por conta do excesso de informações midiáticas, da globalização e da aceleração das contínuas mudanças políticas, sociais e econômicas vividas pela sociedade contemporânea. Ao passo que essa quantidade de elementos aumenta em nossa vida diária, estamos condenados ao esquecimento, pois não temos condições cognitivas para apreender todos os dados. A vida cotidiana está constituída fundamentalmente por rotinas, comportamentos habituais, não reflexivos, aprendidos e repetidos. Para o autor, estamos fadados ao fim das sociedades-memórias, cujos valores eram trocados dentro dos mesmos núcleos familiares, passados de geração para geração e em espaços de convivência como nas escolas, nas igrejas e em outros meios por onde a memória perpassava (NORA, 1993). Esta transformação é justamente a mudança das sociedades tradicionais – baseadas no cultivo das tradições – para as sociedades modernas, baseada na transformação, na roda, na moda, daí, inclusive, a modernidade.

Nora compreende a memória como dinâmica, um elo do passado revivido sempre no presente. Ela sempre é suspeita para a História porque pode ser vulnerável, manipulada pelas pessoas que as usa pelo prisma dos privilegiados e pode estar imbuída de sentimentos, e, portanto, não ser espontânea. Esta é justamente a diferença entre memória, produzida nas práticas sociais, e a história, produzida por uma historiografia muitas vezes institucionalizada. Essa memória pode ser coletiva, plural, múltipla, pode ser revitalizada e, por esses motivos, ela nunca é a mesma que era antes, ou uma representação precisa do passado. O evento lembrado ou "memorável" será expresso em forma

narrativa, transparecendo a maneira pela qual o sujeito constrói um sentido do passado, uma memória que se expressa em uma história comunicável, com uma consistência mínima. O passado se faz importante apenas se há algum sentido com o presente e por isso a importância de lembrar e não esquecer. A relação com o passado é sempre subjetiva e construída socialmente em diálogo e interação (*ibidem*).

Para Elizabeth Jelin, a memória é vista como uma operação de “dar sentido ao passado”. Esse processo é feito através da interação com os outros, com agentes ativos que recordam e buscam transmitir ou mesmo impor aos outros o sentido do passado. Essa caracterização deve ser acompanhada pelo reconhecimento de pluralidade do “outro” e a dinâmica da relação entre sujeito e alteridade (JELIN, 2002, p. 33).

Jelin salienta, na interação com o outro, o caráter de “disputa” que diferentes memórias podem assumir. Para Pollak, períodos de crises internas de um grupo ou ameaças externas geralmente implicam reinterpretar a memória e questionar a própria identidade. Esses períodos são precedidos, acompanhados e sucedidos por crises do sentimento de identidade e da memória. São os momentos em que pode haver uma volta reflexiva sobre o passado, reinterpretações e revisões, que sempre implicam também questionar e redefinir a própria identidade grupal (POLLAK, 1992).

Com base no exposto, compreendemos aqui memória em sua dimensão social e não apenas uma experiência individual subjetiva. Fruto de constantes reinterpretações, a memória é uma forma de significar o passado com base no presente. Toda narrativa do passado implica uma seleção e, portanto, toda memória é seletiva, sendo uma memória total impossível. A memória (assim como qualquer relato histórico, inclusive pesquisas bem fundamentadas da historiografia) está sempre aberta a novas reinterpretações a partir das mudanças nas estruturas culturais e

sociais do presente. É muito comum que passados que pareciam esquecidos reapareçam e cobrem nova vigência, impulsionando revisões e novos sentidos para uma narrativa já contada.

A “febre memorialista” do presente tem outras características e outros perigos, tema que remete ao debate acerca dos abusos da memória, título do pequeno e provocador livro de Todorov (1998). Todorov não se opõe à recuperação do passado, mas sim a sua utilização por parte de diversos grupos com interesses próprios. O abuso da memória que o autor condena é o que se baseia em preservar uma memória literal, onde as vítimas e os crimes são vistos como únicos e irrepetíveis.

Partindo da linguagem então, encontramos uma situação de lutas pela representação do passado centradas na luta pelo poder, pela legitimidade e pelo reconhecimento. Essas lutas implicam, por parte dos diversos atores, em estratégias para oficializar ou institucionalizar uma/sua narrativa do passado. Dessa forma, a memória serve para alcançar posições de autoridade, ou fazer com que aqueles que ocupam essas posições aceitem outras narrativas e as incorporem como parte de suas próprias lutas. O registro da memória também implica em uma estratégia para ganhar adeptos, ampliar o círculo que aceita e legitima uma narrativa, que a incorpora como própria, identificando-se com ela.

Há, até o momento, uma aparente contradição entre os argumentos expostos pelos autores. Ao mesmo tempo em que todos, de maneira geral, pontuam que a memória é um mecanismo importante para preservação e significação do passado, Pierre Nora afirma que estamos “condenados ao esquecimento” por sermos incapazes de apreender todos os dados com os quais temos contato diariamente. A partir do momento em que os “meios da memória” começam a desaparecer, os contextos sociais tornam-se essenciais para que determinados grupos

vejam manifestas as suas vontades de memória, aquilo que consideram digno de lembrança, principalmente quando determinado espaço possui uma aura simbólica e comemorativa. A memória perdura em lugares que marcam determinadas histórias e acontecimentos. Em muitos casos, os lugares são uma força simbólica e cumprem um reforço identitário para um determinado grupo social, ou seja, é uma demonstração daquilo que Bachelard chamou de “espaço-tempo”²⁰².

Para Pierre Nora, o interesse por lugares onde a memória se cristaliza se origina num contexto de aceleração da história associada ao processo de mundialização, caracterizado pela forte ruptura com o passado e pela efemeridade imposta pelas contínuas mudanças vividas pela sociedade (NORA, 1993, p. 7). Trata-se de um momento de passagem da memória vivida como ato e sentido pelas chamadas “sociedades-memória”, que identificavam o que deveria ser retido do passado para a preparação do futuro, para uma sociedade permeada por transformações constantes. Diante disso, Nora entende história e memória como opostos, a primeira um processo histórico e racional de reconstrução e representação do que já não existe mais e a última, como representação do passado vivido coletivamente e enraizado.

Os lugares de memória são, para Nora, restos, ou seja, marcos, testemunhos de outra era que se cristalizam em museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários e associações, entre outros (*ibidem*, p.13). E

²⁰² Hoje, a visão de Bachelard foi alargada e a ideia de lugares é formulada abarcando diferentes conteúdos sociais, como cultura, símbolos, história etc., e não apenas o tempo. Neste sentido, podemos falar em “espaço-cultura”, “espaço-política”, entre outros exemplos. No caso de Bachelard, a ideia de espaço-tempo está, hoje, mais relacionada com a ideia de espaço-política, pois se trata de um movimento social que quis marcar a presença na vida política e social.

para não se perder estes restos, Nora propõe a seleção e registro dos chamados lugares de memória.

A geógrafa Simone Scifoni (2013) reformula a noção de Nora apontando os lugares de memória como aqueles que foram possíveis de compartilhar, no tempo, experiências sociais e cotidianas e, portanto, aqueles capazes de reter, guardar e expressar essas lembranças coletivas. Os lugares de memória situam-se, assim, na dimensão do imediato na qual se produz o humano (SCIFONI, 2013, p. 102). Desta forma, o lugar possui uma relação com os ritmos da vida.

Quando levamos em conta a noção de espaço-tempo discutida no capítulo um, compreendemos um lugar de memória como um local no espaço que, em determinado momento histórico, recebeu um valor simbólico a partir das interações sociais que ali se desenvolveram. O filósofo russo Mikhail Bakhtin (2011) ponderou que nossa visão do outro contém um germe da forma do outro, que só pode “desabrochar” a partir do horizonte que nós atribuímos a ele, sem, contudo, retirar sua originalidade. De maneira análoga, um lugar de memória é um espaço original que possui seu significado atribuído pelo olhar daqueles que ali vivenciaram partes significativas de suas vidas. Para que essas memórias fiquem disponíveis na produção acadêmica e possam ser apreendidas por diferentes pesquisadores, é necessário que sejam narradas a indivíduos comprometidos com a tarefa de catalogar, analisar e dar coerência a diferentes relatos. Aqui cabe a pergunta: quais histórias devem ser contadas?

Para Walter Benjamin (2020), escrever uma história de maneira materialista possibilita mostrar o modo como a vida inteira de um indivíduo está guardada em suas obras, em suas ações. Por sua vez, essa vida guarda uma época inteira e, em uma época, está guardado o conjunto da história humana. Em outras palavras, narrar histórias individuais ajuda na

composição da história humana. Para Benjamin, essa construção deve ser dedicada à memória dos sem-nome²⁰³ e, assim, ajudar a dar voz às classes cuja atuação pode transformar o mundo de maneira revolucionária.

Esses espaços, cujo significado foi atribuído por agentes históricos, são, portanto, pontos de significação social, condensando determinados sentidos e memórias que merecem ser preservados. No caso dos Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência na Cidade de São Paulo, acreditamos que a preservação da memória desses espaços contribui para o empoderamento desse grupo que buscava garantir o acesso a seus direitos.

A tarefa de publicização de lugares de memória na cidade de São Paulo foi empreendida por outras obras, nenhuma, contudo, considerando o movimento das pessoas com deficiência. No livro *Memórias resistentes, memórias residentes* (BORGES; CASTELLANO, 2016), que apresentou os lugares de memória na cidade de São Paulo da militância política contra a ditadura, encontramos a definição dos lugares de São Paulo como espaços

carregados de simbolismos e significados diversos, que guardam imenso potencial histórico. A maior parte dessas memórias, embora muito vivas nas mentes de quem as vivenciou, não é necessariamente evidente para o restante da população. Trata-se de uma memória latente e potente, mas muitas vezes fragmentada. No entanto, quando o olhar para a cidade se propõe a conhecer os processos históricos que ali se desenrolaram, é preciso alinhavá-las e recuperar o seu sentido coletivo (*ibidem*, p. 8).

²⁰³Benjamin aponta que comumente a narrativa histórica é criada e contada pelos “herdeiros de todos os que venceram alguma vez na história”, o que obrigaria, aos historiadores materialistas interessados em liberar a potencialidade reprimida das classes revolucionárias, “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2020, posição 2258).

O livro *Memórias resistentes...* considera essa informação relevante para compreensão do período da ditadura civil-militar brasileira, marcado pelo autoritarismo e graves violações dos direitos humanos. Nossa pesquisa também considera que a elucidação dos lugares de memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência indicará à população em geral que a violação de direitos humanos foi marca constituinte da sociedade brasileira e não exceções que figuraram apenas durante os regimes ditatoriais.

Da mesma forma que o *Guia dos Lugares Difíceis de São Paulo* (CYMBALISTA, 2019) buscou apresentar uma cidade a partir de suas lutas, propomos apresentar os lugares onde o Movimento Social das Pessoas com Deficiência de São Paulo se reunia para discutir questões relevantes ou reivindicar seus direitos. Esses lugares de memória também se constituíram como palcos de luta de uma minoria social que, historicamente, é muito pouco discutida. Mesmo o *Guia de Lugares Difíceis*, que se propõe a apresentar as “dificuldades e traumas coletivos, emblemáticos ou públicos” e assim “fazer jus aos milhões de histórias de dificuldades e lutas de cada indivíduo ou família” não apresenta nenhum espaço ocupado historicamente por pessoas com deficiência (*ibidem*). Vale ressaltar que, escrever sobre os invisíveis, suaviza a invisibilidade, porém não acaba com ela.

De acordo com Cymbalista,

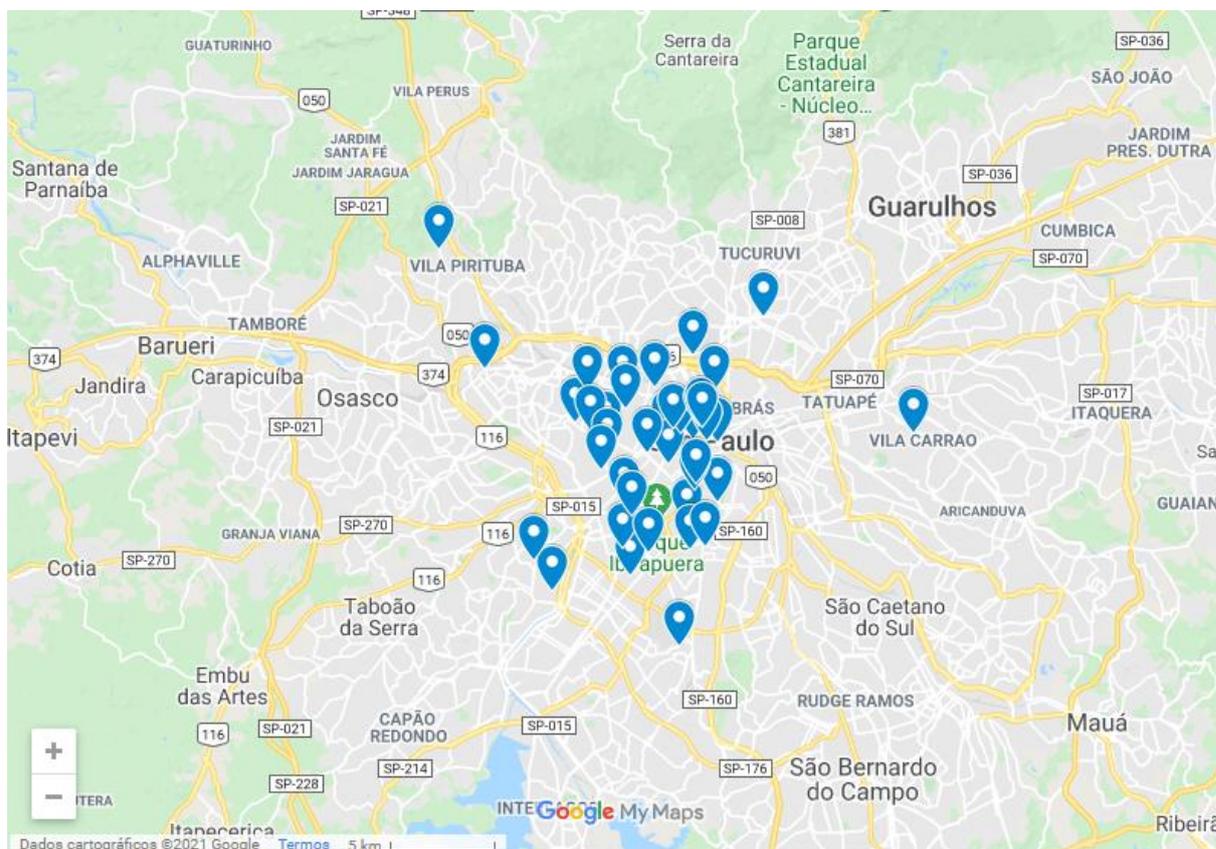
Muitos lugares da cidade ancoram lutas de grupos que buscaram – e seguem buscando – enfrentar as adversidades, impor limites à exploração, descontentes com o lugar subalterno a eles reservado. Os lugares de resistência na cidade são preciosos. Recuperar narrativas de grupos que lutaram e sofreram para garantir sua própria sobrevivência e construir um mundo melhor nos ajuda a manter vivas as nossas próprias esperanças e pautas para as transformações sociais no presente e no futuro (*ibidem*).

Pensando nessa ausência, propomos a criação de um mapa digital, hospedado no endereço eletrônico <http://lugaresdememoriampcd.atwebpages.com>, onde estão listados e detalhados os lugares que propomos como os Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência localizados ao longo dessa pesquisa tanto em documentos de época, quanto em depoimentos dos militantes.

O site foi inteiramente pensado em termos de acessibilidade, levando em conta opções de alto-contraste, aumento e diminuição dos textos para pessoas com deficiência visual e baixa-visão.

Antes de nos debruçarmos no levantamento dos Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência, convém trazer, a título de problematização, algumas reflexões. O leitor observará que alguns dos lugares encontrados hoje já não existem mais, como o caso de uma das sedes do MDPD, localizada na Rua Otoniel Mota, ou da sede da Abradef, localizada na Rua Rio Grande. Nesses casos, como devemos encarar esses espaços, que só existem na memória daqueles que vivenciaram um dado momento histórico? Trata-se de um lugar de memória ou de uma memória do lugar? Um lugar de memória precisa existir fisicamente, ou sua lembrança já é o suficiente para rememorar um acontecimento? Esse debate, bastante contemporâneo nos estudos sobre os lugares de memória, ainda é um debate em aberto que, portanto, não possui uma resposta.

Imagem 2.1 Mapa dos Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Imagem colorida retangular na horizontal de um recorte de mapa online da cidade de São Paulo com ícones de alfinetes de localização dispostos em concentração ao centro da imagem e outros poucos espalhados.

Inspirados nas análises cartográficas propostas por Katia Canova em sua tese de doutorado (2020), salientamos a falta de distribuição espacial dos Lugares de Memória pela cidade de São Paulo. A maior concentração desses locais se dá na região sudoeste da cidade, em especial nas regiões centrais da cidade e no circuito que vai da Vila Mariana até aproximadamente a região do Sumaré. Vale ressaltar que essa é uma região onde predomina hospitais públicos e privados bem como diversos centros de reabilitação, o que pode ajudar a compreender a predominância ali dos Lugares de Memória. Existe apenas um lugar localizado na Zona Norte, um na Zona Leste, um mais afastado na Zona

Sul, dois na Região Noroeste da cidade e dois na região mais afastada à Sudeste.

Na próxima seção, descreveremos alguns os lugares identificados durante a pesquisa.

2.2 Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência

As descrições que constam nesta seção foram escritas para ficarem disponíveis online no site do mapa virtual dos Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência. Por essa razão, a linguagem escolhida foi mais acessível e com menos referências bibliográficas, tendo em vista que muitas das informações utilizadas encontram-se devidamente referenciadas ao longo da dissertação. Optamos também por deixar cada entrada da forma mais autossuficiente possível, ou seja, contendo uma quantidade razoável de informações que são capazes de dar sentido e explicitar a importância daquele espaço para qualquer leitor, independentemente de outras leituras. Buscamos dessa forma facilitar a compressão daqueles que eventualmente tiverem contato com alguns dos Lugares de Memória aqui apresentados. Dessa forma, algumas descrições realizadas podem soar repetitivas àqueles que optarem por ler todas elas.

A Quinta Roda

Endereço: Rua Heitor Penteado, 1739, Sumarézinho, São Paulo

A Quinta Roda foi uma instituição que fez parte do Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (MDPD). Foi fundada em dezembro de 1978 na cidade de São José dos Campos com objetivo de profissionalizar pessoas com deficiência. Seu nome foi dado em homenagem ao livro homônimo de um dos seus fundadores, o Padre Hilário Cristofolini, uma

pessoa em cadeira de rodas. Nas palavras do padre, como uma cadeira de rodas possuía apenas quatro rodas, a quinta seria “a roda dos amigos e das pessoas corajosas”. Para Cristofolini, uma das propostas da Quinta Roda era levar palavras de esperança e otimismo, através da solidariedade, para todos os que se sentiam sozinhos, famintos e abandonados.

Carolina Artemi Cardoso, uma pessoa sem deficiência que presidiu a Quinta Roda no começo dos anos 1980, afirmou ao jornal Folha de São Paulo que “o nome define o propósito do grupo, de que a mobilização constante seja um apoio, uma roda a mais na vida dos paraplégicos, que sofrem todo tipo de discriminação, sobretudo no trabalho”.

O endereço da Quinta Roda em São Paulo era um endereço residencial, provavelmente onde morava um dos coordenadores do grupo na cidade, como era usual para muitas entidades do Movimento Social. Não localizamos informações a respeito de quem era esse morador²⁰⁴.

²⁰⁴ As informações reproduzidas foram retiradas da matéria Deficientes mobilizam-se publicadas na página 17 do jornal Folha de São Paulo de 25/03/1981

Imagem 2.02 Entrada do condomínio onde funcionava a sede da Quinta Roda



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da entrada de um edifício com fachada de pedras, um portão preto para pedestres com plantas nas laterais e um portão cinza para garagem. Acima da entrada há um gradil preto e algumas janelas dos primeiros andares. À esquerda está a fachada de um comércio. A calçada é de azulejos de pedra cinza. Nela, há um pedestal amarelo de ferro e cimento e um pedestal cinza preso a uma corrente de ferro.

Associação Brasileira dos Deficientes Físicos (Abradef)

Endereço: Rua Rio Grande, 71, Vila Mariana, São Paulo

Em 1981, a sede da Abradef ficava na região da Vila Mariana. Neste período, a entidade era presidida por Davi Pinto Bastos. Na cidade de São Paulo dos anos 1970 e 1980, não existia muitas oportunidades de trabalho para pessoas com deficiência. Algumas estimativas falavam em cerca de 300 empresas dispostas a contratar o público com deficiência, em específico, o público com deficiência visual. Também não existiam políticas públicas capazes de sanar as necessidades básicas daqueles que eram muito pobres. Sem muitas oportunidades para trabalho, algumas pessoas com deficiência recorriam ao comércio ambulante. Na época, existiam regulamentações da Prefeitura de São Paulo que permitiam que pessoas com “grave deficiência” realizassem essa função nas regiões centrais da cidade. Como conseguir a licença de ambulante exigia uma grande quantidade de documentos, muitas pessoas não sabiam exatamente como proceder. Nesse cenário, a Abradef oferecia assistência às pessoas com deficiência, ajudando-as a conseguir os documentos necessários para a obtenção das licenças e entregando-os aos funcionários responsáveis da Prefeitura.

**Imagem 2.03 Região da antiga sede da Abradef na Rua Rio Grande,
na Vila Mariana**



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da fachada de um prédio nas cores bege e branca à esquerda e um sobrado de três andares na cor marrom à direita. O prédio tem portões pretos e na portaria se lê “Edifício Cuiabá” em sua parte superior. O sobrado tem um pequeno portão preto à esquerda que dá acesso às escadas de entrada e uma garagem com portão basculante preto à direita. Acima da garagem há uma varanda. Presos ao portão de entrada, estão cartazes e placas de “Aluga” e “Aluga-se”. Na calçada há uma árvore e dois postes elétricos e na rua há um carro estacionado.

Associação de Integração do Deficiente

Endereço: Rua Raul Pompeia, 586, Pompéia, São Paulo

A Associação de Integração do Deficiente (AIDE – leia-se Aidê) foi criada por pessoas com deficiência para reivindicarem direitos que até então lhe eram negados. Entre seus fundadores estavam Leila Bernaba Jorge, Rui Bianchi e Canrobert de Freitas Caires. A origem do AIDE está ligada à Divisão de Reabilitação Profissional de Vergueiro (DRPV), instituição pertencente ao Hospital das Clínicas e que tinha como principal premissa a reabilitação e inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Informações levantadas durante a pesquisa da dissertação de mestrado Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência na cidade de São Paulo de 1978 a 1981, utilizando a imprensa do período, indicaram que as pessoas que frequentavam o DRPV buscavam participar ativamente das questões administrativas daquela instituição, o que muitas vezes era negado. Por esta razão, extraoficialmente alguns fisioterapeutas e assistentes sociais estimularam participantes a formarem uma associação para a defesa de seus direitos.

Entre 1978 e 1981, a AIDE chegou a intermediar contratos de trabalho entre empresários e pessoas com deficiência, como ocorreu no 1º Salão do Automóvel Antigo e pode ser lido com maiores detalhes na dissertação acima referida. Não há informações sobre o que, em 2021, funciona no endereço deste Lugar de Memória²⁰⁵.

²⁰⁵ As informações reproduzidas foram retiradas da tese de doutorado Da invisibilidade à construção da própria cidadania: os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes, de Ana Maria Morales Crespo, e da dissertação Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência na cidade de São Paulo de 1978 a 1981 de Carla Grião.

Imagem 2.04 Fachada da antiga sede do AIDE

Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da fachada de um sobrado pintado de bege. No andar térreo, em primeiro plano, à direita, há um portão branco de acesso a uma área sem cobertura. Para dentro, tem uma porta de vidro com grades brancas. À esquerda, há um cômodo com uma grande janela na parte frontal e outra e na parte lateral direita envidraçadas e com cortinas brancas. Em segundo plano, no primeiro andar, há uma janela com persiana externa em toda a extensão da fachada da direita à esquerda, na cor branca. A calçada é de azulejos de pedra em cerâmica e em frente, há parte do capô de um carro azul estacionado.

Associação dos Surdos de São Paulo

Endereço: Rua Ametista, 69, Aclimação, São Paulo

A fundação da Associação dos Surdos de São Paulo (ASSP) foi uma das primeiras instituições de ajuda mútua para pessoas com deficiência que foram criadas no Brasil. Sua origem está nos anos 1950, quando um grupo de surdos se encontrava com frequência na Praça da Sé e tiveram a ideia de praticar juntos algum esporte. Foi quando surgiu a ideia de competir com jogadores ouvintes no Campeonato de Futebol promovido pela Federação de Futebol da Várzea Paulistana.

Após uma viagem de férias à Argentina, um dos jogadores do grupo, Armando Melloni, teve contato com a Asociación de Sordosmudos de Ayuda Mutua (ASAM) e, ao retornar para o Brasil, levou a ideia de fundar uma associação em conjunto com os amigos do time. A proposta era trazer mais jovens para o grupo e proporcionar encontros para surdos de diferentes idades. Assim, foi fundada a Associação de Surdos-Mudos de São Paulo, local de referência para as pessoas com deficiência auditiva e um espaço para a criação de laços de pertencimento da comunidade surda. Em 2021, a ASSP continua no mesmo endereço em que funcionava nas décadas de 1970 e 1980²⁰⁶.

²⁰⁶ As informações reproduzidas foram retiradas da dissertação de mestrado Associação de Surdos de São Paulo: Identidade Coletiva e Lutas Sociais na Cidade de São Paulo, de Natalia Francisca Frazão.

Imagem 2.05 Fachada da ASSP



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida de dois imóveis brancos semelhantes a galpões, um de frente para o outro, cercados por grades de ferro na cor verde. Ao centro e nas laterais há árvores e grama alta e um balanço infantil colorido. O imóvel da direita tem dois andares e o segundo andar possui janelas em quase toda a extensão da esquerda para a direita. Na calçada há dois postes de energia.

Câmara Municipal de São Paulo

Endereço: Viaduto Jacareí, 100, Centro, São Paulo

A Câmara Municipal de São Paulo é a sede do Poder Legislativo da Cidade de São Paulo. Apesar de existir desde 1560, a construção considerada aqui como um Lugar de Memória foi inaugurada em 1969. Além de ser o espaço público onde se criam as leis municipais, a Câmara Municipal recebeu eventos importantes relacionados à pessoa com deficiência. Por exemplo, no dia 14 de março de 1981, o Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (MDPD) realizou no espaço uma cerimônia em homenagem às pessoas com deficiência em comemoração ao Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD).

Informações retiradas do jornal Folha de São Paulo indicaram que, nesta cerimônia, Odete Cláudio Machado, cega, leu a publicação em braille da Declaração dos Direitos da Pessoa Deficiente que foi aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1975. Estavam presentes no evento Dom Luciano Mendes de Almeida, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); o deputado federal Horácio Ortiz; o juiz corregedor dos Presídios Renato Talli e representantes de diversas entidades de assistência. Relatos reproduzidos no jornal mostraram que o acesso das pessoas com deficiência à Câmara foi difícil, pois não havia obras de acessibilidade arquitetônica. Além disso, o espaço sediou uma série de palestras e discussões, cuja temática era a inserção da pessoa com deficiência na sociedade.

Imagem 2.06 Fachada da Câmara Municipal de São Paulo

Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida de um edifício com janelas de vidro em toda a sua extensão que refletem a luz do sol e alguns prédios à frente. A construção é cercada por um gradil branco e há três árvores em um canteiro em primeiro plano. A calçada possui o “piso paulista” nas cores preta e branca.

Centro Cultural São Paulo

Endereço: Rua Vergueiro, 1000, Liberdade, São Paulo

A fundação do Centro Cultural São Paulo remonta a ideia de revitalização e urbanização da região preconizada pelo Projeto Vergueiro, de 1973. Descartado em 1975 pela administração de Olavo Setúbal (1975 - 1979), a ideia foi substituída pela construção de uma biblioteca pública, cujas obras começaram em 1978. A gestão do prefeito Reynaldo de Barros (1979 - 1982) reformulou a proposta e adaptou a biblioteca para um centro cultural durante a sua construção. Assim, o Centro Cultural São Paulo foi oficialmente inaugurado em 1982

Durante a checagem dos dados para a pesquisa de mestrado Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência na cidade de São Paulo de 1978 a 1981, o Centro Cultural São Paulo enquanto Lugar de Memória apresentou algumas incongruências. Em depoimento concedido à autora da pesquisa em dezembro de 2020, o Padre Geraldo Labarrère Nascimento apontou que a Estação Sé do Metrô tinha sido palco de um evento memorável relacionado ao Movimento Social das Pessoas com Deficiência quando, em 1978, um rapaz em cadeira de rodas foi impedido de acessar o Metrô por conta de sua deficiência. Após o acontecido ter sido relatado em uma das reuniões da Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes Físicos (FCD), grupo do qual participava o Padre Geraldo, cerca de cento e cinquenta pessoas com deficiência se reuniram na Praça da Sé e, posteriormente, embarcaram no Metrô, descendo três estações depois, na Vergueiro, para visitar o Centro Cultural São Paulo. Pela datação, o evento ocorreu quando se iniciavam as construções do Centro. Assim, devido ao distanciamento temporal, ou o Padre Geraldo confundiu o espaço visitado com algum outro, ou o grupo visitou as obras do que viria a ser o Centro Cultural São Paulo.

Imagem 2.07 Letreiro da fachada do Centro Cultural São Paulo



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida de uma construção de concreto cinza em formato de rampa e com um letreiro vermelho acima onde se lê "Centro Cultural São Paulo". Há holofotes embaixo e ao lado do letreiro. Acima da construção, existe um gradil na cor preta e grande quantidade de vegetação. À esquerda, o céu está azul e com algumas nuvens brancas.

Centro de Desenvolvimento de Recursos para Integração Social

Endereço: Av. Bem-te-vi, 89, Recanto Paraíso, São Paulo

As informações sobre o Centro de Desenvolvimento de Recursos para Integração Social (Cedris) são escassas. O site Bengala Legal (<http://www.bengalalegal.com/assistente-social>), publicou em 2011 uma entrevista com o assistente social Romeu Sasaki na qual encontramos a afirmação de que o Cedris foi fundado em 1975 pelo próprio Sasaki, que o administrou até 1990. Sabemos pelo jornal Folha de São Paulo que a entidade faz parte do Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes, porém não dispomos de maiores informações.

Sasaki foi uma figura importante dentro do que ele chama de Movimento Político pelos Direitos das Pessoas com Deficiência, participando de diversos eventos, concedendo entrevistas a veículos de imprensa variados, escrevendo comunicados sobre as reuniões dos movimentos, escrevendo livros e artigos sobre a causa das pessoas com deficiência, entre outras contribuições importantes. Formado pela Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS), Sasaki fez estágio no Instituto de Reabilitação do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, onde permaneceu até 1974. Entre 1966 e 1967, através de uma bolsa de estudos fornecida pela ONU, fez cursos de atualização nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha.

Imagem 2.08 Fachada atual da antiga Cedris



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida de uma fachada na cor branca de uma loja de roupas com uma grande vitrine em quase toda a sua extensão. No meio da construção há uma grande placa verde onde se lê "Crocs", escrito na cor preta. No interior, há peças de roupa e calçados variados e dois grandes banners com propagandas da loja. Em frente ao estabelecimento, aparece a parte de cima de dois carros que estão estacionados.

Centro Escoteiro Jaraguá

Endereço: Rua Adriano Reys, 1, Vila Jaraguá, São Paulo

O Centro Escoteiro Jaraguá foi fundado na década de 1970 e tem como principal foco reunir e capacitar os membros da União dos Escoteiros do Brasil (UEB). Entre 28 e 29 de março de 1981, o espaço sediou o Acampamento Inclusivo, evento organizado pelo Núcleo de Integração de Deficientes (NID). O evento foi impactante, sendo relatado por alguns militantes do período como origem de acampamentos memoráveis²⁰⁷. Foram realizados dois acampamentos no espaço, que contaram com a presença de pessoas com e sem deficiência. Em 2021, o Centro Escola Jaraguá - Escoteiros do Brasil continua funcionando no mesmo endereço.

Imagem 2.09 Fachada do Centro Escoteiro Jaraguá



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida de uma estrada de terra batida cercada por grande quantidade de árvores e vegetação. À esquerda existe um muro de concreto com grafites e pichações, e à direita, uma haste amarela sustenta uma placa verde que reflete a luz do sol em sua parte superior. Uma cancela amarela e preta fecha a entrada para a estrada de terra.

²⁰⁷ 30 anos de AIPD (Ano Internacional das Pessoas Deficientes) 1981-2011, pag. 19. Disponível em: < <https://pt.slideshare.net/uberlandiaacessivel/30-anos-aipd-livro-digital-12905327>>. Acesso em 21/05/2021.

Centro Social Mário França de Azevedo (hoje: Sesc do Carmo)

Endereço: Rua do Carmo, 147, Centro, São Paulo

Nos anos 1980, existiam poucas opções de lazer e cultura capazes de atender adequadamente o público com deficiência. Não existiam rampas nos espaços públicos e a cidade de São Paulo só possuía recursos de acessibilidade em algumas regiões, normalmente aquelas próximas a hospitais, centros de reabilitação ou sedes de instituições que prestavam assistência às pessoas com deficiência. Era como se esse público não fosse bem-vindo em quase todos os espaços da cidade, uma vez que só tinha a possibilidade de cuidar de suas saúdes e depois voltar para a casa. Nesse cenário, a museóloga Waldisa Rússio, sempre preocupada em tornar os museus espaços que pudessem ser fluidos por toda a população, realizou uma série de palestras com a participação de pessoas com e sem deficiência no que hoje é o Sesc do Carmo. Em 1980, houve o evento “Exposição Percepção e Criação”. Em 1981, o “Ciclo de debates sobre o espaço do deficiente na sociedade” e a exposição “O deficiente e o trabalho: realidade e possibilidades”.

**Imagem 2.10 Fachada do atual Sesc do Carmo, na Rua do Carmo,
Centro de São Paulo**



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da fachada do Sesc do Carmo, antigo Centro Social Mário França Azevedo. O edifício é feito de mármore e vidro espelhado. No térreo há plotagens coloridas coladas nos vidros sobre medidas de prevenção à Covid-19. Na calçada há pequenas árvores, dois telefones públicos (orelhões) e um paraciclo e na rua há carros estacionados.

Clube dos Paraplégicos de São Paulo

Endereço: Rua Homem da Costa, 44, Vila Paiva, São Paulo

O Clube dos Paraplégicos de São Paulo (CPSP) foi um clube dirigido para a prática de esportes por pessoas com deficiência. Foi fundado em 1958 por Sergio Seraphim Del Grande e funcionou por mais de cinquenta anos, integrando e reabilitando centenas de pessoas com deficiência através do esporte. Posteriormente, foi transferido para a Av. Pedro de Toledo, 1651, sede do Centro Esportivo Ibirapuera. No período da análise da dissertação Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência na cidade de São Paulo de 1978 a 1981, o CPSP organizou eventos como campeonatos de basquete para pessoas em cadeiras de roda. Em 2021, esse espaço é um endereço residencial. Não é possível saber se, em 1981, quando esse endereço foi levantado, o Clube efetivamente era no local ou se lá residia um de seus organizadores e, portanto, tratava-se apenas de um endereço para correspondências.

Imagem 2.11 Fachada da antiga sede do Clube dos Paraplégicos de São Paulo



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida de uma casa. O muro é pintado de bege e possui uma caixa de correios na cor cinza. Abaixo, uma faixa do muro está pintada de vermelho. Ao lado há um portão de garagem com grades na cor verde. Dentro do muro, à esquerda, há árvores e uma casa com cores claras e de telhado de lajotas vermelhas cujas partes inferiores estão encobertas pelo muro. Presa ao portão, tem uma placa amarela com informações da empresa que faz a segurança privada do local. Na calçada, à direita, há parte de galhos de uma árvore florida.

Colégio Anchieta

Endereço: Rua Apinajés, 2033, Perdizes, São Paulo

O Colégio Anchieta é um Centro da Juventude mantido pela Companhia de Jesus. Foi um importante espaço de encontro e reuniões para o Movimento Social das Pessoas com Deficiência. Maria de Lourdes Guarda, da Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes (FCD), por sua proximidade com setores da Igreja Católica, conseguiu que o espaço fosse utilizado por diversas entidades ligadas às pessoas com deficiência, como o Núcleo de Integração de Deficientes (NID) e o Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (MDPD). Em 1981, Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (AIPD), o MDPD organizava debates e mesas redondas mensais para discutir assuntos de interesse para o movimento. Desses encontros, participaram atores importantes do cenário político brasileiro, que buscavam compreender questões como “barreiras arquitetônicas” para assim proporem políticas públicas mais adequadas às pessoas com deficiência.

Imagem 2.12 Fachada do Colégio Anchieta



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da fachada de um colégio de dois andares na cor branca e com detalhes em verde abaixo do telhado e das janelas do primeiro andar. Há grandes portas no andar térreo encobertas por um muro largo. Essas portas possuem a parte superior em arco. O muro que cerca a construção é cinza e possui plantas na parte inferior em toda a extensão. No centro está um portão de entrada na cor cinza. Do lado esquerdo deste portão, no muro, está escrito na cor vermelha “Anchieta Jesuítas” e, à direita, há uma caixa de correios cinza. Na calçada há uma árvore e partes de outras.

Departamento de Educação Física

Endereço: Rua Dona Germaine Burchard, 451, Água Branca, São Paulo

O Departamento de Educação Física e Esportes da Secretaria de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo sediou alguns encontros e reuniões de entidades ligadas ao Movimento Social das Pessoas com Deficiência. Por exemplo, no dia 9 e 10 de agosto de 1981, a Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes realizou uma reunião visando à organização do Primeiro Congresso Nacional da Pessoa Deficiente, ocorrido em outubro na cidade de Recife, em Pernambuco. A Coalizão foi criada em 1979 com intuito de congregiar entidades de diferentes Estados. É importante notar que o Movimento Social das Pessoas com Deficiência foi uma atividade coletiva e democrática, formada por muitas pessoas e entidades. A Coalizão e o Encontro Nacional eram formas democráticas (em meio à ditadura) de construir uma pauta de reivindicações coletivas para o movimento. Em 2021, o espaço aparenta não ter uso definido.

Imagem 2.13 Fachada do antigo Departamento de Educação Física e Esportes da Secretaria de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida de um prédio cercado por um grande portão de grades na cor preta. Ao redor do portão, há uma cobertura na cor vermelha. Na parte de dentro da construção, à esquerda, há uma guarita na cor branca e ao centro uma árvore. No fundo, encontra-se um edifício branco com grandes janelas que cobrem a extensão lateral de todos os andares. Do lado de fora do portão, à esquerda, um homem caminha com um celular na mão. À direita, há um suporte metálico na cor branca para holofotes ao lado de um tronco de uma árvore.

Estação Sé do Metrô

Endereço: Praça da Sé, Centro, São Paulo

A Estação Sé faz parte da rede metroviária da Cidade de São Paulo, cujas atividades começaram em 1968. Há algumas controvérsias em relação ao ano em que a Estação Sé se tornou um lugar importante para o Movimento Social das Pessoas com Deficiência. De acordo com entrevistas do Padre Geraldo Labarrère Nascimento conferida a autora dessa dissertação, a estação foi palco de um grande ato quando, em 1978, um rapaz em cadeira de rodas foi impedido de acessar o Metrô. Após o acontecimento ser relatado em uma das reuniões da Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes (FCD), cerca de cento e cinquenta pessoas com deficiência se reuniram na Praça da Sé para exigir que o Metrô fosse acessível. Nessa ocasião, todos embarcaram em um dos trens para descer na Estação Vergueiro. A movimentação de tantas pessoas com deficiência chamou a atenção da imprensa e de todos os que estavam presentes no Metrô. O Padre Geraldo conta que, além da manifestação, o Metrô foi processado pelo grupo e dez anos depois, em 1988, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu que o Metrô deveria dar acesso a todos os públicos, colocando elevadores nas estações que futuramente fossem construídas. Tal acontecimento foi um marco importante para o Movimento Social das Pessoas com Deficiência.

Há, contudo, algumas questões históricas que dificultam a datação precisam dessa manifestação. Primeiramente nada foi encontrado na imprensa de 1978 a este respeito. Em segundo lugar, o Padre Geraldo relatou para a autora da dissertação Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência na cidade de São Paulo de 1978 a 1981 que, após desembarcarem na Vergueiro, o grupo se dirigiu ao Centro Cultural São Paulo. Porém, este Centro começou a ser construído justamente em 1978, o que aponta para uma eventual imprecisão da data.

Apesar de não possuir uma datação que possa ser confirmada por outras fontes, a movimentação ocorrida na Estação Sé é sem sombra de dúvidas emblemática para o Movimento, uma vez que assinala a conquista da acessibilidade para todas as estações do Metrô.

Imagem 2.14 Fachada da Estação Sé



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida de uma das entradas da Estação Sé do Metrô. A parte superior da construção é retangular e possui uma placa branca com a logomarca do Metrô e a palavra Sé, ambas na cor preta. À direita da placa, há um quadrado azul e um quadrado vermelho. Um grande portão de grades na cor branca está fechado e ocupa a parte central da fotografia. Há um corredor que leva à entrada e que possui jardins cercados por muros à esquerda e à direita e corrimãos na cor metálica. Uma bicicleta encontra-se encostada no corrimão à direita.

Estação Vergueiro do Metrô

Endereço: Rua Vergueiro, Liberdade, São Paulo

A Estação Vergueiro faz parte da rede metroviária da cidade de São Paulo, cujas atividades começaram em 1968, e foi uma das primeiras a receber obras de acessibilidade da Prefeitura de São Paulo, visando assim criar a chamada Rota Cinco, que ligaria a estação à Divisão de Reabilitação Profissional de Vergueiro (DRPV). No período de 1978 a 1981, recorte cronológico da dissertação de mestrado Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência, foi observado que as obras de acessibilidade urbana desenvolvidas sobretudo a partir de 1980 ligava o transporte público a casas de reabilitação ou outras instituições relacionadas às pessoas com deficiência. Era como se a cidade segregasse o grupo de maneira funcional, uma vez que o objetivo principal dessas obras era propiciar atendimento médico. Espaços de lazer inicialmente ficaram de fora da criação dessas rotas.

Imagem 2.15 Fachada da Estação Vergueiro



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da saída da estação Vergueiro do Metrô ao lado do Centro Cultural São Paulo, uma construção de concreto quadrada com grandes portões na cor azul abertos na parte de frente e na parte de trás. À esquerda, há um grande banner que orienta o uso de máscaras contra a Covid-19 nas instalações do Metrô, Trem e Ônibus na cor amarela e com informações na cor azul. Acima do portão, há uma placa na cor branca com o símbolo do Metrô seguido dos dizeres "Vergueiro 1". A calçada possui azulejos de pedra cinza. Dentro da instalação, há pisos táteis na cor azul.

Faculdades Metropolitanas Unidas de Santo Amaro

Endereço: Av. Santo Amaro, 1239, Santo Amaro, São Paulo

A Faculdade Metropolitanas Unidas (FMU) foi fundada em 1968. De acordo com informações obtidas na tese de doutorado de Ana Maria Morales Crespo, o professor de história José Evaldo de Mello Doin, conseguiu que a FMU cedesse espaço para que o movimento social se reunisse uma vez por mês. A unidade de Santo Amaro sediou diversas reuniões e encontros de entidades do Movimento Social das Pessoas com Deficiência. Um exemplo foi a reunião da Associação de Integração do Deficiente (AIDE) para eleição de sua nova diretoria, realizada em novembro de 1981.

Imagem 2.16 Fachada da Faculdades Metropolitanas Unidas de Santo Amaro



Fonte: Própria imagem

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida do complexo de edifícios da Faculdade Metropolitanas Unidas de Santo Amaro. Os edifícios são cercados por grades na cor preta iguais à do portão de entrada, que está coberto por uma estrutura metálica na cor preta. À direita, há um totem na cor cinza com a logomarca em vermelho da instituição de ensino e a indicação de seu endereço na cor branca. Abaixo, preso à grade, existe um banner vermelho de boas-vindas aos estudantes.

Dentro das instalações há algumas árvores e dois prédios aparecem de forma parcial. Um é branco e outro azul petróleo. Ambos possuem diversas janelas em suas faces.

Faculdade Paulista de Serviço Social

Endereço: Rua Lopes Chaves, 273, Barra Funda, São Paulo

A Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS) começou sua história em 1936, quando um movimento ligado à Igreja Católica buscou formar assistentes sociais capazes de trabalhar com a sociedade em transformação da época (de agrícola para industrial), criando a então Escola de Serviço Social (posteriormente chamado de Instituto de Serviço Social). Em 1946, o Instituto tornou-se um dos elementos de constituição da Pontífice Universidade Católica de São Paulo.

Em relação às pessoas com deficiência, a FAPSS cedeu seus espaços para que fossem utilizados para alguns eventos, como por exemplo o encontro com Maria Helena Matarazzo sobre sexualidade e deficiência, promovida em 1982 pelo Núcleo de Integração de Deficientes (NID). A proposição de debates e eventos públicos foi uma das formas encontradas pelo Movimento Social das Pessoas com Deficiência para chamar atenção para seus direitos e para encontrar coletivamente soluções para as barreiras encontradas na sociedade.

Além disso, a Faculdade Paulista de Serviço Social foi a instituição que formou Romeu Sasaki, um importante militante do Movimento Social²⁰⁸.

²⁰⁸ As informações sobre a FAPSS foram retiradas do depoimento do Prof. Heliton Betetto publicado no artigo FAPSS: Uma História de 70 anos.

Imagem 2.17 Fachada da Faculdade Paulista de Serviço Social



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da fachada de um edifício coberto inteiramente por janelas espelhadas. Acima da entrada, há uma grande placa cinza com as logomarcas da Faculdade Paulista de Serviço Social, das Faculdades BWS Graduação e Pós-Graduação e Faculdade Paulista de Gestão e Saúde. A entrada possui vidros espalhados com contornos grossos de metal na cor preta. Em frente ao edifício, há um poste elétrico à esquerda e um carro está estacionado. As construções localizadas na parte da frente do prédio e o céu azul com nuvens estão refletidas em seus vidros.

Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes (FCD)

Endereço: Av. Rio Claro, 190, Bela Vista, São Paulo

A Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes (FCD) foi um movimento que se iniciou na França nos anos 1970 e cujo lema era “Levanta-te e Anda”. Em 1972, a FCD chegou ao Brasil. Em 1980, Maria de Lourdes Guarda foi eleita coordenadora nacional da FCD e começou a viajar por todo o território nacional, formando grupos da Fraternidade em diferentes regiões. Lourdes Guarda se locomovia numa maca e precisava de um assistente pessoal e um ou outro companheiro de luta para se locomover diariamente. Em 1981, já existia uma centena de grupos espalhados por todos os estados, a maioria dos quais pensando as questões das pessoas com deficiência a partir da teologia da libertação. A Fraternidade proclamava sua solidariedade com todos os demais grupos marginalizados (índios, negros, trabalhadores, mulheres, homossexuais, prostitutas, favelados).

Imagem 2.18 Antiga sede da FCD, na Av Rio Claro, na Bela Vista

Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da fachada de um sobrado feito de concreto, vidro e ferro. O muro à frente é cinza e está coberto por diferentes plantas e o portão da garagem é preto. Entre o portão e o sobrado há uma árvore grande que ocupa parte do canto superior esquerdo da imagem.

Fundação para o Livro do Cego no Brasil

Endereço: Rua Dr. Diogo de Faria, 558, Vila Clementino, São Paulo

Em 1946 foi criada a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, atual Fundação Dorina Nowill. O objetivo principal da Fundação era a produção de livros em braille. Posteriormente, foram oferecidos cursos e programas de reabilitação que buscavam dar maior autonomia às pessoas com deficiência visual. Além disso, a Fundação realizava cursos e oficinas visando a empregabilidade, orientação vocacional e profissional, encaminhamento para cursos profissionalizantes e capacitação profissional. Em 1980, a Prefeitura de São Paulo realizou obras de acessibilidade ao redor da Fundação, pensando especificamente nas pessoas com deficiência visual. Inicialmente, obras desse tipo foram realizadas apenas ao redor de instituições que prestavam atendimento às pessoas com deficiência, sendo o restante da cidade deixado inacessível. Em 2021, o espaço continua ocupado pela Fundação Dorina Nowill.

Imagem 2.19 Fachada da Fundação para o Livro do Cego no Brasil



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida de um sobrado de cor amarela no andar térreo e cores roxa e cinza no primeiro andar. Duas portas de entrada estão localizadas à esquerda do sobrado, uma do lado da outra, na cor preta e possuem vidros transparentes do mesmo tamanho dos puxadores metálicos. À direita, há a logomarca e o nome da Fundação Dorina Nowill para Cegos. A logomarca é um círculo amarelo semelhante a um emoji sorridente com óculos escuros. Ao lado dela, há uma janela de vidro escuro com o número 558 escrito em preto acima. À direita, há um portão de garagem com grades na cor preta. O primeiro andar do sobrado possui quatro grandes janelas. Há dois postes elétricos na calçada e partes de uma árvore à esquerda.

Igreja Santa Marina

Endereço: Av. Guilherme Giorgi, 176, Vila Carrão, São Paulo

A Igreja Santa Marina sediou as reuniões de um dos núcleos da Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes (FCD), como narrado por Maria de Lourdes Fioravante Ribeiro para o Projeto Memórias do Memorial da Inclusão: os caminhos da Pessoa com Deficiência (hoje Museu da Inclusão)²⁰⁹. Maria de Lourdes Guarda, uma pessoa com deficiência que vivia no antigo Hospital Matarazzo, viajou pelo Brasil fundando núcleos da FCD, grupo representativo de pessoas com deficiência, que fazia parte do movimento e prestava assistência às pessoas com deficiência. No núcleo organizado na Igreja Santa Marina, Maria de Lourdes Fioravante Ribeiro trabalhava muitas vezes durante todo o dia, prestando assistência às pessoas com deficiência que frequentavam a FCD.

²⁰⁹ Museu da Inclusão. Promover o Deficiente – YouTube, 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=aYsBwnN3yRU>>. Acesso em 21/05/2021.

Imagem 2.20 Fachada da Igreja Santa Marina



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da fachada da Igreja Santa Marina pintada na cor laranja e cercada por arbustos. Na parte inferior, há três grandes janelas largas arqueadas. Na parte superior da fachada há uma grande janela redonda ao lado de duas janelas menores estreitas, compridas e arqueadas. Na parte superior direita da construção, existe uma torre cercada por janelas quadradas e um telhado triangular na cor preta onde há um crucifixo preto acima. Ao redor da construção, há carros parados e dois postes elétricos. Fios de alta-tensão cruzam a fotografia em todas as direções.

Instituto Colmeia

Endereço: Rua Marina Cintra, 97, Jardim Europa, São Paulo

O Instituto Colmeia foi fundado por Marina Cintra em 1942 com o objetivo de prestar auxílio moral, material e intelectual para estudantes do ensino secundário. O nome foi escolhido devido ao espírito de cooperação, de trabalho e da união da equipe de educadores e assistentes sociais que o formava. Durante o período de análise da dissertação de mestrado Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência, o espaço foi utilizado para sediar algumas reuniões das entidades que compunham o movimento, como lembrou Canrobert Caires em depoimento para a autora da dissertação. Na tese de doutorado de Ana Maria Morales Crespo, Romeu Sasaki também apontou o Instituto Colmeia como um dos espaços para reuniões, assim como o Colégio Anchieta e a Faculdades Metropolitanas Unidas de Santo Amaro.

Imagem 2.21 Fachada do Instituto Colmeia



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida do Instituto Colméia cercado por grades de metal em cores escuras. Há diversas árvores dentro e fora da instalação. Ao fundo, está enquadrado parcialmente uma construção de dois andares. A parte inferior é ornamentada com tijolos vermelhos. A parte superior possui uma estrutura de concreto constituída por pequenos blocos formando “linhas” horizontais em frente às janelas. Do lado de fora, há três carros estacionados.

Lar Escola São Francisco

Endereço: Rua dos Açores, 310, Jardim Luzitania, São Paulo

O Lar Escola São Francisco foi fundado em 1943 por Maria Hecilda Campos Salgado, que trabalhava como voluntária atendendo crianças órfãos e com deficiência física no antigo Abrigo de Menores da cidade. Tratava-se de uma instituição filantrópica que prestava assistência para centenas de pessoas com deficiência. Nos anos 1980, sua importância fez com que a Prefeitura de São Paulo criasse a linha de ônibus Vila Mariana - Jardim Lusitânia para facilitar o acesso ao Lar Escola através da rede metroviária. Essa linha, criada pensando nas especificidades das pessoas com deficiência, percorria um corredor com instituições hospitalares e de assistência como a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), o Hospital São Paulo, entre outras, mostrando que, na São Paulo da época, as pessoas com deficiência poderiam circular com facilidade desde que o objetivo fosse o seu tratamento médico. No período de análise da dissertação de mestrado Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência, outros espaços não receberam obras de acessibilidade. Desde 2012, o Lar Escola São Francisco está vinculado à AACD.

Imagem 2.22 Fachada do antigo Lar Escola São Francisco



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da fachada da AACD - Lar Escola São Francisco, uma construção térrea na cor azul. O portão de entrada, localizado à esquerda, é coberto por um toldo de acrílico sustentado por uma estrutura de ferro de cor cinza. Um carro está estacionado abaixo do toldo. Há janelas em toda a extensão da parede. À direita do carro, há um jardim cercado por uma mureta e com um banner escrito AACD Lar Escola - Associação de Assistência à Criança Deficiente. Em frente ao jardim, há uma árvore de troncos grandes.

Movimento pelo Direito das Pessoas com Deficiência

Endereço: Rua Joaquim Antunes, 611, Pinheiros, São Paulo

O Movimento Pelos Direitos das Pessoas com Deficiência (MDPD) foi fundado em 1979. Ele juntou diversas pessoas e grupos que lutavam pela causa das pessoas com deficiência no Estado de São Paulo. No período, esses grupos eram chamados de entidades, muitos atendendo às necessidades de pessoas com uma única deficiência, por exemplo visual, física etc. Durante os anos 1970 e 1980 a pessoa com deficiência não era assistida por políticas públicas eficientes. Existiam poucos centros de reabilitação ligados a instituições públicas. As salas de aula para crianças com deficiência eram separadas das salas de aula regulares e eram oferecidas em poucas escolas. Algumas estimativas indicam que apenas 1% das pessoas com deficiência de todo o Estado de São Paulo, por exemplo, recebiam algum tipo de cuidado de serviços públicos. Nesse cenário desolador, onde a pessoa com deficiência era abandonada à própria sorte, era muito importante a mobilização e a reivindicação de direitos humanos básicos para esse grupo. O MDPD atuava organizando reuniões e pressionando os poderes públicos para a criação de uma legislação capaz de atender adequadamente ao público com deficiência.

Imagem 2.23 Fachada da antiga residência de Cândido Pinto de Melo, um dos presidentes do MDPD, localizada na Rua Joaquim Antunes, em Pinheiros



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da entrada de um edifício com portão de garagem e portaria na cor cinza e paredes de pedras. Há uma árvore na calçada e um carro na cor preta à esquerda da imagem e muitas árvores dentro do condomínio, em frente ao edifício, que escondem a sua visualização.

Movimento pelo Direito das Pessoas com Deficiência

Endereço: Rua Otoniel Mota, 62, Jardim Paulista, São Paulo

O Movimento Pelos Direitos das Pessoas com Deficiência (MDPD) foi fundado em 1979. Ele juntou diversas pessoas e grupos que lutavam pela causa das pessoas com deficiência no Estado de São Paulo. No período, esses grupos eram chamados de entidades, muitos atendendo às necessidades de pessoas com uma única deficiência, por exemplo visual, física etc. Durante os anos 1970 e 1980 a pessoa com deficiência não era assistida por políticas públicas eficientes. Existiam poucos centros de reabilitação ligados a instituições públicas. As salas de aula para crianças com deficiência eram separadas das salas de aula regulares e eram oferecidas em poucas escolas. Algumas estimativas indicam que apenas 1% das pessoas com deficiência de todo o Estado de São Paulo, por exemplo, recebiam algum tipo de cuidado de serviços públicos. Nesse cenário desolador, onde a pessoa com deficiência era abandonada à própria sorte, era muito importante a mobilização e a reivindicação de direitos humanos básicos para esse grupo. O MDPD atuava organizando reuniões e pressionando os poderes públicos para a criação de uma legislação capaz de atender adequadamente ao público com deficiência.

O número 62 da Rua Otoniel Mota não mais existe, pois foi derrubado para a construção de um prédio. Nesse endereço, residiu Rui Bianchi do Nascimento, que presidiu o MDPD por um tempo. Seu endereço residencial servia para o recebimento de correspondências enviadas ao Movimento.

**Imagem 2.24 Muro construído onde se localizava a antiga sede do
MDPD**



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida do muro de um edifício. O muro é grande, é feito de pequenos tijolos vermelhos e possui rolos de arame farpado acima. Dentro do muro há muitas árvores cujas folhagens ocupam a parte superior da fotografia. Na escada há dois postes de iluminação com fios de alta-tensão de ambos os lados. A calçada é estreita e formada por pisos de pedras cinzas.

Movimento pelo Direito das Pessoas com Deficiência

Endereço: Rua Cristiano Viana, 537, Cerqueira César, São Paulo

O Movimento Pelos Direitos das Pessoas com Deficiência (MDPD) foi fundado em 1979. Ele juntou diversas pessoas e grupos que lutavam pela causa das pessoas com deficiência no Estado de São Paulo. No período, esses grupos eram chamados de entidades, muitos atendendo às necessidades de pessoas com uma única deficiência, por exemplo visual, física etc. Durante os anos 1970 e 1980 a pessoa com deficiência não era assistida por políticas públicas eficientes. Existiam poucos centros de reabilitação ligados a instituições públicas. As salas de aula para crianças com deficiência eram separadas das salas de aula regulares e eram oferecidas em poucas escolas. Algumas estimativas indicam que apenas 1% das pessoas com deficiência de todo o Estado de São Paulo, por exemplo, recebiam algum tipo de cuidado de serviços públicos. Nesse cenário desolador, onde a pessoa com deficiência era abandonada à própria sorte, era muito importante a mobilização e a reivindicação de direitos humanos básicos para esse grupo. O MDPD atuava organizando reuniões e pressionando os poderes públicos para a criação de uma legislação capaz de atender adequadamente ao público com deficiência.

O endereço desse Lugar de Memória foi alugado pelo MDPD para ser a sede oficial da entidade.

Imagem 2.25 Fachada da antiga sede do MDPD



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da fachada de um prédio com dois estabelecimentos comerciais com portões metálicas na cor verde e com letreiros. Entre um comércio e o outro há uma parede com pequenos azulejos vermelhos e com um pequeno jardim com flores na parte inferior. Os portões e a parede vermelha estão pichados e as paredes laterais estão pintadas de bege com texturas. O comércio da esquerda, indicado pelo número 537 possui uma logomarca no letreiro vermelho e os dizeres LUTHIER & ACESSÓRIOS escrito em branco. O estabelecimento da direita, indicado pelo número 541, possui uma faixa vermelha e preta com um letreiro com os dizeres CASA DOS BATERISTAS escrito na cor branca e com informações de contato. À direita, há um portão branco de acesso aos demais andares da construção e parte da copa de uma árvore. O primeiro andar está pintado de bege com texturas, possui um gradil também bege e duas portas para acesso ao interior dos imóveis

Museu de Arte Sacra

Endereço: Av. Tiradentes, 676, Luz, São Paulo

O Museu de Arte Sacra foi fundado em 1970 a partir de um convênio entre o Governo do Estado de São Paulo e a Mitra Arquidiocesana de São Paulo, ocupando desde então a ala esquerda térrea do Mosteiro de Nossa Senhora da Imaculada Conceição da Luz e a antiga Casa do Capelão.

A relação do espaço com as pessoas com deficiência tem como protagonista a museóloga Waldisa Rússio. Nos anos 1980, existiam poucas opções de lazer e cultura equipadas para atender adequadamente o público com deficiência. Não existiam rampas nos espaços públicos e a cidade de São Paulo só possuía recursos de acessibilidade em algumas regiões, normalmente aquelas próximas a hospitais, centros de reabilitação ou sedes de instituições que prestavam assistência às pessoas com deficiência. As (ausências de) políticas públicas da época “negavam”, de certa forma, que as pessoas com deficiência tivessem direito de viver na cidade, uma vez que suas especificidades eram muitas vezes ignoradas.

Vale ressaltar que as espacialidades mais estimulantes de um ponto de vista de urbanidade eram (e são) espacialidades abertas, incertas, dispostas à surpresa, ao cultivo de coisas do espírito, às relações afetivas, à vida cultural e política. As espacialidades destinadas às pessoas com deficiência eram fechadas, restritas a espaços como clínicas e hospitais.

Nesse cenário, Waldisa Rússio, sempre preocupada em tornar os museus espaços que pudessem ser fluidos por toda a população, realizou, em de abril de 1981, um curso no Museu de Presépios, que faz parte do Museu de Arte Sacra, intitulado Dinâmica de Museus no Trato do Visitante Deficiente.

Imagem 2.26 Fachada do Museu de Arte Sacra



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da fachada do Museu de Arte Sacra. A construção possui arquitetura colonial, é branca com detalhes na cor bege e telhado de telhas vermelhas. Há janelas largas e compridas em toda a extensão da fachada. Acima da porta de entrada, no topo, há uma cruz no centro. O museu é cercado por um muro branco com telhas amarelas e há muitas árvores dentro e fora da construção.

Museu Lasar Segall

Endereço: Rua Berta, 111, Vila Mariana, São Paulo

O Museu Lasar Segall foi inaugurado em 1967 na antiga residência do artista e é inteiramente dedicado a ele. Sua relação com o Movimento Social das Pessoas com Deficiência está na utilização do espaço como sede de alguns eventos dedicados ao público com e sem deficiência, como a palestra As Pessoas Deficientes como Usuárias de Bibliotecas, promovida em junho de 1981 pelo Núcleo de Integração de Deficientes (NID). Devido a pouca visibilidade das pessoas com deficiência na época, uma das formas encontradas pelo Movimento Social para chamar atenção para seus direitos, bem como propor soluções para as barreiras encontradas na sociedade, era justamente a promoção de debates, palestras, mesas-redondas, simpósios etc.

Imagem 2.27 Fachada do Museu Lasar Segall



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida do Museu Lasar Segall, um sobrado pintado na cor branca. Há dois portões de ferro na cor preta em paredes que se encontram perpendicularmente e acima do portão da esquerda, há um gradil com telas de arame. Em frente aos portões há um estacionamento de ladrilhos vermelhos e a rua é formada por paralelepípedos. À direita tem uma árvore de tronco fino e um poste fino.

Novotel

Endereço: Rua Ministro Néilson Hungria, 577, Vila Tramontano, São Paulo

O Novotel é uma rede de hotéis fundada em 1967 em Lille, na França. Sua relação com as pessoas com deficiência remonta ao Encontro Paulista de Pessoas Deficientes realizado em setembro de 1981 e do qual foi sede. Organizado pelo Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (MDPD), esse encontro foi importante, pois buscou criar uma pauta unificada de reivindicações das pessoas com deficiência do Estado de São Paulo para apresentá-la no Primeiro Congresso Nacional da Pessoa Deficiente, ocorrido em outubro daquele ano na cidade de Recife. Foram discutidos assuntos como o espaço urbano, transporte, assistência médica, barreiras arquitetônicas e lazer. A iniciativa demonstra a construção coletiva do Movimento Social das Pessoas com Deficiência, além de mostrar o esforço nacional visando a garantia de direitos humanos para as pessoas com deficiência. Em meio a Ditadura Civil-Militar Brasileira, o MDPD promovia espaços democráticos para proposição de políticas públicas que garantissem direitos humanos básicos a uma parcela considerável da população brasileira (na época, estimava-se que cerca de 10% dos brasileiros eram pessoas com deficiência)²¹⁰.

²¹⁰ As informações acima foram retiradas da dissertação de mestrado Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência, de autoria de Carla Grião.

Imagem 2.28 Fachada do Novotel



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da face lateral e frontal do Novotel, um edifício de cor cinza e azul claro com janelas em todos os andares. Na face frontal está escrito “Novotel” de baixo para cima na cor azul. Na lateral há uma entrada de automóveis e um jardim cercados por muros. Acima da garagem, há uma estrutura larga na cor bege com janelas em todas as faces. Um furgão de pequeno porte está estacionado em frente a esta construção.

Núcleo de Integração de Deficientes (NID)

Endereço: Rua Guaipá, 1263, Vila Leopoldina, São Paulo

O Núcleo de Integração de Deficientes (NID) foi fundado em 1979 por Maria (Nia) Cristina Correa, Ana Rita de Paula, Ana Maria (Lia) Morales Crespo e seu irmão gêmeo José Francisco Morales Crespo, que se conheceram durante o vestibular que prestaram na Pontífice Universidade Católica de São Paulo. Lá, eles conheceram o Edgard, um rapaz sem coordenação motora devido a uma paralisia cerebral. Edgar fez a prova objetiva com um assistente designado pela direção do exame para assim conseguir responder as questões de múltipla escolha. Mas não pode contar com o auxílio na prova de redação e assim foi eliminado. Indignados com a situação, Maria Cristina, Ana Rita, Ana Maria e José Francisco mantiveram contato posterior e organizaram o NID, uma entidade que organizava debates e procurava influenciar os políticos a criarem leis que atendessem às pessoas com deficiência.

Imagem 2.29 Fachada da antiga sede do NID, localizada na Rua Guaipá, na Vila Leopoldina



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da fachada de um sobrado na cor salmão. No térreo há um portão à direita e uma janela larga com grades e cortina à esquerda, ambos pintados de branco. No primeiro andar, à esquerda e à direita há duas janelas paralelas de correr de madeira fechadas. Há uma garagem sem cobertura à frente do sobrado.

Paróquia São Luís Gonzaga / Colégio São Luís

Endereço: Rua Bela Cintra, 987, Consolação, São Paulo

A Paróquia São Luís Gonzaga está vinculada à história do Colégio São Luís, localizado na região da Avenida Paulista em São Paulo. Entre 1932 e 1933, na esquina da Rua Bela Cintra com a Avenida Paulista, foi construída a Capela do Colégio, transformada em Paróquia em 1966 e confiada à Ordem dos Jesuítas. Assim como o Colégio Anchieta e a Igreja Santa Marina, o espaço era utilizado pela Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes (FCD), organização representativa e que prestava assistência filantrópica às pessoas com deficiência. A Paróquia São Luís e o Colégio São Luís eram frequentados por Maria de Lourdes Guarda, importante militante que vivia no antigo Hospital Matarazzo e que viajou por todo o Brasil fundando diversos núcleos da FCD.

Imagem 2.30 Fachada do Colégio São Luís



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da entrada do Colégio São Luís, de concreto na cor cinza. O portão é feito com grades de cores claras e, acima, há um letreiro com os dizeres “ Colégio São Luís” e ao centro da frase está a logomarca do

colégio. Do lado de dentro do portão há uma parede com janelas à esquerda. Acima, um gradil azul com pequenas árvores em seu interior. A calçada possui o “ piso São Paulo” preto e branco. Há uma placa de proibido estacionar à esquerda e há parte do porta-malas de um carro na cor prata após a placa, mais à esquerda.

Imagem 2.31 Fachada da Paróquia São Luís Gonzaga



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da fachada da Paróquia São Luís na cor bege cercada por grades na cor amarela. A construção é quadrada com parte superior triangular. No topo, centralizado, há uma cruz. No centro do triângulo tem uma escultura semelhante a um sol com centro redondo e riscos em todo o perímetro. No círculo central da escultura está esculpido IHS. Abaixo do triângulo, há os dizeres “DEO IN HONOREM SANCTI ALOISII” sustentado por dois pilares cilíndricos. A porta de entrada é grande e de madeira na cor marrom. Há um tímpano semicircular acima. Ao redor da igreja há árvores dentro e fora das grades. Há um totem preto de sinalização de trânsito onde está escrito em branco Av. Paulista. Pessoas caminham pela calçada.

Pavilhão do Anhembi

Endereço: Av. Olavo Fontoura, Santana, São Paulo

O Pavilhão do Anhembi é um complexo cultural-comercial construído em 1970 e que possui 400 mil metros quadrados. Anualmente, o Anhembi sedia diversos e variados eventos. No período de análise da dissertação de mestrado Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência na cidade de São Paulo de 1978 a 1981, o espaço recebeu as Feiras da Bondade, organizadas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) para arrecadação de recursos. Diversas instituições filantrópicas conseguiam parte considerável de seus orçamentos por meio de feiras ou eventos de caridade. Durante o recorte cronológico da pesquisa, o repasse de recursos por parte do poder público era muito baixo ou simplesmente inexistente. Sem as feiras e eventos, não seria possível para essas instituições manterem seus serviços de assistência. Outro momento marcante ocorrido no espaço foi a panfletagem organizada pelo Núcleo de Integração de Deficientes (NID) em 1980 durante a Feira de Utilidades Domésticas, um dos eventos mais esperados do ano e comparado apenas ao Salão do Automóvel²¹¹.

²¹¹ As informações acima foram retiradas da dissertação de mestrado Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência, de autoria de Carla Grião.

Imagem 2.32 Fachada do Pavilhão do Anhembi



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da entrada de um complexo de instalações do pavilhão do Anhembi, cercado por grades de metal na cor verde. À frente, há um grande letreiro preso a duas colunas cinzas onde está escrito “Bem-vindos, Bienvenido, Welcome ‘Anhembi’ Anhembi.com.br” nas cores vermelha, amarela e laranja. Há uma escada com cinco degraus da calçada ao portão. Um toldo de metal cobre o caminho do portão à entrada do estabelecimento. Árvores e arbustos estão à direita e à esquerda desta entrada. Parte de um tapume de obras está à esquerda da fotografia.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Endereço: Rua Monte Alegre, 984, Perdizes, São Paulo

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) foi fundada em 1946 a partir da união da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento e da Faculdade Paulista de Direito, recebendo do Papa Pio XII o título de pontifícia. A PUC possui uma relação direta com a fundação do Núcleo de Integração de Deficientes (NID). Foi durante um vestibular que os quatro fundadores da entidade se conheceram em 1979. Ana Rita de Paula e Ana Maria Morales Crespo presenciaram Edgard, um rapaz com paralisia cerebral, ser impedido de realizar a redação do vestibular que prestava. Edgar possuía mobilidade reduzida por conta de uma paralisia cerebral e não pôde contar, durante a prova, com nenhum recurso assistivo, nem ao menos com um assistente para a escrita do texto. Assim, Edgard acabou eliminado do certame. Tal acontecimento motivou as duas, em conjunto com outras pessoas com deficiência, a formarem uma entidade representativa que passou a fazer parte do movimento que se organizava em São Paulo (na capital e no interior), bem como em outros estados da federação, como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul etc.

Imagem 2.33 Fachada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da fachada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na cor bege e com detalhes em laranja nos contornos das portas, janelas e algumas colunas. Ao centro, há duas grandes janelas arqueadas e com grades de metal. Acima, há uma varanda. À esquerda, uma escultura de um busto e uma porta de entrada. À direita, duas grandes entradas arqueadas. Em frente e na calçada, há arbustos e muitas árvores. Suas folhas cobrem quase inteiramente a parte superior da fotografia.

Praça da Sé

Endereço: Praça da Sé, Centro, São Paulo

A Praça da Sé é um importante marco histórico da cidade de São Paulo, sendo originalmente conhecida como “Largo da Sé”. Era o espaço onde, no período colonial, existia a Igreja Matriz do município e que posteriormente foi substituída pela Catedral Metropolitana de São Paulo. Ela foi palco de diversas manifestações que tiveram pessoas com deficiência como protagonistas. Em 1980, por exemplo, uma manifestação reuniu mais de duzentas pessoas com deficiência que protestavam contra o abandono, a discriminação e o desrespeito à legislação por parte do governo e das empresas privadas. Além disso, a Praça da Sé também era ocupada por vendedores ambulantes com deficiência. A legislação da época reservava o espaço central da cidade para ambulantes que possuíssem “deficiência grave”. Como eram poucas as empresas que empregavam formalmente pessoas com deficiência, muitos precisavam recorrer ao trabalho informal de ambulantes para garantir sua sobrevivência.

Imagem 2.34 Fachada da Catedral da Sé



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da Praça da Sé com a fachada da Igreja da Sé na frente. A igreja é cinza com detalhes verdes na cúpula e na parte superior triangular das torres localizadas nas laterais. Há uma grande porta de entrada arqueada e com um tímpano acima. Centralizada na parte superior da construção há uma janela circular ornamentada predominantemente por formas circulares menores que compõe uma figura que se assemelha a uma flor. As torres possuem janelas arqueadas e circulares. Em seus topos, há crucifixos. Palmeiras e postes de iluminação estão na praça, onde pessoas caminham ou estão sentadas.

Praça Roosevelt

Endereço: Praça Roosevelt, República, São Paulo

A Praça Roosevelt foi projetada nos anos 1960 pelo então prefeito José Vicente Faria Lima (1965 - 1969) como parte de um conjunto arquitetônico que incluiria um centro cultural com auditório para duas mil pessoas e um conjunto educacional. Sua relação com o Movimento Social das Pessoas com Deficiência remonta agosto de 1981, quando o local recebeu a “Feira das Feiras”, um evento organizado por artesãos e que foi aproveitado pelo Núcleo de Integração de Deficientes (NID) para levar à sociedade em geral reflexões sobre barreiras arquitetônicas encontradas na cidade. Na feira, havia um estande onde qualquer pessoa poderia usar uma cadeira de rodas para vivenciar as dificuldades de se ultrapassar um degrau de escada ou encontrar um modelo de elevador ou banheiro público cujas dimensões fossem adequadas para a utilização de uma pessoa em cadeira de rodas. Além disso, foi oferecido ao público um circo, um teatro infantil, danças folclóricas e shows com artistas como Jorge Mautner e conjunto Tarankon. Houve também a venda de artesanatos e comidas naturais. A feira durou nove dias e contou com 142 expositores.

Imagem 2.35 Praça Roosevelt



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da Praça Roosevelt. O chão lardo e comprido e está pintado nas cores marrom e vermelho. Há pequenos jardins com árvores e arbustos cercados com muretas à frente, à esquerda e à direita da imagem. Postes de iluminação na cor branca estão espalhados pela área. Há pessoas caminhando e pessoas sentadas. Prédios estão no horizonte ao redor de toda a praça.

Sesc Consolação

Endereço: Rua Doutor Vila Nova, 245, Consolação, São Paulo

O Sesc Consolação foi inaugurado entre 1967 e 1970 como um dos primeiros Centros de Cultura e Lazer do Serviço Social do Comércio (Sesc). Sua relação com questões ligadas às pessoas com deficiência se deu com a utilização de seu espaço como sede de alguns eventos, como por exemplo a reunião sobre acessibilidade com a presença de Romeu Sasaki, Ana Maria “Lia” Morales Crespo e a arquiteta Alice Mori. Esta reunião foi realizada com os engenheiros da unidade, que chegaram a experimentar cadeiras de rodas para vivenciar as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência. A promoção de debates, palestras, mesas-redondas, simpósios etc., foi uma das formas encontradas pelo Movimento Social das Pessoas com Deficiência para chamar atenção para os direitos das pessoas com deficiência, bem como propor soluções para as barreiras encontradas na sociedade. Além da reunião apresentada acima, outro exemplo importante realizado no Sesc foi o simpósio Educação, Profissionalização e Emprego da Pessoa Deficiente, ocorrido em maio de 1981.

Imagem 2.36 Fachada do Sesc Consolação



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da fachada do Sesc Consolação, um prédio com um letreiro na entrada de cor clara escrito SESC em preto. Embaixo há uma mureta na cor marrom com gramado em cima. À direita, há um lance de escadas que está fechado por uma grade baixa e preta. Os andares superiores são cobertos por uma estrutura semelhante a uma persiana externa que esconde todas as janelas. A calçada possui o “piso São Paulo” preto e branco e tem um poste fino com sinalização de trânsito.

Sociedade de Deficientes Visuais do Brasil

Endereço: Praça da Sé, 300, Centro, São Paulo

As informações disponíveis sobre a Sociedade de Deficientes Visuais do Brasil (Sodevibra) são escassas. Através de periódicos da época, encontramos a informação de que a Sodevibra foi fundada na década de 1970 por pessoas com deficiência visual e física. Desde então, a instituição atua na defesa dos direitos humanos e do trabalho em todo o país. Assim como a Associação Brasileira dos Deficientes Físicos (Abradef), a Sodevibra defendia o interesse dos vendedores ambulantes no centro de São Paulo. Na época, poucas empresas contratavam funcionários com deficiência, fazendo com que muitos procurassem no trabalho de vendedor ambulante condições para sobreviver. Peças de jornal do período estudado pela dissertação de metrado Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência na cidade de São Paulo de 1978 a 1981 mostram que a Sodevibra e Abradef muitas vezes disputavam espaço e brigavam entre si pela ocupação de pessoas com deficiência no centro da cidade, reservado por lei apenas aos vendedores com “grave deficiência”. Não há informações sobre o que funciona nesse espaço em 2021.

Imagem 2.37 Fachada do prédio da antiga sede da Sociedade de Deficientes Visuais do Brasil



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da entrada de um edifício de quatro andares na cor bege. A porta de entrada é de madeira marrom escura. Há portões de comércio abertos em ambos os lados, com toldos verdes acima. A construção possui grandes janelas com parapeitos ornamentados com pequenas colunas, figuras triangulares ou circulares. Estacionado na rua, há parte do porta-malas de uma kombi branca.

Theatro Municipal

Endereço: Praça Ramos de Azevedo, República, São Paulo

O Theatro Municipal foi fundado em 1911 tendo como inspiração a Ópera de Paris. Sua relação com as questões ligadas às pessoas com deficiência remonta 1981, quando o Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (MDPD) organizou uma manifestação na sua frente para exigir a construção de rampas de acesso para pessoas em cadeira de rodas. No período, apenas alguns espaços da cidade possuíam obras de acessibilidade, sobretudo aqueles que possuíam instituições de saúde ou reabilitação para pessoas com deficiência. Uma das hipóteses da dissertação de mestrado Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência na Cidade de São Paulo de 1978 a 1981 é que os indivíduos com deficiência recebiam da cidade condições voltadas sobretudo para cuidarem de sua saúde e depois voltarem para a casa utilizando um transporte público. Contrariando essa política de segregação, militantes reivindicavam espaços de lazer. Portando cartazes com os dizeres “Não somos coitadinhos, queremos ser úteis”, “Quem nos defende?”, “Podemos não ser perfeitos, mas há partes de nós que são maravilhosas”, “Queremos rampas nos lugares públicos”, “Nos dê oportunidade de trabalho”, entre outros, os manifestantes conseguiram que o então Secretário Municipal da Cultura Mário Chamie autorizasse a construção de uma rampa de madeira provisória em frente ao teatro.

Imagem 2.38 Fachada do Theatro Municipal



Fonte: Própria autora

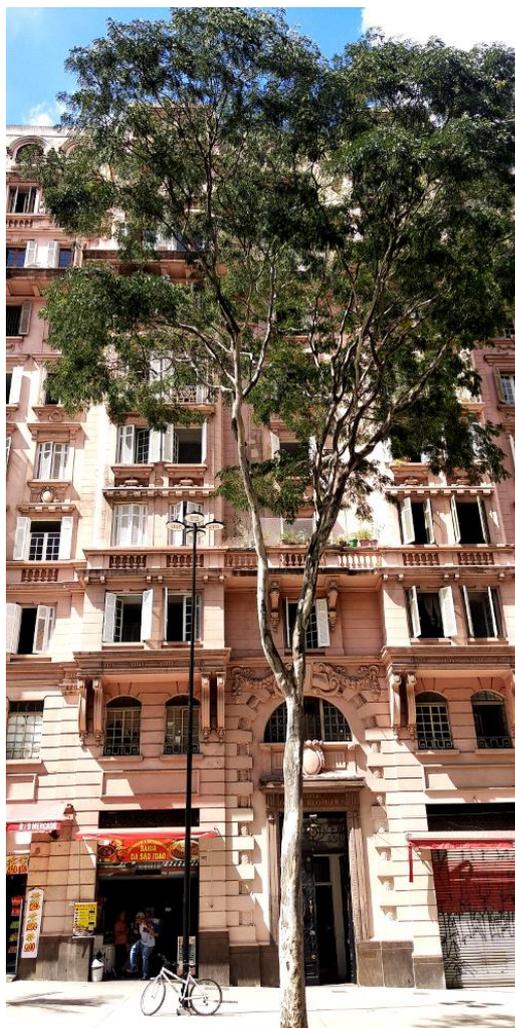
Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da fachada nas cores bege e bege escuro do Theatro Municipal. O teto é ornamentado com diversas esculturas pretas com formas humanas em posições variadas. Abaixo, está escrito em cor bege escura as palavras MUSICA, THEATRO MUNICIPAL e DRAMA. Há grandes janelas com arcos acima das portas de entrada, também grandes e com arcos. O acesso da calçada às entradas é feito por uma escadaria que ocupa a extensão inteira da entrada. Há um gradil de metal provisório que impede o acesso às portas. Há dois banners vermelhos pendurados na fachada. Pessoas caminham ao redor do teatro e algumas estão sentadas nas escadas.

União Nacional dos Deficientes Físicos

Endereço: Av. São João, 324

As informações a respeito da União Nacional dos Deficientes Físicos (Unadef) são escassas. De acordo com o seu site institucional, a entidade foi fundada por pessoas com deficiência em 1980 como uma entidade filantrópica sem fins lucrativos. Não há mais informações a seu respeito. Durante a pesquisa de mestrado Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência foi identificado que, assim como a Sociedade de Deficientes Visuais do Brasil (Sodevibra) e a Associação Brasileira dos Deficientes Físicos (Abradef), a Unadef foi fundada por ambulantes para assegurar seus direitos. Também não dispomos de informações sobre o que, em 2021, funciona no espaço ocupado pela instituição na década de 1980.

Imagem 2.39 Fachada do prédio da antiga sede da União Nacional dos Deficientes Físicos



Fonte: Própria autora

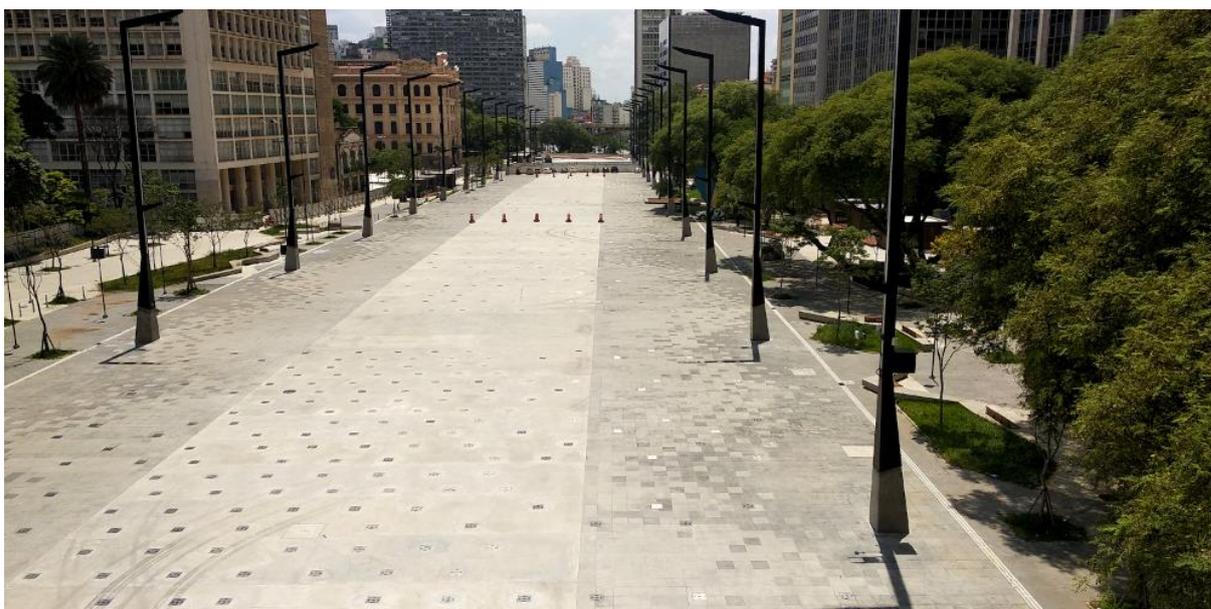
Breve descrição da imagem: Fotografia colorida da entrada de um edifício de oito andares pintado na cor salmão. Há uma grande árvore em primeiro plano cuja folhagem cobre parcialmente os andares superiores. O andar térreo possui alguns comércios e, no centro, uma porta comprida. No primeiro andar, as janelas possuem arcos nas extremidades superior. Nos demais andares, as janelas são quadradas.

Vale do Anhangabaú

Endereço: Vale do Anhangabaú, Centro, São Paulo

A história do Vale do Anhangabaú remonta o projeto de canalização de parte das margens do Rio Tamanduateí, obra concluída em 1904. Entre 1910 e 1922, o espaço foi remodelado, período que ganhou uma fonte e um conjunto de esculturas. Sua relação com o Movimento Social das Pessoas com Deficiência se dá a partir da lembrança de alguns militantes que descreveram o espaço como palco de manifestações. O Vale também foi um local ocupado por vendedores ambulantes com deficiência, uma vez que a legislação da época reservava espaços da área central da cidade para aqueles que “possuíam graves deficiências”. Como existiam poucas empresas dispostas a contratar pessoas com deficiência, muitos viam no trabalho informal de ambulantes a única forma de conseguirem renda para sobreviverem.

Imagem 2.40 Vale do Anhangabaú



Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: Fotografia colorida do Vale do Anhangabaú, uma larga e comprida área aberta com chão de azulejos de pedra em diversas tonalidades da cor cinza. Nas laterais há postes de iluminação, árvores altas com folhagem espessa e alguns bancos. Ao redor da área, há edifícios de tamanhos e cores variadas.

**

Nesse capítulo buscamos apresentar os lugares de memória identificados na Cidade de São Paulo utilizando como pano de fundo a narrativa histórica construída no primeiro capítulo que retrata a situação das pessoas com deficiência. No começo, apontamos o papel da memória no conjunto social através de sua importância simbólica para a manutenção de tradições relevantes, ou seja, a memória como parte construtiva do todo social. Através do conceito de lugares de memória de Nora, indicamos que os lugares também são constitutivos da vida social e esta característica se dá em vários sentidos: eles podem ser espaços de maior ou de menor interação social, de maior ou menor integração social, eles podem ser depósitos da memória, eles podem ter significado político, eles podem remeter à cultura, eles podem estar encarnados em eventos relevantes. Em outras palavras, os lugares participam das minúcias cotidianas da vida social e participam dos eventos. Cotidiano e eventual são duas dimensões da vida social nas cidades e a trama de ambos estão incorporadas nos lugares. O espaço não é inerte, ele é ativo.

A lista de lugares de memória desenvolvida nesse capítulo pode ser organizada em diferentes categorias que permitem compreender as relações do espaço e do movimento. Existem os lugares ligados ao cotidiano, ou seja, são lugares de associações que se pretendem mais duráveis, que pretendem atuar para a integração da pessoa com deficiência na vida social da cidade, no mercado de trabalho etc. São eles: Associação Brasileira dos Deficientes Físicos (Abradef), Associação de Integração do Deficiente, Associação dos Surdos de São Paulo, Centro de Desenvolvimento de Recursos para Integração Social, Clube dos Paraplégicos de São Paulo, Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes (FCD), Movimento pelo Direito das Pessoas com Deficiência, Núcleo de

Integração de Deficientes (NID), Sociedade de Deficientes Visuais do Brasil e União Nacional dos Deficientes Físicos.

Existem, ainda, os lugares ocupados por instituições mais duráveis voltadas para cuidados e educação. Essas associações faziam-se “duráveis” em função da indiferença social e da ausência de políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência. Não eram, portanto, efêmeras e representavam tentativas profundas de organização das pessoas com deficiência para integrá-las à sociedade. São elas: Fundação para o Livro do Cego no Brasil e Lar Escola São Francisco.

Outra categoria de lugares são aqueles relacionados ao capital cultural que incorporou a acessibilidade. Podemos considerar esses espaços como aqueles que incorporaram um dado reconhecimento social da pessoa com deficiência. São eles: Centro Cultural São Paulo, Centro Social Mário França de Azevedo (hoje: Sesc do Carmo), Faculdade Paulista de Serviço Social, Fundação para o Livro do Cego no Brasil, Instituto Colmeia, Museu de Arte Sacra, Museu Lasar Segall e Sesc Consolação.

Existem os lugares de memória ligados aos eventos. Nestes espaços, a memória está relacionada às ações do movimento canalizadas para se condensarem em um tempo, para causarem impacto, para “serem memoráveis”. Tratava-se de espaços públicos impregnados historicamente por vários eventos relevantes na vida social e essa memória histórica se combina com a memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência. São eles: Câmara Municipal de São Paulo, Centro Escoteiro Jaraguá, Departamento de Educação Física, Estação Sé do Metrô, Estação Vergueiro do Metrô, Pavilhão do Anhembi, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Praça da Sé, Praça da Sé, Theatro Municipal e Vale do Anhangabaú.

Por fim, existem os lugares que são eventuais, que sediaram encontros e que possuem a força simbólica de ser uma arena pública. São eles: Colégio Anchieta, Faculdades Metropolitanas Unidas de Santo Amaro, Faculdade Paulista de Serviço Social, Igreja Santa Marina, Museu Lasar Segall, Novotel e Paróquia São Luís Gonzaga / Colégio São Luís.

Ao longo desse capítulo, salientamos que foi a precária situação na qual a pessoa com deficiência era relegada que motivou o surgimento do Movimento das Pessoas com Deficiência em São Paulo. Nesse sentido, a falta de emprego motivou a atuação de entidades como a Abradef e a AIDE, sendo a primeira ligada aos ambulantes da cidade e a segunda intermediando contratos como o observado no caso do 1º Salão do Automóvel Antigo de São Paulo. Da mesma forma, a falta de acesso a condições justas para prestar o vestibular da PUC de São Paulo levou o surgimento do NID, isso sem falar nas instituições sem fins lucrativos que prestavam a única assistência disponível para a maior parte das pessoas com deficiência no país. Esses fatores de exclusão, frequentemente elucidados ao longo do texto, levaram diversas pessoas com deficiência à luta política que, posteriormente, pressionou o poder público a criar uma legislação adequada que responsabilizasse o Estado pela situação da pessoa com deficiência. Conforme salientamos no primeiro capítulo, a falta de acessibilidade na cidade (sua baixa urbanidade) somada a políticas precárias de inclusão, formaram o movimento político das pessoas com deficiência que, por sua vez, pressionavam por transformações sociais. É impossível conceber uma São Paulo minimamente acessível sem o movimento, da mesma forma que é impossível conceber o movimento em uma cidade que não tivesse problemas de acessibilidade a serem enfrentados. No próximo capítulo, buscaremos retratar, a partir dos relatos de alguns militantes e da

documentação do Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência (Cedipod) como esse movimento foi efetivamente consumado em algumas ações voltadas à pessoa com deficiência.

Quadro Síntese do Capítulo 2

Lugares de memória são espaços que representam acontecimentos que foram socialmente importantes. Relembrá-los é uma forma de garantir que esses acontecimentos fiquem vivos na memória coletiva. Isso permite que grupos minoritários tenham sua importância e seu protagonismo social assegurados, permitindo uma sociedade mais justa e igualitária. Os lugares e memória que localizamos ao longo da nossa pesquisa podem ser agrupados conforme o quadro abaixo:

Agrupamento (categoria)	Descrição (explicação)	Lugares
Lugares ligados ao cotidiano.	Lugares de associações mais duráveis, que atuam para a integração da pessoa com deficiência na vida social da cidade, no mercado de trabalho etc.	Associação Brasileira dos Deficientes Físicos (Abradef), Associação de Integração do Deficiente, Associação dos Surdos de São Paulo, Centro de Desenvolvimento de Recursos para Integração Social, Clube dos Paraplégicos de São Paulo, Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes (FCD), Movimento pelo Direito das Pessoas com Deficiência, Núcleo de Integração de Deficientes (NID), Sociedade de

		Deficientes Visuais do Brasil e União Nacional dos Deficientes Físicos.
Lugares ocupados por instituições mais duráveis voltadas para cuidados e educação.	São lugares que representavam tentativas profundas de organização das pessoas com deficiência para integrá-las à sociedade.	Fundação para o Livro do Cego no Brasil e Lar Escola São Francisco.
Lugares relacionados ao capital cultural que incorporou a acessibilidade.	Espaços que incorporaram um dado reconhecimento social da pessoa com deficiência.	Centro Cultural São Paulo, Centro Social Mário França de Azevedo (hoje: Sesc do Carmo), Faculdade Paulista de Serviço Social, Fundação para o Livro do Cego no Brasil, Instituto Colmeia, Museu de Arte Sacra, Museu Lasar Segall e Sesc Consolação.
Lugares de memória ligados aos eventos.	Nestes espaços, a memória está relacionada às ações do movimento para causarem impacto social, ou seja, para “serem memoráveis”. Eram espaços públicos que foram palcos de vários eventos relevantes na vida social.	Câmara Municipal de São Paulo, Centro Escoteiro Jaraguá, Departamento de Educação Física, Estação Sé do Metrô, Estação Vergueiro do Metrô, Pavilhão do Anhembi, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Praça da Sé, Praça da Sé, Theatro Municipal e Vale do Anhangabaú.
Lugares eventuais.	Lugares que sediaram encontros e que possuem a força	Colégio Anchieta, Faculdades Metropolitanas Unidas

	simbólica de ser uma arena pública.	de Santo Amaro, Faculdade Paulista de Serviço Social, Igreja Santa Marina, Museu Lasar Segall, Novotel e Paróquia São Luís Gonzaga / Colégio São Luís.
--	-------------------------------------	--

3 Capítulo 3 – No interior dos Lugares de Memória: articulações e lutas do Movimento Social das Pessoas com Deficiência

Nos capítulos anteriores discutimos a conjuntura histórica que propiciou o surgimento do Movimento Social das Pessoas com Deficiência e alguns dos espaços onde se desenvolveram diferentes articulações em prol da conquista de direitos humanos básicos. O objetivo deste capítulo é adentrar alguns desses espaços e discutir as maneiras como entidades ligadas ao Movimento Social operavam para atingir os seus objetivos.

A documentação primária para a análise do capítulo foi retirada do acervo físico do antigo Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência (Cedipod), atualmente denominado de Cedipod Rui Bianchi do Nascimento. O Centro foi fundado em 1990 por iniciativa de Elza Ambrósio e de seu marido Rui Bianchi do Nascimento, falecido em 2001. Tratava-se, inicialmente, de um “banco de dados na internet com a legislação federal, estadual e municipal, as leis orgânicas e os documentos internacionais traduzidos” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 190).

Para esta pesquisa, foram levantadas cerca de quinhentas páginas de documentos datados de 1978 a 1981, cuja maioria pertenceu ao Movimento pelos Direitos da Pessoa Deficiente (MDPD). Esse acervo variava de cartas enviadas e recebidas pelo MDPD até projetos de leis assinados pelo deputado federal Thales Ramalho. A partir da análise desta documentação e de seu cruzamento com depoimentos, entrevistas, atas do Congresso Nacional e bibliografia especializada, foi possível compreender algumas das estratégias de atuação do Movimento Social das Pessoas com Deficiência.

Foram colhidos, pela autora desta dissertação, dez depoimentos de militantes com deficiências variadas que atuaram diretamente ou indiretamente no movimento na cidade de São Paulo. A maneira que o registro do depoimento se deu variou de acordo com o combinado

previamente com o militante. Alguns depoimentos foram realizados por telefone, outros enviados por escrito por meio de e-mails. Todos encontram-se no Apêndice I desta dissertação. Devido à pandemia de Sars-Cov2 de 2020 e 2021, que obrigou a população mundial a adotar protocolos de isolamento social, nenhum depoimento foi coletado presencialmente.

Também foram utilizadas as entrevistas concedidas por diversos participantes do Movimento Social ao Projeto Memórias, do antigo Memorial da Inclusão: os Caminhos da Pessoa com Deficiência (hoje Museu da Inclusão), disponíveis na plataforma online Youtube²¹².

Existem alguns livros e trabalhos acadêmicos publicados sobre o assunto, como Crespo (2010), Lanna Júnior (2010) e Crespo *et al.* (2011). Essa bibliografia, fortemente apoiada em entrevistas com atores sociais da época, apresenta algumas transcrições integrais de entrevistas que podem ser compreendidas e analisadas à luz da história oral. Dessa forma, propomos utilizá-las para compreender contextos outros que não foram necessariamente trabalhados nas obras em que foram publicadas.

Este capítulo será dividido em cinco seções. Na maioria delas estabeleceremos paralelos entre o Movimento Social das Pessoas com Deficiência e outros movimentos pela luta de minorias, como o movimento negro e o movimento LGBTQIA+. Como esses movimentos são mais debatidos nos âmbitos acadêmicos e sociais, acreditamos que as relações que propomos ao longo deste trabalho contribui para pensarmos na luta das pessoas com deficiência com parâmetros que não estão presentes na maioria das publicações consultadas para este trabalho.

Na primeira seção, faremos uma breve análise bibliográfica acerca da história oral e apontaremos sua relevância, explicitando aspectos de

²¹² MUSEU DA INCLUSÃO, 2016.

seu método. Na segunda, falaremos da articulação das entidades do Movimento Social das Pessoas com Deficiência com as pessoas com deficiência. Abordaremos as formas como o Movimento prestava suportes como, por exemplo, assistência jurídica para aquelas que tiveram seus direitos negados pelo Estado ou pela iniciativa privada. Também discutiremos as formas de socialização e integração entre aqueles que compunham os grupos, como a realização de churrascos e acampamentos. Na seção seguinte, continuando o debate iniciado na anterior, discutiremos as dinâmicas e interações entre as diferentes entidades que formavam o Movimento Social das Pessoas com Deficiência.

Na quarta seção, discutiremos como o movimento se relacionava com algumas instituições privadas, seja através do convite para palestras, seminários ou mesas-redondas, seja através da solicitação de doações que viabilizariam a realização dos eventos propostos pelas entidades ligadas à causa.

Por fim, na última seção, discutiremos as atuações do movimento junto com a política institucionalizada. Falaremos das ideias que transpassavam os eventos realizados pelo movimento, suas articulações com deputados como Thales Ramalho e os mecanismos de pressão política desenvolvidas pelos militantes.

3.1 História oral

Desde o primeiro capítulo utilizamos pequenos enxertos de narrativas de militantes do Movimento Social das Pessoas com Deficiência para melhor contextualizar o período de 1978 a 1981, que identificamos como o momento de transformação acentuada nas maneiras como as pessoas com deficiência se inseriam na sociedade.

No segundo capítulo discutimos a importância da memória para a escrita de uma história diferente daquela que, institucionalmente, foi consolidada, dando assim voz a minorias que, outrora, eram silenciadas. Em nossa pesquisa, a memória, enquanto narrativa, foi fundamental para a construção de um panorama a respeito do espaço que influenciou e foi palco para essas transformações. No entanto, um trabalho científico, como se propõe uma dissertação de mestrado, precisa encontrar formas metodologicamente fundamentadas para dar coesão às narrativas fragmentadas produzidas pela memória e transformá-las em uma história estruturada. Daí a importância da história oral para o nosso trabalho.

No ciclo de palestras “Trabalho, Memórias, Movimentos”, realizado em maio de 2018 no Colégio Brasileiro de Altos Estudos, a historiadora e antropóloga Verena Alberti relacionou a história oral com o ativismo. Ao dar voz para indivíduos historicamente marginalizados, o pesquisador comprometido com a história oral cria canais alternativos de falas outrora silenciadas, contribuindo, assim, para a consolidação de uma democracia pautada nos direitos humanos²¹³. O historiador José Carlos Sebe B. Meihy, em palestra proferida em 2018 para o Sesc Memórias, aponta, ainda, a responsabilidade cívica que perpassa a atividade de “aprender a trabalhar junto”, tendo em vista que a tarefa de coleta de um depoimento para um trabalho de história oral é sempre uma tarefa dialógica, uma troca entre entrevistador e entrevistado²¹⁴. Além disso, para Alberti, a relação com o objeto de estudo modifica e transforma o próprio pesquisador. As entrevistas transformam, impregnam os indivíduos e os auxiliam na pesquisa enquanto acompanham a complexidade da experiência. Para a autora, além do ativismo convencional, no sentido de transformação do

²¹³ ALBERTI, 2018.

²¹⁴ MEIHY, 2018.

mundo externo a partir da vontade pessoal, a história oral possibilita um ativismo às avessas: a partir do momento em que o pensamento do pesquisador é modificado pelo novo conhecimento com o qual ele tem contato através do relato, é o próprio pesquisador que se conscientiza.

Vale ressaltar que, nas ciências humanas em geral, a interação entre pesquisador e fontes de pesquisa (seja através de entrevistas ou mesmo de documentos) é a regra. A entrevista é uma técnica entre outras que possibilita a busca por informações. Neste sentido, a história oral obtida por meio desta técnica, possibilita um contato específico e, de certa forma, privilegiado com o objeto de estudo, porém não é a única maneira de realizarmos uma pesquisa.

Meihy considera a história oral um recurso moderno, inaugurado depois da Segunda Guerra Mundial, possibilitado pelo avanço da tecnologia, como por exemplo, o uso de gravadores. Esse método é muito utilizado para validar experiências de vida que possuem pouco ou nenhum registro documental escrito. De acordo com Alberti,

Acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade e a da história oral como um todo decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (ALBERTI, 1991, p. 5).

Para Brioschi e Trigo (1987), a experiência narrada é o objeto de estudo, e não o narrador em si, como pode parecer à primeira vista (*idem*, p. 69). Para Meihy, existem quatro gêneros principais da História Oral, a vida, a temática, a tradição oral e a testemunhal:

A história oral de vida tem cunho evocativo dos fatos e momentos memoráveis de colaboradores que se dispõem a contar suas trajetórias a partir de diálogos pontuados por aspectos subjetivos e, neste caso, a entrevista deve ser aberta e dialógica na plenitude possível. A história oral temática se

prende a determinado enredo ou fio condutor e, a fim de responder aos temas propostos, abriga a possibilidade de roteiro que podem ser indutivos ou dedutivos. A tradição oral é feita por meio de participação direta e vivência intensa em determinada situação e, neste caso, as entrevistas devem culminar nos processos de interação; trata-se, pois, muito mais de reflexões sobre tradição e memória coletiva. A história oral testemunhal cuida de situações traumáticas onde a experiência pessoal dos colaboradores é atestado das marcas deixadas pelos eventos (ter passado por campos de concentração, por exemplo) (MARIANO, 2020, p. 219).

Em nossa pesquisa, utilizamos o gênero História Temática, tendo em vista que nosso foco maior de interesse é a experiência de alguns militantes do Movimento Social das Pessoas com Deficiência. Foi justamente a partir dos depoimentos colhidos que conseguimos identificar diversos Lugares de Memória que resultaram neste trabalho de pesquisa.

Entretanto, alguns pesquisadores questionam o uso da História Oral, alegando a subjetividade da narrativa baseada em memórias. Sobre esse posicionamento, Alberti afirma que a história oral não induz a mais erros que as demais fontes documentais e históricas e, portanto, é uma fonte legítima para a produção historiográfica. A autora cita que uma correspondência, por exemplo, pode conter distorções factuais, da mesma forma que um relato oral e conclui:

A diferença básica é que, enquanto no primeiro caso a ideologia se cristaliza em um momento qualquer do passado, na história oral a versão representa a ideologia em movimento e tem a particularidade, não necessariamente negativa, de "reconstruir" e totalizar, reinterpretar o fato. A história oral tem também o mérito singular de introduzir o pesquisador na construção da versão, o que significa introjetar no documento produzido o controle sistemático da produção da própria fonte (ALBERTI, 2013, p. 13–14).

Em outras palavras, a diferença básica entre um relato de história oral e um documento textual é o momento em que a ideologia perpassa a fonte: em um documento escrito, é preciso levar em conta o momento em que foi produzido, pois não existe produção humana isenta de valores

subjetivos. No relato oral, esse tipo de problematização precisa ser feito quando a entrevista é colhida. Em ambos os casos, os dados obtidos não podem ser tomados pelo seu valor de fala e precisam ser analisados com rigor metodológico. Em muitos casos, não é a “verdade” o objeto da história oral, e sim a experiência. De acordo com E. P. Thompson, o entrevistador tira do entrevistado a posição de dono do saber, obrigando-o a trabalhar uma escuta sensível. Nessa perspectiva, para o autor, um depoimento dado para um trabalho de história oral temática dispensa o confronto do narrado com o documento escrito. Nesse caso, o pesquisador deve estar aberto para trabalhar com as informações recebida (THOMPSON, 1998, p. 254).

Para Ecléa Bosi, através da história oral, é possível usar memórias como mediadoras de pessoas e épocas através do evento do diálogo, da fala e da exteriorização. A autora chega a considerar que a memória é o “intermediário informal da cultura” (BOSI, 1994, p. 15).

Embora possa parecer que essa metodologia seja simples, tendo em vista que é baseada na coleta e na narrativa de memórias, o uso da história oral suscita uma série de problemas. Primeiramente, os depoimentos dados pelos agentes históricos são imprevisíveis. O pesquisador não deve controlar os rumos do que lhe é contado; dele, espera-se disposição e habilidade de escuta. É muito comum, também, que as afirmativas realizadas pelos entrevistados precisem ser relativizadas; ou que ocorra o uso de termos totalizantes, como “todo mundo”, “ninguém” etc. Outra característica específica da história oral é o cuidado para com a memória. Conforme as discussões realizadas no capítulo 2, compreende-se que a memória é seletiva e que os depoimentos podem mudar no decorrer do tempo. Muitas vezes, os entrevistados falam aquilo que imaginam que o entrevistador espera que eles falem, criando algumas distorções (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 89).

Em todos esses casos, sem as contribuições conceituais da história oral, um trabalho baseado em relatos de vida e experiências pode ficar comprometido.

O uso dessa metodologia torna-se frequente por conta da proliferação das tecnologias multimídia e das possibilidades de registro em audiovisual de relatos e experiências a partir da segunda metade do século XX. Ainda existem muitas histórias a serem contadas, desde que seus atores possam narrá-las. Muitas culturas tradicionais, bem como agrupamentos periféricos que não fazem uso constante da escrita podem se sentir representados através de trabalhos que utilizam a história oral.

No caso das pessoas com deficiência no final dos anos 1970 e 1980, são poucos os documentos escritos legados. Não por acaso, a maioria das produções bibliográficas que versam sobre o assunto é majoritariamente apoiada em relatos orais, tomados muitas vezes pelo seu valor de face, sem necessariamente cruzá-los com outras histórias ou experiências.

Um exemplo emblemático é o de Helena Bandeira de Figueiredo, professora nomeada como presidente da Comissão Nacional do AIPD. Em um dos depoimentos que coletamos, o entrevistado afirmou que Helena era esposa do então presidente João Baptista Figueiredo. A imprensa da época chegou a noticiar que Helena era irmã do presidente da República. Nenhuma das informações está correta, porém o suposto parentesco de ambos aparece não apenas nas entrevistas, mas também em trabalhos acadêmicos que versam sobre o assunto. É justamente por razões como essa que a metodologia da história oral é relevante.

Ao longo deste trabalho, optamos por relacionar, quando possível, fontes da história oral com fontes documentais escritas. Acreditamos que, dessa forma, existe uma complementariedade das informações por nós abordadas.

Por fim, salientamos o caráter ativista da história oral como um traço importante que perpassa nossa pesquisa. Em diversos momentos afirmamos que houve pouca exploração ou mesmo a invisibilidade do Movimento Social das Pessoas com Deficiência em produções acadêmicas. Consideramos nosso trabalho não apenas um levantamento dos Lugares de Memória e da atuação do movimento, mas também uma maneira de chamar a atenção para essa luta que, embora pouco comentada, ainda continua.

3.2 Articulações entre as pessoas com deficiência

Recentemente, observamos um crescimento do discurso contrário às medidas afirmativas reivindicadas por diversos grupos simbolicamente minoritários, em especial os negros, os feministas e os LGBTQIA+. Comentários a respeito de ideias do senso comum como “racismo reverso”, preconceito contra heterossexuais ou “ódio aos homens” como um posicionamento feminista ganham espaço principalmente em redes sociais especialmente como reação à publicização de pautas relacionadas à conquista de direitos humanos. Essa espécie de “equiparação” pela “discriminação” entre pessoas estandardizadas (homens brancos cis) e grupos minoritários também esteve presente em alguns discursos com relação à mobilização das pessoas com deficiência no final dos anos 1970.

Neste caso, não havia consenso entre as entidades que compunham o Movimento Social das Pessoas com Deficiência a respeito da participação ou não de pessoas sem deficiência nas instâncias decisórias. Por exemplo, a AIDE estabelecia em seu estatuto que a Diretoria da entidade seria composta por, no mínimo, dois terços de

pessoas com deficiência²¹⁵. Já no 1º Encontro Nacional de Pessoas Deficientes, ocorrido em Brasília entre os dias 22 e 25 de outubro de 1980, as pessoas sem deficiência não puderam participar do processo decisório, atitude contestada fortemente pelo Núcleo de Integração de Deficientes (NID). De acordo com Lanna Júnior, o NID se norteava pela filosofia de integração. Assim como não interessava ao NID a segregação das pessoas com deficiência em escolas, cinemas, ônibus ou vagas de empregos, a não participação plena na tomada de decisão por parte de pessoas sem deficiência não fazia sentido para o grupo. Dessa forma, para Lanna Júnior, o NID “apresentava uma crítica e um discurso avançado, em que os direitos das pessoas com deficiência estavam vinculados a uma luta de ‘todos para todos’, numa perspectiva de direitos humanos, que só vem a ser alcançada no final do século XX” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 41–42).

Acreditamos que a visão de Lanna Júnior sobre o “discurso avançado” que identificava na causa das pessoas com deficiência uma luta de “todos para todos” precisa ser relativizada. É evidente que qualquer militância ligada à conquista de direitos humanos precisa ser uma luta de todos para todos. Mas acreditamos que a tomada de decisão, principalmente neste período e em relação a pessoa com deficiência, precisa ser compreendida de outra maneira. Conforme discutimos no capítulo 1, as (poucas) políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência foram conduzidas, em sua maioria, por pessoas sem deficiência e sem levar em conta as necessidades e reivindicações do Movimento Social. Como resultado, muitas delas eram insuficientes ou claramente não atenderiam ao próprio público com deficiência, como por

²¹⁵ ESTATUTOS: AIDE - ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO DOS DEFICIENTES, 1979, p. 3.

exemplo a linha exclusiva de ônibus que levou três meses para ter carros adaptados e acessíveis.

Em segundo lugar, conforme discutido em Lanna Júnior, já existiam entidades que prestavam assistência às pessoas com deficiência e que eram geridas por pessoas sem deficiência, como as Apaes, a AACD, o Lar Escola São Francisco, entre outros. Um dos diferenciais das entidades que compuseram o Movimento Social das Pessoas com Deficiência estava no fato da liderança ser de pessoas com deficiência²¹⁶. Seria natural, portanto, que no interior do Movimento se priorizasse as decisões tomadas por pessoas com deficiência. Consideramos esse processo importante, pois a documentação consultada permite assumir que os estudos teóricos sobre a deficiência no final dos anos 1970 e 1980, tinham, ainda, pouca penetração na sociedade brasileira, mesmo nas discussões empreendidas dentro do Movimento Social das Pessoa com Deficiência. As necessidades de transformações que balizavam as discussões eram muito apoiadas nas experiências pessoais, o que tornava fundamental uma “vivência na exclusão” para se saber, de fato, os caminhos pelos quais a militância deveria seguir.

Daí a importância, inclusive, da junção da teoria com a prática em qualquer movimento social ativista. A experiência é circunscrita, mas apoia a construção de uma teoria mais abrangente e, portanto, capaz de orientar a prática. Há um movimento dialético entre teoria e prática passível de sustentar transformações.

A “vivência na exclusão” produz o que Donna Haraway (1995) chamou de “saber localizado”. Conforme discutimos na introdução, para

²¹⁶ Vale ressaltar que a liderança não é a única diferença entre entidades como Apae e AACD e as entidades que compuseram o Movimento Social das Pessoas com Deficiência. A natureza destas organizações era bastante distinta, tendo em vista que o movimento não se limitava a prestar serviços de assistência, uma vez que seu principal objetivo era a luta e a organização política.

a autora, o conhecimento não é um dado universal e sim fruto da relação do indivíduo com o meio. A relevância do chamado “lugar de fala” em um debate advém justamente da percepção dessa relação²¹⁷.

Sem esse saber e sem uma teoria que permita a apreensão da exclusão em diversas dimensões, como considerar que uma pessoa sem deficiência tenha o mesmo peso decisório de uma pessoa com deficiência no tocante a políticas de inclusão? Mesmo porque, por vezes, as pessoas com deficiência e seus familiares eram os únicos interessados nestas questões...

Em terceiro lugar, podemos relacionar a ideia de “exclusão da pessoa sem deficiência” com os debates a respeito da (não) existência do “racismo reverso”, em voga desde, pelo menos, 2018 e discutida, entre outros autores, por Pfeil e Gonzales (2019). Estudos como o de Nobre *et. al* (2018) ajudam a perceber como as pessoas com deficiência são taxadas como aquelas que buscam “condições especiais” em mercado de trabalho através de cotas, ou ainda como pessoas com deficiência são tratadas de maneira pejorativa em espaços *online*.

Esses autores chamaram de *corpos inconformes* aqueles que saem de uma standardização dos corpos cisgêneros, heterossexuais e brancos (PFEIL; GONZALEZ, 2019, p. 3) e defendem a criação de estratégias para a reinvenção de um ambiente que não seja agressivo para estes corpos, possibilitando assim a criação de um “território mais acolhedor a outras pessoas LGBTIs e pessoas negras que desejem caminhar por esse mesmo lugar” (*idem*).

²¹⁷ Alguns autores que pensam epistemologicamente a respeito das ciências argumentarão que existe uma dimensão do conhecimento que está além das relações do indivíduo com o meio. Sem entrar no mérito da discussão epistemológica das ciências, indicamos que a aproximação entre “lugar de fala” e “saber localizado” é fundamental para dar subsídios aos debates realizados no período a respeito da pessoa com deficiência na sociedade, tendo em vista que, nos anos 1970 e 1980, pouco se pensava cientificamente a respeito da pessoa com deficiência no Brasil.

Indiscutivelmente o racismo é uma das formas de manifestação de preconceito. Neste sentido, casos contemporâneos sobre o racismo ajudam a compreender a inexistência de um território acolhedor para os negros e, conseqüentemente, compreendemos como a espacialidade interfere nas vivências de grupos minoritários. É sabido que, hoje, jovens negros e pardos com baixa escolaridade são os que mais morrem de forma violenta no país (em 2018, o grupo representou 71,5% daqueles que foram assassinados) (ENFRENTANDO O GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA / PLATAFORMA POLÍTICA, [s.d.]). Podemos citar, ainda, o caso de João Beto, homem negro espancado até a morte no Rio Grande do Sul por dois seguranças de uma grande rede de supermercados (HOMEM NEGRO É ESPANCADO ATÉ A MORTE EM SUPERMERCADO DO GRUPO CARREFOUR EM PORTO ALEGRE | RIO GRANDE DO SUL | G1, 2020). Como considerar uma sociedade que observa cotidianamente casos de racismo como esses um “território acolhedor”, ou, como chamamos no capítulo 1, uma sociedade que permite amplas espacialidades? Será que é possível supor que um grupo que não vivencia cotidianamente estas situações possui condições para compreendê-las criticamente em momentos em que informações circulam em menor ritmo, como era os anos 1970 e 1980 em relação à pessoa com deficiência?

Em outras palavras, como considerar que uma pessoa sem deficiência tenha a mesma consciência de uma pessoa com deficiência, principalmente em um momento em que pouco se falava sobre o assunto? Ainda hoje, quarenta anos depois da militância aqui analisada, observamos situações em que medidas de acessibilidade claramente não atendem às pessoas com deficiência. Convidamos o leitor a observar em suas andanças pela cidade, quantos pisos táteis, por exemplo, terminam em postes ou árvores.

Embora certamente imbuído de boa vontade, quando Lanna Júnior considera o discurso do NID como “avançado” por não marcar as diferenças entre pessoas com e sem deficiência, o autor, na prática, desconsidera as especificidades das vivências das pessoas com deficiência, fazendo referência a uma igualdade que, embora de direito, na prática é uma ilusão. Embora a equidade seja sem sombra de dúvidas um ideal a ser alcançado, igualar a experiência das pessoas com deficiência com a experiência das pessoas sem deficiência é negligenciar algumas dimensões das estruturas discriminatórias existentes, estruturas essas responsáveis pela imposição de barreiras sociais a uma vida plena por parte das pessoas com deficiência.

Obviamente não significa endossar automaticamente qualquer opinião emitida por uma pessoa com deficiência só porque ela é uma pessoa com deficiência. Também não significa que qualquer ideia deva ser implementada unicamente devido à pessoa que a proferiu. Afirmamos, contudo, que sem a experiência oriunda do grupo de pessoas com deficiência, experiência esta que emerge principalmente a partir das discussões realizadas pelo Movimento Social, qualquer política desenvolvida sobre o assunto possuía grandes chances de fracassar (como, de fato, fracassou).

De maneira análoga, Pfeil e Gonzales, citando Djamila Ribeiro, afirmam que o “racismo se configura como um sistema de opressão sustentado por relações de poder estruturais, fundamentadas desde o período de colonização, reforçada pelo processo de colonialidade e modernidade e ainda atuantes” (PFEIL; GONZALEZ, 2019, p. 13). Em outras palavras, o racismo não é só uma prática de “uma pessoa” que, por qualquer motivo, é preconceituosa. O racismo é estrutural, faz parte das relações cotidianas e impregna esferas públicas e privadas. Nesta conjuntura de exclusão sistemática, pessoas não brancas simplesmente

não possuem o poder institucional para serem racistas. Basta levarmos em conta a pouquíssima presença de negros em cargos de chefia ou de tomada de decisões (GLOBO.COM, 2017).

Extrapolando essa leitura para as relações das pessoas com deficiência, podemos afirmar que “pessoas com deficiência não possuem o poder institucional para excluir ninguém”. Quais posições de tomada de decisão eram ocupadas por pessoas com deficiência para que fosse possível excluir as pessoas sem deficiência? Como é possível equiparar a “vivência de exclusão” da tomada de decisão em um congresso que pensa na realidade das pessoas com deficiência com a “vivência da exclusão” de alguém que não consegue sequer descer uma guia de calçada com segurança? Equiparar essas experiências é não apenas enganoso como temerário e diz mais respeito à luta de pessoas estandardizadas para manter privilégios do que a sobre o processo de exclusão em si. Aponta o “racismo reverso” aquele que, pela primeira vez, começa a se ver não mais como um protagonista social. Reclama de feministas que “odeiam homens” aqueles que, pela primeira vez, observam que perderam o poder sobre as mulheres.

Embora o preconceito contra pessoas com deficiência não desperte as paixões (e ódios) que são despertados pelo racismo, por exemplo, algumas posições são análogas. Desde o período aqui analisado existiam algumas políticas de cotas para pessoas com deficiência tanto na administração pública quanto em empresas de médio e grande porte. Durante nosso recorte cronológico, aparentemente esta legislação não era cumprida. O já referido estudo de Nobre *et. al* (2018) aponta hoje para insatisfações de pessoas sem deficiência por esta forma de “diferenciação” em relação ao mercado de trabalho ou o acesso ao ensino superior público (e o mesmo argumento é utilizado para desqualificar qualquer política de cota racial ou social). Há, também, uma infinidade de

termos depreciativos utilizados como xingamentos e que remetem a deficiências, todos endossando de maneira acrítica ideais capacitistas (como, por exemplo, “retardado”, “mongoloide” etc.). É muito improvável que observemos pessoas com deficiência sendo espancadas na rua, como aconteceu, por exemplo, no já citado caso de João Beto. Mas são vários os casos de pessoas com deficiência que são sexualmente abusadas justamente pela crença de que não poderão denunciar seu abusador ou que, se denunciarem, as vítimas não serão completamente dignas de credibilidade. O Atlas da Violência de 2018 mostrou que 10,3% dos casos de estupros apurados em 2016 tiveram pessoas com algum tipo de deficiência como vítimas (CANDIDO, 2018). Vale ressaltar que estes casos são apenas os casos reportados.

Existem, ainda, os casos de institucionalização forçada das pessoas com deficiência, como apresentamos no capítulo 1 a partir do exemplo da Divisão de Assistência e Recuperação Geral (DAR-2). Sem fornecer assistência ou possibilidade de inclusão para pessoas com deficiência pobres, muitas eram deixadas em institutos e esquecidas pela sociedade em geral.

As várias aproximações possíveis entre o preconceito enfrentado pelas pessoas com deficiência e os preconceitos sofridos pelas demais minorias sociais não devem apagar algumas especificidades. A grande quantidade de barreiras é sinal claro de discriminação à pessoa com deficiência. Mas o próprio olhar cristalizado socialmente para definir o grupo pode ser considerado uma forma de violência adicional: vistas com pena, dignas de caridade e esmolas, as pessoas com deficiência são tratadas, algumas vezes, como espécies de sub-humanos. Não por acaso foram vítimas de tentativas claras de extermínio em alguns momentos da história ocidental (da Grécia Antiga às políticas eugenistas no século XX).

Existem muitas formas de opressão, mas àquelas sofridas pelas pessoas com deficiência ainda possuem poucos estudos.

Conforme discutimos anteriormente, os argumentos sociais em geral foram estruturados para se adequarem a um determinado indivíduo definido por estereótipos racistas somados a uma pretensa normalidade biológica que seria responsável pelos parâmetros tidos como ideais para uma produtividade exigida pelo mercado de trabalho. Por estar em inconformidade com esse modelo de pessoa, as pessoas com deficiência são deixadas socialmente de lado, sendo obrigadas a enfrentar toda sorte de barreira sociais que só existem devido a suas necessidades não serem levadas em conta a nível social.

A partir deste preâmbulo, é possível compreender as razões pelas quais o Movimento Social era gerido quase que exclusivamente por pessoas com deficiência: tratava-se de um projeto de transformação, de certa forma até revolucionário para o período, que visava acabar com as desigualdades vivenciadas por aqueles que, na prática, sabiam o que é tentar se deslocar com autonomia por uma cidade que não pensava em suas especificidades. Tratava-se, por fim, de conquistar o protagonismo em uma sociedade excludente para assim diminuir as injustiças sociais constantemente sentidas e observadas pelo grupo. Assim, seria importante marcar as diferenças impostas socialmente entre pessoas com e sem deficiência para tentar conquistar condições de existência mais equitativas.

Dito isso, passamos para a análise e apresentação de algumas das entidades que operavam nos lugares de memória explorados no capítulo anterior.

A AIDE, que em 1981 estava localizada na Rua Raul Pompeia, 586, no bairro de Pompeia, na Cidade de São Paulo, tem o seu estatuto

publicado em 28 de novembro de 1979²¹⁸. Nele, é estabelecido que a entidade possui como objetivos gerais atividades educacionais, profissionais e de assistência. Tratava-se de uma pessoa jurídica sem fins lucrativos, isenta de impostos sobre patrimônio, renda e serviços. Também estava previsto que os sócios, quando necessário, poderiam ser assistidos de maneiras que não são especificadas no documento. Dentre os objetivos específicos, observa-se:

Promoverá anteprojetos e projetos destinados à legislação e regulamentação e decretos em geral, federais, estaduais e municipais e do Distrito Federal, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista em defesa dos interesses específicos desta coletividade.

(...)

Promoverá a educação em todos seus aspectos, visando o aperfeiçoamento da formação do deficiente e possibilitando com isso, sua melhor integração na sociedade.

(...)

A Associação procurará valorizar o conceito da capacidade, produtora desta categoria perante o público e os empresários em geral.

Entre outros objetivos, dessa associação, conta-se ainda:

a.) Assistência mútua e a defesa dos interesses comuns e dos direitos dos deficientes; b.) promoção e aperfeiçoamento da educação, saúde e integração familiar, social e profissional dessas pessoas, com orientação pedagógica e vocacional dos portadores de deficiência; c.) integrar o deficiente no mercado de trabalho, bem como orientar, fiscalizar e encaminhar o deficiente junto de empresas; d.) Subsidiariamente colaboração e participação em atividades para esses fins e outras conexões em conjugação com outras entidades nacionais estrangeiras ou internacionais afins, podendo a estar filiar-se e podendo, comparecer por seus representantes em reuniões, congressos, seminários e conferências sobre o tema²¹⁹.

²¹⁸ ESTATUTOS: AIDE - ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO DOS DEFICIENTES, 1979.

²¹⁹ *Idem*, p. 2-3.

No primeiro capítulo, exploramos a atuação da AIDE junto ao Salão do Automóvel Antigo no emprego de cerca de trinta e cinco pessoas com deficiência. A publicação periódica denominada “Boletim MDPD”, em seu segundo número do ano um, publicou um comunicado acerca da demissão das pessoas com deficiência, pontuando que a retirada total do grupo foi fruto de uma decisão coletiva motivada pela exigência, por parte da organização do Salão, de demissão de alguns indivíduos por falta de verbas²²⁰. Contudo, essa não é a única articulação empreendida pela AIDE visando empregar pessoas com deficiência.

Uma das atuações das entidades ligadas ao Movimento Social das Pessoas com Deficiência era a organização de eventos, seminários, palestras, mesas-redondas etc. para discussões de problemas e soluções ligadas às vivências das pessoas com deficiência. Alguns, foram gravados em fitas cassetes e, durante a pesquisa, localizamos algumas transcrições integrais. Na mesa-redonda sobre Mercado de Trabalho, realizada em 23/05/1981 no Colégio Anchieta, localizado na Rua Apinajés, 2033, no bairro do Sumaré, na cidade de São Paulo, Leila Barnaba Jorge, integrante do AIDE, afirmou que três ou quatro empresários ligavam por dia procurando ou oferecendo vagas para pessoas com deficiência²²¹.

²²⁰ MDPD, 1981.

²²¹ MESA REDONDA: MERCADO DE TRABALHO. TRANSCRIÇÃO MANUSCRITA POR LIA CRESPO., 1981, p. 84.

**Imagem 3.1 – Debates realizados no Colégio Anchietaum
(1979)**



Fonte: Acervo pessoal de Lia Crespo

Breve descrição da imagem: Fotografia retangular colorida de três pessoas em cadeiras de rodas e uma pessoa sentada em uma carteira escolar. À esquerda, um homem de pele clara, óculos e braços cruzados olha para a direita. Ao seu lado, uma mulher de cabelos curtos e pele clara olha para a direita. Seu cotovelo está encostado no braço de sua cadeira de rodas e sua mão fechada encontra-se em seu rosto. A sua direita, um homem de cabelos curtos e pele clara está sentado com um braço apoiado na cadeira na cadeira de rodas da mulher à sua direita. Essa mulher tem a pele clara, cabelos curtos e lê uma folha de papel.

Sobre o incidente com o Salão do Automático Antigo, Leila afirmou que acreditava que a AIDE tinha sido usada por Sylvio Cabello Campos, empresário responsável pela organização do evento. Ao longo de todo o processo de negociação, os termos mudaram muitas vezes. Inicialmente, o empresário solicitou 120 funcionários, depois 70 e, no final, 37. De qualquer forma, é evidente a atuação da AIDE enquanto intermediária entre empresas e pessoas com deficiência.

Enquanto a AIDE estava mais voltada para questões ligadas à assistência, educação, reabilitação e trabalho, o Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (MDPD), instituição que agregava diferentes entidades (a AIDE inclusive) possuía planos de trabalhos mais abrangentes, voltados sobretudo para a transformação social.

O documento “Plano de Trabalho” define como meta do MDPD:

1. Conscientização da sociedade (educação do público, palestras em escolas e outras áreas, publicações, matéria nos meios de comunicação de massa, etc.) a respeito da verdadeira imagem da pessoa deficiente como ser humano.
2. Defesa dos direitos da pessoa deficiente (por ações gerais, inclusive jurídicas).
3. Eliminação de barreiras ambientais (mediante divulgação, assessoria (sic), projeto, acompanhamento na implantação, etc).
4. Criação de uma política nacional que estabeleça padrões mínimos de qualidade e quantidade para os programas e serviços de educação e de reabilitação de pessoas deficientes, vbem (sic) como para os equipamentos e aparelhos auxiliares.
5. Atualização da legislação atinente à pessoa deficiente, em todos os aspectos que lhe dizem respeito, em especial nas áreas de trabalho e transportes.
6. Denúncia pública de casos de exploração e humilhação de pessoas deficientes (como exibições excêntricas em programas de televisão e outros).
7. Representatividade junto aos poderes constituídos para defender os interesses das pessoas deficientes na elaboração de programas que pretendam beneficiar toda a população.
8. Levantamento de áreas ou aspectos da vida comunitária onde determinados direitos continuam esquecidos (como aplicação de dinheiro público sem considerar as pessoas deficientes, logradouros públicos arquitetonicamente inacessíveis e outros).
9. Incentivo à formação de núcleos de pessoas deficientes em bairros e que seus direitos universais e constitucionais estão sendo violados, pessoas essas que, condicionadas a aceitar os comportamentos discriminatórios da família e da sociedade vse (sic) sentem agradecidas ao serem tratadas como seres inválidos²²².

²²² MOVIMENTO PELOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES, 1981, p. 1. Optamos por manter os erros de digitação do documento em respeito às pessoas que os datilografaram. Como as máquinas de escrever não possuíam recursos de acessibilidade, adotando, por exemplo, teclas com maiores espaçamentos, ou recursos semelhantes às atuais “colmeias” anexas aos modernos teclados convencionais, é natural que erros de digitação ocorressem.

Através da documentação e da bibliografia, é possível observar que efetivamente o MDPD atuava em todas as nove frentes estabelecidas pelo documento. Além dos já citados eventos para promoção pública de debates, o MDPD prestava assessoria jurídica em casos em que constatava injustiças sofridas pelas pessoas com deficiência. No primeiro capítulo, apresentamos o caso de Fernando Ferreira da Silva, morador de Araçoiaba da Serra, reprovado em um exame médico para trabalhar em uma agência dos Correios. Por meio do jornal Folha de São Paulo, o MDPD teve contato com o caso de Fernando e, no dia 25 de fevereiro de 1981, enviou uma carta à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos solicitando esclarecimentos sobre o caso. O documento foi assinado por Leila Barnaba Jorge, apresentando-se como advogada e indicando em sua assinatura, inclusive, o seu número de registro da Ordem dos Advogados do Brasil²²³.

No mesmo dia, outra carta é enviada, desta vez para Fernando Ferreira da Silva, através da Igreja Matriz de Araçoiaba da Serra, assinada agora por Cândido Pinto de Melo. No documento, Cândido apresentava o MDPD e prestava solidariedade em relação ao ocorrido, colocando à disposição de Fernando “apoio” e “possível assistência jurídica”. E conclui: “sinta-se à vontade para entrar em contato conosco, pois a sua luta é a de todos nós, conforme poderá verificar na Carta-Programa do Movimento Pelos Direitos das Pessoas Deficientes, inclusa nesta [carta]”²²⁴.

Tanto na carta aos Correios quanto na carta a Fernando, a Carta-Programa do MDPD encontrava-se em anexo. Era claramente

²²³ JORGE, 1981.

²²⁴ MELO, 1981a.

mecanismos para difusão do nome do Movimento, angariando visibilidade para a causa das pessoas com deficiência.

No dia 12 de março do mesmo ano, os Correios enviaram uma resposta afirmando que a “empresa possui em seu Quadro de Pessoal, e não é de hoje, vários servidores que apresentam deficiência física, mas aptos intelectualmente, e cujas limitação físicas não os impede de exercer as atividades de seus respectivos cargos”. A carta conclui afirmando que “nenhum deles entrou graciosamente na empresa, todos o fizeram por mérito próprio, o que para eles é motivo de orgulho” e, portanto, “não procede a acusação publicada na Folha de São Paulo²²⁵”.

É notável a semelhança da resposta dos Correios com a fala, infelizmente difundida na sociedade brasileira, de que “por ter um amigo negro” a pessoa acusada de racismo em uma discussão “não pode ser racista”. A diferença aqui é que os Correios não afirmam “ter um amigo negro” e sim “ter funcionários com deficiência”, e, conseqüentemente, não podem ser acusados de discriminar o grupo. Pelo fato de os Correios alegarem não serem preconceituosos, a exclusão de Fernando só poderia acontecer pela sua “falta de méritos” ou mesmo “incapacidade” para exercer a função. Como salientado por Matheus Téves para a Revista Bula,

É necessário ter em mente que o fato de se ter um parente ou um amigo negro não é desculpa capaz de apagar injúrias raciais deliberadamente praticadas. Em último caso, é de se pensar que seres humanos não são bichos de estimação e que, ao projetar seu ato falho em outra vida negra, mais uma vez na história o agressor estará colocando um corpo preto como escudo para a proteção da pele branca. Já superamos a sociedade arcaica escravagista em leis há muito tempo, mas parecemos permanecer presos a ela na mente e nas atitudes (TÉVES, 2019).

²²⁵ RODRIGUES, 1981.

De maneira análoga, simplesmente afirmar que a empresa “possui em seu quadro vários deficientes físicos” e que, portanto, a “acusação do Jornal Folha de São Paulo não procede” não apaga o fato de Fernando ter sido aprovado nos exames que atestariam sua aptidão ao trabalho e, contudo, ter sido reprovado no exame médico sem maiores explicações.

Além disso, a afirmação de que as pessoas com deficiência física contratadas são aptas intelectualmente para exercer as atividades para as quais foram contratadas, além do tom fortemente capacitista, mostra que, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, deficiência, mesmo a física, era constantemente associada a incapacidade.

Anahi Guedes de Mello, no artigo *Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade* (2016), define o capacitismo como “atitudes preconceituosas que hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional” (MELLO, 2016, p. 3266). Em outras palavras, uma atitude capacitista é aquela que considera que um sujeito é socialmente adequado devido a sua capacidade de produção. Podemos considerar que o capacitismo e o discurso biomédico, explorado no capítulo um, são atitudes complementares que discriminam não apenas pessoas com deficiência, mas todos aqueles que, por qualquer motivo, possuem uma produtividade aquém da desejável por aqueles que detém os meios de produção, ou seja, a burguesia. Vale ressaltar que, historicamente, a burguesia não demonstrou preocupação com a saúde e o bem-estar dos empregados, como atesta as altas cargas de trabalho praticadas no começo da revolução industrial. Sempre que houver a possibilidade de aumento da produtividade, ela será explorada, naturalizando cada vez mais discursos capacitistas.

Embora Mello conceitualize o capacitismo mais no âmbito do trabalho e da produção, ideias capacitistas permeiam a educação e outras relações sociais mais cotidianas.

Mike Oliver, importante sociólogo estadunidense que formulou a ideia de modelo social da deficiência, publicou o livro *Disability: a sociological phenomenon ignored by sociologists*, em coautoria com Colin Barnes (1993), onde os autores refletem, entre outros assuntos, a respeito de grupos sociais que “desviam” dos valores que são socialmente estabelecidos. Para Barnes e Oliver, as pessoas com deficiência são encaradas como “desviadas” por acreditar-se que elas estão livres de obrigações sociais e responsabilidades para com a construção de uma sociedade. Essa pretensa desobrigação é vista, dentro de uma ótica liberal e burguesa, justamente como uma improdutividade no trabalho ou, pelo menos, uma redução do potencial produtivo humano, o que nos ajuda a compreender o capacitismo como uma faceta das relações capitalistas.

De volta ao caso de Fernando, ele enviou, em 18 de março de 1981, uma carta ao MDPD afirmando que “(...) fui reprovado; não nos testes, pois fui chamado para o exame médico. No caso da Sra. Jussara Munhoz Pinto, ela foi reprovada nos testes e conseqüentemente não foi chamada para o exame médico. Percebemos aí ser o exame médico a causa da reprovação”²²⁶. Fernando conclui sua carta afirmando que há rumores na cidade de que a pessoa contratada para o cargo que ele disputava era parente do prefeito local e que, por esta razão, houve uma manobra política que resultou em sua exclusão.

Não há mais menções a respeito de como o caso de Fernando foi tratado pelo MDPD, muito provavelmente porque o próprio Fernando

²²⁶ SILVA, 1981.

passou a endossar um discurso de manobra política e não de discriminação. Vale ressaltar que a Emenda Constitucional número 12 de 1978 proibia a discriminação da pessoa com deficiência, inclusive em relação ao serviço público, trabalho e salários²²⁷. Por que, então, Fernando optou por mudar o discurso?

Como hipótese, podemos nos apoiar no trabalho de Maria Tereza Aina Sedek (2014). A autora afirma que, em sociedades marcadas por elevados índices de desigualdade econômica e social, existe grande probabilidade de camadas inteiras da população simplesmente não possuírem acesso à justiça. Citando José Murilo de Carvalho, Sedek conclui que

[...] a justiça entre nós, no sentido de garantia de direitos, existe apenas para a pequena minoria de doutores. Ela é inacessível à multidão dos crentes e macumbeiros, isto é, à grande maioria dos brasileiros. Para eles, existe o Código Penal, não o Código Civil, assim como para os doutores existe apenas o Código Civil (CARVALHO, 2005, p. 286 apud SADEK, 2014, p. 59).

A população mais pobre historicamente tem o acesso à justiça prejudicado, seja por não possuir condições financeiras para contratar um advogado, seja por desconhecimento de seus direitos, seja ainda por medo de enfrentar pessoas (ou instituições) financeiramente mais poderosas e perderem o processo, não por estarem erradas, mas por se considerarem o “elo mais fraco” da sociedade. Nesse cenário de desigualdade e exclusão, é possível supor que Fernando achou mais prudente retirar sua acusação e não brigar na justiça pelo emprego que estaria apto a exercer.

Além da assistência e solidariedade prestada às pessoas com deficiência, o caso de Fernando apresenta alguns indícios de como as entidades atuavam. A comunicação com o Fernando é feita por Cândido

²²⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1978.

Pinto de Melo, um dos fundadores do MDPD. Já a comunicação com os Correios foi estabelecida por Leila Barnaba Jorge, advogada e membro da AIDE e do MDPD. Conforme abordamos anteriormente, Cândido, em sua época de faculdade, participou do movimento estudantil em Pernambuco, quando foi baleado e ficou paraplégico. Seu histórico de militante estudantil foi lembrado em alguns relatos de participantes do Movimento. Lia Crespo, por exemplo, fala que Cândido possuía uma “aura diferente”, uma personalidade agregadora e uma postura humanista. Crespo salienta o respeito que os militantes do Movimento Social das Pessoas com Deficiência possuíam por Cândido, falando muitas vezes de sua atitude conciliadora e argumentativa, conferindo a ele “qualidades de um líder genuíno” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 139). Outro exemplo é o depoimento da psicóloga Suely Satow, levada para o MDPD pelo próprio Cândido, tornando-se tesoureira do Movimento (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 442). Como um líder respeitável, é natural que Cândido fosse aquele que intermediasse as relações entre diferentes entidades e entre as demais pessoas com deficiência.

Já a comunicação com os Correios, visando inicialmente reparar uma injustiça, foi feita por uma das advogadas ligadas ao Movimento, tendo em vista a necessidade de explicitar que a exclusão de uma pessoa com deficiência de um processo seletivo poderia se caracterizar como uma violação de direitos constitucionais.

A própria história de vida de Leila Barnaba Jorge sinaliza a exclusão da pessoa com deficiência do mercado de trabalho. Em depoimento concedido para a autora desta dissertação²²⁸, Leila afirmou que ficou cega e se formou em Direito, mas teve certa dificuldade em exercer, inicialmente, sua profissão, pois sofria o duplo preconceito de ser mulher

²²⁸ BERNABA, 2020.

e de ser uma pessoa com deficiência. De acordo com Leila, “só os homens advogados tinham vez”. Foi apenas a partir das terapias realizadas no Divisão de Recuperação Profissional de Vergueiro (DRPV) que Leila aprendeu que “era o que queria ser”. Vale ressaltar que, conforme salientamos anteriormente, a AIDE surgiu a partir da mobilização das pessoas com deficiência e dos funcionários do DRPV.

Após três meses atuando sem remuneração em uma imobiliária como uma “office-boy de luxo”, frequentando fóruns para buscar autos processuais, Leila foi se “soltando” e começou a viajar pelo país. Aos poucos, conquistou diversos clientes e, posteriormente, foi trabalhar na Prefeitura de São Paulo.

As histórias de Cândido e Leila ajudam a compreender o funcionamento dos movimentos. Valendo-se das habilidades individuais de cada um dos militantes, o Movimento mostrava grande poder de articulação, empregando pessoas diferentes para conquistas de diferentes objetivos almejados.

Igualmente relevantes são as correspondências que demonstram as articulações entre os movimentos da cidade de São Paulo e dos demais estados e municípios. João Furtado, em carta para Lia Crespo, avisou que, ao chegar em Fortaleza, no Ceará, em 06 de fevereiro de 1981, estava seguindo o “plano traçado” para a realização do encontro nacional que ocorreria em Pernambuco. Em Fortaleza, João estabeleceu contatos com “setores de influência política e social” para colocar “diante de todos o esboço do grito de alerta que pretendemos dar, em todo país”²²⁹. Cabe ressaltar que João Furtado foi membro da Associação de Deficientes Motores (ADM) do Ceará, embora não consigamos traçar uma cronologia para estabelecer se, em 1981, ele já frequentava essa

²²⁹ FURTADO, 1981, p. 1.

associação ou se foi através do “plano traçado” em São Paulo que esse contato com a entidade foi estabelecido.

Conseguindo contato com uma agência de publicidade de uma pessoa com deficiência no Ceará, foi elaborado em esboço-programa dos principais itens e metas que o Movimento pretendia alcançar. A ideia seria apresentá-lo em Brasília para conseguir apoio de políticos simpáticos à causa. Brasília, inclusive, seria o próximo ponto de parada de Furtado. Ao mesmo tempo em que cresciam, as entidades de São Paulo participavam do fortalecimento de um projeto nacional.

As relações entre Movimento e pessoas com deficiência não se davam exclusivamente através da prestação de serviços, auxílios ou ajuda com empregos. Dentro dos espaços de memória, estabeleceram-se relações de amizade que se desenvolviam e fortaleciam através da luta política cotidiana e da solidariedade entre os militantes. Alguns documentos e depoimentos nos permitem esboçar alguns encontros.

Localizamos constantes menções aos churrascos realizados pelo MDPD. Há peças, inclusive, no jornal Folha de São Paulo, no qual, em 11/07/1981, foi publicada uma nota na qual o MDPD anunciava que no dia 12/07/1981 haveria um churrasco de confraternização no Centro Municipal Campestre, no Km. 25 da Rodovia Raposo Tavares. O evento contaria, inclusive, com ônibus próprios que partiriam da rua Barão de Cotegipe, avenida Santo Amaro, avenida Paulista, rua Iguatemi e Metrô Vila Mariana²³⁰. Em depoimento para a autora desta dissertação, Leila Barnaba Jorge também recorda dos churrascos realizados pelo MDPD, na rua Cristiano Viana, cuja proposta era, além de confraternizar, angariar fundos para financiar o movimento²³¹.

²³⁰ DEFICIENTES, 1981.

²³¹ BERNABA, 2020.

Quando o MDPD alugou o imóvel da rua Cristiano Viana para ser a sua sede, o espaço não possuía nenhum recurso de acessibilidade. Foram os próprios militantes que, de acordo com Gilberto Frachetta, construíram uma rampa de madeira para traduzir²³² o degrau que ali existia. Era na frente do estabelecimento também que o grupo se encontrava para ir às manifestações²³³.

Imagem 3.2 – Inauguração da sede do MDPD na Rua Cristiano Viana



Fonte: Acervo do Cedipod

Breve descrição da imagem: Fotografia retangular colorida de diversas pessoas de pele clara ao redor de uma grande mesa com alimentos e bebidas. Na parte inferior da foto, está uma mulher deitada em uma maca. Ela sorri e usa uma roupa branca. Seu braço esquerdo está levantado e segura um salgadinho e, com a mão direita, ela segura um copo com uma bebida escura. À esquerda dela, um homem está em pé, tem cabelos curtos e escuros e usa uma camisa social na cor branca. Ao seu lado, um homem está sentado, tem cabelos longos e escuros, óculos e barba volumosa e usa uma camiseta branca. À sua esquerda, um homem está em pé, ele tem cabelos curtos e escuros e utiliza óculos. Sua camisa é branca e sua calça verde. Ao seu lado, há um homem com cabelos curtos e escuros, camisa branca e calça preta. À direita da imagem, há três mulheres: uma de costas para a câmera e de frente para uma mulher e outra de perfil. A de costas tem cabelos escuros na altura do ombro e usa um vestido regata acinzentado. À mulher à sua frente tem cabelo preto comprido e

²³² A tradução enquanto prática de acessibilidade foi tratada por Grião e Bernardino Junior no artigo *Relações entre os estudos sobre deficiência e os estudos das Ciências, Tecnologias e Sociedade: a acessibilidade como forma de tradução* (2021).

²³³ FRACHETTA, 2020.

sorri para ela. A terceira de perfil, olha para a câmera, tem os cabelos escuros curtos, usa óculos e roupa branca.

Outra atividade, tida como “memorável”, de acordo com Crismere Gadelha, Lia Crespo e Suzana Ribeiro (CRESPO et al., 2011, p. 19), eram os acampamentos inclusivos promovidos pelo NID no atual Centro de Escoteiros do Jaraguá, localizado na rua Adriano Reys, 1, no bairro Vila Jaraguá na Cidade de São Paulo. De acordo com o depoimento de Wilson Akio Kyomen, dado a Ana Maria (Lia) Morales Crespo, ao todo foram realizados dois acampamentos, começando em 1981. Naquele momento, Wilson assessorava a União dos Escoteiros do Brasil em atividades de acantonamento e acampamento inclusivos (CRESPO, 2010, p. 338).

Imagem 3.3 – Acampamento Inclusivo no Pico do Jaraguá



Fonte: Acervo pessoal de Lia Crespo

Breve descrição da imagem: Fotografia retangular colorida de oito pessoas em meio à vegetação durante a noite. Todos, com exceção de duas crianças, olham para a esquerda. Atrás, um carro branco encontra-se parado. À direita, está uma pessoa de pele clara sentada em uma cadeira. Ela está com uma criança de pele clara em seu colo. Ao seu lado, outra criança está sentada em uma cadeira de praia. À direita, há uma pessoa de pele clara e cabelos na altura dos ombros que está em cadeira de rodas. Outra pessoa de pele clara está sentada ao seu lado em uma cadeira de praia. À direita, há um homem em pé com atrofia nos braços, seguido de uma mulher de pele clara e em cadeira de rodas. À direita, há outra mulher de pele clara e cabelos curtos.

De fato, o entrosamento de alguns militantes das entidades transparecia até em depoimentos acerca dos trabalhos desenvolvidos. Gonçalo Aparecido Pinto Borges, em depoimento dado aos autores do livro *30 anos do AIPD*, afirmou que o NID tinha um jornalzinho periódico chamado *O Saci*, cujos textos eram produzidos por Lia Crespo e as ilustrações pelo próprio Gonçalo. Os encontros para a produção eram feitos na casa de Ana Rita de Paula, onde a equipe trabalhava durante toda a noite. Uma vez concluído o jornal, cópias eram tiradas no mimeógrafo (CRESPO et al., 2011, p. 28). Lia Crespo afirmou que *O Saci* “saía quando dava”. Além dela, as matérias eram escritas por Ana Rita de Paula, Luiz Bertotti e pelo próprio Gonçalo. Lia Crespo contou

Gonçalo colocava a máquina de escrever elétrica no chão, sentava-se numa cadeira e datilografava com os pés. A gente se divertia muito porque *O Saci* só saía se a gente trabalhasse durante a madrugada. Parece que um “saci” inspirava a gente. Se a equipe do jornal se reunisse pela manhã, não havia inspiração, não saía nada que prestasse. Dona Jô [mãe de Ana Rita] comprava comida e a gente fazia uma festa na casa da Ana Rita. Passávamos as madrugadas escrevendo, contando histórias. Terminávamos *O Saci* de manhã e íamos tomar café na padaria. Era muito divertido. Bons tempos. *O Saci* fez História (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 131).

Imagem 3.4 – Reunião do NID na casa de Ana Rita de Paula



Fonte: Acervo pessoal de Lia Crespo

Breve descrição da imagem: Fotografia retangular colorida de duas mulheres e um homem sentados em cadeiras no interior de uma casa. À direita, uma mulher de

cabelos cacheados e curtos olha para a direita. Seu rosto não está visível. Ao seu lado, uma mulher de cabelos longos e pele clara está sentada em cadeira de rodas com a mão apoiada no rosto e o cotovelo sobre a cadeira. Ao seu lado, um homem com cabelos na altura dos ombros, barba e pele clara está sentado com as pernas cruzadas.

Todas essas atividades eram financiadas por meio de eventos, doações ou da arrecadação de mensalidades por parte dos militantes. Além dos já referidos churrascos, o MDPD, por exemplo, arrecadava mensalidades de Cr\$ 500,00 das entidades (cerca de R\$ 24,69) e Cr\$ 10,00 de cada pessoa com deficiência a ele vinculada (R\$ 0,49). Outro exemplo de doações veio da carta enviada pelo professor Cleuseneu de Souza à AIDE. Cleuseneu era professor de xadrez, e propunha uma parceria com a instituição para a criação de um curso de xadrez. Cada estudante eventualmente matriculado pagaria o valor de Cr\$ 3.000,00 (R\$ 148,16), metade do valor que Cleuseneu normalmente cobrava. Através da parceria com a AIDE, 80% do valor arrecado seria revertido para a entidade. Era uma medida, explicou o professor, em comemoração ao Ano Internacional da Pessoa Deficiente (AIPD)²³⁴.

Por fim, cabe ressaltar que, no acervo do Cedipod, existem cartas enviadas por pessoas com deficiência narrando situações que vivenciavam, indicando possíveis novas pautas para serem debatidas no futuro pelo Movimento. Um exemplo é o manuscrito de Iris Kameyama, datado de 08 de dezembro de 1981. Após parabenizar o MDPD pela inauguração de sua sede, Iris afirmou que ninguém respeitava os assentos preferenciais nos ônibus e que os motoristas foram educados para “dirigir carros de boi”, ou seja, tratavam-se de indivíduos que viviam cotidianamente suas vidas sem considerar a existência dos outros, característica essa da “dimensão atávica” da nossa formação social. Iris também informou à entidade que os bancos destinados às pessoas com

²³⁴ SOUZA, 1981.

deficiência, localizados acima das rodas do ônibus, eram muito ruins. Além disso, ela pediu dicas para lidar com as pessoas com deficiência que estão no anonimato (ou seja, aquelas que eram pobres)²³⁵.

Tal abertura dava ao Movimento Social das Pessoas com Deficiência um caráter democrático. De fato, como citamos anteriormente, o MDPD incentivava, em seu plano de trabalho, a formação de núcleos descentralizados do Movimento, objetivando assim ouvir o maior número possível de pessoas com deficiência, bem como difundir sua atuação e, conseqüentemente, a sua influência.

No acervo do Cedipod, encontramos relatos da existência desses núcleos na Universidade de São Paulo (USP) e na cidade de Rio Claro²³⁶. Há pouco documento a respeito da atuação dos núcleos. No Boletim do MDPD, número 3, ano 1, é noticiado que o núcleo da USP era composto por quinze pessoas com deficiência, sendo dois professores da instituição. Como realização, o MDPD havia conseguido uma sala para alunos cegos e a realização, em 1980, de um “minicenso”. Através desta pesquisa, foram identificadas trinta e sete pessoas com deficiência na universidade, sendo cegos, pessoas com baixa visão e em cadeira de rodas²³⁷.

Com base no exposto, observamos que a relação entre as entidades e as pessoas com deficiência era baseada em assistência, ajuda mútua e solidariedade. Em vários relatos, observamos o clima de fraternidade entre os indivíduos e o apoio que um dava ao outro. O relato de Leila sobre o ocorrido na DRPV é particularmente emblemático, pois dizer a uma pessoa com deficiência que “ela é o que ela quer ser” pode fazer toda a diferença em sua vida profissional, uma vez que a maioria

²³⁵ KAMEYAMA, 1981.

²³⁶ MDPD, 1981a.

²³⁷ MDPD, 1981b.

dos estímulos que recebia, bem como a própria estrutura social e urbana, dizia o contrário.

As discussões propostas pelas entidades, muitas com o objetivo de pensar em políticas públicas, conforme veremos adiante, não apenas conscientizavam as pessoas com deficiência como também lhes forneciam referências sociais que poderiam ser seguidas. O NID, por exemplo, era particularmente conhecido entre as entidades como o “grupo que só pensa em lazer e sexo”. A frase, com um viés desdenhoso, expressa uma concepção de seres humanos em uma dimensão integral. Ao discutir com pessoas com deficiência questões relacionadas à sexualidade, à cultura, ao lazer etc., o NID dava referências e mostrava para todos que uma pessoa com deficiência poderia (e deveria) ter uma vida como qualquer outro indivíduo e isso não se estendia apenas para as questões de existência material como o trabalho.

Discussões a respeito da sexualidade das pessoas com deficiência também são importantes, pois tabus sociais impediam (e ainda impedem) que esse assunto seja levado a sério. Considerar a educação sexual para pessoas com deficiência é tão relevante quanto discutir sexualidade com adolescentes. Estudos a respeito da educação sexual, como o de Barbosa *et al.* (2020), permitem observar que existem muitas dúvidas a respeito principalmente de doenças venéreas como o HIV (que, aliás, era epidêmico nos anos 1980), bem como em relação à afetividade, à gravidez e, simplesmente, ao prazer. Ao promover debates sobre sexualidade, o NID atendia não apenas a uma agenda pragmática de saúde pública, mas também apresentava um olhar sensível e um cuidado para com a vida integral das pessoas com deficiência, naturalizando o seu direito ao prazer sexual.

Além da articulação direta das entidades com as pessoas com deficiência em geral, as entidades eram obrigadas a conviver entre si e

traçar estratégias de luta em conjunto. Essas relações serão exploradas na próxima seção.

3.3 Dinâmicas entre as entidades do Movimento Social das Pessoas com Deficiência

Na introdução, explicamos o que compreendemos como Movimento Social das Pessoas com Deficiência. Retomemos a discussão para separar, em definitivo, o Movimento Social e o Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência (MDPD). Frisamos que o MDPD é uma entidade que agregava diferentes grupos e indivíduos. Faziam parte do MDPD a AIDE, o CEDRIS, a FCD, enfim, diversos grupos diferentes formados por pessoas com diferentes deficiências. Por que, então, insistimos em falar do Movimento Social e não simplesmente do MDPD?

Como pode ser observado ao longo desta dissertação, o MDPD é uma importante entidade, talvez a mais importante delas, tendo em vista a abrangência do grupo e a quantidade de pessoas a ele filiadas. Existiam, no entanto, entidades que não faziam parte do MDPD. É o caso da Abradef. No começo de 1981, a entidade chegou a se filiar ao Movimento, porém, no Boletim do MDPD, número 3, do ano 1, foi informado que, por não concordar com os princípios e com a carta-programa do Movimento, a Abradef se desvinculava²³⁸.

Quando discutimos o contexto da cidade de São Paulo a partir das peças dos jornais, salientamos a atuação da Abradef no auxílio das pessoas com deficiência que trabalhavam como ambulantes. Tratamos, inclusive, a sua sede, localizada na rua Rio Grande, 71, no bairro da Vila Mariana, em São Paulo, com um dos Lugares de Memória desta pesquisa.

²³⁸ MDPD, 1981b.

O NID, citado frequentemente ao longo deste trabalho, também é retratado de uma maneira ambígua em relação ao MDPD na bibliografia consultada. Alguns documentos internos e reportagens da Folha de São Paulo insinuam que o NID pertencente ao Movimento, porém em conversas informais com a autora desta dissertação, Lia Crespo, uma das fundadoras da entidade, afirmou o contrário. É muito provável que os jornalistas da Folha tenham se equivocado, porém indicamos esta incongruência com o único intuito de marcar a possibilidade de a documentação impressa disponível estar incorreta a respeito deste assunto.

É por essa razão que, quando falamos genericamente das entidades, optamos por nos referirmos a elas como Movimento Social das Pessoas com Deficiência, sem reduzir toda a mobilização social que acontecia entre 1978 e 1981 apenas ao MDPD.

Para fazer parte do Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes, a entidade precisava aceitar incondicionalmente os critérios colocados pelo grupo. No Boletim do MDPD, encontramos o seu código de ética:

O presente código tem por objetivo regulamentar a interrelação entre as Entidades de e para Pessoas Deficientes do MDPD, de tal forma a propiciar a máxima cooperação, economia de esforço, unidade de ação e sobretudo harmonia dentro do MDPD. Entre os itens principais destacam-se:

1. Cada Entidade é independente em suas ações e a participação no MDPD é voluntária por considerar importante a cooperação entre entidades e pessoas que lutam pelos direitos das pessoas deficientes dentro dos princípios da Carta Programa do MDPD;
2. Toda Entidade pertencente ao MDPD deverá estar coerente com os princípios da Carta Programa do MDPD e com este Código de Ética;
3. Cada Entidade pertencente ao MDPD procurará em suas realizações e eventos citar seu apoio e participação no MDPD, ao mesmo tempo que o MDPD deverá referir-se às Entidades que o apoiam e participam;

4. Toda programação, evento e realização programada por uma Entidade deverá ser comunicada à Coordenação do MDPD ou em uma de suas reuniões gerais, antecipadamente, para que se possa estabelecer um critério de colaboração e divulgação por parte do MDPD e das demais Entidades;
5. Toda programação, evento ou realização deve a Entidade promotora comunicar à Coordenação do MDP, para que esta autorize a utilização do nome do MDPD; e, finalmente,
6. O MDPD procurará colaborar com programações das Entidades, desde que estejam dentro dos critérios de sua Carta Programa²³⁹.

Na maior parte das vezes, observamos que as entidades possuíam uma relação cordial entre si. Nas correspondências trocadas pelo MDPD, encontramos telegramas, como por exemplo, o de Cândido Pinto de Melo para Dorina Nowill, enviada em 08/04/1981 para felicitá-la pelo aniversário da Fundação para o Livro do Cego, localizada na rua Diogo de Faria, 558, no bairro Vila Clementino, na cidade de São Paulo²⁴⁰. Também existe uma carta do MDPD em apoio ao NID, em relação às declarações de Virgínia Cavalcanti que foram publicadas na edição (não referenciada na carta) do Folhetim, caderno da Folha de São Paulo. Virgínia Cavalcanti trabalhava na Rede Globo e articulou com o NID propagandas a respeito das pessoas com deficiência, conforme trataremos adiante²⁴¹.

Contudo, como o episódio narrado no capítulo 1, no qual Zé Maria, do FCD, mandou David Pinto Bastos, da Abradef, “calar a boca”, havia, naturalmente, atritos que, por vezes, abalavam a relação entre os militantes das diferentes entidades.

Uma grande cisão que se deu entre as entidades ligadas ao Movimento Social esteve relacionada com a Coalização Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes.

²³⁹ *Idem.*

²⁴⁰ MELO, 1981f.

²⁴¹ MELO, 1981b.

No acervo do Cedipod, encontramos um documento datilografado chamado “Sobre a Coalizão”²⁴². Sem datação e sem autoria, o texto faz alguns questionamentos a respeito da formação de uma espécie de Federação Nacional que agregaria diversas entidades do país:

- 1) É importante existir uma Coalizão Nacional de Entidades?
 - 2) Quem deve participar de uma coalizão? Quais os critérios?
 - Entidades de Deficientes? Quais? (e os mentais)?
 - Entidades para deficientes? Quais? (critérios)
 - 3 – Como deve atuar a coalizão?
 - 4 – Deve ser oficializada uma FEDERAÇÃO NACIONAL ou deve manter a coalizão?
 - 5 – Quais as tarefas prioritárias da coalizão?
- ORGANIZAÇÃO DA COALIZÃO
- 1 – Como deve ser a Executiva? Como deve ela atuar?
 - 2 – Deve existir um Conselho de Representantes?
 - 3 – Como deve ser tomada as decisões gerais da coalizão? Nos encontros Nacionais?²⁴³

Os questionamentos apresentados trazem a origem da cisão da Coalizão. Primeiramente temos o questionamento a respeito de quais deficiências deveriam fazer parte da Coalizão. Uma das críticas que movimentos como o MDPD mais recebiam era a participação periférica das pessoas com outras deficiências que não as físicas.

No capítulo 1, salientamos que, no período analisado em nossa dissertação, havia uma diferença bem-marcada na nomenclatura utilizada para as pessoas com deficiência: as pessoas com deficiência física eram chamadas de deficientes, paráliticos, cadeirantes etc.; as pessoas com deficiência intelectual eram chamadas de excepcionais, mongoloides, retardados etc. Em toda a documentação pesquisada, não encontramos nenhuma menção da participação de pessoas com deficiência intelectual nas entidades que citamos ao longo deste trabalho. Isso não significa que essas pessoas não participaram do Movimento, significa apenas que não

²⁴² SOBRE A COALIZÃO, [s.d.].

²⁴³ *Idem.*

encontramos registros dessa participação. De qualquer forma, havia uma divisão entre as deficiências que é fundamental para compreendermos o fim da Coalizão. Retomaremos essa questão adiante no depoimento de Romeu Sasaki.

Em entrevista concedida para o livro *30 anos do AIPD* (CRESPO et al., 2011), Ana Rita de Paula afirmou que a formação da Coalizão Nacional foi o resultado do Primeiro Encontro Nacional das Entidades de Pessoas Deficientes, ocorrido em outubro em Brasília (*idem*, p. 117).

A realização desse encontro representa o espírito de ajuda mútua que, apesar das diferenças, acompanha os militantes do Movimento. Ainda de acordo com o depoimento de Ana Rita, sem nenhum patrocínio, diversas pessoas com deficiência foram para Brasília e se organizaram como podiam. Algumas ficaram em conventos, alojamentos do exército, casas de famílias que ofereceram espaços para hospedarem pessoas desconhecidas etc. Como os ônibus que transportaram esses indivíduos não eram adaptados, muitos precisavam de ajuda tanto para subir quanto para descer. Romeu Sasaki carregou muitas pessoas com mobilidade reduzida nessa ocasião, terminando o primeiro dia de evento exausto.

Existem documentos que demonstram que, desde o começo, o MDPD possuía algumas desavenças com a organização da Coalizão. Em setembro de 1981, a Coalizão enviou correspondência para o Movimento questionando a atitude arrogante da entidade em uma carta enviada para a Coalizão. Não tivemos acesso à carta original enviada pelo MDPD, contudo, pelo conteúdo da resposta, é possível observar que houve sérias contestações a respeito da atuação da Coalizão. Ao que parece, o MDPD a acusou de não lutar pela inclusão de pessoas com deficiência, provavelmente na Comissão Federal do AIPD. Também há indícios de que uma senhora chamada Marlene de Azevedo se sentiu pressionada

de alguma forma pela Coalizão, fazendo com o que o MDPD se posicionasse favoravelmente a ela²⁴⁴.

Esse clima de animosidade pode ter sido uma das razões para o fim da Coalizão. Em depoimento dado para o livro *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil* (LANNA JÚNIOR, 2010) Romeu Sasaki afirmou que

A Coalizão existiu, foi aquele movimento em que nos unimos e fizemos juntos várias coisas. Mas chegamos à conclusão de que não queríamos uma federação. O que é uma federação? É uma organização formal com uma diretoria, onde as federadas – as organizações que vão pertencer à federação – se reportam a essa diretoria. Existe corporativismo, estrutura vertical, hierárquica (de cima para baixo, de baixo para cima). E não queríamos essa organização, queríamos uma coisa mais ágil. Então, surgiu a Organização Nacional de Entidade de Deficientes (ONEDEF) – e, aí sim – só para pessoas com deficiência física. Depois surgiu a da hanseníase, a dos cegos e a dos surdos. Não que houvesse uma separação, mas achamos que poderíamos nos organizar nacionalmente por tipo de deficiência. Mais uma vez a deficiência intelectual ficou meio de fora. Não que tivéssemos abandonado, excluído, rejeitado pessoas com deficiência intelectual. Nada disso. Apenas não houve uma aproximação de ambas as partes. Nem daqui para lá e nem de lá para cá. Não houve. Mas as portas estavam sempre abertas e até apareceram algumas pessoas e entidades. A APAE aparecia, a Pestalozzi aparecia, mas não nos entrosávamos (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 412–413).

Os atritos e as dificuldades de entrosamento entre diferentes deficiências minaram as atividades da Coalizão. De acordo com Lanna Júnior, houve, ainda, o reconhecimento das especificidades das demandas de cada deficiência, tornando impossível a reunião de tantas pautas em uma única plataforma de reivindicações. A partir dessa constatação, as entidades de pessoas com deficiência optaram por criar federações nacionais por tipo de deficiência. O autor afirma que a cisão da Coalizão não significou a cisão do Movimento Social das Pessoas com

²⁴⁴ WALF, 1981.

Deficiência, mas uma possibilidade para o avanço dos debates acontecesse no campo conceitual. Lanna Júnior sintetiza o fim da Coalizão da seguinte forma:

Não se tratava apenas de demandar, por exemplo, a rampa, a guia rebaixada ou o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como uma língua oficial, mas, principalmente, de elaborar os conceitos que embasariam o discurso sobre esses direitos. Essa elaboração conceitual e os paradigmas que dela surgiram mantiveram e mantêm o movimento unido na luta por direitos (*idem*, p. 16-17).

A não existência de uma coalizão não acabou completamente com a convivência dos movimentos em São Paulo com os movimentos de outras localidades. Conforme citamos anteriormente, houve uma aproximação com o movimento do Ceará. Há, também, comunicados de outros estados informando ao MDPD a respeito da criação de outras entidades, como o telegrama enviado de Campo Grande (MS)²⁴⁵. Depois de se solidarizar com o movimento de São Paulo, Ivone Soares informa que o Mato Grosso do Sul possui agora um “idêntico movimento”.

Para encerrarmos essa seção, falaremos brevemente do intercâmbio do MDPD com instituições internacionais. No dia 14 de novembro de 1981, Romeu Sasaki, na condição de representante do MDPD, escreveu uma carta para Bjorn Rundstrom, presidente da *International Federation for Hydrocephalus and Spina Bifida*, da Suécia. Na carta, Romeu pedia que Galeno Silva, militante com deficiência do MDPD, que possuía família na Suécia, fosse recebido para observar como a Suécia lidava com “problemas vocacionais e sociais enfrentados por pessoas com deficiência e seus familiares” em seus centros de reabilitação²⁴⁶. A resposta de Bjorn Rundstrom, enviada em 13 de

²⁴⁵ SOARES, 1981.

²⁴⁶ SASSAKI, 1981b.

dezembro de 1981, confirmava a visita de Galeno e solicitava que ela fosse realizada em janeiro de 1982²⁴⁷.

Dessa forma, articulando-se com entidades de outros estados, buscando conhecimentos em experiências internacionais e tentando diferentes modelos de organização nacional, o Movimento Social de Pessoas com Deficiência buscava caminhos para transformar suas pautas em ações sociais. Para isso, era necessário atuar com conjunto com a iniciativa privada, instituições públicas e políticos profissionais.

3.4 O Movimento Social e a Iniciativa Privada / Instituições públicas

No primeiro capítulo questionamos onde estariam as pessoas com deficiência pobres nos movimentos sociais. Nas análises dos documentos encontrados no Cedipod, identificamos algumas medidas que eram efetivamente tomadas pensando nesse segmento majoritário da população.

Em entrevista concedida à autora desta dissertação, Antônio Carlos “Tuca” Munhoz afirmou que, em alguns dos lugares de memória tradicionalmente lembrados pelos militantes²⁴⁸, eram acessíveis para pessoas de classe média que utilizavam taxi ou carro próprio, alguns com motoristas. Um dos exemplos que cita é o Restaurante Senzala, no bairro de Pinheiros, em São Paulo. “Um local bastante elitizado e caro”, de acordo com Tuca.

De fato, a utilização de carros próprios ou mesmo táxis era uma das poucas alternativas viáveis para o transporte de pessoas com deficiência no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, tendo em vista que nem o Metrô e nem os ônibus da cidade eram adaptados, conforme afirmamos

²⁴⁷ RUNDSTROM, 1981.

²⁴⁸ Tuca não especifica, contudo, quais seriam esses espaços (MUNHOZ, 2020).

nos capítulos anteriores. Não por acaso, na manifestação ocorrida na Praça da Sé em 21/07/1980, uma das pautas era a remoção dos bancos dianteiros dos táxis para facilitar o transporte de cadeira de rodas²⁴⁹.

Ao longo dos documentos, localizamos uma série de telegramas e cartas enviadas pelo Movimento solicitando, por exemplo, a concessão de ônibus.

É o caso dos ônibus utilizados para o churrasco ao qual nos referimos em uma das seções anteriores. No dia 07/07/1981, ou seja, cinco dias antes do evento, o MDPD enviou para a Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC) uma carta solicitando 23 ônibus para 2.000 pessoas. O pedido, acatado, possibilitou que diversos indivíduos com deficiência e sem acesso a carros próprios ou ônibus se deslocassem até o local do churrasco²⁵⁰.

O deslocamento para outros estados (e mesmo outros países) para a participação de eventos relacionados a outros Movimentos Sociais de Pessoas com Deficiência também contaram com a colaboração de empresas de transporte aéreo.

No dia 12/03/1981, Cândido Pinto de Melo enviou uma carta para Fernando Pupo Nogueira, superintendente da Companhia Aérea VASP S/A²⁵¹, solicitando uma passagem para que o militante Benício Cunha Mello pudesse viajar de Brasília para São Paulo e, depois, de São Paulo para Brasília para sua participação no evento de abertura do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, realizado no dia 14/03/1981, na Câmara Municipal de São Paulo, conforme apontamos no capítulo 2. Benício era o presidente da Associação dos Deficientes Físicos de

²⁴⁹ DUZENTOS PROTESTAM NA SÉ, 1980.

²⁵⁰ MDPD, 1981c.

²⁵¹ E empresa deixou de existir em 2005.

Brasília. Sua presença, argumentava Cândido, era “imprescindível à Abertura do Ano Internacional das Pessoas Deficientes”²⁵².

Da mesma forma, Cândido enviou, no dia 12/03/1981, uma carta para a Transbrasil S/A Linhas Aéreas²⁵³ solicitando, para o mesmo evento e com o mesmo argumento, uma passagem para Antônio Marçal de Araújo, presidente da Associação dos Deficientes Físicos do Amazonas, vir e voltar de Manaus²⁵⁴.

Por fim, mostrando que essa era uma tática recorrente, Gilberto Frachetta e Marlene Bisablia de Azevedo, ambos integrantes do MDPD, solicitam para Vicente Venna, então diretor da VARIG Linhas Aéreas S/A²⁵⁵ em 19/10/1981, passagens para o transporte de dez paulistas para o 1º Congresso Brasileiro de Pessoas Deficientes, realizado em Recife, conforme abordado anteriormente.

Gilberto e Marlene argumentam que as pessoas com deficiência não possuíam emprego, de modo geral, por falta de transporte e acesso fácil aos locais de trabalho. Para mostrar a importância do MDPD para a VARIG, os autores da carta afirmam que o Movimento possui membros na Comissão do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), para construção de centro de reabilitação, na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para a criação de normas de elevadores etc., na área de transportes especiais da CMTC, para a criação de ônibus adaptados e na Comissão Jurídica nas Câmaras para estudo de projetos, na Comissão de Edificações e Uso do Solo da Prefeitura Municipal de São Paulo e Comissão Estadual de Apoio e Estímulo ao AIPD²⁵⁶.

²⁵² MELO, 1981d.

²⁵³ A empresa deixou de existir em 2002.

²⁵⁴ MELO, 1981e.

²⁵⁵ A empresa deixou de existir em 2006.

²⁵⁶ FRACHETTA; AZEVEDO, 1981.

Além da doação de passagens e da concessão de ônibus, as entidades ligadas ao Movimento Social conseguiam doações de equipamentos voltados para pessoas com deficiência. É o caso da Indústria Mecano Científica, que, em 07/07/1981, enviou para a AIDE uma carta confirmando a doação de uma Cadeira de Rodas tipo hospitalar para a campanha em “prol dos paraplégicos”. A Nota Fiscal emitida apresenta o valor de Cr\$ 26.200,00 (R\$ 1.241,68)²⁵⁷.

Outra articulação interessante estabelecida pelo Movimento com instituições privadas era o envio de críticas a respeito das maneiras como as pessoas com deficiência eram tratadas principalmente pela imprensa. Existem dois exemplos emblemáticos: o primeiro é um conjunto de cartas enviadas ao jornal Diário Popular sobre notas publicadas pelo veículo no dia 23 de novembro de 1980. Em uma das cartas, o MDPD afirmou que, mesmo as notas sendo publicadas “em boa vontade”, demonstraram infelicidades por propagarem “desinformação e preconceito”. O jornal teria errado até a nomenclatura do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), se referindo à ocasião como Ano do Deficiente. O preconceito estava nas insinuações de que as pessoas com deficiência intelectual eram “alienadas, incompetentes, corruptas etc”²⁵⁸.

O segundo exemplo diz respeito a uma campanha sobre o AIPD veiculada pela Rede Globo nos intervalos de um show do cantor Roberto Carlos. Primeiramente é interessante notar que em toda a documentação consultada e depoimentos colhidos que se referiam a pessoas com deficiência que eram famosas, Roberto Carlos era o único que era lembrado. Relacionar a propaganda do AIPD com o show do cantor não

²⁵⁷ INDÚSTRIA MECANO CIENTÍFICA, 1981.

²⁵⁸ MOURA, 1980.

deixa de ser curioso, mesmo o evento sendo um dos que possuía a maior audiência da televisão no período.

Em relação à campanha, a já referida edição especial do Folhetim, publicada no Jornal Folha de São Paulo em 25 de janeiro de 1981, a entrevista concedida por Ana Maria Moares Crespo, do NID, sintetiza bem o ocorrido:

nem a campanha da Globo para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes escapa às críticas do NID. “Nós ficamos muito animados quando Da. Virgínia Cavalcanti, responsável pela campanha, nos pediu para darmos sugestões, para assessorá-la aqui em São Paulo – conta Ana Maria. Ela chegou a afirmar que os deficientes dariam o tom da campanha para o Ano Internacional. A partir de um pré-roteiro fornecido pela Globo, fizemos correções, sugerimos cenas mostrando coisas cotidianas na vida do deficiente, sem passar a imagem de coitadinho. Nas discussões ela se mostrou aberta mas na hora de fazer a campanha nada foi considerado e o resultado está aí.” “Nós achamos que uma campanha – continua Ana Maria – deve mostrar os problemas, as dificuldades, mas principalmente mobilizar a comunidade para resolvê-los, apontar as soluções. E isto a campanha não fez. Ela não convoca as pessoas a lutarem contra as barreiras para os deficientes. Funciona na base do coitadinho, mostrando o deficiente quase sempre isolado, a tristeza de ter um deficiente na família, o pavor de ter um filho deficiente, como se a prevenção dependesse exclusiva e principalmente da mãe. Alguns filmes “afirmam” que o deficiente pode ser integrado, mas o tom que permeia toda a campanha é: ser deficiente é horrível. Como lidar com duas idéias tão incompatíveis?²⁵⁹”

As articulações e “correções” feitas à imprensa ao discurso empregado sobre as pessoas com deficiência mostram a falta de conhecimento da mídia para lidar com o assunto, bem como a preocupação do Movimento para com as transformações da sociedade em si. Retomamos aqui brevemente os questionamentos que fizemos a respeito da participação das pessoas sem deficiência no processo

²⁵⁹ MUCCI, 1981.

decisório: como esperar que uma sociedade tão desinformada e alheia a um assunto tome decisões sobre ele? Como, então, mudar essa imagem?

A imagem pública das pessoas com deficiência foi brevemente citada na ocasião em que narramos a ida de João Furtado para estabelecer contatos no Ceará. A partir daí, em conjunto com uma empresa de publicidade, foi elaborado um plano de ação para intervenção política visando convencer parlamentares a seguirem minimamente uma agenda em prol dos direitos desse segmento. A proposta da agência foi de chamar atenção dos políticos mostrando o “peso eleitoral” das pessoas com deficiência utilizando, para isso, dados estimados pelo senso eleitoral (onze milhões e quinhentos mil eleitores). Apontando o “despertar” e a mobilização das pessoas com deficiência, o documento diz que essa força poderia “levar para as câmaras municipais, assembleias legislativas e parlamento nacional (...) uma representação digna de todo o respeito”²⁶⁰.

Depois de chamar atenção para a força eleitoral das pessoas com deficiência, o plano de ação apresenta algumas metas que os movimentos de São Paulo e Ceará desejavam alcançar:

O nosso programa consiste em dar ao deficiente físico oportunidade de trabalho e remuneração compatível com o seu nível intelectual.

Para tanto, associamos deficientes físicos para a formação de empresas de corretagem de seguros, prestação de serviços e outras, compatíveis com o estado físico do deficiente.

Batalhamos pelo apoio do BNDE para que possamos organizar e implantar uma indústria de fabricação de implementos para deficientes físicos. (...)

Pretendemos, para realizar esta etapa primeira, arregimentar os órgãos de comunicação social, o patrocínio de grandes empresas nacionais, para, através de todo um planejamento harmônico e definido, conseguir chegar ao topo da escada.

A escalada seguinte será no sentido de conscientizar a todos de nossa força, de nossa união, e nos lançarmos a participar da conjuntura política nacional, oferecendo à Nação, em cada Estado brasileiro, um nome à segregação do voto popular, para que possamos formar ao lado de tantas outros [...], nas casas

²⁶⁰ FURTADO, 1981, p. 3.

legislativas brasileiras, como em [ilegível] fóruns [ilegível]alham pelo bem comum e de todos”²⁶¹.

Em seguida, o plano esboça pragmaticamente uma série de objetivos e estratégias, compostas por pesquisas com grupos, construção de símbolos relacionados às pessoas com deficiência, fortalecimento de lideranças etc. Há um esforço para a transformação do Partido Popular (PP) em um partido associado à integração comunitária, como observado no espaço destinado para os objetivos destacados da campanha:

1. Arregimentação de deficientes e respectivos familiares.
2. Manutenção da confiança do povo na força produtiva desse segmento.
3. Eliminação da falsa concepção (sic) que os deficientes são um peso morto à nação.
4. Difusão de valores e verdades que caracterizam esse segmento populacional como uma força vital.
5. Ligação da entidade partidária com a busca de desenvolvimento social, vendendo fortemente a imagem do PP c/ essas preocupações de integração comunitária... “O PP ONDE O POVO ESTÁ”
6. Tornando mais conhecidas as ideias e a ação real de inválidos.
7. Procura a identificação de segmentos humanísticos na família, na comunidade, etc...
8. Venda de participação progressista.
9. Implantação de imagens duradouras, sintetizando em slogans e frases, apelos fortes, convincentes, revolucionários.
10. Articulação das comunidades envolvidas e identificadas com os problemas afins.
11. Sistematização de uma ação participativa ampla.
12. Instituição de padrões valorativos.
13. Consolidação de presença com insofismável liderança e perspectiva histórica.
14. Aumento de preferência popular.
15. Pesquisa, acompanhamento e suplantação dos partidos concorrentes.
16. Viabilidade de uma nova escalada de relacionamento comunitário e político²⁶².

Na próxima seção discutiremos detidamente a aproximação do Movimento com o PP, em especial com o Deputado Thales Ramalho. Por

²⁶¹ FURTADO, 1981, p. 3–4.

²⁶² *Idem*, p. 9.

hora, cabe salientar a articulação entre movimento, iniciativa privada e lançamento de candidaturas para mandatos políticos. Levando em conta que a conquista de direitos humanos historicamente negados ao grupo passa necessariamente pelos espaços do legislativo e do executivo, é natural que integrantes dos Movimentos Sociais pensem em estratégias para estabelecer essas conexões.

As aproximações com a iniciativa privada se davam, também, através da aquisição de doações. Na documentação do Cedipod encontramos referências a necessidade de afastamento temporário da reabilitação para que alguns militantes realizem contatos e parcerias com a iniciativa privada. É o caso de Jason Terson de Andrade, militante do MDPD e do NID. Romeu Sasaki assinou uma carta endereçada à DRPV para justificar as ausências de Jason por conta de sua intensa campanha de arrecadação de recursos materiais necessários para as atividades desenvolvidas pelas entidades. Romeu afirmou que a atuação de Jason era “indispensável à nossa causa”²⁶³. No capítulo 1, também, citamos o exemplo do Laboratório Curt, que, para cada fotografia revelada, um determinado valor era doado para a Apae.

Kurt W. Schulee, que em 1981 era Diretor Presidente do Laboratório Curt, teve sua participação na Mesa-Redonda sobre Mercado de Trabalho, ocorrida em 23/05/1981 e transcrita por Lia Crespo. Com base nesse documento, podemos tirar alguma conclusão a respeito da inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Na primeira seção, abordamos o trabalho da AIDE como mediadora na contratação de pessoas com deficiência. Nesta seção, usaremos as falas dessa mesa-redonda para analisar o discurso de alguns empregadores.

²⁶³ SASSAKI, 1981c.

Kurt começa sua fala afirmando que, no começo, o Laboratório Curt era uma empresa de um homem só: ele mesmo. “E hoje somos em grande número. Somos uma firma, nitidamente, 100% brasileira, que luta em nosso campo, com as multinacionais”. Primeiramente cabe ressaltar o discurso do “*self made man*”, do homem que se fez sozinho, proferido por Kurt. Através de uma fala tipicamente liberal e meritocrática, que muito diz a respeito da elite empresarial brasileira, Kurt procura demonstrar que sua empresa só existe pelo seu esforço pessoal. Mais do que isso: ela é uma empresa 100% nacional que sobrevive, pelo seu esforço, a competição predatória das multinacionais.

Esse nacionalismo encontra eco com as políticas econômicas brasileiras desde a segunda metade dos anos 1970. Anteriormente, ressaltamos que o descontrole inflacionário e a crise na balança de pagamentos justificaram uma série de medidas restritivas (HERMANN, 2011) que impactaram na importação de pilhas para os aparelhos de surdez, nas doações para instituições de assistência à pessoa com deficiência etc. Uma das medidas adotadas pelo Governo Federal foi justamente a substituição de importações através da produção local de tecnologia, tal qual observado em Vianna (2016). Nesse contexto, há grande valorização da indústria nacional, com citações constantes, na imprensa, de falas a respeito da existência de empresas ou de tecnologias 100% nacionais. Conforme observado em Vianna, a indústria da informática brasileira é um ótimo exemplo dessa política.

Kurt, fazendo eco a esse discurso, reproduz as ideias liberais a respeito da meritocracia. Béhar (2019) define a meritocracia associada à gestão organizacional como o estabelecimento de “metas ambiciosas para os funcionários, cobrar resultados e recompensar a realização”. Assim, espera-se “vencer a acomodação, reconhecer aqueles que de fato trabalham e fomentar um esforço coletivo para aumentar o desempenho.

Livrar-se dos encostados e se ganhar dinheiro” (WOOD JR, 2014 *apud* BÉHAR, 2019, p. 250). A meritocracia enquanto estratégia administrativa estava (e está) presente na organização da maioria das empresas privadas e públicas, sendo estendida para uma ideologia social mais ampla. No caso da carta dos Correios enviada ao MDPD que abordamos na seção anterior, a fala a respeito do orgulho das pessoas com deficiência que chegaram em seus cargos através dos próprios esforços reflete exatamente esse ideal meritocrático. Daí um dos principais entraves para a entrada da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, uma vez que esses indivíduos eram compreendidos muitas vezes através de uma ótica capacitista entrelaçada com discursos meritocráticos. Para uma visão estritamente pautada na produtividade não existe espaço para a contratação de indivíduos que, socialmente, eram vistos como “menos” produtivos.

Nesse sentido, a “política de convencimento” para contratação de pessoas com deficiência passava necessariamente pelo convencimento dos empregadores de que essas pessoas são igualmente produtivas às demais. Não adiantaria, por exemplo, argumentar que uma pessoa com deficiência, assim como qualquer outra, precisava de trabalho para sobreviver e que, portanto, negar-lhe uma vaga de emprego era negar condições de subsistência. Daí a utilização de discursos, como o de que a pessoa com deficiência deve receber uma remuneração “compatível com o seu nível intelectual”, atuando, por exemplo, em “empresas de corretagem de seguros, prestação de serviços e outras, compatíveis com o estado físico do deficiente”, conforme observamos no Plano de Ação enviado por João Furtado para Lia Crespo. Em outras palavras, a estratégia para emprego da pessoa com deficiência era aceitar o discurso capacitista e meritocrático, ressaltando apenas que, ao contrário do que se imaginava coletivamente, pessoas com deficiência eram sim capazes

de produzir de maneira satisfatória. Obviamente, não podemos generalizar e dizer que o Movimento Social das Pessoas com Deficiência era um movimento social capacitista e meritocrático. Salientamos apenas que algumas entidades utilizavam como *estratégia para convencimento* do empresariado a aceitação desse discurso e não o combate a ele, como outros movimentos sociais poderiam fazer. Da mesma forma que um pesquisador que emprega o método da história oral precisa ter cuidado com a possibilidade de um entrevistado falar aquilo que se espera que ele fale, não podemos endossar acriticamente a aceitação de um discurso capacitista por parte do Movimento sem fazer considerações a respeito do “espírito empresarial” brasileiro.

Outro exemplo da aceitação (crítica?²⁶⁴) deste discurso está na fala de Jô Clemente, da Apae, discutido no primeiro capítulo: a contratação de pessoas com deficiência possuía vantagens, uma vez que elas, se “treinadas” adequadamente, eram capazes de exercer melhor algumas atividades do que pessoas sem deficiência, uma vez que pessoas com deficiência não levavam para o trabalho problemas afetivos, mau humor e não praticavam fofoca²⁶⁵.

Na mesa sobre Mercado de Trabalho, Kurt adotou um discurso muito semelhante ao de Jô Clemente. Ele afirmou que empregava desde 1969 “cegos, paraplégicos e surdos-mudos”²⁶⁶ e chegou a dar um conselho para as pessoas com deficiência que lá estavam: “vocês têm que mostrar uma maior segurança, confiança em si”²⁶⁷. Kurt disse que, em sua empresa, observou que as pessoas com deficiência que ali

²⁶⁴ Trata-se de uma indagação que não pode ser respondida. Jô Clemente achava mesmo o que diz a respeito das pessoas com deficiência intelectual ou tentava estabelecer uma ponte com o empresariado aceitando suas ideias?

²⁶⁵ FEIRA DA BONDADE ARRECADA FUNDOS PARA EXCEPCIONAIS, 1981.

²⁶⁶ MESA REDONDA: MERCADO DE TRABALHO. TRANSCRIÇÃO MANUSCRITA POR LIA CRESPO., 1981, p. 21.

²⁶⁷ *Idem*, p. 22.

trabalhavam adquiriram “psicologicamente” “outra segurança”. A terminologia vaga empregada por Kurt não nos permite aprofundar muito em suas ideias. Ele afirmou apenas que uma pessoa com deficiência, inclusive, “ganhou uma condução e deixou de usar muletas”, o que deixou a administração da empresa “muito satisfeita”²⁶⁸.

Observamos aqui novamente a imputação ao indivíduo da responsabilidade integral para consigo mesmo: é a pessoa com deficiência que, ignorando todas as barreiras sociais, precisa demonstrar mais segurança para, talvez, um dia deixar de ser “menos deficiente”, o que deixaria seus patrões mais felizes. Vale ressaltar que a satisfação para com o indivíduo que deixou de usar muletas denota uma atitude paternalista para com as pessoas com deficiência.

O paternalismo encontra-se, também, no convite recebido pelo Laboratório Curt para levar algumas pessoas com deficiência a um evento de inauguração realizado pelo então presidente João Baptista Figueiredo (não há detalhes sobre o que seria inaugurado). Kurt disse que recebeu autorização para enviar alguns dos “seus deficientes”, como se ele possuísse alguma propriedade sobre eles! No encerramento da fala, Kurt disse: “se tiver ocasião de falar com outros empresários e transmitir experiências com os deficientes físicos, eu fico à disposição para falar com eles. Pelo menos, acho que tenho menos problemas com os nossos deficientes”²⁶⁹.

É inegável que a postura de Kurt Schulee era benéfica para as pessoas com deficiência. Conforme discutimos anteriormente, eram poucas as empresas dispostas a empregar esse segmento social. Contudo, seu discurso é um misto de caridade, paternalismo, capacitismo

²⁶⁸ *Idem.*

²⁶⁹ *Idem*, p. 23.

e meritocracia, ideais que, posteriormente, seriam veementemente rechaçados tanto pelos movimentos sociais ligados às pessoas com deficiência quanto pelos estudos teóricos sobre a deficiência.

Ressaltamos também as aproximações entre as elites brasileiras e práticas assistencialistas e de caridade. Adriana Oliveira da Silva (2012), analisando as obras de caridades executadas pela elite de Itabuna, na Bahia, afirma que as práticas de filantropia são empregadas como formas de distinção social, legitimando uma dominação simbólica. Para a autora,

Homens e mulheres das classes abastadas tentaram harmonizar suas performances aos planos urbanos progressistas que incluíam atenuar os graves problemas da cidade, evitando conflitos resultantes da exclusão social, com o efetivo controle da ordem e a manutenção do poder político local. (...) O assistencialismo era uma das facetas da ordem política assumida pelas elites (SILVA, 2012, p. 55).

Não se trata aqui de reduzir as ações caritativas em prol das pessoas com deficiência em ganhos políticos/sociais da elite paulistana. Salientamos apenas que a associação entre classes abastadas e filantropia é documentada por outros estudos acadêmicos, como observado em Silva (2012). É natural que pessoas diferentes, com interesses diferentes, se associem para atingir um ideal comum através de traduções de interesses, conforme discutido em Grião e Bernardino Junior (2021). A prática de “tomar atalhos” pelos interesses dos outros, longe de ser uma “prática escusa”, como pode parecer em uma primeira vista apressada, é amplamente difundida e faz parte de qualquer composição de alianças para atingir determinados fins, como discutido por Bruno Latour (2001).

No primeiro capítulo, narramos a história de Claudio Augusto, vendedor ambulante que dizia aproveitar em seu favor o olhar caritativo

das pessoas que compravam as suas balas²⁷⁰. É muito provável que o Movimento Social das Pessoas com Deficiência empregava a mesma prática. Na ausência de empregos, “tomar atalho” na caridade de alguns empresários significava oportunidades de trabalho e a diferença entre ter autonomia e passar necessidades.

Da mesma forma, observamos na imprensa de 1981, uma série de empresas que utilizavam o Ano Internacional das Pessoas Deficientes como chamativo para divulgar seus produtos e serviços. Foram lançados seguros de vida exclusivos para pais de crianças com deficiência²⁷¹, empresas doaram ingressos de cinema para este público²⁷², foram realizados concursos para que crianças com deficiência fizessem desenhos que seriam publicizados em outdoors²⁷³ e clubes da elite realizaram campanhas para arrecadação de cadeira de rodas²⁷⁴.

Novamente, não devemos reduzir a atuação da iniciativa privada a uma espécie de exploração inescrupulosa da imagem das pessoas com deficiência. Também não devemos endossar uma visão ingênua de que esta mesma iniciativa privada era caridosa ou contribuía com o Movimento Social das Pessoas com Deficiência pelos mesmos ideais que movimentava o grupo. Da mesma forma que as entidades chamaram atenção dos políticos, através de João Furtado, para a força eleitoral latente que as pessoas com deficiência representavam, mostrando que, para os políticos, apoiar o grupo significaria angariar votos, fazia sentido chamar a atenção dos empresários para os benefícios de se contratar pessoas com deficiência (seja pela docilidade, seja pela necessidade

²⁷⁰ PIRES, 1981.

²⁷¹ SEGUROS DE VIDA PARA PAIS QUE POSSUEM FILHOS COM DEFICIÊNCIA, 1981.

²⁷² ARAGUARI, 1981.

²⁷³ CONCURSO DE OUTDOOR, 1981.

²⁷⁴ BANCO DE CADEIRAS DE RODAS, 1981.

autoimposta de serem mais produtivos), bem como explorar as práticas caritativas empreendidas por parte das elites brasileiras.

As estratégias empregadas pelo Movimento para fortalecer as pessoas com deficiência variavam e eram adaptadas para os diferentes grupos aos quais essas estratégias se dirigiam, conforme observamos nas seções anteriores.

Por fim, salientamos também o uso frequente de espaços públicos e privados para a realização de debates e eventos abertos que refletiam sobre a situação das pessoas com deficiência na sociedade brasileira. Muitas vezes nos referimos ao Lugar de Memória do Colégio Anchieta. De acordo com o depoimento de Ana Rita de Paula concedido à autora dessa dissertação, o espaço foi conseguido por Maria de Lourdes Guarda para as reuniões da FCD²⁷⁵. A partir daí, diversas entidades passaram a utilizar as instalações do Colégio, como o MDPD.

Também foi utilizado o Centro Social Mário França de Azevedo (atual Sesc do Carmo), localizado na Rua do Carmo, 147, no centro da Cidade de São Paulo. Foi ali que a museóloga Waldisa Rússio realizou uma série de seminários e palestras que pensavam a inserção da pessoa com deficiência na sociedade. Chamamos especial atenção para esse ciclo de apresentações por ser um dos poucos que não foi organizado pelas entidades do Movimento Social das Pessoas com Deficiência e que, contudo, versavam sobre o assunto.

No acervo da museóloga localizada no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo, encontramos as fitas que registraram essas apresentações. No Ciclo de Debates sobre o espaço do deficiente na sociedade, intitulado “Capacitação Profissional, Habilitação e Reabilitação, realizado em novembro de 1981, Waldisa

²⁷⁵ PAULA, 2021.

Rússio mediou uma mesa que tinha como participantes Laide Aparecida da Silva, psicóloga da Apae, Jobair Ubiratan Aurélio da Silva, profissional da reabilitação que possivelmente trabalhava no Sesi, José Francisco Zuniga, do Senai, Jairo Batista de Oliveira, do Derdic, Jairo Vieira de Sousa, da Febem, e o professor Mario Joel da Silva Braga.

Da mesma forma que os espaços organizados pelo Movimento Social das Pessoas com Deficiência, os debates giravam entorno do acesso das pessoas com deficiência aos diferentes mercados de trabalho e a uma educação profissional.

O diferencial do evento estava na constatação de que os espaços culturais, como os museus, não estavam preparados para receber o público com deficiência. Como alternativa a essa barreira, foi proposto que os museus recebessem esse público com um roteiro prévio, além de oferecer exposições que explorassem outros sentidos que não apenas a visão. Em sua fala, Waldisa Rússio chegou a propor que o Brasil utilizasse exemplos do exterior para assim melhorar a acessibilidade de suas exposições.

Embora muitas dessas discussões já ocorressem nos espaços e eventos organizados pelo Movimento Social das Pessoas com Deficiência, não deixa de ser emblemático que as questões, durante o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, passassem a ser discutidos em outros locais e liderados por grupos que não necessariamente possuíam deficiência. Anteriormente, exploramos o uso desse ano como uma espécie de “propaganda” para algumas empresas. Os eventos promovidos por Waldisa, além de pioneiros por pensarem em acessibilidade em museus, mostram outra forma de apropriação da iniciativa privada e das instituições públicas da temática da pessoa com deficiência. Alguns setores sociais, lutando em conjunto com as entidades

do Movimento, buscavam genuinamente a transformação social, não apenas o lucro.

3.5 Aproximações do Movimento Social das Pessoas com Deficiência da Política Institucionalizada no Regime Militar Brasileiro

O conceito de política é abrangente e suscita diferentes interpretações dependendo do contexto em que é empregado. Em conversas preliminares com Romeu Sasaki, quando a autora dessa dissertação combinava os termos do depoimento que ele concederia²⁷⁶, o assistente social chegou a sugerir que, no lugar de “Movimento Social das Pessoas com Deficiência”, utilizássemos a terminologia “Movimento Político das Pessoas com Deficiência”. A denominação, inclusive, é empregada por Lanna Junior (2010). Optamos por manter o nome “Movimento Social” por considerarmos que, subjacente a ele, está a concepção já popularizada de mobilização em prol da luta por direitos sociais, como presente nos movimentos negros, LGBTQIA+, por moradia, por terra etc.

Contudo, por esta se tratar de uma seção sobre articulações com a política, convém discorrer brevemente sobre o conceito.

Em seu livro *O que é política?*, Hanna Arendt (1999) definiu a política como “convivência entre diferentes”, uma atividade baseada na “pluralidade dos homens” (ARENDR, 1999, p. 21).

Mais especificamente, a autora afirma que “os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças” (*idem*, p. 21-22). Popularmente, no entanto, a política ganhou outro significado, impregnado por preconceitos, como afirma a própria Hanna Arendt:

²⁷⁶ SASSAKI, 2020.

Os preconceitos contra a política, a concepção de a política ser, em seu âmago interior, uma teia feita de velhacaria de interesses mesquinhos e de ideologia mais mesquinha ainda, ao passo que a política exterior, oscila entre a propaganda vazia e a pura violência (...). O verdadeiro ponto principal do preconceito corrente contra a política é a fuga à impotência, o desesperado desejo de ser livre na capacidade de agir, outrora preconceito e privilégio de uma pequena camada que, como lordes Acton, achava que o poder corrompe e a posse do poder absoluto corrompe em absoluto (*idem*, p. 26-27).

As ambiguidades e confusões com o termo política deriva da diferença entre a “política como convivência entre diferentes”, tal qual defendida por Romeu Sasaki, e o preconceito que advém do poder político, materializado nas instituições da administração pública, ou seja, a “política institucionalizada”. Hanna Arendt discorre sobre essa visão em meados do século XX, porém a ideia preconceituosa da política enquanto “teia de velhacarias” permanece. Um exemplo sintomático é a atual tendência dos partidos políticos brasileiros a suprimirem de seus nomes a palavra “partido”, como ocorrido com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que, em 2017, voltou a chamar-se Movimento Democrático Brasileiro (BEDINELLI, 2017). O mesmo aconteceu com partidos como o DEM, PROS etc. É por essa razão que, para alguns leitores, o plano de ação enviado por João Furtado a Lia Crespo pode causar certo constrangimento, tendo em vista que nele busca-se direcionar o discurso público para uma visão favorável à pessoa com deficiência.

Cabe ressaltar que o MDPD, por exemplo, se definia, em seu Plano de Trabalho, como um grupo “político-apartidário, aberto a todos, deficientes ou não, que queiram lutar pelos direitos das pessoas deficientes²⁷⁷”. Sobre o assunto, a AIDE especificava em sua ata, também dizia que a instituição não poderia exercer atividade político partidária,

²⁷⁷ MOVIMENTO PELOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES, 1981.

mas individualmente os diretores poderiam se candidatar²⁷⁸. Ao que tudo indica, havia certa preocupação das entidades em não se associarem diretamente com partidos políticos, possivelmente pelas razões apontadas por Hanna Arendt.

Não é possível, no entanto, buscar a transformação social sem articulações entre essas diferentes ideias de política. Por mais que, em uma visão simplista, a política institucionalizada apesente-se como uma prática “escusa”, é ela que pauta as maneiras como a sociedade civil deve se organizar, tornando imprescindível a sua aproximação com o Movimento Social das Pessoas com Deficiência. Durante esta seção, utilizaremos a palavra “política” para nos referirmos à “política institucionalizada”.

Umas das primeiras aproximações do parlamento brasileiro com as questões relacionadas à pessoa com deficiência se deu através do deputado Thales Ramalho, autor da já referida Emenda Constitucional número 12.

Na edição especial do Folhetim a respeito das pessoas com deficiência, publicado pela Folha de São Paulo em 25 de janeiro de 1981, encontramos uma biografia do então deputado²⁷⁹.

Thales Ramalho foi eleito pelo MDB em 1966, tomando posse um ano depois. Ao longo de sua carreira política, Thales passou por outros partidos, como o Partido Popular (PP). Em 1968, o Congresso Nacional foi fechado pelo Ato Institucional nº 5, que entrou para a história com a denominação de AI5. Para melhor compreendermos a importância da atuação do deputado, apresentaremos de maneira sucinta um panorama da política brasileira no período.

²⁷⁸ ESTATUTOS: AIDE - ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO DOS DEFICIENTES, 1979.

²⁷⁹ UM DEPUTADO EM CADEIRA DE RODAS, 1981.

De acordo com o historiador Boris Fausto, o começo do fim do governo do então presidente da República João Goulart, o Jango (1961-1964) e, conseqüentemente, de um dos breves períodos de democracia do país, se deu com o primeiro ato em prol das reformas de base que seriam empreendidas a partir de decretos presidenciais. Esse grande comício foi marcado para o dia 13 de maio de 1964, no Rio de Janeiro, reuniu cerca de 150 mil pessoas e ficando conhecido como “Comício da Central”. Fausto afirma que “as bandeiras vermelhas que pediam a legalização do PC [Partido Comunista], as faixas que exigiam reforma agrária etc. foram vistas pela televisão, causando arrepios nos meios conservadores” (FAUSTO, 1994, p. 459).

Em resposta, a associação de senhoras católicas organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, reunindo cerca de 500 mil pessoas em São Paulo no dia 19 de março do mesmo ano. O acontecimento é encarado pelos historiadores como uma demonstração de “sinal verde” para setores golpistas. De fato, em 31 de março de 1964, alegando uma iniciativa para livrar o país da corrupção e do comunismo, restaurando a democracia, o Exército destituiu Jango e iniciou um dos períodos mais repressivos da história política brasileira.

A partir daí, houve uma série de Atos Institucionais que, progressivamente, minaram as instituições democráticas. O primeiro Ato (AI-1) manteve a Constituição de 1946 e o Congresso em funcionamento. De acordo com Fausto, “este último aspecto seria uma das características do regime militar. Embora o poder real se deslocasse para outras esferas e os princípios básicos da democracia fossem violados, o regime quase nunca assumiu expressamente sua feição autoritária” (*idem*, p. 465). O AI-2, sancionado em 17 de outubro de 1965, estabeleceu as eleições indiretas para Presidência. A partir de então, o executivo seria escolhido pela maioria absoluta do Congresso. Outra característica importante do

AI-2 foi a extinção dos partidos políticos existentes e a reorganização em dois únicos partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição. O AI-3, de 1966, estendeu a eleição indireta para governadores e vice-governadores e o AI-4, do mesmo ano, conferiu ao Congresso o poder de Assembleia Constituinte. Assim, em janeiro de 1967, o Brasil teve uma nova Constituição promulgada.

Vale ressaltar que retratamos apenas as características dos Atos Institucionais que achamos mais relevantes para a compreensão do contexto político brasileiro no período. Cada Ato é muito amplo e promoveu diversas transformações, modificando consideravelmente a estrutura política do país.

Nenhum, contudo, foi tão repressivo quanto o Ano Institucional nº 5, do General Arthur da Costa e Silva. Alegando uma resposta à luta armada contrária à ditadura militar, em 13 de dezembro de 1968, os poderes políticos do presidente foram ampliados. O AI-5 chegou a ser considerado por alguns historiadores como uma “contra-revolução dentro de uma contra-revolução” (*idem*, p. 480). A partir de então, cabia à presidência a decisão de fechar provisoriamente o Congresso Nacional, intervir nos Estados e municípios por meio de interventores, suspender e cassar mandados e direitos políticos, demitir ou aposentar funcionários públicos etc. É nesse contexto que Thales Ramalho é eleito pela primeira vez.

Em 1970, quando o Congresso foi efetivamente reaberto, já era ano eleitoral e Thales Ramalho se lançou novamente como candidato, sendo reeleito. Em 1971 foi escolhido como secretário geral do MDB e, em abril de 1972, sofreu um acidente vascular cerebral, uma trombose, que o deixou hemiplégico: o lado esquerdo do seu corpo ficou totalmente

paralisado. Foi então que, para o deputado, ele conheceu um “universo formidável, fantástico, mas completamente ignorado”²⁸⁰.

Em entrevista dada ao Jornal Folha de São Paulo, Thales Ramalho afirmou que

Foi quando passei a conviver com deficientes tanto aqui como no Exterior, que comecei a me sensibilizar, primeiro, pela própria necessidade da minha reabilitação e, depois, pelo impacto que sofri, pois até então, eu como milhões de brasileiros hoje, não tinha noção do que é esse mundo dos deficientes. Os deficientes no Brasil vivem segregados, principalmente pelas barreiras físicas que o cercam, mas também pela falta de assistência e pelo preconceito²⁸¹.

No mesmo ano, o deputado afirmou que começou a trabalhar com a temática da pessoa com deficiência no Brasil. Foi quando, de acordo com Thales, ele começou a se sentir mais útil no exercício de seu mandato. Em 1976, o deputado sofreu um acidente de carro que comprometeu sua perna direita, a perna de sustentação. Mesmo assim, ele afirmou que nunca deixou de exercer suas atividades como parlamentar e os compromissos que possuía com sua atividade social. A Emenda Constitucional nº 12 deu ao país o posto de sexto no mundo a assegurar os direitos das pessoas com deficiência pela constituição, ficando atrás apenas da Espanha, Portugal, Alemanha Ocidental, Suécia e Noruega.

Foram muitas as aproximações de Thales Ramalho com o Movimento Social das Pessoas com Deficiência. Na documentação do Cedipod, encontramos cópias de diversos dos seus projetos de lei, que discutiremos em detalhes adiante.

Também localizamos uma cópia do Diário do Congresso Nacional, datado de 17 de outubro de 1978, no qual Thales Ramalho submete sua

²⁸⁰ UM DEPUTADO EM CADEIRA DE RODAS, 1981.

²⁸¹ *Idem*.

proposta de Emenda Constitucional para votação. Seu discurso, bastante emblemático para o público com deficiência, buscou comover os deputados para a causa:

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, depois de três longos anos, esta é a primeira vez que consigo vencer, com as próprias pernas, esses degraus. O esforço, para mim, é semelhante ao de quem escalou uma montanha. A cadeira de rodas ficou lá embaixo, e eu estou aqui não para que os Senhores vejam nesse fato um acontecimento extraordinário, mas para que todos testemunhem que a deficiência, física ou mental, pode ser vencida. Pode e será sempre vencida, desde que o deficiente seja submetido a um adequado programa de reabilitação. (...) A proposta de Emenda Constitucional que ora se discute, e a qual o seu autor faz questão de colocá-la acima de partidos e de quaisquer outros interesses, pretende ser um primeiro passo no sentido de encontrar uma solução para o problema. Que o deficiente no Brasil tenha inscritos na Constituição os seus direitos fundamentais: o direito ao trabalho, nos limites de sua capacidade, e o direito de ir e vir, de andar pelas ruas e de entrar e de sair dos edifícios que os homens construíram sem atentar que existem milhões de patrícios seus que não podem nas suas cadeiras de rodas, com seus aparelhos ortopédicos, com suas muletas ou sem a luz dos olhos, vencer as escadarias, as escadas rolantes, as imensas barreiras que encontram e cada passo, até para subir uma simples calçada de qualquer rua²⁸².

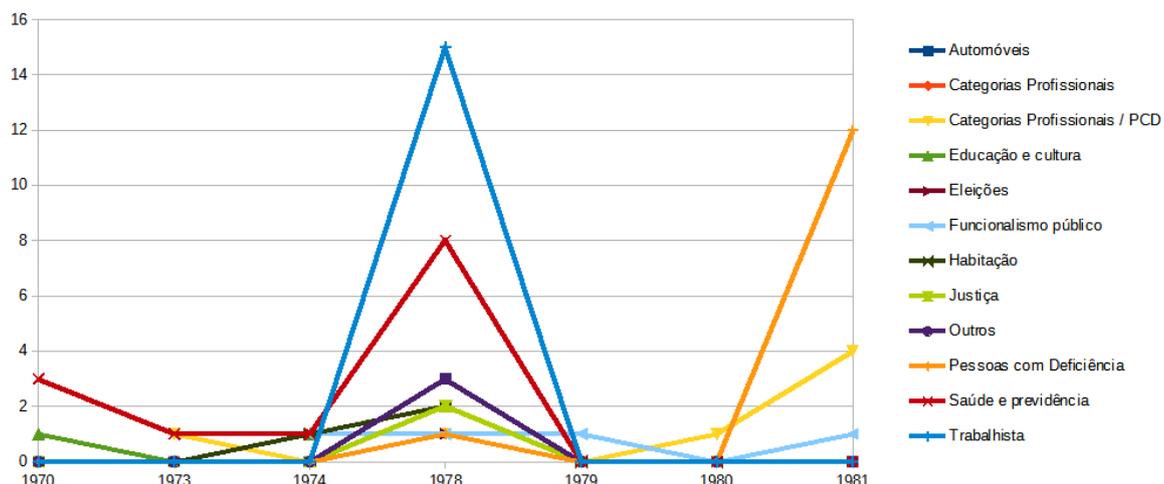
Nenhum outro deputado se manifestou a respeito da proposta de Thales Ramalho e a proposta, posteriormente, acabou sendo aprovada. Em 1978, o silêncio do Congresso Nacional a respeito das questões relacionadas à deficiência também diz muito a respeito da inépcia pública discutida no primeiro capítulo 1. Também possibilita que compreendamos as razões pelas quais, no acervo do Cedipod de 1981, só existia projetos de lei de autoria de um único deputado.

Analisando os 72 Projetos de Lei apresentados por Thales Ramalho no Congresso Nacional, notamos uma grande mudança na ênfase de

²⁸² CONGRESSO NACIONAL, 1978, p. 1851.

seus projetos²⁸³, o que, de certa forma, contesta o discurso do próprio deputado. Na entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo, Thales Ramalho deu ênfase em sua contribuição para a causa das pessoas com deficiência que teria ocorrido desde sua trombose. Contudo, afora a EC12, seus projetos de lei pouco refletiam a questão até 1981, conforme é possível observar no Gráfico 3.1.

²⁸³ Os dados quantitativos foram retirados do site da Câmara dos Deputados e encontram-se disponíveis na tabela do Apêndice III. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, [s.d.]).

Gráfico 3.1 – Projetos de Thales Ramalho de 1970 a 1981

Fonte: Própria autora

Breve descrição da imagem: gráfico de linhas coloridas. À esquerda, consta a escala numérica de 0 a 16 com a quantidade de projetos apresentados por Thales Ramalho. A linha inferior horizontal informa o intervalo de anos: de 1970 a 1981. À direita, localiza-se a legenda das categorias de análise criadas pela autora e as cores de suas respectivas linhas. A maioria das linhas apresenta pouca variação ao longo do período analisado. Nota-se que o ano de 1978 possui crescimento acentuado nas linhas azul-escuro (“Trabalhista”) e vermelha-escura (“Saúde e Previdência”). A partir de 1980, a linha laranja (“Categorias profissionais / PCD”) parte de 0 para 12. Os dados serão trabalhados em detalhes no texto que se segue.

Ao longo de sua carreira, observamos que as temáticas mais apresentadas pelo deputado foram as ligadas ao trabalho e à saúde e previdência de toda a população, sem menções específicas às pessoas com deficiência. Inicialmente, seus projetos ligados às pessoas com deficiência diziam respeito apenas a regulamentação da profissão de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional. Já em 1981, Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, a maioria absoluta dos projetos do Thales Ramalho diziam respeito à pessoa com deficiência, com exceção de um.

Cabe ressaltar que, dos projetos apresentados, apenas dois foram aprovados e viraram leis, nenhum deles até 1985, ou seja, nenhum deles foi sequer aprovado durante o AIPD. Diversos foram arquivados de acordo com o Artigo 116 do Regimento da Câmara que dizia: “Finda a

Legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar”²⁸⁴. Um exemplo é o PL 5.520/1978, que assegurava às pessoas com deficiência a utilização de veículos automotores.

Dos projetos relacionados às pessoas com deficiência em 1981 consultados no site da Câmara dos Deputados, a maioria absoluta consta que foi arquivado por serem “PREJUDICADO[S] PELA APROVAÇÃO DO PL. 4630/81”. No capítulo 1 nos referimos à Comissão Especial, criada na Câmara, para avaliar diversos projetos de leis sobre pessoas com deficiência que tramitavam no período. Essa Comissão foi gerada justamente a partir desse projeto que, inicialmente, previa apenas a criação do Fundo Nacional da Pessoa Deficiente. A partir dos trabalhos da Comissão, as tramitações de todos os outros projetos relacionados à pessoa com deficiência foram arquivadas.

Ao todo, foram 62 projetos que deixaram de circular. Dentre aqueles cuja autoria era de Thales Ramalho, foram arquivados os projetos: 4.600, que dava permissão de estacionamento nos centros urbanos para pessoas com deficiência; 4.601, que concedia prioridade para pessoas com deficiência na distribuição de bolsas de estudo; 4.602, criava o Programa Nacional dos Livros em Braille; 4.603, que dispunha sobre o atendimento nos terminais de transporte coletivo; 4.604, que versava sobre a obrigatoriedade na construção de rampas, bem como da instalação de sanitários, elevadores e telefones públicos; 4.605, sobre a criação de centros de formação profissional no âmbito do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); 4.606, que criava os mesmos centros de formação no Serviço Nacional de Aprendizagem

²⁸⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1978a, p. 77.

Comercial (Senac); 4.613, que tornava obrigatória a inclusão nos currículos de cursos superiores de Arquitetura e Engenharia Civil, de instruções técnicas referentes às pessoas com deficiência; 4.629, que dava benefícios fiscais a empregadores que contratassem pessoas com deficiência; 4.631, tornava obrigatória a concessão de credenciamento, pelo IAP, ao Fisioterapeuta e ao Terapeuta Ocupacional; 4.632, que instituía um salário-mínimo para os profissionais das categorias regulamentadas no PL anterior; e, finalmente, 4.674, que tornava obrigatório dispor, com vínculos empregatícios, profissionais de nível superior nas equipes dos Centros de Reabilitação Profissional.

A Comissão Especial atuou na modificação do PL 4.630 durante meses. Em 4 de dezembro de 1981, foi apresentado ao Plenário o relatório final da Comissão. O deputado Walter Silva, do PMDB-RJ, defendeu a relevância do projeto apontando a grande quantidade de pessoas com deficiência que existiam no país. A matéria era, também, considerada de maior importância por, na ocasião estar “vigorando o AIPD”, o que de certa forma servia como pressão para a aprovação de um projeto que minimamente pensava nas questões da deficiência. O deputado Djalma Bessa, do PDS-BA, lembrou que, ao projeto de Thales Ramalho, foram anexados cerca de 60 outros, uma demonstração, para o deputado, de que o legislativo estava atento ao AIPD.

O projeto apresentado era muito amplo e atendia diversos aspectos relacionados às pessoas com deficiência. Previa o pagamento de auxílio financeiro no âmbito da Previdência Social Urbana e Rural para o custeio da assistência médica e tratamentos terapêuticos. Também estavam assegurados o acesso ao tratamento especializado, amparo ao mercado de trabalho, com uma espécie de cotas para pessoas com deficiência em empresas que dispuserem de vinte ou mais empregados, a garantia de profissionais de ensino superior qualificados atuando em empresas

públicas e privadas voltadas para a reabilitação, a criação do Fundo Nacional das Pessoas Deficientes (Fundef), responsável por campanhas de conscientização pública, fornecimento de subsídios para o Poder Executivo para elaboração e execução de programas de atendimento que proporcionassem completa integração social, entre outras medidas²⁸⁵.

A matéria foi aprovada com alguns pedidos de destaque e enviada ao Senado Federal em 04 de dezembro, onde nunca foi votada. Apenas em 08 de agosto de 1989 o Projeto de Lei foi arquivado com um comunicado de prejudicialidade. De acordo com a Agência Senado, a prejudicialidade se trata de um “processo pelo qual uma proposição é considerada prejudicada por haver perdido a oportunidade ou em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação. A proposição prejudicada será definitivamente arquivada” (AGÊNCIA SENADO, [s.d.]). É muito provável que a aprovação da PL 4.630/1981 deixou de fazer sentido após a promulgação da Constituição de 1988, que abarcava com seriedade diversas questões que, historicamente, foram reivindicadas pelo Movimento Social das Pessoas com Deficiência.

Nossa opção por discorrer com detalhes sobre a tramitação do PL 4.630 para, depois, afirmar que ele acabou arquivado, foi reproduzir no leitor o sentimento de frustração expressado por Townes no Jornal Folha de São Paulo, em 1981. Por parte do Estado, foram muito poucos os avanços na situação da pessoa com deficiência no país, cuja proposta do AIPD era justamente problematizar²⁸⁶.

Efetivamente, o único projeto aprovado de Thales Ramalho, relacionado à pessoa com deficiência, foi o PL 4.675/1981, que tornava obrigatória a colocação do símbolo internacional de acesso em todos os

²⁸⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1981, p. 14406–14410.

²⁸⁶ TOWNES, 1981.

locais que eram destinados ao público com deficiência. O projeto transformou-se na Lei 7.405 apenas em 1985, ou seja, quatro anos depois que foi proposto²⁸⁷.

Conforme afirmamos anteriormente, diversos Projetos de Lei de Thales Ramalho encontravam-se no acervo do Cedipod. Como definiu Hanna Arendt, a política é a convivência da diferença. Nem todos os projetos de lei relacionados às pessoas com deficiência eram endossados pelo Movimento Social. Um bom exemplo é a Proposta Emenda Constitucional nº 93 (PEC 93) de 1980, de autoria do deputado Iranildo Pereira, cujo teor era muito semelhante ao PL 4.629/1981, que concedia benefícios fiscais a empregadores que contratassem pessoas com deficiência.

A mobilização contra a PEC começou imediatamente após o MDPD tomar conhecimento dela. Em 20 de novembro de 1980, Cândido Pinto de Melo enviou para Iranildo Pereira uma carta pedindo mais detalhes de seu projeto e o convidando para discuti-lo com o Movimento²⁸⁸.

Em 15 de abril de 1980²⁸⁹, o MDPD enviou uma nova carta para o deputado solicitando que a PEC não fosse aprovada. A entidade afirmou que tomou conhecimento do projeto apenas pela imprensa e, imediatamente, enviou uma carta ao parlamentar, não obtendo nenhuma resposta. A entidade mostrou certa indignação, pois havia tomado conhecimento de que o projeto seria votado num futuro próximo. Por essa razão, o MDPD informava que decidiu, por unanimidade, enviar telegramas para todas as lideranças partidárias solicitando que rejeitassem o projeto “por considerá-lo maléfico aos verdadeiros

²⁸⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS, [s.d.].

²⁸⁸ MELO, 1980.

²⁸⁹ É muito provável que o documento seja de 1981, tendo em vista que a PEC93 é datada de 10/10/1980. Em nosso texto, mantivemos a datação original do documento.

sentimentos de igualdade e participação plena para as pessoas deficientes”²⁹⁰.

É interessante notar que o MDPD redigiu sua carta com cautela para não ofender ao deputado, afirmando, inclusive, que o posicionamento do Movimento nada tem relação com a atuação do parlamentar que, de maneira geral, defende aspirações populares. Entretanto, afirmou o documento, “possivelmente por falta de maior esclarecimento de V. Senhoria, o projeto em nada contribui para resolver a grave e aflitante situação em que estão mergulhadas as pessoas deficientes”²⁹¹. Considerando a argumentação utilizada pela entidade para dissuadir o deputado, pensamos ser conveniente retratá-la na íntegra:

1. As pessoas deficientes buscam o seu DIREITO INALIENÁVEL de PARTICIPAÇÃO PLENA E IGUALDADE DE DIREITOS, e neste sentido devem ser intransigentes em suas reivindicações, rejeitando todas aquelas que tenham características de dádiva, concessão ou privilégio.
2. As pessoas deficientes EXIGEM O DIREITO DE DISPUTAR EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES o mercado de trabalho e Reivindicam o DIREITO DE SEREM ACEITOS POR SUAS HABILIDADES, APTIDÕES E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL.
3. O abatimento no Imposto de Renda das Empresas, dos salários pagos aos seus empregados deficientes, em nada vem contribuir para a transformação da consciência social de igualdade de direito entre os cidadãos, mas pelo contrário reforça o sentimento piegas, de marginalização e de incapacidade que erroneamente a sociedade tem sobre as pessoas deficientes.
Por outro lado, essa medida poderá dar grande poder de manobra a empregadores desonestos que a utilizarão na exploração das pessoas deficientes com aumento de seus lucros.
4. Não desconhecemos que muitas das deficiências, as mais graves, impõem necessidades diferenciais de trabalho para os seus portadores. Mas, esta é uma situação especial que exige uma legislação especial que deve tratar das chamadas “Oficinas Protegidas”, ou seja, Instituições Especiais ou Secções Especiais dentro do Processo Produtivo que assegurem

²⁹⁰ MOVIMENTO PELOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES (CARTA PARA IRANILDO PEREIRA), 1980, p. 1.

²⁹¹ *Idem*.

segurança e condições de trabalho para os portadores de deficiência graves ou comprometedoras.

5. Para as pessoas deficientes de modo geral, a restrição do mercado de trabalho está no preconceito, nas barreiras arquitetônicas e na existência de uma política econômico-social que não tem levado em considerações as necessidades da grande massa dos assalariados²⁹².

Foi Romeu Sasaki quem enviou os referidos telegramas solicitando a não aprovação da PEC. Os deputados Thales Ramalho, Jorge Curi, Alceu Collares e Nelson Marchezan receberam uma mensagem com os mesmos dizeres:

Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes vg órgão representativo entidades dirigidas pessoas deficientes Estado São Paulo vg solicita V.Excia. empenho toda bancada votar contra aprovação projeto lei deputado Iranildo Pereira vg devido cunho paternalista vg discriminatório vg humilhante sob enganosa aparência favorável para deficiente vg além propiciar lucros para empregadores mal-intencionados²⁹³.

Coincidentemente ou não, a PEC nunca foi aprovada. Houve várias tentativas de votação em plenário: em 25/03/1981, 01/04/1981 e 02/04/1981, todas suspensas por falta de quórum. No dia 07/04/1981, a PEC foi declarada prejudicada por decurso de prazo e arquivada²⁹⁴.

Anteriormente afirmamos que setores do Movimento Social das Pessoas com Deficiência endossavam certo discurso liberal a respeito da igualdade no mercado de trabalho. É interessante estabelecer aqui um paralelo com outros movimentos sociais, como o movimento negro.

Embora não tenhamos tido acesso ao texto integral da PEC 93, os aspectos gerais apresentados na carta do MDPD para o deputado Iranildo Pereira nos permitem afirmar que a proposta se aproxima muito do que hoje chamamos de “políticas de ação afirmativa”. O antropólogo

²⁹² *Idem*, p. 1-2. Grifos do autor.

²⁹³ SASSAKI, 1981a.

²⁹⁴ PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 93, DE 1980, [s.d.].

Kabengele Munanga publicou, em 2007, um pequeno texto em que analisava a importância desse tipo de política para os negros no Brasil e nos EUA.

O autor afirma que essas políticas são novas para as ideologias antirracistas e visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos “um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação” (MUNANGA, 2007, p. 31). Implementadas nos EUA desde a década de 1960, as políticas de ação afirmativa pretendiam oferecer aos afro-americanos chances de participação na dinâmica da mobilidade social crescente. A ideia subjacente a essas medidas é que nenhuma mudança em benefício dos excluídos receberia apoio unânime em uma sociedade racista.

Por exemplo: os empregadores foram obrigados a mudar suas práticas, planejando medidas de contratação, formação e promoção nas empresas visando a inclusão dos afro-americanos; as universidades foram obrigadas a implantar políticas de cotas e outras medidas favoráveis à população negra; as mídias e órgãos publicitários foram obrigados a reservar em seus programas uma certa porcentagem para a participação de negros. No mesmo momento, programas de aprendizado de tomada de consciência racial foram desenvolvidos a fim de levar à reflexão os americanos brancos no que diz respeito ao combate ao racismo (MUNANGA, 1996, p. 79-94 apud MUNANGA, 2007, p. 32).

É justamente a essas políticas que Munanga atribui o crescimento da classe-média afro-americana nos EUA, bem como a sua representação no Congresso Nacional, nas Assembleias Estaduais, nos liceus, nas universidades, em profissões historicamente mais excludentes como médicos, advogados etc., entre outras transformações. A partir do exemplo do exterior, o autor defende que o Brasil se inspire nessas políticas para assim promover a transformação social no tocante à representação dos negros na sociedade, em especial nas universidades

nacionais. Para o autor, a política de cotas para negros na universidade mostrava-se como uma possibilidade de mudança social.

Munanga dialogava com a política de cotas brasileira, iniciada em meados de 2000 no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Até então, não existiam dados a respeito da raça dos estudantes matriculados em universidades públicas do país. A título de exemplo, podemos citar os dados de 2001 de estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade de São Paulo (USP):

Tabela 3.1 – Distribuição dos Estudantes segundo a cor

	UFRJ	UFPR	UFMA	UFBA	UnB	USP
Branca	76,8	86,5	47	50,8	63,7	78,2
Negra	20,3	8,6	42,8	42,6	32,3	8,3
Amarela	1,6	4,1	5,9	3	2,9	13,0
Indígena	1,3	0,8	4,3	3,6	1,1	0,5
Total	100	100	100	100	100	100,0
% de negros no Estado	44,63	20,27	73,36	74,95	47,98	24,7
Déficit	24,33	11,67	30,56	33,55	15,68	18,94

Fonte: GUIMARÃES, 2003, p. 257.

As políticas de ação afirmativas para acesso à universidade, quando adotadas no Brasil, suscitaram grande polêmica. Podemos afirmar, no entanto, que houve apoio massivo dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda.

De acordo com o Jornal El País, uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018 mostrou que, pela primeira vez

na história do país, os estudantes negros eram a maioria nas universidades públicas, representando 50,3% (MENDONÇA, 2019). Fazendo uma média simples dos dados levantados por Guimarães, obtemos o valor de 25,81% de negros nas seis universidades retratadas. Para ilustrar as mudanças provocadas pela política de cotas no Brasil, podemos inferir que, em 18 anos, a participação de negros nas universidades brasileiras dobrou.

Chamamos a atenção para esses nuances dos discursos de alguns indivíduos e entidades do Movimento Social das Pessoas com Deficiência para marcar seu caráter mais liberal quando comparados a outros movimentos sociais conduzidos por minorias. Como hipótese, a ser confirmada por investigações futuras, acreditamos que essas diferenças decorrem da classe social a que pertenciam parte dos militantes do Movimento Social das Pessoas com Deficiência, como ressaltou Tuca Munhoz²⁹⁵. Por ser liderado por indivíduos mais privilegiados financeiramente, é possível que discussões mais à esquerda, muito presentes nos movimentos negros, LGBTQIA+ etc., não estivessem presentes nas pautas do Movimento Social das Pessoas com Deficiência. Daí a naturalização de ideias liberais, sobretudo aquelas relacionadas ao mercado de trabalho. Daí, também, a recusa inicial a não se associar abertamente as entidades a partidos políticos. O preconceito a respeito da política discutido por nós no começo desta seção, não é tão acentuado em movimentos sociais mais ligados à esquerda.

Além das articulações do Movimento com os políticos profissionais, havia uma intensa participação das entidades nas políticas públicas que começavam a ganhar forma durante o recorte cronológico de nossa pesquisa.

²⁹⁵ MUNHOZ, 2020.

O primeiro exemplo que podemos citar a esse respeito está no envio de projetos de lei para a apreciação do MDPD. Existe uma cópia não datada de um projeto de lei estadual para a criação de um Conselho para a Garantia dos Direitos das Pessoas Deficientes junto ao Gabinete Civil do Governador. No impresso, há várias anotações a caneta, alguns termos riscados e outros acrescentados. Por exemplo, o autor das notas riscou as palavras “garantia dos direitos” do nome do Conselho e anotou “integração”, sugerindo o nome Conselho de Integração das Pessoas Deficientes. No parágrafo II do artigo 1, que dispunha sobre a elaboração e a implementação de uma política de reabilitação, foi acrescentado a caneta o “acesso à educação/cultura”. O documento mostra o cuidado de alguns deputados com a temática da pessoa com deficiência, submetendo suas propostas para apreciação do Movimento e buscando, assim, compreender melhor os anseios cuja legislação pretendia responder²⁹⁶.

Outro exemplo encontrado na documentação consultada, está nas cartas trocadas por Otto Marques da Silva, secretário executivo da Comissão Estadual de Apoio e Estímulo ao AIPD, e o MDPD. É interessante notar que não se tratava apenas de mensagens sobre deliberações a respeito de políticas. Otto enviou, em 28/08/1981, mil cópias da “Carta para a Década de Oitenta”, feita pela Imprensa Oficial do Estado²⁹⁷. O objetivo era distribuir a carta para pessoas com deficiência ligadas ao Movimento. Tratava-se de uma carta de compromissos, elaborada pela Organização das Nações Unidas, apontando para a existência de milhões de pessoas com deficiência em todo mundo e colocando, como objetivo de todas as nações para a

²⁹⁶ PARA SEU CONHECIMENTO E CRÍTICAS, BEM COMO POSSÍVEIS SUGESTÕES..., [s.d.].

²⁹⁷ SILVA, 1981c.

década de oitenta, a redução da “incidência da deficiência” e o desenvolvimento de “sociedades para respeitarem os direitos das pessoas deficientes, dando boa acolhida à sua plena participação”²⁹⁸. Otto Marques enviou, ainda, um conjunto de quatorze fitas gravadas pela Rádio Cultura de São Paulo com mesas-redondas sobre a “problemática da pessoa deficiente”. De acordo com o secretário executivo da Comissão,

O documento representado por essas sete horas e meia de gravação é de significativa importância para a conscientização de nossa sociedade e das próprias pessoas deficientes, tendo esse Movimento plena autorização para dele fazer o uso melhor que desejar, seja para debates internos ou externos, seja para divulgação por outras estações de rádio do Estado de São Paulo²⁹⁹.

Ainda em relação às Comissões para o AIPD, temos um ofício datado de 08/10/1981 assinado por Helena Bandeira de Figueiredo, presidente da Comissão Nacional do AIPD, para Ruben Ludwig, então Ministro da Educação e Cultura, solicitando a inclusão de José Gomes Blanco como membro da Comissão Nacional do AIPD. José era membro da Coalizão Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes e seu nome foi aprovado por unanimidade entre os membros da Comissão Nacional. A inclusão de uma pessoa com deficiência no centro de decisões federal das políticas do AIPD fez parte, como vimos no primeiro capítulo, de uma das reivindicações do MDPD. Até 1981, contudo, o nome não havia sido acrescentado, a despeito do pedido de Helena Figueiredo³⁰⁰.

Como é possível observar, o intercâmbio de informações entre Movimento e Comissões se dava em duas vias: não apenas o MDPD auxiliava nos trabalhos das comissões, participando inclusive da

²⁹⁸ CRESPO et al., 2011, p. 16.

²⁹⁹ SILVA, 1981b.

³⁰⁰ FIGUEIREDO, 1981.

Comissão Estadual, como também recebia materiais e informações para a promoção de atividades idealizadas pelas Comissões.

Consideramos que a participação mais significativa do Movimento nas políticas públicas até 1981 se deu no programa de reabilitação promovido pela cidade de Ourinhos. Em janeiro de 1981, o jornal Folha de São Paulo anuncia um projeto piloto desenvolvido por meio de uma parceria entre o Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Prefeitura de Ourinhos para a criação de um centro de reabilitação e integração. O projeto era destinado a implementação da Reabilitação Simplificada, um conceito que buscava incorporar o público ao processo de reabilitação, utilizando para isso uma programação dinâmica, porém suficientemente simples para que a comunidade acompanhasse. Nesse processo, a família participaria dos trabalhos de reabilitação, o que significava “a reabilitação total, psicossocial, econômica, profissional, educacional, familiar, cultural”. Para isso, pesquisava-se “o que a comunidade tem em termos de artesanato, escola, programas de saúde”. Outra mudança proporcionada pela Reabilitação Simplificada era a visão da pessoa deficiente não como um objeto, mas como um “cliente, como consumidor, no livre exercício de seus direitos³⁰¹”.

Aparentemente, o programa fez tanto sucesso que há cartas enviadas ao MDPD cobrando explicações para a não escolha de algumas cidades como “piloto” do Plano de Reabilitação. Cândido Pinto de Melo respondeu a uma dessas indagações (o destinatário não estava nomeado) deixando claro que o MDPD apenas auxiliou na criação da política de Ourinhos a *título de exemplo*. Esclareceu também que não cabe ao MDPD determinar “quais as cidades pilotos, nem determinar os

³⁰¹ PIRES, 1981a.

requisitos necessários para tal”. O MDPD, de acordo com a resposta de Cândido, só defendia a necessidade de um plano de Reabilitação³⁰².

No acervo do Cedipod, localizamos uma carta, enviada por um médico chamado Robinson José de Carvalho, para Cândido Pinto de Melo a respeito do andamento dos trabalhos inicialmente propostos pelo MDPD para a Reabilitação na cidade. No documento, datado de 12/06/1981 (apenas seis meses após o início do programa), Robinson solicitou que o MDPD participasse e apoiasse as discussões sobre reabilitação ocorridas em Ourinhos. O médico afirmou que Thales Ramalho o havia encaminhado quatorze anteprojetos para apreciação, mas Robinson via o perigo do deputado ter uma visão parcial por pertencer a uma elite social. Robinson sugeriu ao MDPD, então, a criação de um Conselho Nacional de Reabilitação antes que a Comissão Federal o criasse nos “termos que todos podemos prever e temer³⁰³”.

Consideramos esse documento emblemático, pois mostra que, afora a desconfiança do médico a respeito da Comissão Federal e do deputado Thales Ramalho, o projeto empreendido em parceria com o MDPD na cidade de Ourinhos pouco tempos depois de sua implementação já era assombrado por disputas políticas envolvendo diferentes forças políticas que pensavam em ações voltadas para pessoas com deficiência.

O Dr. Robinson era um membro bastante respeitado do movimento e é possível que enxergasse no MDPD uma autoridade (moral, talvez) para lidar com essas questões, buscando articular com o grupo ações que poderiam contribuir para a melhora da vida dos indivíduos com deficiência na região. A autoridade do MDPD também transparece no

³⁰² MELO, 1981c.

³⁰³ CARVALHO, 1981.

questionamento a respeito da “escolha” das cidades pilotos para o programa de Reabilitação. Ao que parece, alguns indivíduos e grupos preferiam procurar pelo Movimento no lugar de representantes do poder público local.

Uma outra prática conduzida pelo MDPD que possuía fortes implicações políticas era a frequente realização de eventos voltados para a discussão das questões sociais enfrentadas pelas pessoas com deficiência. Na já referida transcrição da mesa redonda sobre mercado de trabalho, Leila Barnaba Jorge afirmou que um dos objetivos do MDPD era formar grupos de trabalho temáticos a partir de cada mesa realizada em 1981.

Primeiramente cabe lembrar e salientar que as mesas de trabalho eram compostas por personalidades importantes nas áreas que se dispunham a discutir. Na documentação consultada para essa dissertação, localizamos diversas cartas enviadas ao MDPD aceitando ou declinando convites para a participação nas mesas. Ao que parece, o Movimento escolhia as figuras que julgava relevantes e tentava trazê-las para a participação nos eventos. Eram chamados indivíduos tanto da iniciativa privada, como Kurt Schulee, como indivíduos da administração pública. São vários os exemplos: existem cartas da empresa de transporte Gurgel, da Ford, da CMTC, do Conselho Nacional de Trânsito, entre outras. Alguns participantes, quando não podiam participar por qualquer motivo, buscavam colaborar com as discussões enviando matérias de jornais a respeito de medidas adotadas por outros países ou mesmo artigos científicos³⁰⁴. Um certo Adalberto Matias Beck, que não pode

³⁰⁴ Um exemplo é o “teleônibus”, em Berlin, onde a pessoa com deficiência entrava em contato por telefone com uma central e um computador adicionava um ponto de parada próximo a sua residência, calculando também um ponto de desembarque próximo ao destino (HANSEN, 1981). Da mesma forma, o representante da Gurgel

comparecer à mesa “Transporte Individual e Coletivo”, ocorrida no Colégio Anchieta, chegou a encaminhar ao Movimento uma “cópia xerox de adaptações feitas em ônibus para facilitar o embarque, bem como dispor de um local adequado e os respectivos dispositivos para a ancoragem de uma cadeira de rodas”³⁰⁵.

É muito provável que todo o material levantado tenha servido de apoio para os grupos de trabalho. Além disso, encontramos indícios de que o MDPD convidava profissionais de instituições relevantes para integrarem esses grupos. É o caso da Associação Paulista de Nutricionistas, que indicou Eneida Lastenasse para integrar o GT de saúde³⁰⁶. Sabemos que a proposta desse grupo de trabalho surgiu do encontro intitulado “Assistência Médica, Reabilitação e Equipamentos Auxiliares” e foi reiterada no Encontro Paulista de Pessoas Deficientes³⁰⁷, ocorrido no Novotel, localizado na rua Ministro Néson Hungria, 577, no bairro do Morumbi, na cidade de São Paulo. Uma articulação mais direta da existência dessa mesa com a política institucionalizada se deu quando a AIDE e o NID responderam ao convite do então vereador João Aparecido de Paula para uma participação de uma mesa-redonda realizada pela Câmara Legislativa de São Paulo, que tinha a saúde da pessoa com deficiência como temática. Rui Bianchi, que assinou o documento, avisou o vereador que o MDPD tinha um grupo de trabalho já em funcionamento sobre o assunto, indicando que muito tinha a contribuir com a Câmara³⁰⁸.

enviou o artigo “American Machine and Foundry”, a respeito do transporte individual de pessoas com deficiência nos EUA.

³⁰⁵ BECK, 1981.

³⁰⁶ AMANCIO, 1981.

³⁰⁷ SÃO PAULO, 16 DE OUTUBRO DE 1981, 1981.

³⁰⁸ NASCIMENTO, 1981.

Além do convite recebido para debates nas instâncias da política profissional, as entidades ligadas ao Movimento eram constantemente convidadas para participarem de eventos organizados pela administração pública ou mesmo pela iniciativa privada.

Por exemplo, no dia 21 de dezembro de 1981, Antonio Luiz Ribeiro Machado, então presidente da Fundação Estadual para o Bem-estar do Menor (Febem), enviou uma carta convidando o MDPD para a inauguração do Centro Especializado de Diagnóstico e Encaminhamento do Menor Deficiente – CEDEMEDE, que ocorreria no dia 29 daquele mês. A instalação é dotada de “pessoal especializado e recursos técnicos de alto nível, para o atendimento de 80 crianças provenientes de outras instituições da Fundação e de obras a ela conveniadas”. Tal acontecimento demonstra que havia certo interesse da administração pública em ter contatos próximos com o Movimento, provavelmente pela experiência que possuíam com a elaboração de projetos, como o Centro de Reabilitação de Ourinhos. É importante ter em mente que, no começo dos anos 1980, a temática da pessoa com deficiência começava a ser trabalhada com mais frequência e, aparentemente, a sociedade de maneira geral ainda não sabia lidar com a questão, como observado nas cartas enviadas pelo Movimento corrigindo a imprensa.

Por fim, salientamos a aproximação estratégica das entidades das pessoas com deficiências com as entidades de medicina e reabilitação. No gráfico 3.1, observamos que os projetos apresentados por Thales Ramalho em 1981 diziam respeito principalmente às pessoas com deficiência e às categorias profissionais relacionadas, como terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, psicólogos etc.

Associações ligadas à área médica participavam de diversos eventos promovidos pelas entidades do movimento. Na já referida mesa “Assistência Médica, Reabilitação e Equipamentos auxiliares”

participaram a Associação Brasileira de Enfermagem – Secção São Paulo, Associação Paulista de Fisioterapeutas, Associação Brasileira de Fonoaudiologia, Associação Paulista de Medicina, Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, Associação dos Assistentes Sociais de São Paulo, Associação Paulista de Terapeutas Ocupacionais, Representante da Indústria de Equipamentos Auxiliares, demais entidades ligadas ao tema³⁰⁹.

Por esta razão, o MDPD procurava manter uma relação de proximidade com as entidades de classe. No dia 16/10/1981, Cândido Pinto de Melo enviou uma carta para o médico Nelson Proença, que acabava de assumir a presidência da Associação Paulista de Medicina. A carta o parabeniza pelo cargo que acabara de assumir e dizia “esperar continuar os contatos já iniciados no sentido de discutirmos estes assuntos [prevenção, assistência médica e reabilitação dos males incapacitantes] e iniciarmos o processo de discussão de um Plano Nacional de Reabilitação”³¹⁰.

No interior dos lugares de memória, a militância em prol dos direitos das pessoas com deficiência era efervescente. Como lembrou Geni Aparecida Fávero em depoimento à autora desta dissertação, muitas reuniões aconteciam simplesmente na casa dos militantes e, a partir daí, se estenderam para outros espaços³¹¹. Seja por falta de locais adequados ou não, a reunião em casa de indivíduos do movimento dava um caráter intimista aos primeiros encontros, como as festas realizadas na casa de Ana Rita. Entre acampamentos, churrascos e festas para a confecção de jornais e boletins, os militantes se articulavam com a iniciativa privada,

³⁰⁹ MOVIMENTO PELOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES (MESA REDONDA: ASSISTÊNCIA MÉDICA, REABILITAÇÃO E EQUIPAMENTOS AUXILIARES), 1981.

³¹⁰ MELO, 1981d.

³¹¹ FÁVERO, 2020.

com políticos, com instituições públicas, enfim, qualquer grupo que fosse capaz de produzir efetivamente melhorias na vida das pessoas com deficiência no país. As estratégias variavam de acordo com a ocasião, mas o importante era a promoção de mudanças efetivas na qualidade de vida de milhares de pessoas que, até então, eram simplesmente invisibilizadas. A Lei Brasileira de Inclusão, sancionada em 2015 pela então presidente Dilma Rousseff, é certamente fruto do legado das mobilizações que, ao longo desta dissertação, buscamos retratar a partir de seus Lugares de Memória.

Quadro Síntese do Capítulo 3

O uso da História Oral como teoria permite trabalhar com relatos e experiências de momentos históricos que não possuem documentos escritos que auxiliam no trabalho dos historiadores.

No interior dos Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência, a luta pelos direitos se dava de diversas formas.

Ao longo de 1981, o Movimento Social desenvolveu diversos simpósios, seminários, mesas redondas, debates etc., para, assim, possibilitar a criação de políticas públicas inclusivas, ampliando a acessibilidade na cidade.

O Movimento Social atuava auxiliando pessoas com deficiência a lutarem, na justiça se fosse preciso, contra a discriminação por parte de empresas públicas e privadas. Também buscava-se juntar cada vez mais pessoas com deficiência para defender a causa, aumentando, assim, o poder de influência do Movimento.

Dentro do Movimento Social, existiam diferentes grupos de pessoas com deficiência. Chamamos esses grupos de “entidades”. Apesar de lutarem por uma causa em comum, cada entidade possuía objetivos específicos, como, por exemplo, auxiliar pessoas com deficiência a conseguirem permissão para trabalharem legalmente como vendedores ambulantes em São Paulo. Essa convivência, às vezes não muito harmoniosa, resultou na criação de planos de luta em comum, que foram levados para Encontros Nacionais de Pessoas com Deficiência. A ideia era ajudar na criação de políticas nacionais que fossem capazes de integrar à pessoa com deficiência à sociedade de maneira digna.

O Movimento Social trabalhava com a iniciativa privada para conseguir doações para as entidades e, assim, garantir o desenvolvimento das

atividades realizadas pelos grupos. Algumas entidades também ajudavam empresas e contratavam funcionários com deficiência.

Instituições públicas procuravam entidades do Movimento Social para auxiliarem na criação de alguns projetos, como por exemplo o Centro de Reabilitação de Ourinhos. Empresas de transporte público também emprestavam ônibus para que pessoas com deficiência pudessem frequentar os eventos realizados pelo Movimento.

Existiam alguns políticos que tentavam criar leis específicas para as pessoas com deficiência, como é o caso de Thales Ramalho. Em 1981, esse político apresentou muitos projetos de lei que acabaram gerando um único projeto que tentava criar regras específicas de acessibilidade e inclusão. Alguns políticos também enviavam seus projetos para o Movimento Social avaliar e opinar. O Movimento também buscava pressionar parlamentares para aprovarem (ou não aprovarem) leis a respeito das pessoas com deficiência.

Considerações finais

O objetivo desta dissertação foi mapear os Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência na Cidade de São Paulo entre 1978 e 1981. A partir dessa premissa, buscamos discutir a situação das pessoas com deficiência na cidade, a atuação do Movimento e a imagem que esse expressivo grupo possuía na sociedade em geral. Nossa pesquisa foi embasada nos conceitos teóricos dos estudos da deficiência, da memória, da história oral e da geografia no tocante às relações sociais estabelecidas na cidade.

Inicialmente, estabelecemos uma narrativa a respeito das características da cidade que impactavam nas vidas das pessoas com deficiência. Utilizamos como fonte primária principal peças jornalísticas publicadas nos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo. Identificamos que até 1980 pouco se falava na imprensa sobre o assunto. Análises quantitativas mostraram que até essa data, as matérias em que pessoas com deficiência figuravam diziam respeito sobretudo aos vendedores ambulantes no centro de São Paulo, normalmente com um viés pejorativo, segundo o qual a pessoa com deficiência era indiretamente relacionada com contrabando, pequenos atos de criminalidade e sujeira urbana.

Os espaços para vendedores ambulantes no centro eram reservados para pessoas com “greve deficiência”. Essa era uma das poucas políticas para inclusão social existentes no período, o que levou ao surgimento de entidades como a Abradef, que atuava como intermediária entre ambulantes e prefeitura. No mais, eram poucas as empresas que efetivamente contratavam pessoas com deficiência. Muitas delas, exploravam a mão de obra dessas pessoas pagando salários abaixo do mínimo. Essa condição, somada à excessiva carga de trabalho,

levava alguns indivíduos a optarem por vender balas nos faróis da cidade, aproveitando-se assim do olhar caritativo dos paulistanos.

Além de falta de oportunidades de emprego, encontramos relatos acerca das dificuldades das pessoas com deficiência de chegarem aos locais de emprego, tendo em vista que os transportes públicos não eram adaptados. Em 1978, o Metrô chegou a oferecer um “curso” visando ensinar as pessoas com deficiência a utilizarem os trens, atribuindo claramente a responsabilidade pela segurança e conforto a elas.

Apenas em 1981 as linhas de ônibus começaram a ser adaptadas, inicialmente com um decreto municipal que obrigava cada carro a possuir um assento preferencial (que aparentemente as pessoas sem deficiência não respeitavam) e, posteriormente, com uma linha exclusiva que ligava o Metrô Vila Mariana ao Jardim Lusitânia. Essa linha partia da estação de uma estação de metrô e terminava no Lar Escola São Francisco, passando por diversos hospitais e centros de reabilitação da região sudoeste da cidade.

Além desta segregação nos transportes públicos, a Prefeitura de São Paulo planejou no período aqui abordado quatro “rotas acessíveis” que basicamente ligavam estações do Metrô a centros de assistência às pessoas com deficiência. Claramente, as políticas do período visavam apenas permitir que as pessoas cuidassem de suas saúdes, negando-lhes na prática qualquer outra possibilidade de fruição da cidade.

Ao longo do Capítulo 1, utilizamos os conceitos de copresença, caminhabilidade, mixofilia (ou mixofobia) e urbanidade para compreender, de um ponto de vista geográfico, como a cidade de São Paulo lidava com seus habitantes. Como a segregação era normalizada, indivíduos não estandardizados, com seus “corpos inconformes”, eram deixados de lado, acabando com qualquer “aventura de se viver junto” em “territórios mais acolhedores”.

Mesmo os espaços de assistência à pessoa com deficiência, cujo acesso era facilitado por essa política de segregação, não eram geridos, em sua maioria, pelo poder público. A inexistência de um Sistema Único de Saúde e o atendimento médico exclusivo aos trabalhadores formais fornecido pelo Inamps obrigava as pessoas em geral a procurarem hospitais universitários ou beneficentes. Aqueles que dependiam de atendimento público, e eram muito pobres, eram institucionalizados em locais como a Divisão de Assistência e Recuperação Geral, um verdadeiro “depósito” de pessoas.

Além da inexistência de uma política de saúde pública adequada, o sistema educativo, ainda segregacionista, excluía muitos jovens com deficiência que não possuíam condições para frequentar as escolas do jeito como elas eram. Os alunos deveriam se adequar às escolas e não as escolas às especificidades dos alunos.

Tal panorama levou ao surgimento de instituições privadas sem fins lucrativos que ofereciam algum tipo de assistência às pessoas com deficiência, como é o caso da AACD, da Apae, do Lar Escola São Francisco etc. Tais organizações recebiam pouquíssimas verbas públicas (quando recebiam) e, para continuarem operando, necessitavam de doações de pessoas físicas e jurídicas, sobretudo em eventos e feiras como a “Feira da Bondade”, promovida pela Apae.

À iniciativa privada coube tanto cuidados com a saúde, reabilitação e educação quanto políticas de empregos. Encontramos relatos de parceria entre o Senai, por exemplo, e indústrias; ou entre o Senai e a Escola Helen Keller de educação especial. A Apae também atuava como intermediária nessas questões.

No final dos anos 1970, surgem diversas entidades geridas por pessoas com deficiência que, em conjunto, formaram um Movimento Social que lutava por transformações sociais.

Esse movimento foi composto por grupos ligados à Igreja Católica, como a FCD, e por indivíduos que se sublevaram contra a clara tentativa de segregar pessoas com deficiência a determinados espaços e funções que não necessariamente queriam seguir. O NID, por exemplo, surgiu quando um grupo que prestava vestibular na PUC-SP observou um jovem ser excluído do certame por conta de sua deficiência. Como sintetizou Lia Crespo em entrevista dada a autora desta dissertação:

A situação era a seguinte: se você quisesse fazer alguma coisa, cabia a você e à sua família tratar de resolver ou contornar os problemas. Nada era cobrado da sociedade. Esse era o normal. Assim era naquele tempo. Isso só começou a mudar quando, no final nos anos 1970 e começo dos anos 1980, as próprias pessoas com deficiência decidiram se organizar nesse sentido, inspiradas pelo momento histórico pelo qual passava o Brasil, quando a sociedade buscava a redemocratização do país e setores específicos, como mulheres, trabalhadores, gays e negros começavam a lutar por seus direitos³¹².

As manifestações ocorridas em locais como a Praça da Sé e na Praça Ramos, em frente ao Teatro Municipal, também são ótimos exemplos dessa “inconformidade” social vivenciada pelos “corpos inconformes”. Obviamente, esses movimentos não foram espontâneos e sim encabeçados por entidades ligadas à causa, como o MDPD e o próprio NID.

Dedicamos o Capítulo 2 ao Guia dos Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência para trabalhar com esses espaços. Listamos cerca de quarenta lugares, identificados em entrevistas e documentação primária, e narramos pequenas histórias acerca da importância desses locais, estabelecendo sempre relações com o contexto social existente. Identificamos sedes de entidades, espaços de manifestações, centros de assistência, enfim, lugares de

³¹² CRESPO, 2020.

memória onde pessoas com deficiência se encontravam para lutar, transformar e também confraternizar.

No Capítulo 3, discorremos sobre as articulações ocorridas no interior desses lugares. Dividimos essa atuação em três frentes: articulações com outras pessoas com deficiência; articulações com instituições públicas e privadas; e articulações com a política institucionalizada.

Nas articulações entre as pessoas com deficiência, discutimos as formas de “prestação de serviço” das entidades. Observamos que o MDPD prestava suporte jurídico, cobrava explicações a respeito das eventuais discriminações sofridas por pessoas com deficiência, mediava encontros, mesas redondas, simpósios, palestras etc., organizava reuniões entre diferentes entidades, distribuía passagens aéreas, entre outras atividades.

Essas passagens eram conseguidas por meio de doações de companhias aéreas. Encontramos diversas cartas solicitando ajuda para o transporte de militantes para a abertura do AIPD em São Paulo ou eventos regionais como o ocorrido em Recife. Também localizamos alguns “intercâmbios” entre integrantes do Movimento e grupos internacionais, como por exemplo Bjorn Rundstrom, presidente da *International Federation for Hydrocephalus and Spina Bifida*, da Suécia.

Foram muitas as conversas estabelecidas com outras entidades brasileiras. Além do encontro nacional em Brasília e Recife, dentro do nosso recorte cronológico identificamos o Encontro Paulista, ocorrido no Novotel do Morumbi. Os ônibus que realizaram o transporte para esse hotel foram cedidos pela EMTU a pedido das entidades. A prática era relativamente comum, tendo em vista que encontramos solicitações de ônibus inclusive para churrascos realizados pelo MDPD na Rodovia Raposo Tavares.

Com a iniciativa privada, o Movimento se articulava sobretudo para compor mesas de discussão, para conseguir empregos para pessoas com deficiência, ou para obter doações de equipamentos, como cadeira de rodas.

Em 1981, o MDPD organizou uma série de mesas redondas ocorridas no Colégio Anchieta. Essas discussões contavam com figuras políticas importantes e com diversos representantes de empresas. Essa foi uma das principais formas de articulação com outras instituições, tendo em vista que os eventos contavam sempre com diversas pessoas capacitadas. O objetivo principal das discussões era não apenas conscientizar o público em geral e as pessoas com deficiência a respeito de seus direitos, mas também gerar grupos de trabalhos que elaborassem projetos que seriam, posteriormente, encaminhados para políticos com os quais o Movimento mantinha contato.

No âmbito federal, o deputado que mais emitiu projetos para o público com deficiência foi Thales Ramalho, inicialmente do MDB, depois do PP e, no fim de sua carreira, do PFL. Além de autor da EC nº 12 de 1978, que estendia alguns direitos constitucionais às pessoas com deficiência, Thales Ramalho, uma pessoa em cadeira de rodas, criou uma série de Projetos de Lei que asseguravam desde a regulamentação de profissões como a de fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais até a criação de um Fundo Nacional para Pessoas Deficientes.

Na documentação consultada, encontramos cópias de diversos projetos, enviados ao Movimento provavelmente para apreciação e ponderação. No âmbito estadual, um deles possuía anotações e sugestões escritas a caneta, indicando que o MDPD efetivamente participava das propostas políticas. Um ótimo exemplo é a elaboração do Programa de Reabilitação da cidade de Ourinhos, do qual a entidade participou diretamente da proposta.

Encontramos na documentação pesquisada alguns indícios de que o MDPD possuía uma forte atuação entre os movimentos sociais em geral. Em 20 de novembro de 1981, o Movimento dos Profissionais por um Governo Democrático enviou ao MDPD um convite para integrar um grupo de trabalho para discutir a campanha democrática e mobilizar, assim, “ideias e esperanças”. O objetivo geral do grupo era

- a) contribuir a viabilização da unidade das oposições integrando um número crescente de profissionais num esforço de trabalho de equipe e de busca do consenso nas proposições e iniciativas;
- b) dinamizar os grupos de trabalho não só preparando propostas de medidas para o futuro Governo Democrático, como também formulando críticas e denúncias e promovendo o seu amplo debate³¹³.

Naquele momento, já existiam grupos de transporte, energia, educação, esporte e lazer, ciência e tecnologia, saúde, saneamento e meio ambiente, habitação e uso do solo, agricultura e abastecimento, economia e planejamento, cultura, informática, política industrial e finanças públicas. O MDPD era convidado justamente para pensar nas questões das pessoas com deficiência.

Assim como diversos setores sociais, as pessoas com deficiência participaram das manifestações de rua em prol das eleições diretas, as chamadas “Diretas Já!”, ocorrida em 1983, de acordo com o relatado por Ana Rita de Paula³¹⁴. A carta dos Profissionais por um Governo Democrático, além de mostrar a visibilidade social que o MDPD possuía em setores não necessariamente relacionados às pessoas com deficiência, sinaliza para a possibilidade de uma atuação mais direta do Movimento para o fim da Ditadura Militar no Brasil, embora essa afirmação careça de maiores investigações para ser confirmada.

³¹³ COMITÊ COORDENADOR, 1981.

³¹⁴ PAULA, 2021.

O ano de 1981, por conta do AIPD, foi aquele em que mais medidas de inclusão e acessibilidade foram tomadas. Embora nenhuma legislação de peso tenha sido sancionada nesse ano, foi o início das transformações que culminariam em uma série de leis que lidariam de maneira efetiva com questões relacionadas às pessoas com deficiência. A atuação do Movimento Social das Pessoas com Deficiência foi, de certa forma, consolidada na Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição Cidadã.

Em entrevista, Flávia Vital afirmou que “durante a Constituinte defendi que a Pessoa com Deficiência fosse tratada num capítulo à parte e estivesse presente nos grandes temas incluindo nestes as peculiaridades relativas às Pessoas com Deficiência³¹⁵”. A criação de um capítulo exclusivo não aconteceu, porém os direitos das pessoas com deficiência estão espalhados por toda a Constituição.

De acordo com o site do Ministério Público do Paraná, os dez artigos que versam exclusivamente sobre essa parcela significativa da população possibilitaram “a criação dos Conselhos de Direitos e a abertura de novas possibilidades de atuação do Ministério Público como defensor dos direitos dessas parcelas da população” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, [s.d.]).

Desta forma, observamos que a atuação das entidades ligadas ao Movimento Social das Pessoas com Deficiência, longe de ser uma atividade pontual de cerca de quarenta anos atrás, mostra contribuições significativas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência em todo o território nacional. Daí a importância de se debruçar sobre os Lugares de Memória do Movimento. Valorizar o espaço por eles ocupado é valorizar o seu legado. É, por fim, uma forma de chamar a

³¹⁵ VITAL, 2021.

atenção da população em geral para um segmento importante da sociedade que, embora tenham conquistado políticas importantes nos últimos anos, muito ainda falta para sua total integração social em um país excludente como o Brasil.

REFERÊNCIAS

A reabilitação de deficientes feita por escola do ABC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 14, 1981.

Aconselhamento. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 12, 1981.

AGÊNCIA SENADO. **Prejudicialidade - Senado Notícias**, [s.d.]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/prejudicialidade>. Acesso em: 26 jul. 2021.

Ajuda para os deficientes físicos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 21, 1980.

ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S. l.], v. 44, n. 1, p. 85–85, 1991. DOI: 10.1590/S0034-71671991000100018.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2013.

ALBERTI, Verena. **História e ativismo - Verena AlbertiYouTube**, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0mtRdB9y3GQ>. Acesso em: 29 jul. 2021.

AMANCIO, Olga Maria Silverio. **Associação Paulista de Nutricionistas (Filiada à FEBRAN)**, 1981.

Ano Internacional do Deficiente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 07, 1980.

Apae terá 1,2 milhão da Prefeitura. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 10, 1981.

Araguari. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 20, 1981.

ARENDR, Hannah. **O que é Política?** 1a. ed ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

ARENDR, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. 8. ed. Place of publication not identified: Editora Perspectiva, 2016. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&db=nlabk&AN=2121980>. Acesso em: 17 maio. 2021.

ARIMATÉIA, Catarina. Deficientes só têm promessas de melhorias nos transportes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 14, 1981.

Associação defende a atividade regular de deficientes físicos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 12, 1976.

Associação pretende tirar os paraplégicos das ruas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 24, 1980.

Avenida volta a ser ocupada por ambulantes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 06, 1980.

BAER, Alexandro. La memoria social: breve guía para perplejos. *In*: ZAMORA, J. A.; SUCASAS, A. (org.). **Memoria- Política – Justicia**. Madrid: Editorial Trotta, 2010. p. 131–148.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do cidadãoBCB - Calculadora do cidadão**, [s.d.]. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso em: 16 fev. 2021.

Banco de Cadeiras de Rodas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 14, 1981.

BARBOSA, Elyana. Espaço-tempo e poder-saber. Uma nova epistême? (Foucault e Bachelard). **Tempo Social**, [S. l.], v. 7, n. 1–2, p. 111–120, 1995. DOI: 10.1590/ts.v7i1/2.85211.

BARBOSA, Luciana Uchôa; PEREIRA, Juliana de Castro Nunes; LIMA, Angélica de Godoy Torres; COSTA, Suzana Santos Da; MACHADO, Raylane da Silva; HENRIQUES, Amanda Haissa Barros; FOLMER, Vanderlei. Dúvidas e medos de adolescentes acerca da sexualidade e a importância da educação sexual na escola. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. e2921, 2020. DOI: 10.25248/reas.e2921.2020.

BARNES, C.; OLIVER, M. **Disability: A Sociological Phenomenon Ignored by Sociologists**. [s.l.]: University of Leeds, 1993. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=HCppPwAACAAJ>.

BARROS, João De. Olha o rapa! **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 12, 1981.

BECK, Adalberto Matias. **Ilmo. Sr. Rui Bianchi do Nascimento**, 1981.

BEDINELLI, Talita. **PMDB volta a se chamar MDB: retorno ao passado para aplacar crise de imagem** | Brasil | El País, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/19/politica/1513695154_142381.html. Acesso em: 31 jul. 2021.

BÉHAR, Alexandre Hochmann. Meritocracia enquanto ferramenta da ideologia gerencialista na captura da subjetividade e individualização das relações de trabalho: uma reflexão crítica. **Organizações & Sociedade**, [S. l.], v. 26, n. 89, p. 249–268, 2019. DOI: 10.1590/1984-9260893.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o Conceito de História: Edição Crítica**. 1. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2020.

BERNABA, Leila. **Entrevista com Leila Bernaba**. [s.l: s.n.]Telefone

Bexiga faz festa para deficientes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 10, 1981.

BORGES, Carla; CASTELLANO, Clara. **Memórias Resistentes, Memórias Residentes: Lugares de Memória da Ditadura Civil-Militar no Município de São Paulo**. São Paulo, SP: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2016.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3a. ed ed. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 1994.

BREGAIN, Gildas. **L'internationalisation imparfaite d'une modernité nord-atlantique: essai d'histoire croisée des politiques publiques du handicap em Argentine, au Brésil et em Espagne (1956-1982)**. 2014. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/130966>.

BRIOSCHI, Lucila Reis; TRIGO, Maria Helena Bueno. Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas. **Ciência e cultura**, [S. l.], v. 39, n. 7, p. 631–637, 1987.

Cadeira de rodas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 31, 1980.

CAIRES, Canrobert de Freitas. **Entrevista com Canrobert de Freitas Caires**. [s.l: s.n.]WhatsApp

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados . Resolução nº 30, de 31 de outubro de 1972 (texto consolidado)**. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1978. a.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978. . 17 out. 1978 b.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto nº 84.135, de 31 de Outubro de 1979. . 31 out. 1979.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Diário do Congresso Nacional**, 1981.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Diários da Câmara dos Deputados Pesquisa Publicações Oficiais**, [s.d.]. Disponível em: <http://imagem.camara.leg.br/diarios.asp>. Acesso em: 7 ago. 2021a.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biografia do(a) Deputado(a) Federal THALES RAMALHO - Portal da Câmara dos Deputados**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/132090/biografia>. Acesso em: 26 jul. 2021b.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 4675/1981 Portal da Câmara dos Deputados**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=223451>. Acesso em: 27 jul. 2021c.

CÂMARA MUNICIPAL. Lei nº 5.440 de 20 de dezembro de 1957. . 20 dez. 1957.

Campinas rebaixa as guias para ajudar deficiente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 15, 1981.

CANDIDO, Marcos. **Violência sexual contra deficientes atinge 10% do total de casos de estupro** **Universa UOL**, 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/06/18/violencia-sexual-contra-deficientes-uma-dura-realidade-do-brasil.htm>. Acesso em: 8 nov. 2021.

CANOVA, Katia. **Urbanidade e justiça espacial na cidade de São Paulo: metodologia de análise e subsídio para tomada de decisão no planejamento urbano**. 2020. Doutorado em Geografia Humana - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. DOI: 10.11606/T.8.2020.tde-06082020-200157. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06082020-200157/>. Acesso em: 27 fev. 2021.

CARLETTO, Ana Claudia; CAMBIAGHI, Silvana. Desenho Universal: um conceito para todos. **São Paulo: Instituto Mara Gabrilli**, [S. l.], 2008.

CARVALHO, Robinson L. **Dr. Robinson L. Carvalho CRM 17.282 CPF 142.026.709-49**, 1981.

Casa André Luís pedirá verba de 25 milhões para evitar o seu fechamento. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 08, 1981.

CEI do Menor visita a Febem e divulga relatório. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 16, 1980.

CHANG, Heng-hao. Social Change and the Disability Rights Movement in Taiwan 1981-2002. **Review of Disability Studies: An International Journal**, [S. l.], v. 3, n. 1 & 2, 2007.

CHARLTON, James I. **Nothing about us without us: disability oppression and empowerment**. 3. Dr ed. Berkeley, Calif.: Univ. of California Press, 2004.

CLAUSELL, Cintia de Sousa. Sofrido trabalho. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 03, 1981.

CMTC anuncia ônibus para deficiente com elevador na porta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 16, 1981.

COLASUONNO, Miguel. Decreto nº 11.214, de 8 de agosto de 1974. . 8 ago. 1974.

COMITÊ COORDENADOR. **Movimento dos Profissionais por um Governo Democrático**, 1981.

Concurso de Outdoor. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 12, 1981.

CONGRESSO NACIONAL. **Diário do Congresso Nacional**, 1978.

COOPER, Margaret. The Australian Disability Rights Movement Lives. **Disability & Society**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 217–226, 1999. DOI: 10.1080/09687599926280.

CORREIA, Maria Cristina. Oportunidade para os deficientes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 03, 1980.

CRESPO, Ana Maria. **Entrevista com Ana Maria “Lia” Morales Crespo**. [s.l: s.n.]Formulário

CRESPO, Ana Maria Morales. Pólio irresponsável. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 03, 1980. a.

CRESPO, Ana Maria Morales. Oportunidade para os deficientes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 03, 1980. b.

CRESPO, Ana Maria Morales. **Da invisibilidade à construção da própria cidadania: os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes**. 2010. Doutorado em História Social - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. DOI: 10.11606/T.8.2010.tde-28052010-134630. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28052010-134630/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CRESPO, Lia; GADELHA, Crismere; AMBRÓSIO, Elza Valdete; SÃO PAULO (BRAZIL : STATE) (ORG.). **30 anos do AIPD: Ano Internacional das Pessoas Deficientes: 1981/2011**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

CYMBALISTA, Renato (ORG.). **Guia dos lugares difíceis de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2019.

DA COSTA MARQUES, Ivan. Reserva de mercado: um mal entendido caso político-tecnológico de sucesso democrático e fracasso autoritário. **Revista de Economia**, [S. l.], v. 24, p. 89–114, 2000. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/re.v24i0.1984>.

Deficiente auditivo não tem assistência. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 10, 1974.

Deficiente quer sistema de saúde democratizado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 09, 1981.

Deficientes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 12, 1981. a.

Deficientes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 17, 1981. b.

Deficientes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 16, 1981. c.

Deficientes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 13, 1981. d.

Deficientes denunciam erros em atendimento nas Clínicas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 11, 1981.

Deficientes divulgarão programa para este ano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 11, 1981.

Deficientes fazem exame de temas para 1º Congresso. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 21, 1981.

Deficientes físicos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 29, 1978.

Deficientes físicos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 16, 1979.

Deficientes físicos não têm vez no P. Ibirapuera. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 10, 1981.

Deficientes físicos reclamam de demissão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 13, 1981.

Deficientes reivindicam questões diferenciadas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 08, 1980.

Deficientes sem amparo oficial. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 18, 1981.

Deficientes terão projeto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 17, 1981.

Deficientes terão seu 1º Congresso. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 22, 1981.

Deficientes visuais serão admitidos por siderúrgica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 24, 1981.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Uma breve história do Brasil**. [s.l.] : Planeta São Paulo, 2010.

Desfile beneficente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 18, 1979.

DINIZ, Debora. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **Série Anis**, [S. l.], v. 28, p. 1–10, 2003.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. 1. ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 2012.

DSV montará esquema para os deficientes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 33, 1978.

Duzentos protestam na Sé. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 11, 1980.

ECT não contrata deficiente físico. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 17, 1981.

Enfrentando o genocídio da juventude negra / Plataforma política. Juventude contra a violência, [s.d.]. Disponível em: <https://juventudescontraviolenca.org.br/plataformapolitica/quem-somos/eixos-programaticos/enfrentamento-ao-genocidio-da-juventude-negra/>. Acesso em: 31 jul. 2021.

Entidades abrem hoje a Feira da Solidariedade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 13, 1981.

Esclarecimento da Aide. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 03, 1981.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) |Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**, [s.d.]. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/instituto-nacional-de-assistencia-medica-da-previdencia-social-inamps>. Acesso em: 17 fev. 2021.

Escolas especiais para estudantes com deficiências de audição e fala. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 16, 1979.

Estão em falta pilhas para aparelho de surdez. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 08, 1981.

Estatutos: AIDE - Associação de Integração dos Deficientes. , 1979.

Estudantes fazem em Bauru o censo dos deficientes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 21, 1981.

Exposição de carros adapta-se a deficiente. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 9, 1981.

Falta assistência aos excepcionais. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 11, 1979.

Falta de verbas ameaça auxílio a excepcionais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 20, 1981.

Faltam centros para deficientes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 12, 1980.

FARIAS, Adenize Queiroz De. **Gênero e deficiência: uma história feminina de ruptura e superação de vulnerabilidade**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2011.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, SP, Brasil: Edusp : Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1994.

FÁVERO, Geni Aparecida. **Entrevista com Geni Aparecida Fávero**. [s.l.: s.n.]Telefone

FCD promove feira beneficente no Pari. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 15, 1979.

Feira da Bondade arrecada fundos para excepcionais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 18, 1981.

Feira da Bondade é encerrada e Apae arrecada 200 milhões. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 08, 1981.

Feira da Bondade, maior este ano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 31, 1980.

FERREIRA, Paulo Felicíssimo. Trechos do livro “História Cronológica do Imperial Instituto dos Meninos Cegos”, por Claudio Luiz da Costa. **Benjamin Constant**, [S. l.], 2004.

FIGUEIREDO, Helena Bandeira. **Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes**, 1981.

FRACHETTA, Gilberto. **Entrevista com Gilberto Frachetta**. [s.l.: s.n.]Depoimento

FRACHETTA, Gilberto; AZEVEDO, Marlene Bisablia De. **À Diretoria da Viação Aérea Riograndense, VARIG S.A.**, 1981.

FRANÇA, Tiago Henrique de Pinho Marques. **Deficiência e Pobreza no Brasil: a relevância do trabalho das pessoas com deficiência**. 2015. Tese (Doutorado) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. E-book ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2003.

FURTADO, João. **João Furtado**, 1981.

GADELHA, Crismere; SANTANA, Lara Souto; GRIÃO DA SILVA, Carla; PITTERI, Bruna de Souza. O Acerco do Memorial da Inclusão: Testemunhos “da invisibilidade à cidadania”. *In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL 2019*, Campinas, SP. **Anais [...]**. . *In: TESTEMUNHAR POR IMAGENS: HISTÓRIA ORAL E O REGISTRO AUDIOVISUAL*. Campinas, SP: Campinas, 2019. Disponível em: https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1525122157_ARQUIVO_OACERVODOMEMORIALDAINCLUSAO.pdf.

Geração de nanicos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 08, 1981.

GIL, Marta. **Caminhos da inclusão: a história da formação profissional de pessoas com deficiência no SENAI-SP**. São Paulo, SP: SENAI-SP Editora, 2012.

GLOBO.COM. **Negros e pardos ocupam só 10% dos cargos de chefia, diz pesquisa** **Jornal Nacional - Negros e pardos ocupam só 10% dos cargos de chefia, diz pesquisa**, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/11/negros-e-pardos-ocupam-so-10-dos-cargos-de-chefia-diz-pesquisa.html>. Acesso em: 31 jul. 2021.

GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº. 16.742, de 5 de março de 1981. . 5 mar. 1981.

GRIÃO, Carla; BERNARDINO JUNIOR, Cláudio. Relações entre os estudos sobre deficiência e os Estudos das Ciências, Tecnologias e Sociedades: a acessibilidade como forma de tradução. **Pacha. Revista de Estudios Contemporáneos del Sur Global**, [S. l.], v. 2, n. 5, p. e21066, 2021. DOI: 10.46652/pacha.v2i5.66.

GUAITOLI, Joanina. Deficientes físicos (2). **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 03, 1980.

GUIADERODAS. **NBR 9050 – Tudo o que você precisa saber sobre a norma de acessibilidade** **NBR 9050 - Norma de Acessibilidade - Guiaderodas**, 2020. Disponível em: <https://guiaderodas.com/nbr-9050-norma-de-acessibilidade/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], n. 118, p. 247–268, 2003. DOI: 10.1590/S0100-15742003000100010.

Hahne tentará resolver caso dos ambulantes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 16, 1979.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo (SP): Centauro, 2006.

HANSEN, Oskar. **Computador dirige ônibus para deficientes**, 1981.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, [S. l.], n. 5, p. 7–41, 1995.

HERMANN, Jennifer. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavinia Barros De; HERMANN, Jennifer (eds.). **Economia brasileira contemporânea [recurso eletrônico]: 1945-2010**. 2. ed. São Paulo: Elsevier Editora, 2011. p. 73–95.

HOLANDA, Sergio Buarque De. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2005.

Homem negro é espancado até a morte em supermercado do grupo Carrefour em Porto Alegre | Rio Grande do Sul | G1. G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/homem-negro-e-espancado-ate-a-morte-em-supermercado-do-grupo-carrefour-em-porto-alegre.ghtml>. Acesso em: 31 jul. 2021.

HOWELL, Colleen; CHALKLEN, Schuaib; ALBERTS, Thomas. A history of the disability rights movement in South Africa. In: **Disability and social change: A South African agenda**. Cidade do Cabo, África do Sul: HSRC Press, 2006. p. 46–84.

HURST, Rachel. The International Disability Rights Movement and the ICF. **Disability and Rehabilitation**, [S. l.], v. 25, n. 11–12, p. 572–576, 2003. DOI: 10.1080/0963828031000137072.

Importação facilitada para deficiente físico. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 12, 1981.

INDÚSTRIA MECANO CIENTÍFICA. **Indústria Mecano Científica S.A.**, 1981.

Instalado 1º telefone para os deficientes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 13, 1981.

INSTITUTO SANTA TERESINHA. **Quem Somos Quem Somos | Instituto Santa Teresinha**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.institutosantateresinha.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 fev. 2021.

Itu. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 17, 1981.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España Editores : Social Science Research Council, 2002.

JORGE, Leila Barnaba. **Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes**, 1981.

Justiça e preconceito. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 03, 1981.

KAMEYAMA, Iris. **Carta de Iris Kameyama ao MDPD**, 1981.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/Hist%C3%B3ria_do_Movimento_Pol%C3%ADtico_das_Pessoas_com_Defici%C3%Aancia_no_Brasil.pdf?1473201976. Acesso em: 27 fev. 2021.

LANNA JR, Mário Cléber Martins (ORG.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

Leis para deficientes em análise. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 14, 1981.

LENCIONI, Sandra. Mudanças na Metrópole de São Paulo (Brasil) e transformações industriais. **Geography Department, University of Sao Paulo**, [S. l.], p. 27–42, 1998. DOI: 10.7154/RDG.1998.0012.0002.

LOPES, Eliana Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUPPI, Carlos Alberto. São antigos os problemas da unidade de Vila Maria. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 13, 1980.

M. T. Mãe triste. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 03, 1980.

MANCINI, Bruno Fabri. **Segregação e distinção social na arquitetura residencial da região metropolitana de São Paulo. O caso condomínio clube “Auge Home Resort”**. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, São Paulo, SP, 2016.

MARIANO, Agnes Francine de Carvalho. “A memória é a matéria essencial das entrevistas”: Entrevista com José Carlos Sebe Bom Meihy. **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 213–226, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34019/1981-4070.2020.v14.28251>.

MARINI, Cristiane; PIRES, Mixilini Chemin. Condomínio fechado: o direito coletivo ao uso das áreas públicas. **Unoesc & Ciência - ACSA**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 27–36, 2011.

MARTINS, Bruno Sena; FONTES, Fernando; HESPANHA, Pedro; BERG, Aleksandra. A emancipação dos estudos da deficiência*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S. l.], n. 98, p. 45–64, 2012. DOI: 10.4000/rccs.5014.

MATHIAS, Maíra. **Antes do SUS: Como se (des)organizava a saúde no Brasil sob a ditadura** | CEE Fiocruz, 2018. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=antes-do-sus>. Acesso em: 17 fev. 2021.

MATOS, Ralfo. A discussão do antiurbanismo no Brasil colonial. **Revista Geografias**, [S. l.], n. 13, p. 40–55, 2011.

MCCARTHY, Henry. The Disability Rights Movement: Experiences and Perspectives of Selected Leaders in the Disability Community. **Rehabilitation Counseling Bulletin**, [S. l.], v. 46, n. 4, p. 209–223, 2003. DOI: 10.1177/003435520304600402.

MDPD. **Boletim MDPD ano 1 - nº 2**, 1981. a.

MDPD. **Boletim MDPD ano 1 - nº 3**, 1981. b.

MDPD. **Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (Carta para CMTC)**, 1981. c.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **Iphan 2018 - Memória, História Oral e Diferenças** **YouTube**, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IUIcmjPyego>. Acesso em: 29 jul. 2021.

MELLO, Anahi Guedes De. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 21, n. 10, p. 3265–3276, 2016. DOI: 10.1590/1413-812320152110.07792016.

MELO, Candido Pinto. **Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes**, 1981. a.

MELO, Cândido Pinto De. **Exmo. Dr. Deputado Iranildo Pereira. Câmara dos Deputador DF**, 1980.

MELO, Cândido Pinto De. **Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (carta ao NID)**, 1981. b.

MELO, Cândido Pinto De. **São Paulo 4 de março de 1981**, 1981. c.

MELO, Cândido Pinto De. **Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (Carta para a VASP)**, 1981. d.

MELO, Cândido Pinto De. **Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (carta para Transbrasil S/A)**, 1981. e.

MELO, Cândido Pinto De. **TELEGRAMA. Dorina Gouvea Nowill**, 1981. f.

MELO, Cândido Pinto De. **Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (para Nelson Proença)**, 1981. g.

MENDONÇA, Heloísa. **Negros são maioria nas universidades públicas do Brasil pela primeira vez** **Negros são maioria nas universidades públicas do Brasil pela primeira vez | Brasil | El Pais**, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/13/politica/1573643039_261472.html. Acesso em: 26 jul. 2021.

Mesa Redonda: Mercado de Trabalho. Transcrição Manuscrita por Lia Crespo., 1981.

MILES, Susie. Engaging with the Disability Rights Movement: The experience of community-based rehabilitation in southern Africa.

Disability & Society, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 501–518, 1996. DOI: 10.1080/09687599627561.

Miniorelhão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 10, 1981.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL - Dispositivos referentes à pessoa com deficiência** **CONSTITUIÇÃO FEDERAL - Dispositivos referentes à pessoa com deficiência - Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, [s.d.]. Disponível em: <https://pcd.mppr.mp.br/pagina-253.html>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MOURA, Luiz Celso Marcondes. **Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (carta para o Diário Popular)**, 1980.

MOVIMENTO PELOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES. **Plano de Trabalho**, 1981.

Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (carta para Iranildo Pereira). , 1980.

Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (mesa redonda: Assistênciam médica, reabilitação e equipamentos auxiliares). , 1981.

MUCCI, Cristina. Nem coitadinho nem super-herói. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 8, 1981.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação Afirmativa em benefício da população Negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, [S. l.], v. 4, n. 2, 2007. DOI: 10.5216/sec.v4i2.515. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/515>. Acesso em: 26 jul. 2021.

MUNHOZ, Antônio Carlos. **Entrevista com Antonio Carlos "Tuca" Munhoz**". [s.l: s.n.]Questionário

MUNIZ, Ana Clara. **_anaclarabm Onde as pessoas com deficiência estão na sua diversidade?Instagram**, 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CD7Qod-DS6l/>. Acesso em: 7 ago. 2021.

MUSEU DA INCLUSÃO. **Projeto Memórias - YoutubeProjeto Memórias - Youtube**, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLCDAM1uBtMaC3C8eVxTQhTcj4S0nYrZbz>. Acesso em: 17 jul. 2021.

NASCIMENTO, Rui Bianchi Do. **AIDE Associação de Integração dos Deficientes**, 1981.

NASCIMENTO, Geraldo Marcos Labarrère. **Geraldo Marcos Labarrère Nascimento. [Entrevista concedida ao] Memorial da Inclusão: os Caminhos da Pessoa com Deficiência / Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência/SP**. [s.l: s.n.]

NASCIMENTO, Marcos Geraldo Labarrère. **Entrevista com Marcos Geraldo Labarrère Nascimento**. [s.l: s.n.] Formulário

NOBRE, Julio Cesar de Almeida; OLIVEIRA, Ivanete da Rosa Silva De; GONÇALVES, Nathan da Cunha; SANTOS, Joseane de Almeida Dos; SILVA, Camila Fernandes Da; SILVA, Dyene Kelly Leopoldina Rodrigues Da. Produção coletiva da pessoa com deficiência: rastreando mediações. **Cadernos UniFOA**, [S. l.], v. 13, n. 36, p. 55–68, 2018. DOI: 10.47385/cadunifoa.v13.n36.1513.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 10, p. 7–28, 1993.

O presidente da Febem confirma que UE-8 parou. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 10, 1980.

OLIVA, Jaime Tadeu. **A Cidade sob Quatro Rodas. O automóvel particular como elemento constitutivo e constituidor da cidade de São Paulo: o espaço geográfico como componente social**. 2004. Doutorado em Geografia Humana - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. DOI: 10.11606/T.8.2004.tde-06102010-142742. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06102010-142742/>. Acesso em: 27 fev. 2021.

OLIVA, Jaime Tadeu. É possível o objeto Brasil? *In*: PAIXÃO, Paixão; TONI, Flávia Camargo (org.). **Estudos Brasileiros em 3 tempos: 1822-1922-2022: Pensar o Brasil: desafios e reflexões**. Coleção Estudos Brasileiros Belo Horizonte, MG: Fino Traço Editora, 2021. p. 11–86.

OLIVEIRA SOBRINHO, Afonso Soares De. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. **Sociologias**, [S. l.], v. 15, n. 32, p. 210–235, 2013. DOI: 10.1590/S1517-45222013000100009.

Ônibus especial não atende deficientes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 09, 1981.

Ônibus vão ter bancos especiais para deficientes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 10, 1981.

ORTIZ, José. Deficientes intensificam a luta por seus direitos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 10, 1981. a.

ORTIZ, José. Deficientes discutem arquitetura urbana. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 14, 1981. b.

Os ambulantes estão contra novas bancas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 19, 1979.

Os excepcionais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 33, 1979.

Para seu conhecimento e críticas, bem como possíveis sugestões..., [s.d.].

Paraplégicos vão ter facilidades nos aeroportos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 11, 1980.

PAULA, Ana Rita De. Deficientes físicos (1). **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 03, 1980.

PAULA, Ana Rita De. **Entrevista com Ana Rita de Paula**. [s.l.: s.n.]Telefone

PFEIL, Bruno; GONZALEZ, Ramiro. **Polemização, deslegitimação e fragilidade: mecanismos de fuga para impedir o processo de desconstrução da LGBTifobia e do racismo** Academia.edu, 2019. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/64552291/Polemiza%C3%A7%C3%A3o,%20deslegitima%C3%A7%C3%A3o%20e%20fragilidade%20mecanismos%20de%20fuga%20para%20impedir%20a%20desconstru%C3%A7%C3%A3o%20-%20final.pdf?1601384093=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DPolemizacao_deslegitimacao_e_fragilidade.pdf&Expires=1626631104&Signature=FI35J4Y99oi-oia2Q8NtL26fkEVlyYpVUkD8VZdFWcukpge0za01pRHuSacOfMTup-skPLuvv5i60doUfTHhekBtLCyO-wS9jXDFIh7KL4TrTuYEAs2yDDEBMRPkONDgFj1oXzaB6FSmwp6wO-VfHqiLRycnb2x8gZT5E60ID~hsoGjeRy6FFjRFLa5owwb56zTuuHu8qs21xpjPdyjt~vNvxfSjySE3Gomzbpqh~NHj~~5tZsgVmhvi68cDTF4eqpDHkjaJvfwAs208r5-MU2eej~pDYdz-unCLVuY6j7oiV68YY4ZbxG2Ho~mHjMDH~5A1Jjv1vJ7XMwff~-63EA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 18 jul. 2021.

PIRES, Cecília. Deficientes lutam para acabar com paternalismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 12, 1981. a.

PIRES, Cecília. Deficientes ainda esperam. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 21, 1981. b.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 200–215, 1992.

PP estuda a criação de 3 departamentos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 04, 1980.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. E-book ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 84.919, de 16 de Julho de 1980. . 16 jul. 1980 a.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 85.123, de 10 de Setembro de 1980. . 10 set. 1980 b.

Primeira linha de ônibus para os deficientes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 09, 1981.

Problemas dos deficientes físicos debatidos em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 11, 1980.

Projeto cria proteção para os deficientes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 09, 1981.

Pronto ônibus para deficientes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 12, 1981.

Proposta contratação de cegos pelo Estado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 13, 1981.

Proposta de Emenda à Constituição nº 93, de 1980. PEC 93/1980 - Senado Federal, [s.d.]. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/18927>. Acesso em: 26 jul. 2021.

PUC-SP. **DerdicDerdic | A Derdic - Missão e Valores**, [s.d.]. Disponível em: https://www5.pucsp.br/derdic/int_derdic/a_derdic.html. Acesso em: 16 fev. 2021.

RAMALHO, Thales. Projeto de Lei 4.629/1981. . 25 maio 1981.

Rio Claro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 23, 1981.

RODRIGUES, Olimpia Salete. **Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos**, 1981.

RUNDSTROM, Bjorn. **Galeano Silva**, 1981.

S. J. dos Campos rebaixa guias para deficientes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 28, 1981.

SADEK, Maria Tereza Aina. Acesso à justiça: um direito e seus obstáculos. **Revista USP**, [S. l.], n. 101, p. 55, 2014. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i101p55-66.

Salão do automóvel demite deficientes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 10, 1981.

SANCHES, Ligia. Um ano de luta pelos direitos do deficiente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 19, 1981.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos - CEBRAP**, [S. l.], n. 79, p. 71–94, 2007. DOI: 10.1590/S0101-33002007000300004.

SANTOS, Silvana da SN Perrut Dos. Civilidade e Instrução no Brasil Oitocentista: Projeto Nacional e o Imperial Instituto dos Surdos Mudos no Município da Corte entre 1855 a 1870. *In*: ANAIS DO XIII ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH-RIO 2008a, Rio de Janeiro, RJ. **Anais [...]**. *In*: XIII ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH-RIO. Rio de Janeiro, RJ

SANTOS, Wederson Rufino Dos. Pessoas com deficiência: nossa maior minoria. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 501–519, 2008. b. DOI: 10.1590/S0103-73312008000300008.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo, SP: HUCITEC, 1993.

São José dos Campos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 20, 1980.

São Paulo, 16 de outubro de 1981. , 1981.

SASSAKI, Romeu. **TELEGRAMA Deputado Federal Thales Ramalho**, 1981. a.

SASSAKI, Romeu. **Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (carta para Bjorn Rundstrom)**, 1981. b.

SASSAKI, Romeu. **Entrevista com Romeu Sasaki**. [s.l.: s.n.]Formulário

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (para o DRPV)**, 1981. c.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência. **Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 8–11, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, [S. l.], v. X, n. 57, p. 8–16, 2007.

SCIFONI, Simone. Lugares de Memória Opeária na Metrópole Paulista. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], n. 33, p. 98, 2013. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2013.74304.

Seguros de vida para pais que possuem filhos com deficiência. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 32, 1981.

SETUBAL, Olavo Egydio. Decreto nº 14.369 de 25 de janeiro de 1977. . 25 fev. 1977.

SHAPIRO, Joseph P. **No pity: people with disabilities forging a new civil rights movement**. 1st pbk. ed ed. New York: Times Books, 1994.

SILVA, Adriana Oliveira Da. **Damas da Sociedade: caridade, política e lazer entre mulheres de elite de Itabuna (1924-1962)**. 2012. Mestrado Acadêmico em História - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SILVA, Fernando Ferreira Da. **Prezada Sra.**, 1981. a.

SILVA, Jammerson Yuri Da; OLIVEIRA VIEIRA, Arthur Cassio De. Além do olhar: A atuação de Dorina Nowill na Educação Especial para Cegos. *In*: ANAIS DO VI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONEDU 2019, Campina Grande, PB. **Anais [...]**. Campina Grande, PB p. 1–8. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV_127_MD1_SA3_ID5684_15082019105826.pdf. Acesso em: 4 maio. 2021.

SILVA, Márcia Regina Barros Da. **O mundo transformado em laboratório: ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo de 1891 a 1933**. 2004. Doutorado em História Social - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. DOI: 10.11606/T.8.2004.tde-01032005-

111148. Disponível em:
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01032005-111148/>.
 Acesso em: 27 fev. 2021.

SILVA, Otto Marques Da. **Comissão Estadual de Apoio e Estímulo ao Desenvolvimento do Ano Internacional das Pessoas Deficientes - A.I.P.D. (entrega de fitas gravadas)**, 1981. b.

SILVA, Otto Marques Da. **Comissão Estadual de Apoio e Estímulo ao Desenvolvimento do Ano Internacional das Pessoas Deficientes - A.I.P.D.**, 1981. c.

SILVA, Vera Luci Machado Prates Da. **Um olhar sobre a FCD: seu caminhar em direção à inclusão das pessoas com deficiência**. 2017. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicação, Educação e Humanidades, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, 2017.

SILVA, Fernando de Barros E. **Gente diferenciada** **Gente diferenciada | Observatório de Imprensa**, 2011. Disponível em:
<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/gente-diferenciada>. Acesso em: 5 maio. 2020.

Simpósio Educação, Profissionalização e Emprego das Pessoas Deficientes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 19, 1981.

Só tem escadas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 03, 1981.

SOARES, Ivone. **TELEGRAMA. Direitos Kpessoas**, 1981.

Sobre a coalizão. , [s.d.].

Sociedade Pestalozzi. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 28, 1981.

Sociedade Pestalozzi quer jogo legalizado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 12, 1981.

SOLON, Silvia. Um telejornal que não pretende ser ouvido. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 40, 1978.

SOUZA, Cleuseneu De. **Dr. Cleuseneu de Souza, economista.**, 1981.

STAR, Susan Leigh. Power, Technology and the Phenomenology of Conventions: On being Allergic to Onions. **The Sociological Review**, [S. l.], v. 38, n. 1_suppl, p. 26–56, 1990. DOI: 10.1111/j.1467-954X.1990.tb03347.x.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. A ferrovia "The São Paulo Railway"(SPR) ea industrialização da cidade de São Paulo. **Anuario del Centro de Estudios Históricos" Prof. Carlos SA Segreti"**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 125–134, 2002.

Telesp lançará orelhões para uso de deficientes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 08, 1981.

TÉVES, Matheus. **“Eu tenho um amigo negro” e o racismo nosso de cada dia** **Revista Bula**, 2019. Disponível em: <https://www.revistabula.com/27068-eu-tenho-um-amigo-negro-e-o-racismo-nosso-de-cada-dia/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 3ed. ed. Campinas: Unicamp, 1998.

TOWNES, Nelson. Poucas conquistas marcam Ano da Pessoa Deficiente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 18, 1981.

Treinamento profissional para deficiente físico. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 6, 1979.

Um depósito de doentes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 10, 1981.

Um deputado em cadeira de rodas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 7, 1981.

Um Lula Para o Salário Mínimo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 03, 1979.

Um pouco de cada um para ajudar os que necessitam. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, p. 195, 1979.

UNIFESP. **Escola Paulista de Medicina e Escola Paulista de Enfermagem** **Escola Paulista de Medicina e Escola Paulista de Enfermagem - Comunicação**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/publicacoes/entreteses/item/3906-escola-paulista-de-medicina-e-escola-paulista-de-enfermagem>. Acesso em: 17 fev. 2021.

VIANNA, Marcelo. **Entre burocratas e especialistas: a formação e o controle do campo da informática no Brasil (1958-1979)**. 2016. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio

Grande do Sul, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10923/9555>. Acesso em: 18 mar. 2020.

VITAL, Flavia Maria de Paiva. **Entrevista com Flavia Maria de Paiva Vital**. [s.l: s.n.]WhatsApp

WALF, Claus. **Coalizão Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes**, 1981.

APÊNDICES

Apêndice I: Depoimentos coletados

Depoimento: Ana Maria Morales “Lia” Crespo

Data: 06.05.2020

Formato: Depoimento escrito e enviado pela militante

1) Conte-nos sobre você e sua atuação na militância do Movimento Social da Pessoa com Deficiência em São Paulo.

Resposta: Meu irmão gêmeo, Kico Crespo, e eu somos os caçulas de cinco irmãos. Nascemos em Osasco, 19 de junho de 1954. Ele já nasceu com uma deficiência, provavelmente, paralisia cerebral. Por coincidência, tive pólio quando tinha um ano e dois meses de idade. Tanto ele como eu fomos submetidos a muitas cirurgias, mas, nunca ficamos internados em centros de reabilitação, nem estudamos em escolas especiais, como era a praxe naquela época. Ou seja, sempre convivemos na sociedade, frequentando escolas públicas comuns, como também, cinemas, restaurantes, parques etc.

Assim, com apoio da família, meu irmão e eu, embora, eventualmente, enfrentássemos problemas com barreiras arquitetônicas e/ou atitudinais, sempre tivemos uma vida normal, considerando nossa condição de deficientes, numa sociedade totalmente despreparada no que diz respeito à deficiência.

Sou formada em Jornalismo, pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, tenho mestrado em Ciência da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes (ECA, USP) e doutorado em História Social, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH, USP). Trabalhei como revisora na Empresa Folha da Manhã, que editava o Notícias Populares, onde também fui redatora. Antes de me aposentar, trabalhei como gerente de conteúdo da Rede Entre Amigos, que

englobava inúmeras organizações prestadoras de serviço na área da deficiência e era coordenada pela SORRI-Brasil.

Pessoalmente, comecei minha atuação no Movimento quando conheci Ana Rita de Paula, durante o vestibular na PUC, no final de 1979, e decidimos, junto com outras pessoas deficientes, criar o NID, Núcleo de Integração de Deficientes e começamos a participar do Movimento que estava se organizando em São Paulo (capital e interior), bem como em outros Estados da federação, tais como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Bahia e Brasília. Particpei ativamente do início da organização nacional do movimento, da criação do Conselho Estadual para Assuntos das Pessoas com Deficiência (1984), dos dois conselhos municipais de São Paulo, tanto daquele que foi criado no final da gestão do prefeito Mário Covas (1985) e extinto em dezembro de 1986, na gestão de Jânio Quadros, e do qual fui presidente, quanto do que existe até hoje e que foi criado na gestão da Luiza Erundina. Particpei também da elaboração das propostas para a Constituição Federal, bem como, para a Estadual e para a Lei Orgânica do Município de São Paulo, quase todas efetivamente aprovadas.

2) O que motivaram as primeiras manifestações do Movimento Social da Pessoa com Deficiência em São Paulo a partir de 1978?

Resposta: A situação era a seguinte: se você quisesse fazer alguma coisa, cabia a você e à sua família tratar de resolver ou contornar os problemas. Nada era cobrado da sociedade. Esse era o normal. Assim era naquele tempo. Isso só começou a mudar quando, no final nos anos 1970 e começo dos anos 1980, as próprias pessoas com deficiência decidiram se organizar nesse sentido, inspiradas pelo momento histórico pelo qual passava o Brasil, quando a sociedade buscava a

redemocratização do país e setores específicos, como mulheres, trabalhadores, gays e negros começavam a lutar por seus direitos.

3) Você se recorda de quais eram os locais em que ocorreram essas manifestações? Quais são esses locais e o que ocorreram especificamente neles?

Resposta: ver arquivo Locais Históricos para o Movimento das Pessoas com Deficiência

4) Em sua opinião, é importante que esses locais possam ser lembrados como “cenários de luta” / “lugares de memória” por direitos da pessoa com deficiência? Em caso positivo, por quais razões?

Resposta: Acho importantíssima essa sua pesquisa porque, de fato, vários lugares foram muito marcantes nessa luta por direitos. Acho justo que esses locais sejam lembrados, conhecidos, registrados e divulgados, tal qual acontece com outros locais importantes para outros setores da sociedade e para a história de nossa cidade. Os militantes jurássicos estão desaparecendo e, se não for registrada, a memória desses locais importantes para a luta das pessoas com deficiência em defesa de seus direitos e em busca de visibilidade desaparecerá também.

5) Para você, as melhorias em acessibilidade na cidade de São Paulo possuem relação com essas manifestações?

Resposta: Tenho certeza de que a acessibilidade que existe hoje na cidade, embora aquém do necessário, é resultado direto da luta desenvolvida pelo movimento das pessoas deficientes que logrou conquistas importantes em termos de aprovação de leis ordinárias municipais, estaduais e federais, além de preceitos constitucionais e, mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei

nº 13.146, de 6 de julho de 2015) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e seu Protocolo Facultativo (PF) que, em 9 de julho de 2008, foram ratificados com equivalência de Emenda Constitucional pelo Senado através do Decreto Legislativo nº 186. Em agosto, o Governo Brasileiro depositou o instrumento de ratificação da CDPD e do PF junto ao Secretário-Geral na sede da ONU. Um ano depois, a CDPD e o PF foram promulgados pelo Presidente da República através do Decreto nº 6.949. Tudo isso só aconteceu porque as pessoas com deficiência se organizaram e produziram a mudança cultural necessária para essas conquistas legislativas. Cabe às próximas gerações concretizar essas conquistas.

6) Quais camadas da sociedade podem se beneficiar com uma cidade mais acessível?

Resposta: Todas as pessoas com deficiência, sobretudo as mais pobres, podem se beneficiar de uma cidade mais acessível. Mas, amplos setores da sociedade também se beneficiam, tais como idosos, gestantes, crianças, pessoas doentes ou com locomoção temporariamente limitada. Na verdade, a sociedade como um todo se beneficia, porque a cidade mais acessível torna-se mais interessante ao acolher a diversidade humana.

Esta matéria fala um pouco disso:

Entrevista

Sandra Perito: arquiteta, doutora em Arquitetura Inclusiva pela USP

‘Queremos a igualdade de uso dos espaços’

Presidente do Instituto Brasil Acessível acredita que acessibilidade não é ‘fazer favor’ e pode ser oportunidade de negócio

Edison Veiga

“A nossa missão é promover a inclusão social no ambiente construído”, não se cansa de repetir a arquiteta Sandra Perito, de 48 anos, doutora em Arquitetura Inclusiva pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Instituto Brasil Acessível. Por meio da organização que preside – e graças a uma parceria com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Arquitetura –, ela está à frente da 1ª Jornada Nacional de Arquitetura Inclusiva, que termina hoje no Millennium Centro de Convenções (informações pelo 3887-9496). Na semana passada, Sandra conversou com o **Estado** sobre o tema.

Qual é a ideia da Jornada?

A gente quer mostrar que a arquitetura inclusiva é uma oportunidade de negócio. Porque a questão da acessibilidade não é fazer favor aos outros, como muitos pensam. Também é rentável. Tem um mercado que não está sendo atendido. Com o envelhecimento da população, então, nem brinca. Estamos diante de uma oportunidade: existe potencial para isso e quem faz assim apresenta-se com um diferencial.

O que é arquitetura inclusiva?

Engana-se quem pensa que é algo apenas para o idoso e para o deficiente. É planejar os espaços para todo mundo, sem categorizar as pessoas. A nossa ideia é que todos os espaços sejam usados por todas as pessoas da mesma maneira, seja ela idosa, criança, mãe com bebê, grávida...

Igualdade, então?

Exatamente. Queremos garantir a igualdade de uso. Nada disso de haver, em um estabelecimento, uma entrada principal cheia de degraus e outra, pelos fundos, acessível aos deficientes. Tem um restaurante aqui perto (*no bairro do Campo Belo*) que é um absurdo. São cinco degraus para entrar. O acesso para deficientes é uma rampinha que vai direto ao subsolo.

Quem bolou o conceito de arquitetura inclusiva?

Foi um arquiteto americano (*Ronald Mace*) no começo da década de 90. Ele usava cadei-

constrangimentos, dificuldades e até a impossibilidade de usar os espaços. Então criou o conceito de desenho universal: tentar projetar abrangendo o maior número de pessoas. Obviamente que levar isso ao limite seria utópico. Mas quanto mais você abre seu pensamento, mais consegue oferecer essas condições dentro de um espaço projetado.

E de onde veio o seu interesse por essa luta?

Minha preocupação com o tema começou pela família. Três de meus avós morreram com mais de 90 anos e eu percebia as dificuldades que eles tinham para usar a casa onde viveram nos últimos 30, 40 anos de suas vidas. Então pensava: alguma coisa não está certo. Chega uma hora em que a pessoa não consegue mais subir as escadas, começa a improvisar o quarto na sala, o banheiro no lavabo. Passa a viver indignamente porque não consegue usar sua própria casa.

Você chegou a aplicar tais conceitos?

Sim. Em 2003, na reta final de meu doutorado, resolvi construir uma casa para testar a tese. Mede 260 m² e fica em Taubaté, em um condomínio fechado. Provei que é viável, que te-

‘Precisamos tentar projetar para o maior número de pessoas’

mos produtos no mercado nacional que atendem a esses critérios. A ideia do conceito é a adaptabilidade, ou seja, planejar para que os ambientes tenham a capacidade de se adaptar às necessidades de quem for usá-los. Eles não são adaptados. São adaptáveis.

Como assim?

Por exemplo: esta casa em Taubaté não tem elevador. Mas há um espaço para que ele seja instalado, caso necessário. Os banheiros não precisam ter as barras de apoio, mas os encanamentos têm de ser pensados para que, em uma eventual instalação dessas barras, não sejam furados acidentalmente.

O instituto nasceu quando?

Fundei em 2004. Após terminar o doutorado, fui incentivada por colegas a montá-lo, a fim de promover a inclusão social pelo ambiente a ser construído, coisa em que ninguém estava trabalhando. A gente

Depoimento: Canrobert Caires

Data:13.12.2020

Formato: Depoimento escrito e enviado pelo militante

1) Conte-nos sobre você e sua atuação na militância do Movimento Social das Pessoas com Deficiência em São Paulo.

Resposta: Me chamo Canrobert Caires. Em 1973, então com dezesseis anos, em um mergulho de piscina comprimi a sexta e sétima vértebras da cervical, o que resultou em um quadro de tetraplegia. Fiquei quatro dias internado na Santa Casa de Araçatuba, interior de São Paulo, e por recomendação médica, fui transferido para o Hospital das Clínicas em São Paulo. Era janeiro e como não havia previsão de quando teria alta, minha família acabou se mudando e vindo junto. Foi um longo período de tratamento, só encerrando a internação em dezembro. Depois desse período fiquei fazendo fisioterapia ambulatorial. Consegui um bom nível de recuperação e a previsão de que não mais poderia sair da cama não se confirmou e aos poucos fui refazendo minha vida dentro de uma nova realidade, porém longe do que se previa. Em 1975 retornei meus estudos e comecei a sentir na pele o quanto a cidade era desprovida de recursos para quem utilizava cadeira de rodas, bem como para os cegos e surdos. Estudando à noite e fazendo fisioterapia durante o dia ia aos poucos me adaptando às novas condições. O último período de reabilitação fiz na antiga DRPV – Divisão de Reabilitação Profissional da Vergueiro, hoje Rede Lucy Montoro – Vergueiro. Na DRPV encontrei um grupo de profissionais muito comprometido com as questões relativas à integração das pessoas com deficiência na sociedade. Com uma convivência que ia além do atendimento, era comum nos encontrarmos nos fins de semana em bares e restaurantes. Nesses encontros sempre discutíamos sobre as barreiras físicas na cidade e a falta de uma

legislação que obrigasse uma adequação dos locais públicos e privados, bem como nossos direitos de uma forma universal. Quando a ONU definiu que o ano de 1981 seria o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, decidimos nos organizar e assumir o protagonismo de qualquer mobilização sobre o assunto.

2) O que motivaram as primeiras manifestações do Movimento Social das Pessoas com Deficiência em São Paulo a partir de 1978?

Resposta: Todas essas dificuldades que encontrávamos no dia a dia. Transporte, educação, lazer, enfim, em toda e qualquer atividade que todo cidadão deveria ter para viver uma vida plena. A ausência de leis que nos garantissem os nossos direitos, nos levou a concluir que deveríamos nos organizar formalmente para defendermos aquilo que julgássemos fundamental para a nossa integração social. Reunimos um grupo formado por pacientes e profissionais da DRPV e criamos a AIDE (pronuncia-se aidê) Associação de Integração das Pessoas com Deficiência. Uma entidade sem fins lucrativos e a primeira que abrangia todas as deficiências. Como pessoa jurídica criamos condições de questionarmos as autoridades de forma mais objetiva e sem a visão assistencialista que existia até então. A partir daí, começamos a fazer reuniões com todos os agentes públicos e com as entidades de classe para questionarmos e reivindicarmos os nossos direitos.

3) Você se recorda de quais eram os locais em que ocorreram essas manifestações? Quais são esses locais e o que ocorreram especificamente neles?

Resposta: Nos reuníamos na FMU, na Colmeia, próxima da Av. Nove de Julho, na câmara municipal e, principalmente, nas casas dos próprios membros quando não encontrávamos um local ou quando a

reunião era mais interna. Simultaneamente, outras entidades foram se formando. Entre elas o MDPD – Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência, o NID – Núcleo de Integração dos Deficientes, a ADEVA – Associação dos Deficientes Visuais e Auditivos, entre outras. O MDPD tinha uma concepção de um fórum, com participação das entidades e pessoas não vinculadas a nenhuma associação. O ano de 1981 foi o ponto de partida para criarmos no país inteiro uma mobilização que levou a produzirmos todas as propostas que viriam a ser apresentadas na constituinte de 1988. Realizamos encontros, assembleias, fóruns, seminários e congressos em todo território nacional.

4) Em sua opinião, é importante que esses locais possam ser lembrados como “cenários de luta” / “lugares de memória” por direitos da pessoa com deficiência? Em caso positivo, por quais razões?

Resposta: Com certeza. Sem memória não existe identidade social. Não existe história.

5) Para você, as melhorias em acessibilidade na cidade de São Paulo possuem relação com essas manifestações?

Resposta: Toda legislação atual é fruto direto desse movimento. Criamos as leis sem representantes indiretos. Fomos nós que apresentamos, com quatrocentas mil assinaturas conseguidas em uma época que não existiam redes sociais e nem se sonhava com internet. Criamos as leis nas casas legislativas e as normas, via ABNT. Antes, só existia um artigo na antiga constituição, emenda Talles Ramalho, que no fundo só admitia a existência de pessoas com deficiência. Nada mais que isso.

6) Quais camadas da sociedade podem se beneficiar com uma cidade mais acessível?

Resposta: Absolutamente todas. Mesmo as que não possuem nenhuma deficiência acentuada, já que todos estão sujeitos a uma limitação por mais temporária que seja. E todos aqueles que tiverem a sorte de passarem a vida inteira sem nenhuma deficiência, mesmo as temporárias, se não morrerem antes, um dia suas pernas irão se fragilizar e poderão, assim, precisar de uma cidade que lhe permita superar aquilo que a velhice lhe trouxe. A cidade acessível torna as pessoas mais integradas e diversificadas pela convivência com todo tipo de características, físicas e/ou culturais. Além disso, permite que todo cidadão viva sua cidadania plena. Produzindo e consumindo de acordo com suas necessidades.

Depoimento: Geni Aparecida Fávero

Data:16.12.2020

Formato: Depoimento escrito e enviado pela militante

1) Conte-nos sobre você e sua atuação na militância do Movimento Social das Pessoas com Deficiência em São Paulo.

Resposta: Me chamo Geni Aparecida Fávero, **tenho** 71 anos. Nasci em Pederneiras, município do Estado de São Paulo. Conclui o curso superior - Licenciatura em Desenho e Plástica e possuo Formação para o Magistério (Curso Normal) em Bauru. Concursada, iniciei minha carreira profissional em 1974, trabalhei como Assistente Técnico de Ensino da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Em 2008, me ingressei na Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência para realizar o levantamento de necessidades para pessoas com deficiência, bem como planejamento e execução de ações que viabilizem a inclusão e acessibilidade.

2) O que motivaram as primeiras manifestações do Movimento Social das Pessoas com Deficiência em São Paulo a partir de 1978?

Resposta: O Movimento queria melhorias na qualidade de vida das pessoas com deficiência e sua integração na sociedade. A partir das manifestações, muitas coisas aconteceram. Por exemplo, na Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS), e na Associação dos Surdos de São Paulo, analisamos as necessidades da comunidade surda para encaminhar as propostas aos profissionais, dirigentes governamentais e não governamentais visando a melhoria da vida dos surdos e de sua inserção na sociedade devido as limitações, problemas enfrentados e possíveis soluções. Depois, decidimos organizar a I CONFERÊNCIA DOS DIREITOS E CIDADANIA DOS

SURDOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - I CONDICISUR – 2001- "Viva a sua diferença" em 21/04/2001. Fui convidada a participar do membro integrante do grupo de trabalho da ABNT para elaboração de projeto de Norma Brasileira de Acessibilidade na Comunicação, e o que motivou a criação da Lei de Libras, Intérpretes e TV com Legenda *Closed Caption*, ativa do grupo da ABNT CE-03, que discute normas técnicas que assegurem a acessibilidade na TV, NBR 15.290: um marco importante para a televisão.

3) Você se recorda de quais eram os locais em que ocorreram essas manifestações? Quais são esses locais e o que ocorreram especificamente neles?

Resposta: Muitos eram no centro da cidade e em casas de militantes. Mas o que eu quero chamar a atenção é também no surgimento de outros lugares criados a partir dessas manifestações iniciais, lugares que surgiram posteriormente ao se recorte de pesquisa, como: a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, através de seu Escritório Regional de São Paulo, a Confederação Brasileira de Desportos dos Surdos – CBDS, a Associação dos Surdos de São Paulo – ASSP e a Cooperativa Padre Vicente de Paulo Penido Burnier – COPAVI. Ambas apresentaram um documento sobre a Primeira Conferência dos Direitos e Cidadania dos Surdos do Estado de São Paulo – I CONDICISUR – VIVA A sua DIFERENÇA, realizada em 21 de abril de 2001 no Centro de Convenções Rebouças – São Paulo, que conta sobre o movimento dos surdos e sua luta em prol da garantia de seus direitos e de suas reais reivindicações.

4) Em sua opinião, é importante que esses locais possam ser lembrados como “cenários de luta” / “lugares de memória” por direitos da pessoa com deficiência? Em caso positivo, por quais razões?

Resposta: Sim, é importante demonstrar que esses lugares foram espaços de uma luta precursora que chamava a atenção também para o oferecimento de mesmas condições entre pessoas com e sem deficiência. Um exemplo de promoção de equidade é a assistência em tempo integral às crianças surdas desde quando a deficiência auditiva é detectada, tanto no aspecto clínico como no social.

5) Para você, as melhorias em acessibilidade na cidade de São Paulo possuem relação com essas manifestações?

Resposta: Sim, a acessibilidade a partir dessas manifestações foi sendo criada e foi aparecendo mais e mais. Um aspecto fundamental no que tange às pessoas surdas, é a orientação, pois sabemos que não existe só a acessibilidade física, o Movimento exigia pautas variáveis, como por exemplo: as pessoas surdas devem buscar informações, ter consciência do que é necessário e militar por seus direitos. Devem buscar o apoio dos pais, familiares, profissionais e solicitar à faculdade material de apoio, intérprete de LIBRAS, reforço e propor legenda em tempo real. Para isso, devem manter-se atualizadas assistindo televisão, vídeos e Internet para comunicar-se em rede, devem tomar consciência, utilizar os recursos que o mundo moderno oferece e juntar forças entre os seus pares e na sociedade.

6) Quais camadas da sociedade podem se beneficiar com uma cidade mais acessível?

Resposta: Todas. E para que seja um mundo mais acessível e inclusivo para pessoas surdas, ele precisa ainda disponibilizar mais

legenda em tempo real, sensibilizar os professores, políticos e outros preparando-os (com noções de LIBRAS) para a convivência com surdos, oferecendo também intérprete de Libras. Além disso, o mundo moderno oferece diversas tecnologias assistivas para maior inclusão e acessibilidade de pessoas com alguma deficiência e pessoas sem deficiência em geral.

Depoimento: Antonio Carlos “Tuca” Munhoz

Data: 21.12.2020

Formato: Depoimento escrito e enviado pelo militante

1) Conte-nos sobre você e sua atuação na militância do Movimento Social da Pessoa com Deficiência em São Paulo.

Resposta: Os locais de referência citados são locais em que o movimento “classe média” ocupou. Por exemplo, onde se reuniam as pessoas com deficiência economicamente marginalizadas? Lembro que nesses locais, a Lia, a Ana Rita, a Aracy e outras pessoas, iam de táxi ou de carro próprio, algumas com motoristas. Nota-se, então que eram pessoas privilegiadas. Onde estavam as pessoas com deficiência pobres? Um dos locais de encontro e comemorações desse grupo era o Restaurante Senzala, (que triste nome). Um local bastante elitizado e caro. O próprio fato de várias dessas pessoas estudarem na USP, e poderem chegar até lá, já demonstra uma situação de privilégio.

2) O que motivaram as primeiras manifestações do Movimento Social da Pessoa com Deficiência em São Paulo a partir de 1978?

Resposta: Justamente foi esse o detonador do movimento, pessoas de classe média que podiam frequentar alguns lugares, mas poucos. Queriam mais acesso a shoppings por exemplo, que historicamente foram os primeiros lugares onde a acessibilidade era cobrada pelo movimento.

3) Você se recorda de quais eram os locais em que ocorreram essas manifestações? Quais são esses locais e o que ocorreram especificamente neles?

Resposta: Lembro-me do Metrô Sé.

4) Em sua opinião, é importante que esses locais possam ser lembrados como “cenários de luta” / “lugares de memória” por direitos da pessoa com deficiência? Em caso positivo, por quais razões?

Resposta: A memória e a lembrança são fortalecedoras da luta, e, ainda mais, contribuem para a construção e consolidação de novas “culturas” que, como patamares, vão formando o novo, as novas relações sociais, e possibilitando, também, que esses mesmos patamares sejam “abandonados”, renovados. Como os termos usados para nos designar, inválidos, aleijados, excepcionais, portadores etc. Nos chama agora, urgentemente, abandonarmos a deficiência. Urge deixarmos de ser pessoas com deficiência.

5) Para você, as melhorias em acessibilidade na cidade de São Paulo possuem relação com essas manifestações?

Resposta: Tanto possuem, que apenas uma pequena região da cidade possui significativas condições de acessibilidade. O que eu chamo de “território da Vejinha”. O suplemento da revista Veja que sugere e indica vida cultural e gastronômica para uma parcela ínfima da população. Há alguns anos houve uma CPI da Acessibilidade na Câmara Municipal de SP. Restaurantes da Al. Lorena, por exemplo, foram vistoriados. Procure lá se escolas ou trajetos urbanos da periferia foram vistoriados.

6) Quais camadas da sociedade podem se beneficiar com uma cidade mais acessível?

Resposta: O que é acessibilidade? A aplicação da norma 9050 da ABNT? Vamos definir/redefinir o conceito de acessibilidade a partir da periferia! Aí poderemos pensar em quem será beneficiado. A classe média está bem. Um dos maiores problemas que eu pessoalmente enfrento é ir à algum lugar que JÁ TENHA BANHEIRO ACESSÍVEL, mas a chave não ser encontrada.

Depoimento: Marcos Geraldo Labarrère Nascimento

Data: 22.12.2020

Formato: Depoimento escrito e enviado pelo militante

1) Conte-nos sobre você e sua atuação na militância do Movimento Social das Pessoas com Deficiência em São Paulo.

Resposta: Sou mineiro, 80 anos, religioso jesuíta há 54 e padre há 45. Atualmente moro na cidade de Goiás, antiga capital do estado, num ex-mosteiro beneditino, patrimônio da cidade. O bispo me deu a função de guardião, que seria uma espécie de, na realidade, faz de tudo. Fora dos muros do mosteiro, atuo na pastoral carcerária, no Conselho de Direitos das Pessoas com Deficiência e numa chácara de pessoas desejosas de superar a dependência química (com a pandemia tudo foi interrompido). Permaneço jesuíta, apesar de morar sozinho num mosteiro beneditino, a partir de um convênio de empréstimo de pessoal, realizado entre o bispo da diocese e meu superior provincial, e renovável a cada ano, estando no curso da quarta vez.

Em São Paulo, 1977, eu estava como vice-diretor do CLAP (Centro Latino Americano de Parapsicologia) e uma secretária, Janete Vega Lomparte, peruana, trabalhava junto comigo. Fiquei conhecendo-a em sua terra, quando por lá passei, em 1969, organizando cursos de parapsicologia, que eram ministrados pelo Pe. Oscar Quevedo, SJ. Ela e a sua irmã, Vitória, colaboraram muito na organização e divulgação. Como a taxa de desemprego no seu país estava muito alta, elas se dispuseram a vir para o Brasil. A Janete havia conhecido a FCD - Fraternidade de Pessoas com Deficiência na sua cidade e, quando veio para São Paulo trabalhar conosco, procurou outra atividade fora do tempo de seu emprego. Acabou encontrando, no Hospital Matarazzo, a Lourdes (hoje Serva de Deus MARIA DE LOURDES GUARDA). E passou a me

dizer, todos os dias, que tinha conhecido uma senhora, muito bacana, que já estava a 30 anos lá no hospital Matarazzo e que ela queria me conhecer.

Não me entusiasmei com o convite, pois tínhamos muito trabalho, e comecei a empurrar com a barriga: hoje não dá, semana que vem, a qualquer hora vamos... por fim cansei, pois, a insistência não terminava. – “Então vamos hoje, depois do expediente.”

Por mais que a Janete pintasse a Lourdes como uma pessoa alegre, na minha imaginação não conseguia vislumbrar, por um lado, uma cara alegre, e, por outro, um tempão enorme de hospitalização. Para mim estas duas informações não batiam. E qual não foi a surpresa, parecia que ela havia se internado a poucos dias e já estava saindo curada. Incrível experiência. Janete e eu passamos a visitá-la quase todos os dias, depois do horário de trabalho. Morávamos longe, 27 km do centro de SP, mas valia a pena aquela pequena viagem. Este foi o mês de maio de 1977.

Visitando-a muitas vezes, chega o mês de agosto daquele ano e tivemos sérios desentendimentos no CLAP. O Provincial achou melhor, depois de 10 anos trabalhando com o Pe. Quevedo, que aproveitássemos a ocasião e que eu fosse atuar com juventude, morando no bairro do Sumarezinho, no Centro de Juventude Anchietaum. Mas, como estávamos mais para o fim do ano, do que para o começo, seria melhor eu continuar com o que estava fazendo, ou seja, acompanhar a Lourdes e outras pessoas com deficiência, até o início do outro ano.

O resultado foi que, permaneci com este apostolado por 11 anos, pois colocamos rodinhas na maca que a Lourdes usava e começamos a visitar os Hospitais de Retaguarda da cidade, onde os enfermos devem ficar por meses ou longo tempo. E assim, trabalhando com as pessoas

com deficiência, o tal “fim do ano” foi sendo adiado até 1988, quando fui destinado a Manaus/AM.

Vivendo no Hospital Matarazzo há 30, desde 1947, Maria de Lourdes Guarda, aos 51, se dispôs a encabeçar a FCD na cidade. Perna direita amputada acima do joelho; retirados os ossos dos quadris; perna esquerda atrofiada, imóvel, necessitando de uma armação de madeira para impedir que o lençol, tocando a perna, paralisasse a circulação sanguínea; canaleta de grosso gesso, nas costas, do pescoço ao joelho, para manter a estrutura do corpo; sem poder sentar-se; utilizando 3 ou 4 travesseiros para ajustar a altura da cabeça com a espessura do gesso; movendo somente os braços e cabeça. Com lucidez completa, Lourdes aceitou a condição de ter que viajar (na parte de trás de uma kombi, que alguém emprestava e dirigia, onde se tiravam os bancos e se colocava a sua maca, presa com várias fitas elásticas) para ir visitar os Hospitais de Retaguarda, que se situavam nos arredores da grande São Paulo.

Assim começamos a circular pela metrópole e conhecer outras pessoas com deficiência, que também iniciavam outros movimentos similares.

2) Quais razões motivaram as primeiras manifestações do Movimento Social das Pessoas com Deficiência em São Paulo a partir de 1978?

Resposta: Que eu me lembre, o primeiro grande alerta foi a partir de um episódio na estação Sé do metrô. Um jovem, cadeirante, foi tentar tomar o metrô. Aproximou-se de uma das catracas e logo surgiu um segurança, que o advertiu: - “não dá para sua cadeira passar”. Como o rapaz podia dar alguns passos, puxou sua muleta canadense e solicitou ao funcionário: - “o senhor, por favor, poderia atravessar minha cadeira, pois eu posso dar alguns passos, me viro com a catraca”. Quando ele foi

se levantando, o segurança perdeu a esportiva e foi ríspido: - “você não está vendo que isso aqui não é para aleijado”. O jovem voltou a sentar-se e, cabisbaixo, triste, foi pra casa.

Num de nossos encontros posteriores ele relatou o acontecido, então, comunicando-nos entre todos os movimentos de pessoas com deficiência, marcamos um dia e hora para irmos ao Metrô Sé. Aproximadamente compareceram umas 150 pessoas, com todos os tipos de deficiência. O cenário parecia, exagerando só um pouquinho, como se fosse o início da terceira guerra mundial, uma confusão louca. Mas foi muita, muita confusão, não se sabia quem acudiria a quem? A Lourdes, com aquele volume enorme nas pernas, devido à armação de madeira, estava no jogo. A Neuzinha, além de cadeirante, fazia quimioterapia e usava peruca, pois não tinha nem um fio de cabelo. Quando foi ser ajudada por um dos seguranças (eram dezenas), ao descer com ela a escada rolante, a peruca se soltou e rolou pela escada. Alguém gritou: - “meu Deus, a cabeça da mulher caiu”. Se já era muita “balburdia”, como diria o atual ministro da deseducação, ficou pior. Por fim, tudo parado nos metrôs, conseguimos, devagar, embarcar todo mundo. Outra enorme confusão foi ao saltarmos, duas estações depois, na Vergueiro, para visitarmos o Centro Cultural São Paulo. Vencemos está batalha.

Quem disse que o Metrô de São Paulo não era para pessoas com deficiência?

Neste mesmo ano, 1978, abrimos um processo civil contra a Companhia do Metropolitano Paulista e, dez anos depois, vencemos a última batalha no STF (Supremo Tribunal Federal). O Metrô foi condenado a colocar elevador em todas as estações novas, ainda não terminadas, e nas outras, onde não houvesse chance para um elevador, manter funcionários treinados para ajudar as pessoas com deficiência, quando necessário. Esta decisão do STF firmou jurisprudência para o país.

Milhares de pessoas se beneficiaram com a nossa decisão de enfrentarmos a Companhia do Metropolitano de São Paulo, e continuarão a se beneficiar, mesmo sem saber como foi o empenho e a luta das pessoas com deficiência naquele momento histórico.

Outra razão que motivou uma manifestação dos Movimentos de Pessoas com Deficiência em São Paulo, uma passeata de protesto na Avenida Paulista, não me recordo da data, mas foi entre o período de janeiro de 1955 a janeiro de 2001, governo Mario Covas, e está gravado em foto à página 34, do livro UM QUARTO COM VISTA PARA O MUNDO, 3ª edição, de Margarida Oliva e Guilherme Salgado Rocha, 2016, GG Guarda Editora e Distribuidora, Saldo/SP, sobre a vida de Maria de Lourdes Guarda. Trata-se de uma passeata reivindicando: “Sr. Covas, cadê o acesso nos 1.100 novos ônibus? ou queremos nossos 423 bilhões de volta”, estampado num cartaz que ela carregava, como uma a mais no meio de todos os manifestantes.

3) Você se recorda de quais eram os locais em que ocorreram essas manifestações? Quais são esses locais e o que ocorreram especificamente neles?

Resposta: Resposta englobada na anterior.

4) Em sua opinião, é importante que esses locais possam ser lembrados como “cenários de luta” / “lugares de memória” por direitos da pessoa com deficiência? Em caso positivo, por quais razões?

Resposta: Sim, sem dúvida nenhuma, a história só será mestra se for gravada e lembrada, caso contrário, se esquecida, nada se aprende e tudo se perde com o tempo, fazendo com que as gerações futuras repitam os mesmos erros ou traumas, vividos por seus ancestrais. Quando a criança coloca o dedo na tomada e leva o choque, aquilo é lição para toda

a vida e ela não fará isto de novo. Na história coletiva é ainda mais importante de se gravar e assinalar como “lugares de memória”, pois o coletivo, como não tocou o físico da pessoa, mas somente o intelectual, é mais fácil de se esquecer.

5) Para você, as melhorias em acessibilidade na cidade de São Paulo possuem relação com essas manifestações?

Resposta: Sim, com certeza. Mas queria compartilhar um exemplo que me passou agora, ocorrido em Goiânia/GO, não me lembro o ano. Era prefeito da cidade o Sr. Iris Rezende Machado, em mandato anterior ao atual e vereadora a Sra. Cidinha Siqueira, que chamou as autoridades e imprensa, para uma homenagem às pessoas com deficiência, no dia Internacional das Pessoas com Deficiência, 3 de dezembro. A homenagem seria na Praça do Cruzeiro, com cerca de 100 metros de comprimento e 50 de largura, marcada por uma cruz central. Bonita praça, arborizada, florida, vielas e bancos de descanso, setor valorizado, situada frente a uma igreja católica, um colégio religioso, uma academia de musculação e outras propriedades. Numa das pontas, ligeiramente mais alta, armou-se um palanque, amplo, com fundo preto. Compareceram muitas autoridades: prefeito, secretários, deputados federais e estaduais, vereadores, senador, militares, pessoal de segundo escalão, religiosos, professores, alunos etc. Começa a cerimônia, com os discursos, e foram vários, todos elogiosos às pessoas com deficiência: o progresso, a organização, a evolução cultural, as acessibilidades que iam acontecendo... o último discurso, com ares de encerramento, foi o prefeito. Então, tomou o microfone a proponente, cadeirante, vereadora Cidinha Siqueira: “Senhoras e Senhores, ainda não acabamos, pois quero convidá-los, a todos e todas, a fazerem uma pequena experiência diferente, aqui nesta praça, que será a de nos passarmos, por poucos

minutos, todos ao mesmo tempo, como se fôssemos uma pessoa com deficiência física, visual e auditiva. Enquanto isto foram sendo trazidas 50 cadeiras de roda, mais 50 bengalas de deficientes visuais acompanhadas de tapa-olhos e ainda 50 tapa-ouvidos, e colocadas em frente ao palanque. Foi uma tensão geral inicialmente, um temor coletivo, um susto e depois a Cidinha, continuando a falar, foi acalmando o pessoal e o ambiente ficou alegre, desafiador, com risadas e brincadeiras: “será que precisa?”, “vou dar conta?”, “puxa, nunca tinha pensado nisto...” “interessante”. Todas as cadeiras foram ocupadas e começaram as avaliações: “nunca pensei que esses buraquinhos no piso fossem problema para um cadeirante”, “o piso da praça me parecia suficiente, mas tá um desastre, foi difícil percorrer este pedacinho”, “o prefeito, coitado, tá apanhando dos buracos”, “o prefeito queria descer o meio-fio, com a cadeira, de frente, e ia quebrar os dentes no asfalto, ainda bem que foi acudido a tempo”... Com o tapa-olho e a bengala, da pessoa com deficiência visual, poucos deram conta de sair do lugar, provocou medo, insegurança enorme. Com o tapa-ouvidos, da pessoa com deficiência auditiva, a gritaria para tentar se comunicar, denunciou nossos possíveis equívocos frente às pessoas com deficiência.

O resultado exitoso desta homenagem/experiência foi que a cidade, no ano seguinte, recebeu 430 ônibus adaptados, para todas as linhas.

6) Quais camadas da sociedade podem se beneficiar com uma cidade mais acessível?

Resposta: Todas as camadas populares, pois são as áreas públicas as que recebem este tipo de adaptação e, sendo o povo bem atendido, o estresse público será muito menor, a disposição para o trabalho será maior, o aparecimento de doenças será menor e todo mundo sairá ganhando. O Estado foi criado para ser pai / mãe de todos e todas, não

padrinho de uns poucos abastados, como aconteceu desde sempre e especialmente hoje, no Brasil 2020.

Depoimento: Romeu Kazumi Sasaki

Data: 28.12.2020

Formato: Depoimento escrito e enviado pelo militante

1) Conte-nos sobre você e sua atuação na militância do Movimento Político das Pessoas com Deficiência em São Paulo.

Resposta: Sem possuir deficiência, mantive relacionamentos junto a pessoas com deficiência ao longo dos meus 82 anos de vida, que podem ser divididos em dois períodos. No primeiro período, de 1938 a 1958, convivi com colegas de estudo que tinham algum tipo de deficiência, começando na minha casa em Campo Grande (MS) onde meus pais – imigrantes vindos do Japão em 1932 – moravam e ensinavam cultura japonesa para crianças (manhã), jovens (tarde) e adultos (noite). Algumas daquelas crianças e jovens tinham alguma deficiência. Nessa mesma casa, nasci em 1938 e, aos poucos, fui aluno dos meus pais nas sucessivas turmas por faixa etária. Mais tarde, já na capital paulista, minha casa continuou sendo escola de cultura japonesa e recebeu alguns alunos com deficiência e, no outro turno, frequentei a escola comum (antigo grupo escolar, ginásial e colegial), onde também havia alguns alunos com deficiência. No segundo período, entre 1960 e 1978, atuei como profissional contratado para colocar pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Em 1979, uma das pessoas com deficiência que havia sido minha cliente juntou-se a outros líderes para criar o primeiro movimento político em defesa dos direitos da pessoa com deficiência. Ela me convidou a fazer parte do grupo para dar a minha contribuição baseada nos princípios que apliquei na prática profissional (1960-1978), que ela conheceu quando foi minha cliente. Na militância, prestei minhas contribuições em caráter voluntário e, nas outras horas, continuei trabalhando como consultor, professor, escritor etc.

2) O que motivou as primeiras manifestações do Movimento Político das Pessoas com Deficiência em São Paulo a partir de 1979?

Resposta: As primeiras manifestações resultaram de um longo processo de insatisfações, revoltas e reclamações de pessoas com deficiência contra a omissão de uma grande parte da sociedade e das autoridades para com as necessidades básicas da vida. Era uma situação inaceitável que existiu durante muitas décadas antes da ditadura, mas que continuou existindo e piorando ao longo do regime militar. Paralelamente àquele *status quo*, houve ações intencionalmente protetivas, mas todas eram de caráter assistencialista, paternalista e caritativa, ignorando por completo a dignidade e os direitos humanos das pessoas com deficiência. O movimento nasceu, portanto, aos gritos de “Basta! Chega de esmolas disfarçadas de boas intenções!”. Em 1987, o Movimento conseguiu fazer parte da Constituinte, que veio a gerar a Constituição Federal de 1988.

3) Você se recorda de quais eram os locais em que ocorreram essas manifestações? Quais são esses locais e o que ocorreram especificamente neles?

Resposta: Além dos espaços em São Paulo, eu entendo por “locais” também as localidades onde surgiram os primeiros grupos de luta pelos direitos humanos das pessoas com deficiência. Não necessariamente em ordem de importância ou de surgimento, posso citar os espaços nas capitais, como: São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Vitória, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Goiânia, Manaus e Fortaleza e também o Distrito Federal. É claro que surgiram movimentos em cidades com populações menores. Em termos gerais, ocorreram ações muito parecidas e algumas até iguais àquelas manifestadas nas capitais.

4) Em sua opinião, é importante que esses locais possam ser lembrados como “cenários de luta” / “lugares de memória” por direitos da pessoa com deficiência? Em caso positivo, por quais razões?

Resposta: Sim, as localidades mencionadas na pergunta anterior já foram, inclusive, registradas de maneira espontânea pelos veículos da mídia, principalmente nos anos iniciais da década de 80. As ações comemorativas do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), instituído pela ONU em 1979, atraíram toda a mídia. Aliás, é de se esperar que todos os estudiosos, ativistas e apoiadores do Movimento tenham em seu acervo os seguintes livros, onde constam reportagens, fotos escaneadas de notícias de jornais e revistas da época, além de listas de manchetes publicadas na mídia: “30 anos do AIPD: Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981-2011)”, do Governo do Estado de São Paulo, e “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil”, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2010).

5) Para você, as melhorias em acessibilidade na cidade de São Paulo possuem relação com essas manifestações?

Resposta: É seguro considerar as melhorias em acessibilidade na cidade de São Paulo, assim como nas demais cidades e capitais, resultaram do impacto das inumeráveis ações reivindicativas manifestadas pelos diversos movimentos maiores e menores em todo o Brasil, não desconsiderando as contínuas lutas protagonizadas por pessoas com ou sem deficiência fora dos movimentos constituídos.

6) Quais camadas da sociedade podem se beneficiar com uma cidade mais acessível?

Resposta: Uma cidade que cumpra as sete dimensões da acessibilidade (arquitetônica, atitudinal, comunicacional, instrumental, metodológica, natural e programática), além de todos os requisitos transversais a estas dimensões, é uma cidade que, com certeza, possibilita a prática da inclusão de todas as pessoas, com ou sem deficiência. Uma cidade acessível é imprescindível em uma sociedade que se diz democrática, pois todas as camadas sociais têm o direito de se beneficiar com tal acessibilidade.

Depoimento: Leila Bernaba Klas

Data: 29.12.2020

Formato: Depoimento transcrito pela autora a partir de ligação telefônica com a militante

1) Conte-nos sobre você e sua atuação na militância do Movimento Social das Pessoas com Deficiência em São Paulo.

Resposta: Eu fiquei cega, me formei em Direito e queria exercer a profissão. Como cega num mundo machista e preconceituoso em 1975? Comecei a procurar trabalho, não conseguia, claro. Mulher cega e advogada! Só os homens advogados tinham vez. Na reabilitação comecei a andar. Em 1978 havia o DRPV na Rua Vergueiro que era uma reabilitação profissional. Nós só saíamos de lá já encaixados num trabalho. Fazíamos terapia de grupo, o que eu acho maravilhoso. Você era o que você queria ser... Eu queria trabalhar no escritório. Eram 22 pessoas e todas com deficiência. Ali eu cresci muito, me desinibia e achei trabalho numa imobiliária em Santana que me aceitou. Não queria ganhar nada, eram 3 meses de experiência. Eu era um office boy de luxo. Eu ia ao Fórum pegar os autos dos processos. Foi ficando bom tudo isso. Comecei a viajar o Brasil inteiro... Fui me soltando. Eu fiz um monte de cliente. Aí, no começo eu levei alguns clientes para o escritório, 30% deles e o resto era meu. Peguei mais clientes quando tinha mais firmeza. Meu futuro marido ficava preocupado comigo andando na rua e eu arrumei um trabalho mais fixo. Comecei na Prefeitura.

Quando eu estava na reabilitação, eu quis fundar uma associação porque havia um monte de pessoas com deficiência. Aí conversei com esse, com aquele... e o "Can" (Canroberto) estava lá, no AID (Associação de Integração do Deficiente).

O Can e o Cândido começaram a proliferar várias entidades na cidade. Unir todas. Nos reunimos e fizemos um modelo político. Antes era apolítico. Queríamos Braille nos elevadores, rampas... O metrô foi a luta maior! Não tinha acesso nenhum.

2) O que motivaram as primeiras manifestações do Movimento Social das Pessoas com Deficiência em São Paulo a partir de 1978?

Resposta: O que motivou: o fato de eu não poder ir para cá e para lá, meu direito de ir e vir e trabalho, ninguém aceitava pessoa com deficiência no trabalho! Eu queria advogar e eu sentia muita barreira, claro. Tive que comprovar que eu conseguia sim e deslanchei, meu corpo não fazia as coisas e sim minha mente. Você vê o outro que saiu e que está lutando, aí você consegue sair de casa... Quantas pessoas os pais não aceitaram, deixaram nos hospitais e nas instituições? Se você der oportunidade com acessibilidade, as pessoas saem.

3) Você se recorda de quais eram os locais em que ocorreram essas manifestações? Quais são esses locais e o que ocorreram especificamente neles?

Resposta: Na Praça da Sé, na porta do metrô da estação Sé e nas escadarias... Moveram uma ação que foi muito boa, o metrô perdeu, claro. Gastaram milhões para mexer. Os estudantes de engenharia começaram a ter na graduação o ensino de construção de rampas nos prédios, nas construções novas... Virou lei introduzida primeiro pela educação. O MDPD era na rua Cristiano Viana, em frente ao escadão, em Pinheiros (você vai me perguntar o número, mas não me lembro), lá fazíamos churrasco para angariar fundos. Antes, havíamos ficado um tempo na Colmeia. Tinha que ser sempre um espaço grande para ficarmos, para as cadeiras e para a maca da Maria de Lourdes. Outro lugar que lembro era

o quarto da Lourdes no antigo Hospital Matarazzo. Também nos reuníamos nas igrejas, nos salões... As coisas começaram a se entrelaçar.

4) Em sua opinião, é importante que esses locais possam ser lembrados como “cenários de luta” / “lugares de memória” por direitos da pessoa com deficiência? Em caso positivo, por quais razões?

Resposta: Claro que sim. E tem outros, é que minha memória não está boa. Tem que ser lembrado sim, é luta né, das pessoas com deficiência para chegar aonde chegamos. Não se tinha nada. As pessoas tinham vergonha de mostrar seus filhos com deficiência para o mundo. Não tinha acessibilidade, as pessoas não sabiam como lidar.

5) Para você, as melhorias em acessibilidade na cidade de São Paulo possuem relação com essas manifestações?

Resposta: Sim, claro. Porque a partir do momento que você tira as pessoas de casa, você desperta nelas o sentimento de que elas são iguais às outras, podem ir para cá e para lá. Tem que oferecer acessibilidade! É preciso que a cidade esteja pronta. Vou me locomover como? As coisas vão se abrindo, as pessoas acordaram, a lei, as próprias pessoas com deficiência... Para eu estar no mundo eu preciso de acessibilidade! Na escola, sem o ensino do Braille, como as pessoas cegas iriam assistir com as demais? Precisam assistir as aulas também. Muitos professores nem sabiam do Braille. Foram surgindo as maneiras... As pessoas com deficiências não podem se dividir. Nós somos 10% da população.

6) Quais camadas da sociedade podem se beneficiar com uma cidade mais acessível?

Resposta: Todas. É importante ter casas térreas, ter uma barra no banheiro... Quando envelhecemos, é muita dificuldade. Dificuldades na velhice para apoiar para se sentar, é perigoso escorregar... Seja rico ou seja pobre, precisamos das coisas acessíveis porque nosso corpo vai se modificando. Em algum momento da vida, nos tornamos pessoas com mobilidade reduzida.

Depoimento: Flavia Maria de Paiva Vital

Data:10.01.2021

Formato: Documento escrito e enviado pela militante

1) Conte-nos sobre você e sua atuação na militância do Movimento Social da Pessoa com Deficiência em São Paulo.

Resposta: Eu não entrei no Movimento logo no início porque atuava no Movimento Estudantil que ocorreu concomitantemente ao das Pessoas com Deficiência. Durante a Constituinte defendi que a Pessoa com Deficiência fosse tratada num capítulo a parte e estivesse presente nos grandes temas incluindo nestes as peculiaridades relativas às Pessoas com Deficiência. Mas entrei em definitivo no Movimento em 2000, quando a convite de Daniel Loeb no Centro de Vida Independente Araci Nallin e foi através desta entidade que colaborei na elaboração de políticas públicas e legislação própria para este segmento, participando de câmeras técnicas e Conferências nas três esferas de Governo. Ainda pelo CVI fui convidada pelo Projeto Sur para participar da elaboração da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo. Posteriormente participei ativamente para que a Convenção fosse aprovada no Congresso Nacional com status de emenda Constitucional.

2) O que motivaram as primeiras manifestações do Movimento Social da Pessoa com Deficiência em São Paulo a partir de 1978?

Resposta: Tirar a pessoa com deficiência da invisibilidade social e mostrar os problemas que estas pessoas enfrentavam no dia a dia.

3) Você se lembra de quais eram os locais em que ocorreram essas manifestações? Quais são esses locais e o que ocorreram especificamente neles?

Resposta: Era um período de efervescência política na cidade e as grandes manifestações tinham alguns locais emblemáticos. No centro as manifestações ocorriam na Praça da Sé, no Vale do Anhangabaú e no entorno do Teatro Municipal. E também na Avenida Doutor Arnaldo e Rua da Consolação onde também manifestações estudantis. Em geral as reuniões eram no Hospital Matarazzo onde morava Maria de Lourdes Guarda, uma das principais lideranças do Movimento das Pessoas com Deficiência e ligada à FCD.

4) Em sua opinião, é importante que esses locais possam ser lembrados como “cenários de luta” / “lugares de memória” por direitos da pessoa com deficiência? Em caso positivo, por quais razões?

Resposta: Com toda a certeza, estes locais há muito estão na memória da cidade e fazem parte de sua História.

5) Para você, as melhorias em acessibilidade na cidade de São Paulo possuem relação com essas manifestações?

Resposta: Essas manifestações que ocorreram no final da década de 1970 e início da década de 1980 foram o marco inicial da luta pelos Direitos das Pessoas com Deficiência que têm seus resultados até hoje.

6) Quais camadas da sociedade podem se beneficiar com uma cidade mais acessível? Resposta: Uma cidade mais acessível não beneficia só as Pessoas com Deficiência, mas sim todos os seus habitantes.

Depoimento: Gilberto Frachetta

Data: 19.01.2020

Formato: Depoimento transcrito pela autora a partir de ligação telefônica com o militante

1) Conte-nos sobre você e sua atuação na militância do Movimento Social das Pessoas com Deficiência em São Paulo.

Resposta: Eu fiquei paraplégico em janeiro de 1975 com um acidente automobilístico. Houve um capotamento de carro e na época não havia cinto de segurança, caí pela porta de trás e fiquei um ano em reabilitação no Hospital das Clínicas. Na queda, eu devo ter batido a coluna em alguma coisa dura. Tive lesão medular. Me formei em Economia pela USP e minha militância começou em 1979 no MDPD, pois conheci um vizinho, o Willy, que conhecia o Cândido que era do MDPD (os dois eram engenheiros). Conheci o Rui também e mais pra frente a Maria de Lourdes Guarda. Em 1979 não tinha ônibus acessível. Era uma luta danada. Ia nas reuniões do Movimento ou de carona com o Willy ou de ônibus quando me pegavam pela cadeira. Era assim que eu participava e militava também como estudante e era perseguido. Sempre fui ligado à militância.

2) O que motivaram as primeiras manifestações do Movimento Social da Pessoa com Deficiência em São Paulo a partir de 1978?

Resposta: Eu acho muito interessante isso Carla, porque nessa época só havia associações/prestadores de serviço. Todas elas eram focadas num tema. Todas eram temáticas. O MDPD vem englobar tudo o que a pessoa com deficiência possa ter numa sociedade. Então, esse Movimento surgiu com esse objetivo de abordar os mais diversos assuntos e não ficar focado em um tema específico.

O MDPD foi criado em 1979 e começou preparando para o AIPD, quando a gente começou a ter uma discussão mais ampla. Passamos muito tempo em 1980 discutindo o AIPD na cidade de São Paulo. Em 1981 estávamos vivendo uma ditadura com o General Figueiredo e ele nomeou a esposa dele para organizar o AIPD em São Paulo. Não aceitamos isso! Quem deveria ser os protagonistas e organizadores éramos nós! Ela não tinha nem sequer deficiência. Nós que resolvemos organizar o AIPD aqui. Nós organizamos mesas-redondas na época sobre saúde, educação, transporte, moradia, esporte e direito de votar em 1981. O trabalho do MDPD nessa época estava focado nisso. Quero fazer jus à FCD que também participou desse processo, participou ativamente. É nessa época que a gente teve um novo conceito para reabilitação, que antes era ligado à reabilitação física. A gente começou a discutir que reabilitação não é só física, precisa de uma reabilitação psicossocial. A reabilitação envolve tudo aquilo que a sociedade oferece ao cidadão. Esse conceito foi fundamental e que mudou as lutas das pessoas no Brasil.

3) Você se recorda de quais eram os locais em que ocorreram essas manifestações? Quais são esses locais e o que ocorreram especificamente neles?

Resposta: Em 1978, 1980 e 1981 o local de reunião onde a gente mais se reuniu foi na FMU na Avenida Santo Amaro e também na Colmeia no fim da Av. Nove de Julho. Outro espaço era dos jesuítas que não me lembro onde era agora... O pessoal conversava diretamente com a direção e a direção cedia espaço. Os sanitários não eram acessíveis, mas os espaços eram. Era como se fossem um salão com bom espaço. Na Colmeia eu entrava diretamente em contato. Na FMU era o Cândido. No espaço dos jesuítas a Maria de Lourdes Guarda e o Padre Geraldo.

Nós éramos considerados cidadãos de 2ª categoria. Teve manifestação que a gente fez na praça da Sé lutando por acessibilidade. Só tinha a linha Norte e Sul (azul). O metrô foi construído para quem trabalha e não para as pessoas em geral. Nem os aposentados tinham direito de usar o metrô, imagina as pessoas com deficiência? Entramos na justiça contra o metrô e ele foi obrigado a se adaptar. Na construção da linha Leste e Oeste (vermelha), ela já considerou a acessibilidade e o momento foi propício para criar acessibilidade da linha azul também.

4) Em sua opinião, é importante que esses locais possam ser lembrados como “cenários de luta” / “lugares de memória” por direitos da pessoa com deficiência? Em caso positivo, por quais razões?

Resposta: Eu penso que sim. Sabe por quê? Porque eram os locais que a gente tinha acesso para se reunir. Muitos lugares que a gente tinha, tinha degrau, tinha escada. Às vezes os locais que disponibilizavam não eram acessíveis. Eram locais que permitiram que a gente se reunisse, sem obstáculos. São cenários de luta. Nós tínhamos uma sede do MDPD na rua Cristiano Viana, entre a Teodoro espera aí do lado Sampaio e a Av. Rebouças em 1980 e 1981. Ali tinha um degrau e construímos uma rampa de madeira. Antes das manifestações, a gente se reunia lá. Uns levavam cartazes, outros madeira para fazer o pirulito e na hora cada um ia falando.

5) Para você, as melhorias em acessibilidade na cidade de São Paulo possuem relação com essas manifestações?

Resposta: Eu diria para você que certamente. Por quê? Porque foi aí que nós começamos a entender que a questão não era sobre reabilitação física, era uma reabilitação em todas as áreas. Ter acesso a todos os serviços da cidade que todos os cidadãos tinham. A gente

também queria ter esse direito. Começamos a reivindicar tudo, a exigir dos governos. Hoje nós temos uma das melhores legislações de acessibilidade!

6) Quais camadas da sociedade podem se beneficiar com uma cidade mais acessível?

Resposta: Eu penso que a sociedade como um todo pode se beneficiar porque quando você dá acessibilidade às pessoas com deficiência, todos vão se beneficiar num determinado momento. Exemplo: uma calçada que esteja de acordo com a NBR9050 vai beneficiar os idosos, pessoas acima do peso etc. Geograficamente a cidade também tem que estar acessível! As pessoas com deficiências eram culpadas antes. Hoje os governos têm que ter políticas públicas voltadas a elas.

Depoimento: Ana Rita de Paula

Data: 12.02.2021

Formato: Depoimento transcrito pela autora a partir de ligação telefônica com a militante

1) Conte-nos sobre você e sua atuação na militância do Movimento Social das Pessoas com Deficiência em São Paulo.

Resposta: Eu sempre tive uma participação política, comecei muito cedo. Eu comecei a participar da estruturação do PT na Freguesia do Ó que foi um dos núcleos do partido, me aproximei da questão política através da teoria da libertação e de uma frente nacional do trabalhador que também tinha uma aproximação com a Igreja Católica. Na época, a Igreja Católica também tinha uma aproximação com o Movimento Firmeza e não Violência, então eu era envolvida com tudo isso. Eu ainda não tinha feito nenhum processo de reabilitação, não conhecia praticamente ninguém com deficiência, mas eu queria me formar em Psicologia e trabalhar com pessoas com deficiência e a questão da deficiência foi começando a aparecer mais forte pra mim quando eu fui prestar vestibular. Prestei na USP e na PUC. A gente fazia vestibular em salas específicas para pessoas com deficiência para garantir a acessibilidade e havia alguma possibilidade diferente para você poder prestar a prova. Então eu encontrei muitas pessoas com deficiência tanto na USP quanto na PUC e aí peguei o contato de todo mundo e os acessei depois com a ideia de fazer uma reunião, um grupo para a gente organizar um movimento reivindicatório e aí foi quando o NID começou. Eu e a maioria das pessoas estávamos ou prestando vestibular ou no meio ou no fim da faculdade. Todos mais ou menos na mesma faixa etária, uns 20 a 22 anos. Então eu comecei no Movimento desse jeito, organizando algumas pessoas que eu conheci nesses dois vestibulares. Descobrimos que havia

grupos se mobilizando em vários outros estados e a gente organizou junto com eles o 1º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes que foi em Brasília em 1980. Esse encontro teve uma história muito importante. A gente não teve nenhum apoio de recurso para realizar. Você pode imaginar o que significa trazer pessoas com deficiência do Brasil todo e organizar um evento sem grana e a gente conseguir? Vieram pessoas do Acre, do Amazonas, do Rio Grande do Sul de barco, de ônibus etc., para chegar à Brasília. Gente de Minas Gerais, de São Paulo, do Rio de Janeiro, todos os estados estavam lá! Foram mais de 150 pessoas com deficiência e ficaram hospedadas em alojamentos e em espaços cedidos pelas pessoas que moravam no entorno, e que puderam conviver um pouco conosco. A gente conseguiu espaços como um convento, um quartel etc. A gente conseguiu cadastrar todas as instituições que tinham a ver com questões sobre deficiência e uma já falava da outra, aí aumentava o cadastro delas. No NID a gente tinha temas e grupos de trabalhos, acabava um, organizava outros. Os textos com pautas de discussões eram enviados para o Jornal Folha de São Paulo porque tinha a sessão “carta do leitor”. A gente fazia o seguinte esquema: escrevia uma carta sobre um tema e publicava lá. Aí, individualmente eu pedia para alguém comentar aquela carta e o assunto era discutido no decorrer de uma semana. Usávamos a movimentação do jornal para crescer a questão da deficiência. Outras pessoas comentavam também. Nós fazíamos um empurrãozinho. Participamos de um folhetim importante, um encarte especial da folha inteiro para questões a respeito, muitos foros entrevistados. Tenho certeza q o tema do folhetim foi colocado por conta das nossas reivindicações e ter um folhetim inteiro era muito importante na época!

Os documentos gerados nas reuniões e encontros eram enviados para o executivo... Uma das primeiras reuniões que fizemos para o

legislativo foi uma reunião sobre acessibilidade que na época chamávamos de barreiras arquitetônicas e convidamos um deputado estadual e este chamou outros. Inclusive, discutíamos muito pela divulgação do símbolo internacional de acesso, sobre os estacionamentos e na época se comprometeram a garantir vagas acessíveis, sanitários acessíveis... O deputado do legislativo na ocasião era o George Hato, acho. Não tinha deputados com deficiência.

2) O que motivaram as primeiras manifestações do Movimento Social da Pessoa com Deficiência em São Paulo a partir de 1978?

Resposta: A gente começou o Movimento com reuniões na capital. Um dos lugares de encontro muito importante foi o Colégio Anchieta que abrigava as discussões do NID, do MDPD e da FCD. A Maria de Lourdes Guarda participava, ela foi presidente da FCD no Brasil e fora do Brasil. Ela tinha muito contato com as Igrejas Católicas e o colégio era ligado à Igreja, usávamos também salas e salões de igreja. Geralmente os encontros que a gente fazia era em lugares assim... Ela conseguia esses lugares para todos os grupos!

Tivemos um encontro do NID com o Adolfo Pérez Esquivel, ele topou em se reunir com a gente numa igreja também, não me lembro qual. O Cândido também estava lá. Os dois estavam impedidos de falar por conta da ditadura militar e a estratégia foi rodear os dois com nossas cadeiras de rodas porque caso houvesse algum problema, ficaria mais difícil de acessá-los, inclusive com a maca da Lourdes.

A gente realizou também encontros regionais, estaduais e preparações para encontros nacionais para centralizar as pautas e por aí vai...

3) Você se lembra de quais eram os locais em que ocorreram essas manifestações? Quais são esses locais e o que ocorreram especificamente neles?

Resposta: Além da Praça da Sé, todos os lugares de encontros como no Colégio Anchieta, o Colégio São Luís e Igrejas diversas.

4) Em sua opinião, é importante que esses locais possam ser lembrados como “cenários de luta” / “lugares de memória” por direitos da pessoa com deficiência? Em caso positivo, por quais razões?

Resposta: Sim, muitas manifestações de rua em São Paulo, durante as décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990, para além das manifestações de causas das pessoas com deficiência, contaram com a participação desse grupo. Participávamos de outras pautas e reivindicávamos. Essas ações de manifesto ficaram na memória da população e é importante recordar, inclusive dos espaços ocupados.

5) Para você, as melhorias em acessibilidade na cidade de São Paulo possuem relação com essas manifestações?

Resposta: Totalmente. Eu posso te dizer com segurança que todas as políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência surgiram por conta do Movimento, inclusive as federais. A Corde que era formada por pessoas com deficiência também começou a pressionar os ministérios. A ideia de intersecretarias de pensar as políticas para as pessoas com deficiência começou desde essa época. Eu prestei bastante assessoria, desenvolvi um programa de intersecretarias para assuntos da pessoa com deficiência com 27 secretarias de estado. Como eu tinha uma relação com o Movimento, muitos foram representados tendo suas reivindicações atendidas. É certo que ficou com um teor muito governamental, mas eu estava lá e conseguia fazer que as políticas fossem de acordo com o

Movimento, como por exemplo lutar pela educação inclusiva, pela capacitação de professores e uma série de outras coisas. Trabalhávamos com capacitação porque o tema era pouco conhecido. Com o tempo mudamos de educação integradora para educação inclusiva, no final dos anos 1980 para 1990 no Governo Fleury. A Rosângela Berman Bieler e a Doutora Izabel Maior, por exemplo, tiveram uma articulação muito importante no Rio de Janeiro e internacionalmente, trazendo questões do Movimento para as mudanças na política. A Rosângela quando estava no Banco Mundial tomou como diretriz que todo projeto, programa ou ação tinha que ter acessibilidade para pessoas com deficiência. A Secretaria de Saúde de São Paulo construiu cinco hospitais metropolitanos e tiveram que respeitar a acessibilidade e tinha uma raia de reabilitação. A Izabel foi a primeira coordenadora com deficiência da Corde e a primeira secretária com deficiência no Governo Lula, ela tinha uma proximidade grande com os movimentos do Rio de Janeiro.

6) Quais camadas da sociedade podem se beneficiar com uma cidade mais acessível?

Resposta: A acessibilidade favorece muito alguns públicos especialmente, mas é uma coisa que engloba a sociedade como um todo... Idosos, crianças, gestantes, pessoas com mobilidade reduzida num sentido amplo, pessoas obesas, pessoas com cardiopatias e pessoas que ficam temporariamente com mobilidade reduzida. É todo mundo na verdade! As pautas do Movimento não beneficiam só pessoas com deficiência. A Educação Inclusiva, por exemplo, fala de educação dentro do universo de todas as crianças, é sinônimo de universalização da educação. Criança imigrante com outro idioma também é foco da Educação Inclusiva, crianças que possuem dificuldade de aprendizado não ligada à deficiência também. Educação Inclusiva é para toda e

qualquer criança, todas vão se beneficiar com a implementação dela, além de incorporar os valores e a convivência com as outras com deficiência. Outro exemplo é o transporte público adequado com qualidade que beneficia a todos ou os sistemas de saúde pensados nas pessoas com deficiência que beneficiam idosos etc.

Apêndice II – Listagem com as manchetes das peças do jornal Folha de São Paulo

Dia	Mês	Ano	Página	Título	Agrupamento
4	1	1979	18	Inscrições abertas para Unifran (Magistério e Orientação de Deficientes mentais)	Cursos e seminários
4	1	1979	19	Rondon iniciou a Operação 1979	Políticas públicas
13	1	1979	15	Inscrições abertas para Unifran (Magistério e Orientação de Deficientes mentais)	Cursos e seminários
19	1	1979	31	Inscrições abertas para Unifran (Magistério e Orientação de Deficientes mentais)	Cursos e seminários
25	1	1979	30	Inscrições abertas para Unifran (Magistério e Orientação de Deficientes mentais)	Cursos e seminários
27	1	1979	21	Inscrições abertas para Unifran (Magistério e Orientação de Deficientes mentais)	Cursos e seminários
28	1	1979	28	Convocados para o curso Deficientes Audiocomunicação e Deficientes Mentais da Universidade de Taubaté	Cursos e seminários
30	1	1979	18	Inscrições abertas para Unifran (Magistério e Orientação de Deficientes mentais)	Cursos e seminários
1	2	1979	31	Inscrições abertas para Unifran (Magistério e Orientação de Deficientes mentais)	Cursos e seminários
2	2	1979	17	Carros não respeitam mais o pedestre nos calçadões	Cotidiano

4	2	197 9	33	Os excepcionais	Situação da Pessoa com Deficiência
9	2	197 9	42	Um aparelho que ensina o cego a ler em Braille	Tecnologias assistivas
13	2	197 9	16	Deficientes físicos (nota do Lar Escola São Francisco)	Situação da Pessoa com Deficiência
19	2	197 9	9	Publicidade do Governo do Estado de São Paulo	Políticas públicas
22	2	197 9	19	Publicidade Licenciatura em Pedagogia habilitação em Educação de Deficientes Mentais (Mackenzie)	Cursos e seminários
1	3	197 9	17	Começa hoje a inscrição para os supletivos	Educação
3	3	197 9	14	Publicidade – Mestrado em Educação Especial (Universidade Federal de São Carlos)	Cursos e seminários
15	3	197 9	37	APAE (Caçapava)	Situação da Pessoa com Deficiência
16	3	197 9	24	Praia para deficientes	Acessibilidade
5	4	197 9	19	Os ambulantes estão contra novas bancas	Ambulantes
6	4	197 9	16	Hahne tentará resolver caso dos ambulantes	Ambulantes
10	4	197 9	15	Continuam em discussão as novas bancas	Ambulantes

21	4	197 9	15	FCD promove feira beneficente no Pari	Caridades e festas
28	4	197 9	3	Um Lula para o salário mínimo	Políticas públicas
30	4	197 9	10	Deficiente auditivo não tem assistência	Situação da Pessoa com Deficiência
13	5	197 9	31	Docentes terão curso sobre o excepcional	Educação
16	5	197 9	38	Cego apresenta programa em Fortaleza	Cotidiano
24	5	197 9	15	Convênio assistirá deficiente auditivo	Políticas públicas
2	6	197 9	14	Rede municipal terá concurso (citação da Escola Helen Keller)	Educação
9	6	197 9	12	Em estudos bancas para ambulantes	Ambulantes
26	6	197 9	16	Escolas especiais para estudantes com deficiência de audição e fala	Educação
29	6	197 9	18	Desfile beneficente	Caridades e festas
9	8	197 9	23	Atendimento aos superdotados	Educação
16	8	197 9	15	Excepcional é tema de ciclo de debates	Debates

27	8	197 9	11	Encerrado ciclo sobre excepcional	Debates
9	9	197 9	21	Transferência gratuita	Cotidiano
14	9	197 9	10	Cirurgiões-Dentistas	Cursos e seminários
24	9	197 9	2	Debate no senado	Debates
2	10	197 9	11	Cetran suspende exames de deficientes físicos	Cotidiano
17	10	197 9	10	Placa para carro de paraplégico	Cotidiano
17	10	197 9	14	Publicidade – FMU – Curso de educação de deficientes em audiocomunicação	Cursos e seminários
13	11	197 9	17	Municipais iniciam aulas em fevereiro	Cotidiano
20	11	197 9	14	Denúncia foi feita em 78, mas nada mudou na clínica (citação de casos envolvendo pessoas com deficiência)	Saúde
24	11	197 9	11	Responsáveis fazem sua defesa em duas cartas (citação de casos envolvendo pessoas com deficiência)	Saúde
27	11	197 9	17	Concentração de alunos de fisioterapia (citação de curso voltado para pessoas com deficiência)	Educação

1	1	198 0	10	Combater ambulantes, um desafio desde 75	Ambulantes
3	1	198 0	11	David desiste da demissão	Ambulantes
4	1	198 0	11	Ambulantes rebatem acusação	Ambulantes
5	1	198 0	9	Deficientes físicos querem manutenção de suas licenças	Ambulantes
20	1	198 0	35	Paraplégicos têm a sua Olimpíada	Esportes
21	1	198 0	7	A crise da psiquiatria brasileira (citação de casos envolvendo pessoas com deficiência)	Saúde
21	1	198 0	9	O diagnóstico precoce pode ajudar os surdos	Saúde
6	2	198 0	14	Lorena (sobre a quantidade de crianças com deficiência no município)	Educação
14	2	198 0	13	São antigos os problemas da unidade de Vila Maria (citação de casos envolvendo pessoas com deficiência)	Cotidiano
22	2	198 0	19	Ensino de Deficientes	Educação
25	2	198 0	9	Publicidade – Mackenzie – Magistério de Deficientes Mentais e Orientação Educacional	Cursos e seminários

11	3	198 0	5	Situação pode levar à convulsão social, diz Marcos Freire (citação de estatísticas envolvendo pessoas com deficiência)	Política
14	3	198 0	3	“Pólio irresponsável”	Palavra do leitor
19	3	198 0	31	Cadeira de rodas	Palavra do leitor
21	3	198 0	3	Deficientes físicos (I)	Palavra do leitor
21	3	198 0	3	Deficientes físicos (II)	Palavra do leitor
23	3	198 0	24	Associação pretende tirar os paraplégicos das ruas	Movimento Político
27	3	198 0	3	Oportunidade para os deficientes	Palavra do leitor
28	3	198 0	35	“Os Anos JK”, boa surpresa em Gramado (festival de Cinema)	Cotidiano
3	4	198 0	4	PP estuda a criação de 3 departamentos	Políticas públicas
8	4	198 0	3	Mãe triste	Palavra do leitor
16	4	198 0	11	Paraplégicos vão ter facilidades nos aeroportos	Cotidiano
27	4	198 0	23	No Brasil, deficientes físicos continuam sendo discriminados	Situação da Pessoa com Deficiência

30	4	198 0	20	S. Bernardo seleciona professores	Educação
2	5	198 0	3	Deficientes (carta do NID em Palavra do Leitor)	Movimento Político
9	5	198 0	6	Avenida volta a ser ocupada por ambulantes	Ambulantes
9	5	198 0	21	Deficientes terão exame	Políticas públicas
11	5	198 0	21	Ajuda para os deficientes físicos	Políticas públicas
11	5	198 0	Capa	Um caminho para os deficientes	Matéria de capa
13	5	198 0	11	AR manda remanejar carracas da avenida	Ambulantes
15	5	198 0	19	Valinhos abre ciclo excepcionais	Debates
20	5	198 0	17	Supletivos começam no próximo fim de semana	Educação
26	5	198 0	11	Os candidatos deficientes visuais fizeram prova em local especial (trata-se apenas de uma nota)	Educação
27	5	198 0	9	Falhas que o DSV não vê, no Paraíso (citação de pessoas com deficiência)	Palavra do leitor
27	5	198 0	16	Apenas em 1981 será feita nova escolha de vagas (citação de casos de educação especial)	Educação

28	5	198 0	5	General Milton não receberá a visita do Papa, diz d. Paulo (citação de pessoas com deficiência)	Religião
29	5	198 0	6	Uso político da visita papal encobre os fatos (citação de pessoas com deficiência)	Religião
2	6	198 0	9	As provas de História e Língua Estrangeira	Educação
7	6	198 0	3	Bloco da compaixão	Palavra do leitor
7	6	198 0	20	Verba de 200 mil pela recuperação de deficientes	Políticas públicas
8	6	198 0	27	Câmara defende os portadores de defeitos	Políticas públicas
20	6	198 0	10	Deficientes (preparativos para o 1º Congresso Nacional de Associações de Pessoas Deficientes previsto para Outubro)	Movimento Político
28	6	198 0	14	“Estado é que deve financiar pesquisa” (citação de pesquisas envolvendo pessoas com deficiência)	Educação
30	6	198 0	3	Sem oba-oba	Política
1	7	198 0	15	Demissões criam nova crise no Lar Escola	Situação da Pessoa com Deficiência
2	7	198 0	11	Os trechos em que a Dutra terá alteração de tráfego (citação de carros de deficientes físicos credenciados)	Cotidiano
2	7	198 0	15	Comunicado – Federação de Cegos Laboriosos	Comunicados e chamamentos públicos

7	7	198 0	3	Ajuda a deficientes	Cotidiano
9	7	198 0	13	Mães protestam contra férias no Lar Escola	Situação da Pessoa com Deficiência
11	7	198 0	8	Gesto do Papa emociona o povo (citação de pessoas com deficiência)	Religião
12	7	198 0	12	Praça da Sé é invadida pelos ambulantes	Ambulantes
12	7	198 0	12	Deficientes vão fazer protesto	Movimento Político
16	7	198 0	10	“Beijoqueiro” muda de cela com superlotação (citação de uma possível pessoa com deficiência)	Cotidiano
17	7	198 0	12	Encontro vai propor a criação de um banco nacional de olhos	Políticas públicas
19	7	198 0	11	Reintegração social	Debates
21	7	198 0	8	Reintegração social	Debates
22	7	198 0	11	Problemas dos deficientes físicos debatidos em SP	Debates
23	7	198 0	10	Congresso discute propostas	Debates
24	7	198 0	13	Congresso termina com recomendações sobre deficientes	Debates

26	7	198 0	9	Dez milhões de deficientes	Situação da Pessoa com Deficiência
8	8	198 0	21	Deficientes (carta da Coalização Pró-Federação Nacional de Associações de Pessoas Deficientes)	Movimento Político
14	8	198 0	16	CEI do Menor visita a Febem e divulga relatório (citação de casos de pessoas com deficiência)	Violência (da forma como é entendida pelo Estado)
15	8	198 0	10	Projeto de lei contra restrições aos deficientes	Política
16	8	198 0	9	AACD denuncia marginalização de dez milhões	Situação da Pessoa com Deficiência
17	8	198 0	24	Saída dos ambulantes da Sé será decidida amanhã	Ambulantes
23	8	198 0	10	Excepcionais fazem festa no Pacaembu	Caridades e festas
1	9	198 0	8	6.100 desaparecem na Capital em oito meses (citação de desaparecimentos de pessoas com deficiência)	Cotidiano
6	9	198 0	10	Ajuda a deficiente	Políticas públicas
7	9	198 0	45	Ajudamento social	Políticas públicas
16	9	198 0	12	A Emurb retirou os ambulantes da Sé	Ambulantes
20	9	198 0	12	Deficientes (assembleia da Associação de Integração dos Deficientes - Assidef)	Comunicados e chamamentos públicos

27	9	198 0	14	Deficientes (assembleia da Associação de Integração dos Deficientes - Assidef)	Comunicados e chamamentos públicos
28	9	198 0	16	Falta de voluntários traz problema à AACD	Situação da Pessoa com Deficiência
3	10	198 0	31	Feira da Bondade, maior este ano	Caridades e festas
5	10	198 0	3	Deficientes	Palavra do leitor
27	10	198 0	8	“Dom Orione é exemplo”, diz o cardeal-arcebispo	Religião
29	10	198 0	10	Deputado quer mesmos direitos a deficientes	Política
31	10	198 0	3	Amor e pena	Palavra do leitor
31	10	198 0	21	Deficientes fazem festa com campeões	Esportes
2	11	198 0	7	Ano Internacional do Deficiente	Situação da Pessoa com Deficiência
12	11	198 0	4	Agenda do prefeito (que recebeu Davi Pinto Bastos, da Associação Brasileira de Deficientes Físicos)	Agenda do prefeito
13	11	198 0	9	Ambulantes reclamam dos fiscais	Ambulantes
16	11	198 0	28	Prefeitura divulga o calendário (citação da escola para pessoas com deficiência auditiva)	Educação

19	11	198 0	18	Em estudos a volta da Romiseta (afirma que a AID está interessada na produção do veículo)	Cotidiano
23	11	198 0	33	Estado inicia as matrículas de 1º grau amanhã (citação de escola para deficientes auditivos)	Educação
24	11	198 0	6	Rede municipal (citação da escola Helen Keller)	Educação
27	11	198 0	20	São José dos Campos criou a Comissão Municipal de apoio ao Deficiente Físico	Políticas públicas
1	12	198 0	23	Exposições (citação da exposição Percepção e Criação, desenvolvida para pessoas com deficiência visual)	Cotidiano
1	12	198 0	25	Legendas para programas	Acessibilidade
2	12	198 0	29	Exposições (citação da exposição Percepção e Criação, desenvolvida para pessoas com deficiência visual)	Cotidiano
3	12	198 0	31	Exposições (citação da exposição Percepção e Criação, desenvolvida para pessoas com deficiência visual)	Cotidiano
4	12	198 0	35	Exposições (citação da exposição Percepção e Criação, desenvolvida para pessoas com deficiência visual)	Cotidiano
5	12	198 0	10	O presidente da Febem confirma que UE-8 parou (afirma que os internos devem ser “deficientes mentais”)	Violência (da forma como é entendida pelo Estado)

6	12	198 0	22	“Seleção brasileira do povo” viaja para a Itália (doação para a Sociedade Amigos dos Deficientes Físicos)	Caridades e festas
8	12	198 0	8	Deficientes reivindicam questões diferenciadas	Educação
8	12	198 0	20	Linhas gerais da reunião promovida por Romeu Sasaki no SESC	Cursos e seminários
8	12	198 0	23	Exposições (citação da exposição Percepção e Criação, desenvolvida para pessoas com deficiência visual)	Cotidiano
9	12	198 0	28	CND pune quem joga nas férias (fala sobre renda revertida para a Sociedade Amigos dos Deficientes Físicos)	Caridades e festas
10	12	198 0	14	Sábado, 1ª fase da Picamp (cita o curso de Professor para Deficientes Mentais)	Educação
12	12	198 0	14	Publicidade – Universidade Metodista de Piracicaba 0 Cursos para Inspeção Escolar Magistério para Deficientes Mentais)	Cursos e seminários
12	12	198 0	36	Natal pró Dom Orione	Caridades e festas
14	12	198 0	48	Leis que você pode não ter notado – Instrução de Deficiente Físico	Política
18	12	198 0	18	Quem tem esperança resolve o impossível	Saúde
19	12	198 0	14	Comissão faz plano para Ano do Deficiente	Política

24	12	198 0	4	Teles mostra onde oposições ganharão (um dos membros da comissão reginal é Ednaldo Ferreira Batista, presidente da Associação dos Deficientes Motores)	Política
24	12	198 0	12	Os alunos cultivam a terra e produzem sua própria merenda	Educação
26	12	198 0	28	Um clube para deficientes mentais	Acessibilidade
27	12	198 0	12	Carlos Keller, eleito Homeo do ano De Indaiatuba tem projetos com pessoas cegas	Cotidiano
28	12	198 0	28	Centro espírita com assistência educacional gratuita para crianças com deficiência	Educação
29	12	198 0	37	Medicina de Santos abre vestibular (citação de um aluno cego como exemplo de esforço)	Educação
1	1	198 1	19	1981 – Ano Internacional da Pessoa Deficiente	Situação da Pessoa com Deficiência
2	1	198 1	6	Papa faz apelo por maior ajuda aos deficientes	Religião
5	1	198 1	2	Questão de direito	Situação da Pessoa com Deficiência
7	1	198 1	11	Cego quer que a população passe a doar mais córneas	Saúde
8	1	198 1	10	Presidente lançara ano do deficiente	Política

8	1	198 1	12	Aconselhamento	Saúde
8	1	198 1	15	Provas da Unesp serão realizadas durante 3 dias (citação de alguns candidatos com deficiência)	Educação
9	1	198 1	3	Deficientes (comentário do NID)	Palavra do leitor
9	1	198 1	9	Rio cria fones para deficientes	Acessibilidade
11	1	198 1	4	Específicos abrem exames da Unesp (citação de casos de candidatos com deficiência)	Educação
14	1	198 1	12	Deficientes lutam para acabar com paternalismo	Movimento Político
15	1	198 1	13	“Causa terá meu apoio”	Política
16	1	198 1	2	Ano do deficiente físico	Situação da Pessoa com Deficiência
16	1	198 1	25	Professores de Pedagogia	Cursos e seminários
24	1	198 1	16	No Rio, Clube do Otimismo dá apoio aos deficientes	Caridades e festas
25	1	198 1	3	(Folhetim) - O amigo paraplégico do mocinho	Situação da Pessoa com Deficiência
25	1	198 1	4	(Folhetim) – Profissão: andar	Situação da Pessoa com Deficiência

25	1	198 1	5	(Folhetim) – A falsa liberdade	Situação da Pessoa com Deficiência
25	1	198 1	6	(Folhetim) – Somos todos deficientes	Situação da Pessoa com Deficiência
25	1	198 1	7	(Folhetim) – Um deputado em cadeira de rodas	Política
25	1	198 1	8	(Folhetim) – Nem coitadinhos nem su...	Situação da Pessoa com Deficiência
25	1	198 1	9	(Folhetim) – A batalha do moinho de vento	Situação da Pessoa com Deficiência
25	1	198 1	11	(Folhetim) - “Estamos falando de gente, não de tijolos”	Situação da Pessoa com Deficiência
25	1	198 1	12	(Folhetim) – Olha o rapa!	Ambulantes
25	1	198 1	13	(Folhetim) – Duas vezes na prisão	Situação da Pessoa com Deficiência
25	1	198 1	14	(Folhetim) – Falando com o mundo	Situação da Pessoa com Deficiência
25	1	198 1	15	(Folhetim) – Sem falsa piedade	Situação da Pessoa com Deficiência
25	1	198 1	15	(Folhetim) - “O preconceito era meu”	Situação da Pessoa com Deficiência
25	1	198 1	54	Aviso à consciência no ano do deficiente	Situação da Pessoa com Deficiência

28	1	198 1	3	Mais iguais	Palavra do leitor
28	1	198 1	8	Professor para Deficientes Mentais (lista de aprovados para o FOVEST – com O mesmo)	Educação
30	1	198 1	15	Bar é autuado por alugar calçada a banca de frutas	Ambulantes
30	1	198 1	32	Seguros de vida para pais que possuem filhos com deficiência	Propaganda envolvendo o AIPD
31	1	198 1	14	Atenção aos deficientes	Palavra do leitor
1	2	198 1	29	Ensino de Deficientes	Cursos e seminários
3	2	198 1	19	Tanabi – Lions Clube, Prefeitura, Rádio e Clube e entidades religiosas fazem campanha para arrecadação de fundos	Caridades e festas
5	2	198 1	17	Licenciados em Pedagogia	Cursos e seminários
6	2	198 1	13	Metodista chama para 8 cursos (cursos voltados para formação de professores para Deficientes Mentais)	Cursos e seminários
7	2	198 1	8	Estão em falta pilhas para aparelho de surdez	Tecnologias assistivas
8	2	198 1	3	Fim de ciclo	Palavra do leitor
9	2	198 1	14	Volta às aulas hoje, no município (cita a escola Hellen Keller)	Educação

14	2	198 1	8	Telesp lançará orelhões para uso de deficientes	Acessibilidade
15	2	198 1	22	Cegos não pretendem receber privilégios	Situação da Pessoa com Deficiência
16	2	198 1	3	Muita comemoração	Palavra do leitor
18	2	198 1	18	Frente propõe-se a defender os direitos dos doentes mentais	Movimento Político
22	2	198 1	5	Comemorações (citação de duas pessoas com deficiência que foram cumprimentadas pelo presidente)	Política
25	2	198 1	17	ECT não contrata deficiente físico	Situação da Pessoa com Deficiência
26	2	198 1	2	O selo da exclusão	Situação da Pessoa com Deficiência
28	2	198 1	15	Independência para os deficientes	Palavra do leitor
28	2	198 1	17	Baile de rainhas inicia as festas de Carnaval em Bauru (renda convertida)	Caridades e festas
28	2	198 1	17	Deficientes terão projeto	Movimento Político
7	3	198 1	9	Camisa e Nenê ameaçam não ir hoje à avenida (ingressos com preços especiais para pessoas com deficiência)	Cotidiano

7	3	198 1	11	Filatelistas	Situação da Pessoa com Deficiência
8	3	198 1	27	ECT nega discriminação, mas candidato confirma denúncia	Situação da Pessoa com Deficiência
11	3	198 1	12	Cursos (adaptação de Museus)	Cursos e seminários
12	3	198 1	14	Fundação lembra menor deficiente	Cursos e seminários
13	3	198 1	11	Deficientes divulgarão programa para este ano	Movimento Político
14	3	198 1	10	Deficientes intensificam a luta por seus direitos	Movimento Político
15	3	198 1	22	Declaração dos Direitos abre Ano do Deficiente	Política
15	3	198 1	24	Auxílio às mães dos excepcionais	Situação da Pessoa com Deficiência
17	3	198 1	12	Cursos (adaptação de Museus)	Cursos e seminários
17	3	198 1	18	Valinhos – aniversário da APAE	Situação da Pessoa com Deficiência
18	3	198 1	16	Publicidade – Mackenzie – Curso de Pedagogia com Habilitação em Educação de Deficientes Mentais	Cursos e seminários
19	3	198 1	20	Deficientes lutam para garantir a sobrevivência (José Ortiz)	Situação da Pessoa com Deficiência

20	3	198 1	14	Vera Cruz – rampa para Paróquia de Vera Cruz	Acessibilidade
24	3	198 1	12	Deficientes criticam reportagens (José Ortiz)	Situação da Pessoa com Deficiência
24	3	198 1	20	Cirurgiões-Dentistas	Cursos e seminários
24	3	198 1	21	Vera Cruz – fala do médico Djalma Vasques sobre o “problema do deficiente físico”	Cursos e seminários
25	3	198 1	17	Deficientes mobilizam-se (José Ortiz)	Movimento Político
25	3	198 1	19	Despesas médicas	Saúde
25	3	198 1	23	Ardef (Associação Rio-Pretense dos Deficientes Físicos solicita permissão para construir sede própria	Movimento Político
26	3	198 1	18	Feira da Bondade arrecada fundos para excepcionais	Caridades e festas
28	3	198 1	10	O Leitor Escreve	Palavra do leitor
29	3	198 1	21	“Integração” pode não atender pedido	Políticas públicas
1	4	198 1	16	Ourinhos doará prédio escolar a deficientes	Educação
4	4	198 1	11	Inaugurado telefone para os deficientes	Acessibilidade

7	4	198 1	15	Secretaria do Trabalho	Cursos e seminários
7	4	198 1	24	Deficientes de Ubatuba isolados	Situação da Pessoa com Deficiência
8	4	198 1	10	Deficientes fazem ato público no Rio	Movimento Político
9	4	198 1	14	Deficientes terão festa	Cotidiano
10	4	198 1	12	Governador faz 'incerta' e não acha problemas (promessa de criação de classe para pessoas com deficiência)	Cotidiano
11	4	198 1	12	Congresso da ANTP termina em Recife (participação de Messias Tavares de Souza, membro da Coalização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos)	Cotidiano
11	4	198 1	16	Campinas terá 'orelhões' para os deficientes	Acessibilidade
11	4	198 1	16	Após 20 anos, uma pequena indenização (citação de assistência prestada pelo Estado)	Cotidiano
13	4	198 1	10	Bexiga faz festa para deficientes	Caridades e festas
13	4	198 1	Capa	Deficientes tiveram festa na Bela Vista	Matéria de capa
14	4	198 1	10	Ônibus vão ter bancos especiais para deficientes	Acessibilidade

14	4	198 1	10	AACD leva visitantes ao Museu do Telefone	Acessibilidade
14	4	198 1	14	Deficientes	Cursos e seminários
17	4	198 1	7	Na Catedral, 12 jovens	Religião
17	4	198 1	10	Escola oferece ensino especial para deficientes	Educação
20	4	198 1	10	“Um depósito de doentes”	Situação da Pessoa com Deficiência
21	4	198 1	8	Promoção Social apura denúncias	Situação da Pessoa com Deficiência
22	4	198 1	10	Salão de automóvel demite deficientes	Situação da Pessoa com Deficiência
23	4	198 1	11	Deficientes não vão desistir de trabalhar	Situação da Pessoa com Deficiência
23	4	198 1	13	Indaiatuba – criação de Sala de Recuperação e um Centro de Atendimento aos Deficientes	Saúde
23	4	198 1	21	Limeira concluirá rodoviária em junho	Acessibilidade
24	4	198 1	7	Evite um Deficiente – Leia O Bebê Perfeito	Saúde
26	4	198 1	27	Ourinhos adia mostra de coleções para 1981	Cotidiano

28	4	198 1	10	Figueiredo fala sobre deficientes	Política
28	4	198 1	14	Deficientes discutem arquitetura urbana (José Ortiz)	Acessibilidade
29	4	198 1	14	Deficientes – Simpósio no SESC	Cursos e seminários
30	4	198 1	5	Agenda do prefeito (que recebeu entidades representativas dos deficientes físicos, para o lançamento de transporte especial)	Agenda do prefeito
30	4	198 1	12	Especialista aponta causa de deficiência	Saúde
30	4	198 1	16	Demissões na Embravendas	Palavra do leitor
1	5	198 1	9	Primeira linha de ônibus para os deficientes	Acessibilidade
2	5	198 1	9	Ônibus especial não atende deficientes	Acessibilidade
2	5	198 1	10	Ourinhos, a cidade que apoia os seus deficientes	Situação da Pessoa com Deficiência
4	5	198 1	3	Deficientes	Palavra do leitor
5	5	198 1	8	Agenda do prefeito (que recebeu Leila Jorge e Mario Chamie)	Agenda do prefeito
6	5	198 1	13	Proposta contratação de cegos pelo Estado	Políticas públicas

6	5	198 1	13	Deficientes físicos reclamam de demissão	Situação da Pessoa com Deficiência
7	5	198 1	19	Publicidade – Senac SP – Simpósio de Educação Profissionalização e Empregos das Pessoas Deficientes	Cursos e seminários
9	5	198 1	10	Maluf insala na Sé o 17º. “integração”	Ambulantes
9	5	198 1	10	Deficientes físicos não têm vez no P. Ibirapuera	Situação da Pessoa com Deficiência
10	5	198 1	26	Deficientes – Abertura do simpósio do Sesc	Cursos e seminários
12	5	198 1	14	Deficientes – Abertura do simpósio do Sesc	Cursos e seminários
13	5	198 1	14	Paulina – atender menores com deficiência	Saúde
14	5	198 1	13	“É o fim da humanidade” (citação de grupos que rezam por pessoas com deficiência)	Religião
14	5	198 1	24	Encontro de APAEs	Políticas públicas
15	5	198 1	24	Campanha por mais cadeiras de rodas	Caridades e festas
16	5	198 1	11	Emurb manterá feiras na Sé	Ambulantes
18	5	198 1	3	Sofrido trabalho	Palavra do leitor

18	5	198 1	8	Geração de nanicos	Saúde
21	5	198 1	12	Comunicado – Caixa Econômica – Posto atendimento aos Deficientes Físicos	Acessibilidade
22	5	198 1	12	Caixa terá posto para deficientes	Acessibilidade
22	5	198 1	12	Importação facilidade para deficientes físicos	Políticas públicas
24	5	198 1	3	Esclarecimento da Aide	Palavra do leitor
24	5	198 1	10	Publicidade – Caixa Econômica – Agência de atendimento para pessoas com deficiência	Acessibilidade
24	5	198 1	21	Deficientes ainda esperam	Situação da Pessoa com Deficiência
25	5	198 1	10	Publicidade – Caixa Econômica – Agência de atendimento para pessoas com deficiência	Acessibilidade
26	5	198 1	12	Encontro do Rotary terá Madre Teresa	Caridades e festas
26	5	198 1	13	CEF inaugura posto de atendimento para deficiente físico	Acessibilidade
26	5	198 1	28	Sociedade Pestalozzi	Caridades e festas
27	5	198 1	13	Câmara cria comissão do deficiente físico	Política

28	5	198 1	11	Advogado cego acusa CEF de discriminação	Situação da Pessoa com Deficiência
28	5	198 1	16	Pró-Infância	Cursos e seminários
31	5	198 1	24	Figueiredo hoje na convenção do Rotary em SP	Debates
31	5	198 1	28	MEC pesquisa educação de deficientes	Educação
31	5	198 1	47	Excepcionais ganham espaço para o lazer	Políticas públicas
1	6	198 1	9	Comissão do deficiente será instaurada	Política
2	6	198 1	8	Advogado cego recebe da Caixa	Situação da Pessoa com Deficiência
2	6	198 1	9	Rio Claro – Sala de aulas especial	Educação
2	6	198 1	12	Deficientes (palestra com apoio do Movimento)	Cursos e seminários
3	6	198 1	3	Fiscalização complacente	Palavra do leitor
3	6	198 1	13	CPP – Curso para classes especiais	Cursos e seminários
3	6	198 1	14	A reabilitação de deficientes feita por escola do ABC	Educação

4	6	198 1	15	Deficientes (palestra com apoio do Movimento)	Cursos e seminários
4	6	198 1	15	Convenção do Rotary termina com painel sobre deficientes	Situação da Pessoa com Deficiência
4	6	198 1	17	População dobra e Franco da Rocha arrecada pouco (citação de situações envolvendo pessoas com deficiência)	Cotidiano
8	6	198 1	7	Simpósio Pró-Infância	Cursos e seminários
8	6	198 1	10	Professores de Deficientes	Cursos e seminários
9	6	198 1	15	Simpósio debate os problemas infantis	Debates
9	6	198 1	16	CMTC anuncia ônibus para deficiente com elevador na porta	Acessibilidade
11	6	198 1	14	Os deficientes querem definir sua campanha	Movimento Político
12	6	198 1	13	Professores de Deficientes	Cursos e seminários
13	6	198 1	3	De muletas	Política
17	6	198 1	11	Celebração	Religião
17	6	198 1	13	CPP avalia o ensino para os deficientes	Educação

19	6	198 1	4	Agenda da Educação	Cursos e seminários
19	6	198 1	10	Problemas (citação de casos envolvendo pessoas com deficiência)	Cotidiano
20	6	198 1	12	Deficientes (reunião dia 27/06/1981 – Transporte Individual e Coletivo para as Pessoas Deficientes)	Comunicados e chamamentos públicos
21	6	198 1	20	Deficientes buscam carta de motorista	Cotidiano
23	6	198 1	16	Deficientes (reunião dia 27/06/1981 – Transporte Individual e Coletivo para as Pessoas Deficientes)	Comunicados e chamamentos públicos
29	6	198 1	12	Normalistas de 19 se reúnem, com lembranças (citação de ações envolvendo atividades com pessoas com deficiência)	Cotidiano
29	6	198 1	62	Sem título (envolvendo esportes e campanhas caritativas. Está muito ilegível)	Caridades e festas
30	6	198 1	14	Deficientes – NID promove em 30/06/1981 palestra com tema As Pessoas Deficientes como Usuários de Bibliotecas	Comunicados e chamamentos públicos
30	6	198 1	14	Deficientes só têm promessas de melhorias nos transportes	Situação da Pessoa com Deficiência
30	6	198 1	34	Os deficientes num domingo de graças	Religião
4	7	198 1	14	Médicos (atividade programada para o AIPD) – Simpósio da APAE	Cursos e seminários

4	7	198 1	20	Bauru – Ampliação do centrinho da Faculdade de Odontologia para atendimento às pessoas com deficiência auditiva (doação do BB)	Saúde
7	7	198 1	12	Pronto ônibus para deficientes	Acessibilidade
7	7	198 1	12	Sesi vai desativar um centro de reabilitação	Saúde
8	7	198 1	12	Sesi nega desativação de Centro de Reabilitação	Saúde
8	7	198 1	14	Deficientes – Congresso Nacional de Integração da Pessoa Deficiente oferecida pela FAPERJ e pela Sec Mun de Educação e Cultura do Rio	Cursos e seminários
8	7	198 1	16	Aproveitamento de cegos	Acessibilidade
9	7	198 1	15	Deficientes (Reunião do MDPD para 18/07/1981 – “Assistência Médica, Reabilitação e Equipamentos Auxiliares”	Comunicados e chamamentos públicos
11	7	198 1	9	Os deficientes visuais terão bancas em feiras	Cotidiano
11	7	198 1	12	Deficientes (MDPD convoca para churrasco de confraternização em 12/07/1981)	Comunicados e chamamentos públicos
13	7	198 1	10	Deficientes (Reunião do MDPD para 18/07/1981 – “Assistência Médica, Reabilitação e Equipamentos Auxiliares”	Comunicados e chamamentos públicos

16	7	198 1	10	APAE terá 1,2 milhão da Prefeitura	Situação da Pessoa com Deficiência
16	7	198 1	13	Deficientes (Reunião do MDPD para 18/07/1981 – “Assistência Médica, Reabilitação e Equipamentos Auxiliares”	Comunicados e chamamentos públicos
16	7	198 1	16	Moji Mirim – Campanha para AIPD lançado pelo Conselho Municipal de Ação social	Política
17	7	198 1	12	Deficientes (Reunião do MDPD para 18/07/1981 – “Assistência Médica, Reabilitação e Equipamentos Auxiliares”	Comunicados e chamamentos públicos
19	7	198 1	26	Deficientes acusam comissão nacional	Movimento Político
19	7	198 1	29	Em Sorocaba empresa recruta surdos-mudos	Cotidiano
21	7	198 1	10	Casa própria para deficiente físico	Políticas públicas
22	7	198 1	8	Casa André Luís pedirá verba de 25 milhões para evitar o seu fechamento	Políticas públicas
22	7	198 1	12	“Deficiente é cidadão, não um ser abstrato”	Situação da Pessoa com Deficiência
22	7	198 1	20	Araguari – ingressos de cinema para pessoas com deficiência	Propaganda envolvendo o AIPD
24	7	198 1	12	Os deficientes poderão comercializar nas feiras	Cotidiano

26	7	198 1	27	Para lembrar	Citações
26	7	198 1	28	S. J. Dos Campos rebaixa guias para deficientes	Acessibilidade
28	7	198 1	10	Médicos (simpósio sobre Prevenção da Deficiência Mental)	Cursos e seminários
28	7	198 1	10	Diretora lamenta pequena ajuda do governo às Apaes	Situação da Pessoa com Deficiência
28	7	198 1	14	Deficientes pedem maior apoio	Debates
29	7	198 1	9	Deficientes terão assento (nos ônibus)	Acessibilidade
2	8	198 1	20	Falta de verbas ameaça auxílio a excepcionais	Situação da Pessoa com Deficiência
6	8	198 1	17	Em Itapetininga, o Senac implanta seu projeto vagão-escola	Educação
7	8	198 1	19	Cegos vendem na feira que preferirem	Cotidiano
8	8	198 1	13	ônibus para deficientes em teste na linha 416M	Acessibilidade
8	8	198 1	28	Em benefício da AACD (caridade por parte do Corpo Consular de São Paulo)	Caridades e festas
10	8	198 1	9	Deficientes (Congresso Nacional de Integração da Pessoa Deficientes ocorrerá em no Rio entre 25 e 30 de outubro de 1981)	Comunicados e chamamentos públicos

12	8	198 1	17	Deficientes (Instituto Cultural Brasil-Alemanha, Centro Nacional de Educação Especial e Comissão Nacional do AIPD palestras em 19/08/1981; AID fará assembleia em 22/08/1981)	Comunicados e chamamentos públicos
12	8	198 1	17	Médicos (chegada do Presidente da Liga Internacional de Associações em Prol do Deficiente Mental, prof. Gunnar Dybwod, para participação de seminários e conferências que ocorrerá na sexta)	Comunicados e chamamentos públicos
13	8	198 1	16	Médicos (simpósio sobre Prevenção da Deficiência Mental em 14/08/1981)	Comunicados e chamamentos públicos
14	8	198 1	22	Deficientes terão seu 1º Congresso (Recife, de 25 a 30 de outubro. Tema: Reabilitação de Pessoas Deficientes no Brasil)	Comunicados e chamamentos públicos
14	8	198 1	27	Deficientes exporão trabalhos de pintura	Cotidiano
15	8	198 1	11	“Os deficientes me ensinaram muito”	Situação da Pessoa com Deficiência
16	8	198 1	27	Amanhã começa encontro médico em Santo André (seminário: “A importância da cirurgia plástica na reintegração do traumatizado” – ênfase no debate sobre pessoas com deficiência física)	Debates
19	8	198 1	13	Festa reuniu 2.500 crianças deficientes	Caridades e festas
19	8	198 1	15	Publicidade – Casas Andres Luis – Pedido de ajuda	Caridades e festas

19	8	198 1	15	Publicidade – Surdez (propaganda de aparelho)	Tecnologias assistivas
19	8	198 1	16	Deficientes (palestra de Jakob Muth sobre “Teoria e Prática do Método Montessoriano para a Estimulação do Deficiente em 19/08/1981)	Cursos e seminários
19	8	198 1	16	Três dias de discussões (discussão sobre “Terapia de Linguagem em Deficientes Mentas Treináveis e Educáveis” e outros)	Debates
19	8	198 1	21	Instalado um telefone especial em Rio Preto	Acessibilidade
19	8	198 1	21	Estudantes fazem em Bauru o censo dos deficientes	Cotidiano
20	8	198 1	5	Na AACD	Saúde
20	8	198 1	16	Para lembrar	Citações
20	8	198 1	30	O deficiente, o ser normal e a família	Situação da Pessoa com Deficiência
21	8	198 1	22	Deficientes (AID realiza assembleia geral em 22/08/1981)	Comunicados e chamamentos públicos
21	8	198 1	23	Currículo pode ser mudado para beneficiar cega	Acessibilidade
22	8	198 1	13	Simpósio sobre Reabilitação (Educação, Reabilitação e Colocação Profissional de Portadores de Cegueira e Visão Subnormal realizado entre 26 e 28 de agosto)	Cursos e seminários

				no auditório Pedroso Horta da Câmara Municipal de São Paulo)	
23	8	198 1	21	Paraplégicos saúdam Semana do Exército	Cotidiano
26	8	198 1	22	Bispo contra doação de órgãos por excepcionais	Religião
27	8	198 1	13	O projeto recebeu repúdio geral	Políticas públicas
28	8	198 1	24	Deficientes visuais serão admitidos por siderúrgica	Cotidiano
29	8	198 1	11	Cegos terminam simpósio e fazem reivindicações	Políticas públicas
29	8	198 1	14	Leis para deficientes em análise	Política
31	8	198 1	12	Concurso de Outdoor	Propaganda envolvendo o AIPD
31	8	198 1	20	Movimento diz que leis discriminam deficientes	Movimento Político
3	9	198 1	14	Deficientes podem ficar sem importação	Tecnologias assistivas
3	9	198 1	16	APAE faz campanha por uma nova sede em Pindamonhangaba	Caridades e festas
5	9	198 1	9	Entregue novas rotas a deficientes físicos	Acessibilidade

7	9	198 1	10	Ônibus e rotas especiais marcam Ano do Deficiente em São Paulo	Acessibilidade
10	9	198 1	16	Deficientes (MDPD promove o Encontro Paulista de Pessoas Deficientes no domingo)	Comunicados e chamamentos públicos
12	9	198 1	10	Comissão espera 100 mil na Festa de San Genaro (missa para pessoas com deficiência na agenda)	Religião
12	9	198 1	13	Deficientes (começa no dia 12/09/1981 o 1º Encontro Paulista de Pessoas Deficientes)	Comunicados e chamamentos públicos
13	9	198 1	9	Na “Assembleia do Povo” o início da organização (citação de situação das crianças com deficiência)	Debates
13	9	198 1	21	Deficientes fazem exame de temas para 1º Congresso	Movimento Político
14	9	198 1	9	Deficiente quer sistema de saúde democratizado	Movimento Político
16	9	198 1	15	CPP indica a mestra do ano	Cotidiano
17	9	198 1	30	Campinas (curso da Unicamp sobre “A reabilitação da pessoa deficiente: uma abordagem multidisciplinar”)	Cursos e seminários
19	9	198 1	3	Deficiência legislativa	Política
20	9	198 1	30	No Paraíso, uma escola especial para deficientes	Educação
22	9	198 1		Feira da Bondade será aberta amanhã	Caridades e festas

23	9	198 1	15	Para lembrar	Citações
23	9	198 1	28	16ª Feira da Bondade	Comunicados e chamamentos públicos
24	9	198 1	20	Médicos contra a doação de órgãos por excepcional	Situação da Pessoa com Deficiência
25	9	198 1	12	Os deficientes terão verba de saúde do BID	Políticas públicas
27	9	198 1	22	Em Guaratinguetá, a APAE realizará feira	Caridades e festas
28	9	198 1	8	Feira da Bondade é encerrada e Apae arrecada 200 milhões	Caridades e festas
29	9	198 1	14	Banco de Cadeira de Rodas	Propaganda envolvendo o AIPD
2	10	198 1	9	Alunos da Faap vão ajudar deficientes	Caridades e festas
5	10	198 1	9	Deficientes – Congresso Nacional de Integração da Pessoa Deficiente oferecida pela FAPERJ e pela Sec Mun de Educação e Cultura do Rio	Cursos e seminários
5	10	198 1	9	Banco de Cadeira de Rodas	Propaganda envolvendo o AIPD
5	10	198 1	10	A Educação Especial vai a debate no Rio	Debates
6	10	198 1	9	Cadeira de rodas tem uma campanha	Propaganda envolvendo o AIPD

6	10	198 1	13	Especialistas internacionais reunidos no Rio	Situação da Pessoa com Deficiência
7	10	198 1	15	As crianças se reúnem para colorir painéis e mostrar o seu talento	Propaganda envolvendo o AIPD
14	10	198 1	1	Deficientes (Aide – Assembleia ordinária para eleição de diretoria em 14/11/1981)	Comunicados e chamamentos públicos
15	10	198 1	15	Centro promove seminário sobre deficiente mental	Debates
15	10	198 1	15	Banco de Cadeira de Rodas	Propaganda envolvendo o AIPD
15	10	198 1	16	Apeoesp promove uma ciranda na Sé (citação da necessidade de criação de salas especiais)	Educação
17	10	198 1	13	Pucamp recebe inscrições (citação de classe para Formação de Professores para Deficientes Mentais)	Educação
20	10	198 1	13	Entidade faz campanha para os deficientes	Propaganda envolvendo o AIPD
21	10	198 1	3	Não sabiam	Política
21	10	198 1	11	Deficientes denunciam erros em atendimento nas Clínicas	Movimento Político
21	10	198 1	23	Rio Claro – Instalação de telefone público adaptado	Acessibilidade
22	10	198 1	3	Ano deficitário	Situação da Pessoa com Deficiência

22	10	198 1	13	Entidades abrem hoje a Feira da Solidariedade	Caridades e festas
22	10	198 1	13	Congresso vê deficiência	Movimento Político
22	10	198 1	15	Orçamento de 82 é aprovado na Câmara (fala sobre educação de pessoas com deficiência auditiva)	Política
22	10	198 1	31	Basquete feminino tenta bicampeonato (há citação de uma partida para jogadores em cadeira de rodas como comemoração ao AIPD)	Esportes
24	10	198 1	9	Projeto cria projeção para os deficientes	Políticas públicas
24	10	198 1	14	Deficientes – Congresso Nacional de Integração da Pessoa Deficiente oferecida pela FAPERJ e pela Sec Mun de Educação e Cultura do Rio	Cursos e seminários
24	10	198 1	14	Concurso de Outdoor	Propaganda envolvendo o AIPD
24	10	198 1	23	Círculo Militar (competição entre equipes de basquete com pessoas em cadeira de rodas)	Esportes
27	10	198 1	16	Área de Campo Limpo tem campanha para prevenir a cegueira	Saúde
27	10	198 1	17	Itu – instalação de telefone público adaptado	Acessibilidade
30	10	198 1	3	Só tem escadas (Maluf, após acidente e usando muletas, percebe que o Palácio dos Bandeirantes não tem acessibilidade)	Acessibilidade

31	10	198 1	13	Deficientes – promoção do Ciclo de Estudos sobre Deficiência Visual	Cursos e seminários
1	11	198 1	19	A Pestalozzi pode fechar	Políticas públicas
1	11	198 1	21	Deficientes (AID realiza assembleia geral em 14/11/1981)	Comunicados e chamamentos públicos
2	11	198 1	3	Deficientes (estudos para adaptação da casa do Legislativo federal – provavelmente)	Acessibilidade
4	11	198 1	10	Pestalozzi começa hoje seu Congresso (em DF)	Comunicados e chamamentos públicos
4	11	198 1	16	Rio Preto denuncia preconceito	Movimento Político
5	11	198 1	12	Sociedade Pestalozzi quer jogo legalizado	Políticas públicas
5	11	198 1	16	De 16 a 27, inscrições para ingresso e acesso – Concurso público para professores, inclusive para turmas especiais	Educação
5	11	198 1	17	S. J. Dos Campos debate situação dos deficientes	Situação da Pessoa com Deficiência
6	11	198 1	11	Deficiente físico mostra trabalhos	Cotidiano
9	11	198 1	10	Jangadas ocorrem em PE (corrida em homenagem ao AIPD)	Esportes
10	11	198 1	13	Deficiência visual (ciclo de estudos entre os dias 24 e 27)	Cursos e seminários

11	11	198 1	14	Deficientes (assembleia do AID no sábado)	Comunicados e chamamentos públicos
11	11	198 1	16	Bragança quer obrigar emprego a deficientes	Políticas públicas
12	11	198 1	37	Conferência (Acesso à Educação para pessoas com deficiência física)	Cursos e seminários
14	11	198 1	14	Deficientes (assembleia do AID em 14/11)	Comunicados e chamamentos públicos
17	11	198 1	15	Associação ativa setor de estimulação precoce	Situação da Pessoa com Deficiência
17	11	198 1	16	Estado inicia inscrições para concurso (de professores, incluindo aqui para salas especiais)	Educação
18	11	198 1	15	Deficiência Visual (estudos promovidos pela Rotary)	Comunicados e chamamentos públicos
18	11	198 1	16	Bauru faz censo dos deficientes	Cotidiano
18	11	198 1	16	APAE procura conter déficit em Botucatu	Situação da Pessoa com Deficiência
21	11	198 1	25	Deficientes (Curitiba sediará os Jogos Nacionais de Deficientes Visuais de 25 a 29)	Esportes
22	11	198 1	6	Vítima de atentado quer justiça (história de Cândido Pinto de Melo)	Violência (política)
24	11	198 1	11	Renda de feira será para deficientes	Caridades e festas

24	11	198 1	13	Deficiência Visual (estudos promovidos pela Rotary)	Comunicados e chamamentos públicos
27	11	198 1	14	O "Feirão" vai ajudar deficientes	Caridades e festas
29	11	198 1	43	Casas André Luís ainda com déficit	Políticas públicas
1	12	198 1	15	Famílias de deficientes têm plantão psicológico	Situação da Pessoa com Deficiência
3	12	198 1	3	Justiça e preconceito	Situação da Pessoa com Deficiência
5	12	198 1	10	Município vai aplicar em três anos Cr\$ 141 bi (cita classes para pessoas com deficiência auditiva)	Política
5	12	198 1	17	Osasco abre escola para deficientes	Educação
7	12	198 1	6	Mães de alunos criticam escola para deficientes	Educação
8	12	198 1	9	Escadas rolantes só sobem, na Sé	Acessibilidade
8	12	198 1	13	Deficientes vivem em comunidade	Situação da Pessoa com Deficiência
8	12	198 1	22	Seguro de vida para deficientes	Cotidiano
11	12	198 1	9	AACD habilita 44 especialistas	Debates

11	12	198 1	12	Associação de Deficientes (AID e MDPD fazem assembleia geral no dia 09/01/1982 para unificar o trabalho)	Movimento Político
12	12	198 1	15	Assis quer clube para surdos-mudos	Acessibilidade
14	12	198 1	18	Gincana pró AACD	Caridades e festas
15	12	198 1	15	Comissão Nacional do Deficiente	Movimento Político
17	12	198 1	16	Entidade comemora o Natal e lembra que apoio deve ser maior	Caridades e festas
20	12	198 1	18	Poucas conquistas marcam Ano da Pessoa Deficiente	Situação da Pessoa com Deficiência
20	12	198 1	30	Estado vai atender alunos deficientes	Educação
20	12	198 1	Capa	No Brasil, Ano do Deficiente só rendeu queixas	Matéria de capa
21	12	198 1	13	Contran proíbe a taxa em Zona Azul (cita situação de veículos conduzidos por pessoas com deficiência)	Cotidiano
22	12	198 1	11	Ainda falta regulamentação (legislação sobre veículos – cita veículos conduzidos por pessoas com deficiência)	Cotidiano
23	12	198 1	10	Crianças da AACD tiveram ontem sua festa de Natal	Caridades e festas

23	12	198 1	15	Campinas rebaixa as guias para ajudar deficientes	Acessibilidade
30	12	198 1	15	Documentação será restaurada por deficiente	Cotidiano
1981	Recorrente			Publicidade – FMU – Vestibular 82 (citação Educação do Deficiente em Audiocomunicação)	Cursos e seminários
1981	Recorrente			Publicidade – Auto escola Guedes (aulas em carros especiais para pessoas com deficiência)	Publicidade

Apêndice III – Projetos de Thales Ramalho

Proposições	Ementa	Temática da Ementa	Apresentação	Situação
PL 5059/1981	RESTABELECE DIREITO DE SERVIDORES PUBLICOS, NO CASO QUE ESPECIFICA.	Funcionalismo público	1981	Arquivada
PL 4675/1981	TORNA OBRIGATORIA A COLOCAÇÃO DO 'SIMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO' EM	Pessoas com Deficiência	1981	Transformado em Norma
PL 4630/1981	CRIA O FUNDO NACIONAL DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIENCIA E DA OUTRAS	Pessoas com Deficiência	1981	Arquivada
PL 4674/1981	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANUTENÇÃO, COM VINCULO EMPREGATICIO, DE	Pessoas com Deficiência	1981	Arquivada
PL 4673/1981	DISPÕE SOBRE A RECLASSIFICAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PLANO DE	Categorias Profissionais / PCD	1981	Arquivada
PL 4602/1981	CRIA O PROGRAMA NACIONAL DOS LIVROS EM BRAILLE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.	Pessoas com Deficiência	1981	Arquivada
PL 4633/1981	ALTERA A REDAÇÃO DO DECRETO-LEI 938, DE 13 DE OUTUBRO DE 1969, QUE REGULAMENTA A	Categorias Profissionais / PCD	1981	Arquivada
PL 4632/1981	INSTITUI O SALARIO MINIMO PROFISSIONAL DO FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL E	Categorias Profissionais / PCD	1981	Arquivada
PL 4631/1981	TORNA OBRIGATORIA A CONCESSÃO DE CREDENCIAMENTO, PELO INAMPS, AO	Categorias Profissionais / PCD	1981	Arquivada
PL 4629/1981	DISPÕE SOBRE A DEDUÇÃO DO LUCRO TRIBUTAVEL, PARA FINS DO IMPOSTO SOBRE A	Pessoas com Deficiência	1981	Arquivada
PL 4613/1981	TORNA OBRIGATORIA A INCLUSÃO, NOS CURRICULOS DOS CURSOS SUPERIORES DE	Pessoas com Deficiência	1981	Arquivada
PL 4606/1981	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS PESSOAS	Pessoas com Deficiência	1981	Arquivada
PL 4605/1981	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS PESSOAS	Pessoas com Deficiência	1981	Arquivada
PL 4604/1981	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE CONSTRUÇÃO DE RAMPAS DE ACESSO E DE	Pessoas com Deficiência	1981	Arquivada
PL 4603/1981	DISPÕE SOBRE ATENDIMENTO AOS DEFICIENTES NOS	Pessoas com Deficiência	1981	Arquivada

TERMINAIS DE TRANSPORTES COLETIVOS.				
PL 4601/1981	CONCEDE PRIORIDADE AOS DEFICIENTES NA DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO E DE	Pessoas com Deficiência	1981	Arquivada
PL 4600/1981	DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO PARA ESTACIONAMENTO, NOS CENTROS URBANOS, DE	Pessoas com Deficiência	1981	Arquivada
PL 4222/1980	DISPÕE SOBRE A PROFISSÃO DE TELEFONISTA, REGULA SEU EXERCICIO E DA OUTRAS	Categorias Profissionais	1980	Arquivada
PL 363/1979	RESTABELECE DIREITO DE SERVIDORES PUBLICOS, NO CASO QUE ESPECIFICA.	Funcionalismo público	1979	Transformado em Norma
PL 5752/1978	ALTERA DISPOSITIVO DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, PARA O FIM DE	Trabalista	1978	Arquivada
PL 5730/1978	MODIFICA DISPOSITIVOS DO DECRETO-LEI 3365, DE 21 DE JUNHO DE 1941, QUE DISPÕE SOBRE	Habitação	1978	Arquivada
PL 5746/1978	DISPÕE SOBRE O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, E DA OUTRAS	Educação e cultura	1978	Arquivada
PL 5732/1978	ACRESCENTA PARAGRAFO AO ARTIGO PRIMEIRO DA LEI 4923, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1965	Trabalista	1978	Arquivada
PL 5722/1978	EQUIPARA OS SINDICATOS AS ENTIDADES FILANTROPICAS, PARA OS FINS DA LEI 3577, DE	Trabalista	1978	Arquivada
PL 5736/1978	DISPÕE SOBRE A APOSENTADORIA PROPORCIONAL, AOS 25 ANOS DE SERVIÇO, DA	Saúde e previdência	1978	Arquivada
PL 5720/1978	ALTERA O ARTIGO 38 DA LEI 3807, DE 1960, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 5890, DE 1973,	Trabalista	1978	Arquivada
PL 5710/1978	INTRODUZ ALTERAÇÃO NO CODIGO DE PROCESSO CIVIL.	Justiça	1978	Arquivada
PL 5701/1978	ACRESCENTA ALINEA AO 'CAPUT' DO ARTIGO 513 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.	Trabalista	1978	Arquivada
PL 5584/1978	DA NOVA REDAÇÃO AO PARAGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO SEGUNDO DA LEI 6146, DE 29 DE	Trabalista	1978	Arquivada
PL 5520/1978	ASSEGURA AOS DEFICIENTES FISICOS OS DIREITOS QUE ESPECIFICA, RELATIVOS A	Pessoas com Deficiência	1978	Arquivada

PL 5510/1978	TORNA OBRIGATORIA A INCLUSÃO DO CURSO DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL NAS	Categorias Profissionais / PCD	1978	Arquivada
PL 5494/1978	RESTABELECE DIREITO DE SERVIDORES PUBLICOS, NO CASO QUE ESPECIFICA.	Funcionalismo público	1978	Arquivada
PL 5489/1978	INSTITUI O SALARIO MINIMO PROFISSIONAL PARA OS PSICOLOGOS, FISIOTERAPEUTAS,	Categorias Profissionais	1978	Arquivada
PL 5473/1978	ALTERA DISPOSITIVO DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.	Trabalista	1978	Arquivada
PL 5472/1978	ACRESCENTA DISPOSITIVO A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, PARA O FIM DE	Trabalista	1978	Arquivada
PL 5433/1978	ALTERA A REDAÇÃO DO 'CAPUT' DO ARTIGO PRIMEIRO, DA LEI 5958, DE 10 DE DEZEMBRO DE	Saúde e previdência	1978	Arquivada
PL 5417/1978	DISPÕE SOBRE APOSENTADORIA ESPECIAL PARA OS BANCARIOS.	Categorias Profissionais	1978	Arquivada
PL 5404/1978	DISPÕE SOBRE O REAJUSTAMENTO DO SALARIO-MINIMO E DOS BENEFICIOS DA PREVIDENCIA	Saúde e previdência	1978	Arquivada
PLP 192/1978	ACRESCENTA PARAGRAFOS AO ARTIGO PRIMEIRO DA LEI COMPLEMENTAR 19, DE 25 DE JUNHO DE	Saúde e previdência	1978	
PL 5397/1978	ISENTA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA, PARTE DO EMPREGADOR, AS ENTIDADES	Saúde e previdência	1978	Arquivada
PL 5407/1978	ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 11 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, PARA	Trabalista	1978	Arquivada
PL 5366/1978	ALTERA A LEGISLAÇÃO QUE TRATA DA PROTEÇÃO E ESTIMULOS A PESCA.	Outros	1978	Arquivada
PL 5353/1978	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE AUDITORIOS E OUTRAS INSTALAÇÕES SIMILARES DE PREDIOS	Educação e cultura	1978	Arquivada
PL 5355/1978	ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ARTIGO 156 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	Trabalista	1978	Arquivada
PL 5331/1978	TORNA OBRIGATORIO O VOTO DOS RESIDENTES NO EXTERIOR OU EM TRANSITO, NAS	Eleições	1978	Arquivada
PL 5254/1978	MODIFICA A REDAÇÃO DO ARTIGO 19 DA LEI 5869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973 (CODIGO DE	Justiça	1978	Arquivada

PL 5274/1978	DA NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVO DO ARTIGO 449, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	Trabalista	1978	Arquivada
PL 5190/1978	ADITA DISPOSIÇÃO A LEI Nº 4.749, DE 12 DE AGOSTO DE 1965 (DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO	Trabalista	1978	Arquivada
PL 5199/1978	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 5630, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1970 (ESTABELECE NORMAS	Trabalista	1978	Arquivada
PL 5180/1978	DISPÕE SOBRE OS SAQUES, EFETUADOS POR ASSALARIADOS DAS ZONAS ATINGIDAS POR	Saúde e previdência	1978	Arquivada
PL 5168/1978	ALTERA DISPOSITIVO DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (DECRETO-LEI 5452, DE 01	Trabalista	1978	Arquivada
PL 5155/1978	INTRODUZ MODIFICAÇÕES NO DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941 QUE "DISPÕE	Habitação	1978	Arquivada
PL 5114/1978	DEFINE OS CRIMES DE TRANSITO, FIXA-LHES AS RESPECTIVAS PENALIDADES E DA OUTRAS	Automóveis	1978	Arquivada
PL 5115/1978	PROIBE A CAÇA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL, PELO PRAZO DE DEZ ANOS.	Outros	1978	Arquivada
PL 5084/1978	INTRODUZ ALTERAÇÕES NO CODIGO NACIONAL DE TRANSITO (LEI 5108, DE 21 DE SETEMBRO DE	Automóveis	1978	Arquivada
PL 5063/1978	ALTERA DISPOSITIVO DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.	Trabalista	1978	Arquivada
PL 4999/1978	MODIFICA DISPOSITIVO DA LEI 4215, DE 27 DE ABRIL DE 1963 (ESTATUTO DA ORDEM DOS	Categorias Profissionais	1978	Arquivada
PL 4932/1978	ACRESCENTA DISPOSITIVO A LEI 5107, DE 13 DE SETEMBRO DE 1966, QUE CRIA O FUNDO DE	Saúde e previdência	1978	Arquivada
PL 4952/1978	CONSOLIDA A PROPRIEDADE DOS TERRENOS DE MARINHA NA PESSOA DOS TITULARES DE	Outros	1978	Arquivada
PL 4912/1978	REVIGORA DISPOSITIVO DA LEI ORGANICA DA PREVIDENCIA SOCIAL (LEI 3807, DE 26 DE	Saúde e previdência	1978	Arquivada
PL 4927/1978	DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO	Automóveis	1978	Arquivada
PL 2326/1974	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 6.091, DE 15 DE AGOSTO DE 1974, QUE DISPÕE SOBRE O	Eleições	1974	Arquivada

PL 2276/1974	CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR RISCO DE VIDA AOS OFICIAIS DE JUSTIÇA DA JUSTIÇA FEDERAL.	Funcionalismo público	1974	Arquivada
PL 2233/1974	DISPÕE SOBRE O SALARIO-MINIMO-AULA DE PROFESSORES DO ENSINO MEDIO, E DA OUTRAS	Educação e cultura	1974	Arquivada
PL 2232/1974	DISPÕE SOBRE ESTAGIARIO DE ALUNOS DE MEDICINA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.	Saúde e previdência	1974	Arquivada
PL 2209/1974	DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DA CLAUSULA DE CORREÇÃO MONETARIA PARA AQUISIÇÃO DE	Habitação	1974	Arquivada
PL 1454/1973	INSTITUI O SALARIO-MINIMO PROFISSIONAL DO FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL E	Categorias Profissionais / PCD	1973	Arquivada
PL 1446/1973	DISPÕE SOBRE DEBITOS COM A PREVIDENCIA SOCIAL.	Saúde e previdência	1973	Arquivada
PL 2284/1970	DECLARA DE UTILIDADE PUBLICA A SOCIEDADE MANTENEDORA DA FACULDADE DE MEDICINA E	Saúde e previdência	1970	Arquivada
PL 2272/1970	DISPÕE SOBRE O CONTROLE DA POLUIÇÃO DO AR PROVOCADA POR VEICULOS AUTOMOTORES E	Saúde e previdência	1970	Arquivada
PL 2245/1970	DISPÕE SOBRE O SALARIO-MINIMO-AULA DE PROFESSORES DO ENSINO MEDIO E DA OUTRAS	Educação e cultura	1970	Arquivada
PL 2236/1970	DISPÕE SOBRE ESTAGIO DE ALUNOS DE MEDICINA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.	Saúde e previdência	1970	Arquivada

Apêndice IV – Conjunto de matérias de jornais e documentos do Cedipod sobre o caso dos Correios

ECT não contrata deficiente físico

ARAÇOIABA DA SERRA (Do enviado especial) — Fernando Ferreira da Silva, de 20 anos, prestou exames para trabalhar na agência dos Correios e Telégrafos de Araçoiaba da Serra, a 110 km de São Paulo, e foi reprovado, segundo denunciou, porque apresentava um defeito físico nas pernas, consequência de uma paralisia infantil. "O médico que me examinou disse que havia uma circular de Brasília regulamentando a contratação de deficientes físicos e que o trabalho poderia ser cansativo para mim. Mas afirmou que, se eu quisesse recorrer, poderia fazê-lo", revelou Fernando.

Agora, ele pensa em recorrer da decisão, "ao menos para tentar denunciar a situação do deficiente físico no País", pois já perdeu as esperanças de obter a vaga pela qual lutava. Ela foi preenchida por uma moça, que prestou exames com ele. "É a primeira vez que acontece isso comigo. Mas pelo que o médico me disse fui barrado por uma questão de preconceito, somente isso."

EXAME

Fernando Ferreira da Silva trabalha na Igreja Matriz de Araçoiaba da Serra. É ele quem limpa o templo, marca as cerimônias e ainda resolve os problemas contábeis tendo, para isso, que andar bastante. E até agora, diz ele, se saiu bem com o serviço, pois está lá há quatro anos sem nenhum problema.

Um dos sete filhos de um mestre de obras, Fernando tentou entrar para a agência dos Correios em Araçoiaba para ganhar mais. "pois recebo salário mínimo e não posso prosseguir meus estudos". Ele iria trabalhar atrás do balcão, na venda de selos e atendimento ao público, com um salário inicial de Cr\$ 13 mil.

Em Sorocaba, a informação é de que a seleção de pessoal fica a critério da Gerência de Recursos Humanos da ECT, em São Paulo, e que dal veio o nome de Maria Salete da Rocha como aprovada para ocupar o posto em Araçoiaba da Serra. Um funcionário da agência dessa cidade disse que não se revelou o motivo pelo qual Fernando foi reprovado, já que ele é sigiloso.

Enquanto isso, a agência central da ECT informa que, a partir do dia 7 de abril, será lançada uma série de selos sobre o Ano Internacional do Deficiente, demonstrando como ele pode ser aproveitado para o trabalho.

ECT nega discriminação, mas candidato confirma denúncia

ARAÇOIABA DA SERRA (Do correspondente) — O diretor regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de São Paulo, Oiama Olinto de Almeida, negou que o órgão tenha cometido discriminação ao não contratar Fernando Ferreira da Silva, portador de deficiência física, para ocupar uma vaga na agência de Araçoiaba da Serra. Mas o jovem confirma sua denúncia e seu advogado, Jair Ferreira Duarte Júnior, garante que não impetrará mandado de segurança contra a empresa, somente se se confirmar a informação de que o presidente da empresa, em Brasília, estaria disposto a contratar Fernando.

Toda a história começou quando Fernando Ferreira da Silva prestou exames para ocupar o cargo de balconista na minúscula agência dos Correios e Telégrafos de Araçoiaba da Serra. Segundo ele, depois de aprovado nos testes escritos, foi submetido a exame médico, quando teria sido informado de que havia uma circular de Brasília, regulamentando a contratação de deficientes físicos, e que ele poderá até recorrer da decisão contrária "por estar em seus direitos".

SELEÇÃO

De acordo com Oiama Olinto de Almeida, o setor que cuida da seleção de pessoal na Divisão Regional de São Paulo trabalha com portas abertas, ou seja, "qualquer cidadão pode se candidatar às vagas existentes" e os candidatos selecionados são contratados para o preenchimento dos cargos disponíveis ou, então "são cadastrados para futuras vagas, sendo chamados oportunamente".

Segundo o diretor regional da ECT, para a vaga na agência postal de Araçoiaba da Serra apresentaram-se seis candidatos todos residentes no município e "logicamente foi selecionado o candidato que melhor atendia aos critérios seletivos elaborados pela administração de pessoal, de acordo com objetivos próprios da EBCT".

Além do mais, destacou ele, a denúncia de Fernando Ferreira não procede, "mesmo porque existe na regional paulista servidores com deficiências físicas, mas que comprovadamente reúnem condições para o bom desempenho de suas funções". Finalizando, o diretor regional disse que "absolutamente não existe restrição quanto à admissão de deficientes físicos, desde que os mesmos atendam aos requisitos básicos estabelecidos pela empresa para o exercício da função a que se candidataram. Obviamente, somente serão admitidos aqueles que lograrem aprovação em todo processo seletivo".

APROVADO

Fernando Ferreira da Silva tem certeza de que foi aprovado, sobretudo porque foi chamado para os exames médicos, etapa final em qualquer processo de seleção de

candidatos. Jussara Munhoz Quinto, uma jovem de 20 anos, por exemplo, nem chegou a ser chamada para tal exame. Ela foi a primeira dos seis candidatas de Araçoiaba da Serra a se apresentar à Gerência de Recursos Humanos da empresa, em São Paulo. "Fiquei das 13h30 às 17 horas lá, fazendo testes escritos. No final, um funcionário me chamou e disse que eu estava muito nervosa e não havia ido bem na prova. Por isso, fui dispensada".

Jussara se apresentou em fins de janeiro. No dia seguinte, Vidmeyer Florentino da Silva e Maria Salete da Rocha — esta foi a aprovada para o cargo — também se apresentaram, e, depois dos exames, foram chamados para retornar no dia 19. No dia 23 de janeiro, Solange Munhoz Gimenez, Denise Moreno e Fernando Ferreira se apresentaram também. As duas primeiras nem foram chamadas para fazer prova escrita e, de acordo com Ilza Moreno, mãe de Denise, a alegação foi que sua filha tinha curso superior e não podia disputar o cargo (a jovem é estudante de Direito, 2.º ano). "E, no próprio documento convocando candidatos, a ECT diz que pessoas com curso superior não podiam se inscrever."

SEGURANÇA

Assim, só Fernando, Salete e Vidmeyer, aprovados nos testes escritos, continuaram disputando efetivamente a vaga, embora os dois primeiros já tivessem terminado os exames no dia 19. Fernando, por sua vez, diz que acabou de preencher a ficha às 9h20 e só saiu do Departamento de Seleção depois das 17h30, após o exame médico e com um papel convocando-o a retornar dia 30 para "avaliação final".

Foi nesse dia, continua o rapaz, que o médico lhe disse da impossibilidade de contratá-lo e declarou também que chegou inclusive a haver uma reunião para discutir seu problema e com base nisso que o advogado Jair Duarte Júnior pretende entrar com mandado de segurança contra a empresa. "Isso caso o presidente dos Correios, Hadevaldo Cardoso Boto, não empossasse Fernando num cargo, conforme disse que faria a um deputado da região."

Museu do Telefone vai sair de Itu

A Telesp comunicou que o Museu Itinerante do Telefone fica em Itu, nos salões da Casa Paroquial, até hoje e depois será apresentado em Piraçununga, onde ficará de 11 a 22 deste mês. Com quase 30 peças, o museu itinerante mostra a evolução da telefonia no Brasil e no mundo, apresentando desde aparelhos fabricados no final do século passado até os mais modernos, como o videofone e o facsimile.

MOVIMENTO PELOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES

São Paulo, 25 de fevereiro de 1981

Sr. JULIO VICENTE LOPES
DD. Gerente de Recursos Humanos
ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Av. Mergenthaler 610 - 1º
05311 São Paulo SP

tel 831-5522 831-9922

Senhor Gerente:

Através da Folha de S. Paulo, desta data, tomamos conhecimento de que o sr. Fernando Ferreira da Silva, tendo prestado exames para admissão nos quadros da agência dessa conceituada empresa na cidade de Araçoiaba da Serra, foi reprovado por motivo, segundo consta, de "uma circular de Brasília regulamentando a contratação de pessoas deficientes".

O Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes, cujos objetivos constam da anexa Carta-Programa, preocupado com o impacto dessa notícia não só para a imagem da própria empresa ECT como também para o esforço nacional de integração da pessoa deficiente na sociedade brasileira, solicita de Vossa Senhoria a gentileza de fornecer maiores esclarecimentos sobre o conteúdo da referida circular de Brasília e também sobre o caso em si.

Contando com a compreensão e a pronta colaboração de Vossa Senhoria, expressamos nosso respeito e subscrevemo-nos

Atenciosamente,

Leila Bernaba Jorge
Advogada - OAB 48.341
p/Coordenação Geral

Anexo: Carta-Programa

Correspondência: R. Joaquim Antunes 611/53 CEP 05415 São Paulo SP
Contatos: 284.5493 (Lourdes) - 65.6739 (Leila)

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



MOVIMENTO PELOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES

São Paulo, 25 de fevereiro de 1981

FERNANDO FERREIRA DA SILVA
a/c Igreja Matriz de Araçoiaba da Serra
18150 Araçoiaba da Serra SP

Prezado Senhor:

Através da Folha de S. Paulo (recorte em anexo), de hoje, tomamos conhecimento de que Vossa Senhoria foi reprovado nos exames para admissão nos quadros da agência dos Correios e Telégrafos dessa cidade, por motivo, segundo consta, de "uma circular de Brasília regulamentando a contratação de deficientes físicos".

Por meio desta, hipotecamos a Vossa Senhoria nos sa inteira solidariedade e colocamos à sua disposição o nosso apoio e possível assistência jurídica. Sinta-se à vontade para entrar em contato conosco, pois a sua luta é a de todos nós, conforme poderá verificar na Carta-Programa do Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes, inclusa nesta.

Já estamos nos dirigindo à Gerência de Recursos Humanos da ECT, em São Paulo, para a obtenção de maiores esclarecimentos sobre este caso, com vistas a uma tomada de posicionamento de nossa parte.

Atenciosamente,

Candido Pinto de Melo
p/Coordenação Geral

Anexos: Carta-Programa
Declaração dos Direitos

Correspondência: R. Joaquim Antunes 611/53 CEP 05415 São Paulo SP
Contatos: 284.5493 (Lourdes) - 65.6739 (Leila)

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Assunto:
CT/P- 214 /81

Brasília-DF., 12 de março de 1981

Ilma. Gra.
OLÍMPIA SALETE RODRIGUES
Coordenadora Fraternidade Cristã Doentes e Deficientes
Av. Carlos Gomes, 212
17500 - Marília - SP

Prezada Senhora

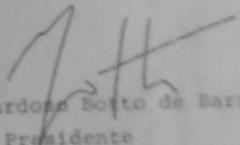
Foi encaminhada a esta Empresa, para análise e resposta, cópia do telegrama de 25.02.81, dirigido ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, na qual V.Sa. solicita providências quanto à alegada preterição de candidato portador de deficiência física, ao cargo de balconista na Agência de Araçoiaba da Serra, de acordo com publicação da "Folha de São Paulo" do dia 25 de fevereiro próximo passado.

Quanto ao assunto, cabe-me esclarecer que esta Empresa possui em seu Quadro de Pessoal, e não é de hoje, vários servidores que apresentam deficiência física, mas aptos intelectualmente, e cujas limitações físicas não os impedem de exercer as atividades de seus respectivos cargos.

Nenhum deles entrou graciosamente na Empresa, todos o fizeram por mérito próprio, o que para eles é motivo de orgulho.

Portanto, não procede a acusação publicada na "Folha de São Paulo", o Sr. Fernando Ferreira da Silva era um entre seis candidatos de Araçoiaba da Serra a uma única vaga de Balconista, e não foi o que melhor se houve no processo seletivo.

Certo de ter prestado o necessário esclarecimento, subscrevo-me atentamente,


Adwaldo Cardoso Botto de Barros
Presidente

ENAL

Aragoiás da Serra, 18 de março de 1961.

Prezada Sra.

Acuso recebimento de sua carta, datada de 15
M.P., na qual está incluída a resposta ao telegrama, dirigido ao
Sr. Ministro das Comunicações, a qual diz não proceder a publicação
publicada na "Folha de São Paulo", e que eu não fui "o que melhor
se houve no processo seletivo", conforme suas declarações.

Informo-lhe que os pontos dos candidatos não
foi revelado não dando certeza quanto a minha colocação.

Porém, fui reprovado; não nos testes, pois
fui chamado para o exame médico. No caso da Sra. Jusara Munhoz
Pinto, ela foi reprovada nos testes e conseqüentemente não foi cha-
mada para o exame médico. Percebemos aí ser o exame médico a cau-
sa da reprovação.

Venho também esclarecer sobre a Circular de
Brasília: o médico não revelou-me o seu conteúdo, desconheço tra-
tar-se da regulamentação da contratação de deficientes físicos; li-
to é especulação dos jornais. Ressalto porém que o médico citou-a
e também a reunião que tiveram sobre o assunto, dizendo também que
poderia entrar com recurso, pois é um direito meu, inalienável.

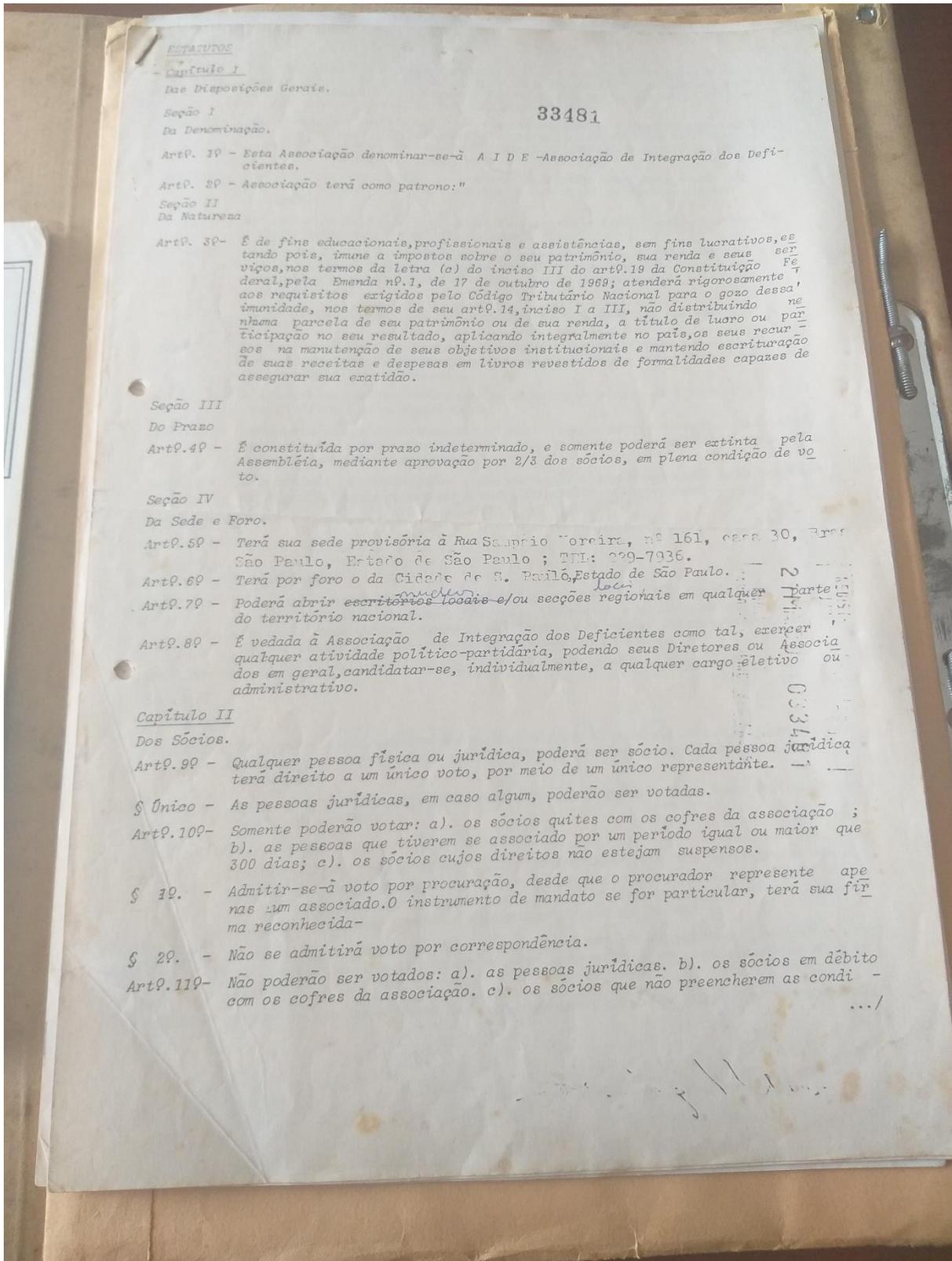
Gostaria de citar também os rumores que correm
nesta cidade, de que por ser parente do prefeito local, a ocupante
do cargo teria conseguido o mesmo por manobras políticas e esta ser
a causa de minha exclusão.

Cordialmente,

Fernando Ferreira da Silva
(a) Fernando Ferreirada Silva

P.S. Mandeí uma carta contando todo o ocorrido tal como reali-
mente se sucedeu ao MPDP.

Aprêndice V – Ata da AIDE



- ções da letra (b) do artigo anterior; d). os sócios cujos direitos estejam suspensos; e). os sócios em condição de voto, na última Assembleia ordinária, que dela não participaram; f). os sócios que ocupem cargo diretivo em entidade congênere, ao tempo da eleição.
- Artº. 12- São obrigações dos sócios: a). estar em dia com os cofres da associação ; b). comparecer, às Assembleias; c). comparecer às reuniões de Diretoria, quando for Diretor, às comissões, quando para isso designado; d). colaborar com a Associação, segundo suas possibilidades.
- Artº. 13- São direitos dos sócios: a). ser assistido pela Associação quando for o caso; b). votar e ser votado desde que preencha as condições acima mencionadas.
- Artº. 14- Os sócios reunidos em grupo igual ou superior a 2/3 do quadro associativo, poderão convocar a Assembleia Extraordinária.
- § Único- A convocação será feita obrigatoriamente por publicação de edital em jornal de grande tiragem e divulgação em rádio e televisão com 30 dias de antecedência, devendo constar a ordem do dia e facultativamente por boletim informativo.
- Artº. 15- Serão outorgados títulos de sócios honorários, mediante aprovação da Diretoria.
- Artº. 16- O sócio será excluído mediante inquérito instaurado, pelo presente, por meio de comissão específica, cujas conclusões serão submetidas à aprovação da Assembleia Extraordinária.
- § 1º. - A Assembleia que decidirá sobre a exclusão do sócio, será formada por pelo menos 2/3 do quadro associativo.
- § 2º. - Será excluído, automaticamente, o sócio que, a partir da data de sua admissão, cometer crime doloso contra a vida ou contra o patrimônio, com sentença transitada em julgado.
- Artº. 17- A Diretoria decidirá sobre a documentação a ser apresentada pelo candidato a sócio, sendo garantido a todos, igualdade de tratamento.
- Capítulo III -
Os Objetivos.
- Seção I.
Da promoção Legislativa.
- Artº. 18- Promoverá anteprojetos e projetos destinados à uma legislação e regulamentação e decretos em geral, federais, estaduais e municipais e do Distrito Federal, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, em defesa dos interesses específicos desta coletividade.
- Artº. 19- Esse trabalho será realizado pela Comissão Jurídica Permanente.
- Seção II
Da Educação
- Artº. 20- Promoverá a educação em todos seus aspectos, visando o aperfeiçoamento da formação do deficiente e possibilitando com isso, sua melhor integração na sociedade.
- § 1º. - Para efeito deste estatuto, entende-se por deficientes: todo indivíduo portador de anomalia.
a). físico; b). visual; c). mental;
- § 2º. - Quando alguma pessoa sócia ou não da entidade, que não se enquadra nas condições do parágrafo anterior, mas que possua deficiência, sendo por isso, prejudicada em suas relações sociais ou profissionais, poderá ser assistida pela entidade, conforme aprovação ou não da Diretoria.
- Artº. 21- A Associação procurará valorizar o concerto da capacidade, produtora desta categoria perante o público e os empresários em geral, através de divulgações.
- Artº. 22- Entre outros objetivos, dessa associação, conta-se ainda: a). Assistência'
- .../

-3-
 mltas e a defesa dos interesses comuns e dos direitos dos deficientes; b). promoção do aprimoramento da educação, saúde e integração familiar, social, e profissional dessas pessoas, com orientação pedagógica e vocacional dos pais, bem como orientar, fiscalizar e encaminhar o deficiente junto às em-
 presas; d). Subsidiariamente colaboração e participação em atividades para esses fins e outras conexões em conjugação com outras entidades nacionais estrangeiras ou internacionais afins, podendo a estas filiar-se e podendo, conferências sobre o tema.

Artº. 23- Nas ocasiões solenes, comemorações, assembléias e datas magnas para a entidade, será sempre facultado aos seus Diretores, Conselheiros, Representantes e associados em geral, invocar a proteção de Deus, sem qualquer constrangimento para outros Associados, cada qual conservando sua liberdade de consciência.

Capítulo IV

Dos Meios.

Artº. 24- Entre os meios de que poderá servir-se a Associação, estão todos aqueles lícitos, entre os quais, exemplificando estes: a). A cobrança de mensalidade, com desconto se a aridade for paga antecipadamente, em valores que a Assembléa e ou a Diretoria fixará, que será reajustada anualmente pela Diretoria, conforme o reajuste da O.R.T.N., sempre arredondado para o inteiro imediatamente inferior; b). Quaisquer outros meios lícitos e possíveis, de que a entidade utilizará a fim de carrear fundos para os seus cofres; c). Recebimento de doações, comodatos, de uso de imóveis ou móveis, a título gratuito, ou a preço acessível e suave; d). O intercâmbio, inclusive de serviços, informações e cursos com entidades congêneras nacionais, ou estrangeiras; e). Organização de cursos a serem ministrados pelo associado, em geral deficientes ou não, patrocinados pela Associação; f). Promoção de festas, produções musicais e integração sócio-cultural, em geral;

§ Único - A Comissão jurídica permanente, cuidará de possíveis isenções fiscais requeríveis aos poderes públicos, com vistas a importação de quaisquer equipamentos especializados para uso dos deficientes em todas as atividades da vida diária, além de requerimentos a Poderes Públicos, autarquias e Entidades Privadas, destinados a obtenção de imóveis ou uso de imóveis, instrumentos, utensílios e recursos em geral, pecuniários ou outros, para facilitar a realização de seus objetivos.

Capítulo V

Da Organização.

Artº. 25 - A organização administradora da entidade comporá de : uma diretoria, uma comissão jurídica permanente e a Assembléa de todos os associados.

Seção I

Da Diretoria

Subseção I

Das Disposições Gerais.

Artº. 26 - A Associação será dirigida por uma Diretoria, composta, inicialmente, por um Diretor-Presidente; um Vice-Presidente; um Diretor Financeiro; um Diretor de Relações Públicas e dois secretários, os quais serão eleitos legalmente, pela Assembléa ordinária, que se realizará sempre no quarto sábado do mês de outubro às quinze horas.

Artº. 27- Os Candidatos à Diretoria, deverão apresentar-se em chapas, devendo cada voto ser dado à uma só chapa.

Artº. 28- A Diretoria será formada por, no mínimo de 2/3 de deficientes, conforme o capitulado nas letras (a) e (b) do parágrafo primeiro do artº. 20.

Artº. 29- Ninguém pode candidatar-se à reeleição para o mesmo cargo de diretoria, no

.../

Luiz Helen

RECIBO
 2 MAR 50 0330
 RECORRIDO
 1950

- 4-
- exercício imediatamente seguinte, e nenhuma chapa poderá compor-se majoritariamente de membros da diretoria em exercício.
- Artº. 30c - A posse da Diretoria será imediata à eleição, mediante assinatura dos Diretores no livro de Ata das Assembléias.
- Artº. 31- Perderá seu cargo o Diretor ou Conselheiro que ocupar cargo diretivo em entidade similar, salvo se confederação de entidades congêneres, ou órgão internacional de que essa associação faça parte.
- Artº. 32- As reuniões da Diretoria serão com intervalos máximos de 30 dias. Ao final de cada reunião será marcada a data da próxima reunião.
- Artº. 33- Compete a todos da Diretoria: a). promover a realização dos fins sociais; b). Difundir a associação através do Brasil, designando emissários para suas principais capitais regionais; c). Instituir comissões com atribuições específicas, nomeando-lhes os membros entre os associados.
- Artº. 34- São obrigações da diretoria: a). exercer todas as funções legalmente necessárias para a administração da pessoa jurídica, em consonância com a legislação vigente, cumprindo, inclusive, o exigido pelo Artº. 14 do Código Tributário Nacional, para gozo das imunidades constitucionais; b). através de duas assinaturas, inclusive do Diretor-Presidente, ou do Vice-Presidente, nos impedimentos daquele, ainda que ocasionais, outorgar procurações, delimitando nelas os poderes; c). através de dois diretores, inclusive o Presidente em exercício, receber citações judiciais, assinar cheques e outras cambiais, abrir e movimentar contas bancárias; d). apresentar relatório anual à Assembléia; e). reunir-se quando a isso convocada por dois diretores.
- Artº. 35- A Diretoria não terá poderes para alienar bens do ativo imobilizado, nem extinguir a associação, nem outorgar hipoteca, nem prestar fiança ou aval, sem autorização da Assembléia. No caso de alienação de bens e de outorga da hipoteca, a aprovação será por maioria qualificada de 2/3 do quadro associativo.
- Artº. 36- A Diretoria não poderá utilizar-se dos bens sociais para solução de problemas pessoais de sócios que fujam aos propósitos da entidade.
- Artº. 37- Qualquer divulgação externa que envolva o nome da sociedade deverá ser aprovada pela Diretoria.
- Artº. 38- Os Diretores não responderão com seus bens pessoais, pelas dívidas da sociedade.
- Artº. 39- Nenhum diretor poderá utilizar de mais de 2 (dois) salários mínimos vigentes, sem anuência da Diretoria.
- Artº. 40- Além do capitulado no parágrafo 2º do artº. 16, qualquer Diretor perderá o seu cargo, se agindo mediante erro, dolo, fraude, coação, imprudência e negligência, ou mesmo por omissão voluntária, causar danos materiais ou prejuízos à entidade ou à qualquer dos seus membros.
- § 1º. - Perderá, também, seu cargo, o Diretor que não comparecer por duas vezes consecutivas às reuniões de Diretoria, sem justificativa plausível.
- § 2º. - Para determinar o afastamento do Diretor, a Diretoria procederá mediante inquérito instaurado pelo Presidente, cuja conclusão será submetida à apreciação e aprovação dos demais membros, devendo ser aprovado por maioria absoluta, cabendo ao presidente, o voto desempatador, excluindo-se o voto do indiciado.
- Artº. 41- Em caso de vacância de qualquer diretor, excluindo o presidente e o vice a vaga será preenchida pelo substituto indicado pelo presidente e vice.
- Artº. 42- Em caso de impedimento definitivo do presidente e do vice, num período inferior a quatro meses após a posse, será marcada nova eleição para cumprimento do mandato em vigor.
- § 1º. - Essa eleição se fará no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do evento que deu causa à vacância- .../

Kening Alves

- § 29.- Durante este período exercerá a presidência, qualquer membro da Diretoria, respeitado o disposto no parágrafo 1º do artº.20 e artº.43.
- §. 30.- Compete ao presidente em exercício, a convocação da assembléia extraordinária, para eleição de nova diretoria, devendo fazê-lo num prazo máximo de 30(trinta) dias, caso não o faça, qualquer associado poderá fazê-lo, na forma do parágrafo único do artº.14, correndo as despesas de convocação, por conta do infrator.
- § 40.- No caso do parágrafo anterior, a diretoria será destituída, devendo a Comissão Jurídica Permanente, nomear, dentre os seus membros, uma Diretoria interina, respeitado o parágrafo 1º do artº.20
- § 50.- No caso do impedimento ocorrer após o quarto mês do mandato, o mesmo será completado conforme o disposto no parágrafo 2º deste artigo.
- Artº.43- No caso de vacância temporária e concomitante do presidente e vice, presidente nomeará seu substituto, respeitado o artº.20, no seu parágrafo primeiro.
- Artº.44- As decisões da Diretoria, serão tomadas sempre em maioria simples, cabendo ao presidente, o voto desempataador.
- Artº.45- Os deficientes deverão preencher, pelo menos 2/3 em cada Diretoria ou Conselho. Ficando em aberto aos interessados associados, deficientes ou não, a composição das respectivas comissões.
- Artº.46- Caberá em Assembléia com a participação mínima de 2/3 dos associados, em caráter extraordinário, decidir a ineficiência apurada anteriormente da Diretoria, podendo a mesma, para tanto, ser destituída a qualquer tempo do seu mandato. Se destituída pela Assembléia, será a mesma, substituída para complementar o mandato, em caráter provisório por associados indicados entre os participantes dessa mesma Assembléia.

Subseção II.

Do Presidente

- Artº.47- O candidato a presidente, deverá preencher os requisitos do artº.11., e do artº.20, no seu parágrafo 1º.
- Artº.48- Compete ao Diretor-Presidente : a).presidir as reuniões da Diretoria e as Assembléias; b).Outorgar procurações, em assinatura conjunta com outro diretor; c). Representar a associação em solenidades oficiais ou designar comissão para esse fim; d).Coordenar as atividades da Diretoria,para seu funcionamento harmonioso e completo; e). Administrar os bens sociais; f). Receber citações, em conjunto com outro diretor; g). zelar pelo bom nome da entidade; h). pedir intervenção policial, quando isso se fizer necessário; i).prestar contas, anualmente, em Assembléia.
- § Único - Qualquer documento relativo à entidade será sempre firmado pelo presidente em companhia de outro membro da diretoria.

Subseção III.

Do Vice-Presidente

- Artº.49- Compete ao Diretor Vice-Presidente: a). substituir o presidente em seus impedimentos, ainda que ocasionais; b). Colaborar com a entidade, quando para isso, solicitado, devendo comparecer às reuniões de Diretoria e à Assembléia.
- Artº.50- O candidato a vice Presidente, deverá preencher os requisitos do artº 20, parágrafo 1º e artº.11.
- Artº.51- Compete ainda ao Diretor Vice-Presidente: a).Convocar à Assembléia se o Presidente não o fizer, após 12 meses ocorridos da Assembléia última; b).- assumir, acumulativamente, o cargo de diretor ou diretores afastados, temporariamente.

Subseção IV.

Do Diretor Financeiro.

RECEBIDO
21 MAR
09 34
CARTÃO Nº

.../

[Handwritten signature]

Artº. 52- Compete ao Diretor Financeiro: a). Assinar recibos e dar quitações; b). de positar, em conta bancária, em nome da Associação, as quantias em caixa imediatas; c). Promover a contabilidade e que não se destinem a despesas da gestão econômica, à Diretoria quando solicitado e à Assembléia anualmente; d). Assinar os cheques e outras cambiais em conjunto com o Presidente, em exercício, podendo nisso, ser substituído, em seus impedimentos, por outro Diretor.

Subseção V.

Do Diretor de Relações Públicas.

Artº. 53- Compete ao Diretor de Relações Públicas: a). contactos com autoridades ; b). Divulgação das atividades e fins associativos; c). Promoção em meios de comunicação; d). Gestões junto a possíveis entidades colaboradoras; públicas, ou privadas; e). Contato com as empresas visando a ampliação do mercado de trabalho para deficientes; f). Tudo aquilo que lhe esteja afeto e possa por qualquer meio lícito, levar a entidade à concretização dos seus fins.

Subseção VI.

Dois Dois Diretores Secretários.

Artº. 54- Compete aos dois Diretores Secretários: a). arquivo e conservação da documentação; b). Lavrar atas de reuniões da Diretoria e das Assembléias; c). Assessorar a Diretoria em missões especiais; d). expedir correspondência, circulares e boletins a associados; e). secretariar os Diretores nas Assembléias e reuniões da Diretoria.

Seção II.

Da Comissão Jurídica Permanente.

Artº. 55- Será formada pelos sócios que sejam bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais. Seus membros serão escolhidos pela Diretoria. O mandato de cada membro deverá ter a duração máxima de 3 (três) anos. A comissão será composta, por um número máximo de 20 (vinte) membros, 2/3 dos quais deverão ser deficientes, poderão ser readmitidos 1 ano após findo o último mandato.

Artº. 56- Compete aos membros da Comissão Jurídica Permanente: a). Colaborar com a associação na elaboração de estudos e projetos e quaisquer outros tipos de assistência jurídica, para um aprimoramento da legislação atinente; b). Colaborar com os associados, especificamente, prestando-lhes, gratuitamente assistência jurídica nos casos em que sua deficiência lhe causar problemas em suas relações com a comunidade; c). Nomear a Diretoria no caso do artº. 42 parágrafos 3 e 4.

Artº. 57- A qualquer tempo, a Diretoria e ou a Assembléia, poderá criar conselhos fiscais e Deliberativos, além de Comissões e eleger seus membros, regulando suas atribuições e competência.

Artº. 58- Cada conselho, deverá ser formado pelo menos de 2/3 de deficientes.

Seção III.

Da Assembléia.

Subseção I.

Da Constituição.

Artº. 59- A Assembléia será formada por todos os associados com direito a voto, podendo ser ordinária, que se realizará anualmente sempre no quarto sábado do mês de outubro às 15:00 hs. ou extraordinária.

Artº. 60- A Diretoria e ou a Assembléia poderão excluir dos quadros associativos, o associado que cometer falta grave prejudicial à consecução dos fins associativos, como seja prejudicando o bom nome da entidade.

Artº. 61- O primeiro exercício social terminará a 31 de dezembro de 1979 e os demais junto com o exercício social de cada ano.

.../

Subseção II .
Das Obrigações.

- Artº 62 - Compete, exclusivamente, à Assembléia: a). extinguir a entidade; b). modificar os estatutos no todo ou em parte; c). Aprovar o orçamento para o exercício seguinte e aprovar as contas da Diretoria; d). Decidir sobre a exclusão de sócios, quando estes tenham sido considerados culpados em inquérito aberto pela Diretoria; e). Remanejamento da Diretoria por ela eleita, por aclamação; f). tomar decisões em que a Diretoria não tenha competência para tanto.
- Artº 63 - A pauta da Assembléia extraordinária obedecerá a seguinte ordem: a). apresentação de contas da Diretoria anterior; b). eleições; c). tempo para apresentação de sugestões; d). posse da Diretoria eleita.

Subseção III.
Da Convocação.

- Artº 64 - Poderão convocar a Assembléia extraordinária: a). o presidente em exercício; b). qualquer sócio, conforme disposto no artº 14; c). nos casos do artigo 42, no seu parágrafo 3º.
- § Único - Em todos os casos citados no caput do artigo deve-se obedecer as formalidades do parágrafo único do artigo 14.
- Artº 65 - Qualquer Assembléia realizará em primeira convocação, com a presença de 2/3 do quadro associativo, sem segunda convocação - meia hora após com qualquer número.

Capítulo VI

Das Disposições Finais

- Artº 66 - A Associação contará ainda com Assessoria de técnicos especializados nas áreas de: a). Serviço Social; b). Orientação Profissional; c). Psicologia; d). Fisioterapia; e). Fonoaudiologia; f). Enfermagem; g). Terapia Ocupacional; h). Assistência Jurídica; i). Cursos Profissionalizantes.
- Artº 67 - Em caso de dissolução da sociedade, seus bens serão doados à uma entidade congênere, que será designada pela Assembléia.
- Artº 68 - Será cobrado do associado uma taxa de inscrição e uma anuidade, que será reajustada uma vez ao ano de acordo com a O.R.T.N. Tendo o associado três opções quanto a forma de pagamento:
- A) Anual -
B) Semestral -
C) Mensal -

REGISTRO
M. U. 033461
1978

[Handwritten signature]

- 2-
- Artº 69 - A Assembléa que alterar este estatuto deverá ser de caráter extraordinário.
- Artº 70 - A aprovação da reforma estatutária obedecerá a três critérios:
- § 1º - Os artigos 3º, 4º, 14º, 16º, 26º, 28º, 31º, 35º, 36º, 47º, 50º, 53º, 59º, 62º, 64º, 69º, 70º, só poderão ser alterados pela aprovação de dois terços.
- § 2º - Os artigos 9º, 10º, 11º, 13º, 20º, 21º, 29º, 34º, 40º, 42º, 43º, 44º, 48º, 55º, 56º, 65º, 68º, só poderão ser alterados pela aprovação de maioria absoluta do quadro associativo.
- § 3º - Os demais serão alterados pela operação da maioria dos presentes na Assembléa.
- Artº 71 - A Associação contará como meio de divulgação de suas atividades com a imprensa falada, escrita e televisada.
- Artº 72 - Este estatuto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
- Artº 73 - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.
- Artº 74 - Compete ao Diretor Presidente, representar a sociedade em juízo ou fora dele.

São Paulo, 28 de novembro de 1979.

[Handwritten signature]

REGISTRADO
JORNAL
21 MAR 80 033481
PROTEÇÃO DE DOCUMENTOS
CAPITULO DELEGADOS SÃO PAULO

[Handwritten signature]